

PORTUGAL E IRLANDA: DOIS PAÍSES, DUAS REALIDADES

Uma Visão Comparativa e Prospectiva

Vilma Alexandra Reis Ferreira

Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Com Especialização em Globalização e Ambiente

Abril 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Mestre Ana Filipa de Castro Henriques.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 16 de Abril de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 16 de Abril de 2012

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar esta dissertação expresso a minha gratidão a todos aqueles que tornaram possível, directa ou indirectamente, a sua concretização.

À Professora Doutora Filipa de Castro Henriques por me ter tornado possível a realização deste trabalho, pelo tempo que me dispensou, pelo contributo das suas aprendizagens e os seus ensinamentos. O seu rigor, a dedicação, a apreciação meticulosa e exigente fizeram com que este trabalho saísse mais enriquecido. A ela os meus maiores agradecimentos.

À minha colega e amiga Marcelina Dombaxe pelo incentivo dado, pela leitura atenta que fez desta tese e pelo rigor das suas sugestões e críticas, sempre construtivas, ao longo do trabalho.

Aos meus pais agradeço a compreensão, o apoio incondicional e as palavras de incentivo e encorajamento nas horas mais difíceis. O carinho transmitido (que nunca foi demais) fez-me ultrapassar os obstáculos mais complicados durante esta longa caminhada. A eles, um ainda agradecimento especial por todas as oportunidades, bem-estar e tranquilidade que me proporcionaram.

Por fim, a todos os meus verdadeiros amigos um especial agradecimento pelo entusiasmo e incentivo demonstrados, que ao longo do tempo, de uma forma ou de outra, me acompanharam e apoiaram na prossecução deste projecto.

A todos, o meu obrigado. E se de alguém me esqueci, as minhas mais sinceras desculpas.

PORTUGAL E IRLANDA: DOIS PAÍSES, DUAS REALIDADES

Uma Visão Comparativa e Prospectiva

RESUMO

A investigação agora apresentada tem como objectivo inicial observar e confrontar duas realidades demográficas, educacionais e económicas integralmente antagónicas. Tentaremos ao longo da investigação traçar os rumos de cada uma das realidades apresentadas e perceber o porquê dessas desigualdades. Para isso recorreremos ao passado histórico assim como ao presente oscilante de cada um dos países em estudo.

Posteriormente, pretendemos aplicar projecções demográficas para as populações portuguesas e irlandesas no horizonte temporal dos próximos vinte anos, e perceber os impactos futuros dessas mesmas evoluções populacionais – relativamente ao volume e relativamente à sua composição por sexos e idades – no futuro económico, social, educacional e ambiental de cada país.

Ambicionamos ainda, reconhecer com este estudo a existência de uma relação directa entre educação, economia e demografia e os seus embates no presente e no futuro da Irlanda e de Portugal.

Ficam então aqui compilados, os desígnios essenciais desta dissertação que nos permitem compreender o fenómeno da dinâmica das populações, nomeadamente da população irlandesa e portuguesa e o seus impactos no horizonte temporal dos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE

Análise Prospectiva Demográfica; Caracterização Económica, Globalização; Portugal, Irlanda

PORTUGAL AND IRELAND: TWO COUNTRIES, TWO REALITIES

A One Comparative and Prospective Vision

ABSTRACT

The aim objective of this present investigation is to observe and confront two antagonistic realities demographic, educational and economic. Throughout the study we will try trace the way of each of the realities and understand their differences. We will appeal the historical past, and the present oscillating of the countries, under review.

Later, we intend to apply demography projections for the Portuguese and Irish population in the next twenty years, and understand the future impacts of these developments in population - relatively to volume and relatively to its composition by sexes and ages - in the future economic, social and environmental, of each country.

We aspire still, recognize, with this study, the existence of a direct relationship between education, economy and demography, and their impacts on present and future of Ireland and Portugal.

I compiled here, the essential objectives of this dissertation, that help us understand the phenomenon of population dynamics, particularly of the Irish and Portuguese population on the horizon time of the next years.

KEYWORDS

Prospective Demographic Analysis; Economic Characterization; Globalization,
Portugal; Ireland

SIGLAS OU ABREVIATURAS

CEE – Comunidade Económica Europeia

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSO – Central Statistics Office Ireland

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre

EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Trade and Tariffs

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

NATO/OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NAFTA – North American Free Trade Agreement

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

UEM – Unidade Económica Monetária

GLOSSÁRIO

Esperança de Vida à Nascimento (e0): Número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

Nível de Instrução Completo: Grau de instrução mais elevado que o indivíduo atingiu e completou.

Grupo Etário: Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Índice de Dependência de Idosos: Relação existente entre o número de idosos e a população em idade activa, definido habitualmente como o quociente entre a população com 65 e mais anos e a população com 15 - 64 anos. Este resultado permite-nos aferir quantos indivíduos em idade activa há por idosos.

Índice de Dependência de Jovens: Relação existente entre o número de jovens e a população em idade activa, definido habitualmente como o resultado da divisão entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos.

Índice de Dependência Total: Peso existente entre o número de jovens e o de idosos e a população em idade activa, definido habitualmente como resultado da soma da população com 0 - 14 anos e 65 e mais anos, a dividir-se pela população com 15 - 64 anos. Este rácio permite-nos aferir o peso de população considerada dependente pela população denominada por activa.

Índice de Juventude da População Activa: Rácio entre a metade mais jovem da população em idade activa (15-39 anos) com a metade mais idosa (40-64 anos).

Índice de Renovação da População Activa: Rácio entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (15-24 anos ou 20-29 anos) e a que está a sair do mesmo (55-64 anos).

Índice de Envelhecimento: Quociente entre a população idosa (65 e mais anos) e a população jovem (dos 0 aos 14 anos).

Índice de Longevidade: Quociente entre a população de 75 e mais anos e a população de 65 e mais anos. Trata-se de um indicador adicional de medida de envelhecimento de uma população.

Índice Sintético de Fecundidade: Número médio de crianças nascidas vivas, por mulher, submetida durante o período de procriar (15-49 anos).

Migração: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Imigração: É o movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com a intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas ou populações, de um país para outro.

Emigração: É o acto e o fenómeno espontâneo de pessoas ou populações, deixarem o seu local de residência para se estabelecer numa outra região. Trata-se do mesmo fenómeno da imigração mas visto da perspectiva do lugar de origem.

População Activa: conjunto de indivíduos (empregados e desempregados) com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

População Residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Saldo Migratório – Diferença entre o número de entradas e saídas de pessoas por via de migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Saldo Natural ou Excedente de Vidas: Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Taxa de Analfabetismo: relação entre a população sem saber ler nem escrever com 15 e mais anos e a população total com 15 e mais anos.

Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) – Proporção de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referente à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa Bruta de Natalidade (TBN) – Anterior de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

Taxa de Crescimento Natural (TCN) – Percentagem anual de acréscimo de população por via da diferença entre nascimentos e óbitos.

Taxa de Crescimento Migratório (TCM) – Divisão entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Taxa de Fecundidade Geral (TFG) – Nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referente ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) – Óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referente aos nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

ÍNDICE GLOBAL

Declarações	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Palavras-Chave.....	iii
Abstract.....	iv
Keywords.....	iv
Siglas ou Abreviaturas.....	v
Glossário	vi
Índice Global	ix
Índice de Gráficos.....	xiii
Índice de Quadros, Figuras e Mapas.....	xvii
Índice de Anexos	xviii
 CAPÍTULO 1	 1
INTRODUÇÃO.....	1
Enquadramento e Motivações.....	1
Objectivos.....	4
Organização da Tese.....	5
 CAPÍTULO 2	 7
Objectivos do Capítulo	7
A Globalização: Biografia de um Conceito e Evolução de uma História.....	7
Globalização no Contexto Europeu: Que exemplos pragmáticos?	16

Os Desafios Actuais da Globalização na Europa	23
CAPÍTULO 3	30
I - O RETRACTO PORTUGUÊS	30
Objectivos do Capítulo.....	30
Breve Enquadramento Histórico e Geográfico.....	30
Caracterização Demográfica.....	32
Diminuição do Número de Nascimentos.....	35
Evolução da Mortalidade Infantil.....	37
População cada vez mais envelhecida.....	39
Portugal e a sua dependência face à Imigração.....	41
A Projectão da População Residente em Portugal: Cenários Alternativos no horizonte 2001-2031	45
Enquadramento e Metodologia.....	45
II – O RETRACTO IRLANDÊS	56
Objectivos do Capítulo	56
Breve Contextualização Histórica.....	57
Caracterização e Mudança Demográfica.....	60
Mães mais tarde e com menos filhos.....	63
Evolução da Taxa de Mortalidade e de Mortalidade Infantil.....	67
Evolução da Esperança Média de Vida: Viver mais e melhor	69
Um Fenómeno chamado Emigração.....	71
A Projectão da População Residente na Irlanda: Cenários Alternativos no horizonte 2001-2031	74

Enquadramento e Metodologia.....	74
CAPÍTULO 4	83
I – A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL	83
Objectivos Gerais.....	83
História da Educação em Portugal.....	83
A Escolaridade Obrigatória.....	87
Abandono e (in) sucesso escolar.....	90
Despesas e Investimento.....	95
II – A EDUCAÇÃO NA IRLANDA.....	100
Objectivos Gerais	100
A Revolução Educacional.....	100
Plano Educativo	103
Custo Médio do Ensino	106
(In) Sucesso Escolar?	107
CAPÍTULO 5	111
I – A ECONOMIA PORTUGUESA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.....	111
Objectivos Genéricos	111
O Passado e o Presente da Economia Portuguesa	111
Economia: Os seus altos e baixos	113
As Contas Externas e o Défice Esquecido	117
Que futuro?	120
II - A HISTÓRIA DA ECONOMIA IRLANDESA.....	125

Objectivos Centrais.....	125
Da Miséria para a Abundância	125
Um Milagre “Irlandês”?	131
Que Futuro?.....	133
III – DOIS PAÍSES, DUAS ECONOMIAS, DUAS REALIDADES.....	133
Objectivos Gerais	133
As Diferentes Crises	134
As duas economias: Presente e Futuro	134
 CAPÍTULO 6	 136
CONCLUSÕES	136
Enquadramento	136
Principais Resultados: Portugal	136
Principais Resultados: Irlanda	139
Portugal e Irlanda: Análise Comparativa	140
 BIBLIOGRAFIA	 144
 FONTES NA INTERNET	 148
 ANEXOS	 149

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Evolução População Residente em Portugal (1960-2001)	33
Gráfico nº 2 - Evolução da Taxa de Crescimento Natural e Migratório Líquido em Portugal (1960-2001)	34
Gráfico nº 3 - Nascimentos e Óbitos ocorridos em Portugal (1960-2010)	34
Gráfico nº 4 - Evolução do Índice Sintético de Fecundidade em Portugal (1960-2010).....	35
Gráfico nº 5 - Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal (1960-2010).....	38
Gráfico nº 6 - Evolução da Esperança Média de Vida à Nascimento por sexos em Portugal (1960 -2009)	40
Gráfico nº 7 - Portugal: Pirâmides Etárias de 1960 e de 2001	41
Gráfico nº 8 - Evolução do Saldo Natural e do Saldo Migratório em Portugal (1960-2009)	42
Gráfico nº 9 - Projecção da Evolução da População Portuguesa: Cenário Central (2001-2031).....	49
Gráfico nº 10 - Projecção da População Portuguesa por Cenários em milhões (2001-2031).....	50
Gráfico nº 11 - Distribuição Percentual da População Portuguesa – Cenário Central (Comparação entre o ano de 2001 e o ano de 2031)	51
Gráfico nº 12 – Evolução da Percentagem de Idosos com 80 e mais anos em Portugal.....	52
Gráfico nº 13 - Pirâmide Etária de Portugal (2001)	53

Gráfico nº 14 - Projecção da Pirâmide Etária Portuguesa (2031)	54
Gráfico nº15 - Comparação das Pirâmides Etárias de Portugal (2001 e 2031)	55
Gráfico nº 16 - População Residente na Irlanda (1961-2006)	61
Gráfico nº 17 - Irlanda: Evolução do Saldo Natural e do Saldo Migratório (1960-2001).....	62
Gráfico nº 18 - Nascimentos e Óbitos ocorridos na Irlanda (1960-2010).....	63
Gráfico nº 19 - Evolução da Taxa de Fecundidade da Irlanda (1960-2006)	65
Gráfico nº 20 - Evolução da Taxa de Natalidade da Irlanda (1960-2006).....	67
Gráfico nº 21 - Irlanda: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (1960-2010) ...	68
Gráfico nº 22 - Irlanda – Evolução da Esperança Média de Vida nas Mulheres (1986-2009).....	70
Gráfico nº 23 - Irlanda: Evolução do Índice de Juventude e do Índice de Envelhecimento	70
Gráfico nº 24 - Variação da População e Migrações Irlandesas (1926-2002)	72
Gráfico nº25 - Evolução da Emigração e da Imigração na Irlanda (1997-2007)	73
Gráfico nº 26 - Projecção da Evolução da População Irlandesa: Cenário Central (2006- 2031).....	76
Gráfico nº 27 - Projecção da População Irlandesa em milhões (2002-2031): Comparação de Cenários	77
Gráfico nº 28 - Distribuição Percentual da População Irlandesa – Cenário Central (Comparação entre o ano de 2006 e o ano de 2031)	78
Gráfico nº 29 - Irlanda: Evolução da Percentagem de Idosos com 80 e mais anos	78

Gráfico nº30 - Pirâmide Etária da Irlanda (2006)	79
Gráfico nº31 - Projectção da Pirâmide Etária Irlandesa (2031)	80
Gráfico nº32 - Comparação das Pirâmides Etárias da Irlanda (2002 e 2031)	81
Gráfico nº 33 - Alunos Matriculados por Ciclos de Ensino em Portugal (1960-2009).....	84
Gráfico nº 34 - Taxas Reais de Escolarização em Portugal (1960-2009)	85
Gráfico nº 35 - População que concluiu o ensino secundário (2007): Percentagem, por grupo etário (comparação de países)	87
Gráfico nº 36 - Taxa de Abandono Escolar Precoce em Portugal (1992-2010).....	91
Gráfico nº 37 - Taxas de Retenção Escolar por Ano de Escolaridade em Portugal	94
Gráfico nº 38 - Portugal - Evolução da Despesa do Estado em Educação: execução orçamental em % do PIB	96
Gráfico nº 39 - Despesa Anual das Instituições Educativas por Estudante em Relação ao PIB/Habitante (2006)	97
Gráfico nº 40 - Relação entre Despesa por Aluno/PIB Habitante e Índice de Desempenho Escola PISA (2006)	99
Gráfico nº41 - Número de Pessoas que estudam a tempo inteiro por níveis de Escolaridade na Irlanda	108
Gráfico nº42 - Portugal: Evolução do Crescimento Anual do PIB (%) em Portugal (1960-2011).....	113
Gráfico nº43 - Portugal: Evolução das Importações e das Exportações (1960- 2011)	114
Gráfico nº 44 - Portugal: Evolução da Taxa de Inflação (1960-2011).....	115

Gráfico nº 45 – Portugal: Evolução da Taxa de Desemprego Total (1986-2010)....	116
Gráfico nº 46 – Portugal: Balanças com o Exterior em % do PIB (1996-2011).....	118
Gráfico nº 47 - Despesa Pública Total em % do PIB em Portugal (1995-2010).....	119
Gráfico nº 48 - Portugal: Dívida Externa em % do PIB (acumulada).....	119
Gráfico nº 49 - Irlanda: Evolução da Taxa de Desemprego Total e por Sexos (1968-2010)	128
Gráfico nº 50 - Irlanda: Evolução do Défice Público em % do PIB (1995- 2010).....	130
Gráfico nº 51 - Irlanda: Evolução da Taxa de Crescimento Real do PIB (1996 2011)	130
Gráfico nº52 - Projectão da Evolução do Crescimento Real do PIB em % (2010- 2013)	135

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E MAPAS

Mapa nº1 - Portugal	30
Mapa nº2 - Irlanda	57
Quadro nº 1 - População, Estrutura Etária e Taxa de Fertilidade (1993-2003): Comparação de Países.....	64
Quadro nº 2 - Evolução das Taxas de Fecundidade e de Fertilidade específicas por idades na Irlanda (1960-2006)	66
Quadro nº3 - Quadro Comparativo (Demografia): Portugal vs Irlanda	82
Quadro nº4 - Despesa Pública em Educação (por nível de ensino) 2000	102
Quadro nº5 - Número de Escolas apoiadas pelo Departamento de Educação na Irlanda em 2010/2011	105
Quadro nº6 - Número de Faculdades do Terceiro Nível apoiadas pelo Departamento de Educação na Irlanda em 2010/2011	106
Quadro nº7 - Custo das Propinas Universitárias na Irlanda	107
Quadro nº8 - Quadro Comparativo (Educação): Portugal vs Irlanda.....	110
Quadro nº 9 - Projeções do Banco de Portugal: 2012-2013 (Taxa de Variação Anual em percentagem)	122
Quadro nº 10 – Estatísticas Base em 2009 (Portugal e Irlanda)	141
Figura nº 1 - Sistema Educativo Português 2008/2009.....	90
Figura nº 2 - Sistema Educativo Irlandês.....	104

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo nº 1 - Portugal – Censos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.....	149
Anexo nº 2 - Irlanda – Censos de 1961, 1971, 1981, 1991 e 2002.....	150
Anexo nº 3 - Tábuas-Tipo de Princeton para Modelo Oeste (Probabilidade de Sobrevivência).....	151
Anexo nº 4 - Portugal - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Mulheres.....	152
Anexo nº 5 - Portugal - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Homens.....	153
Anexo nº 6 - Irlanda - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Mulheres.....	154
Anexo nº 7 - Irlanda - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Homens.....	155

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Enquadramento e Motivações

A Europa está em alterações profundas na sua estrutura económica, social, política, educacional e demográfica há mais de 200 anos, e ao que parece ainda não findou este processo de mudança. Não sabemos quando se vai concluir e iniciar um novo processo, nem sabemos tão pouco se já se iniciou um novo sistema e ainda não temos capacidade para o analisar. Sabemos contudo que os valores mudaram e que as sociedades se tornaram mais multiculturais.

A par destas transformações, desencadearam-se novos desafios, *“Os desafios que advêm da economia política internacional (concorrência comercial global, internacionalização financeira), da economia política interna (rapidez da mudança tecnológica, viragem da produção industrial para serviços), das transformações do mundo do trabalho e da mudança demográfica (envelhecimento da população e aumento da esperança média de vida)...”*¹ e novos problemas *“ao nível do mercado de trabalho, o incremento da necessidade de níveis elevados de produtividade e de competitividade fizeram surgir novas exigências, proporcionando o crescente desemprego dos que não se adaptaram e daqueles que investiram na sua formação entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho”*². Há que estar atento a este *efeito dominó* fruto do processo de globalização que se tem vindo a verificar ao longo dos tempos e que por certo não irá parar por aqui.

A abundância generalizada alargou os horizontes e aumentou as escolhas de vida. E os Estados-Membros da União Europeia fazem parte do grupo dos países mais ricos e mais desenvolvidos do mundo. Em simultâneo, surgem novos padrões de pobreza e desigualdade.

Enfrentam-se crises económicas. As pessoas envelhecem. As taxas de fecundidade diminuem. Os jovens são altamente qualificados, mas não são recompensados. A população em idade activa sofre com o desemprego e com a instabilidade profissional. Os idosos temem o final da sua existência em serenidade.

¹ Patrícia Pereira (s.d), *A situação Económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores*, Revista de Estudos Demográficos Nº 46, INE, pág. 39.

² Patrícia Pereira (s.d), *A situação Económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores*, Revista de Estudos Demográficos Nº 46, INE, pág. 41.

O mundo mudou, e agora?

A investigação agora apresentada, **tendo como pano de fundo a era da globalização** em que actualmente vivemos, centra-se essencialmente em três grandes pilares das sociedades modernas: **demografia, educação e economia**.

Sabemos que a economia, tal como a demografia e a educação são simultaneamente *três das muitas forças essenciais* que dão forma ao desenvolvimento das sociedades europeias. Todas elas oferecem possibilidades, mas constituem também desafios. **As tendências demográficas resultam de uma vida mais longa e saudável** e suscitam questões em termos de custos de uma **sociedade em envelhecimento**, equidade inter-geracional, aumento da importância dos cuidados à infância e do equilíbrio entre a vida familiar e profissional para uma vida de família sustentável, relações entre gerações e novos riscos de pobreza. A globalização, juntamente com o sucesso das novas tecnologias (efeito da globalização), oferecem um enorme potencial de crescimento. Mas as pessoas devem ser preparadas, através do ensino e da formação profissional, para tirar partido destas oportunidades e se adaptarem ao desaparecimento dos empregos industriais tradicionais.

A **educação** por sua vez tem um papel fundamental nas sociedades e é uma **condição** necessária para o **desenvolvimento** de qualquer **economia**.

Existem porém **sociedades** que apesar de tradicionais são mais *optimistas* e receptivas à mudança e que conseguem, desde cedo determinar e estabelecer prioridades e metas, (investindo e apostando, por exemplo, em áreas onde sabem que vão ter um retorno maior em termos colectivos, como a educação) e que sabem tirar partido da história que as caracteriza como nação, assim como das estruturas demográficas que possuem; e, por sua vez, outras **sociedades** existem, mais *pessimistas*, que, vivem *presas* nas conquistas do passado, e se esqueceram de utilizar os meios disponíveis para avançarem rumo a um futuro melhor, quer em termos educacionais, económicos ou demográficos. Sociedades, essas que requerem mudanças rápidas em termos comportamentais, e que necessitam de ser educadas para a cidadania e qualificadas para a economia, assim como carecem de modificar a atitude das suas gentes, nomeadamente quanto à capacidade de projectarem o futuro para entenderem o que devem fazer no presente.

Portugal e Irlanda: Dois Países, Duas Realidades - Uma Visão Comparativa e Prospectiva, pretende ser um estudo que nos fornece um quadro inteligível da **evolução da população portuguesa e da população irlandesa**, que vai desde os seus volumes e distribuições, aos indicadores de natalidade e fecundidade, à mortalidade e respectivas crises; passando também pela **caracterização e evolução** histórica da **educação** e da **economia** em cada um dos respectivos países, assim como dos seus **progressos nessas áreas**.

A partir dos conhecimentos empíricos adquiridos, as principais questões de partida que estarão na base desta investigação serão as seguintes: 1) *De que modo pode a Irlanda ser considerada um caso de êxito em termos educativos, económicos ou demográficos?* – aqui a palavra “êxito” tem um valor institucional, já que é comumente aceite e reconhecido como tal nos órgãos internacionais. De que modo as suas políticas de apoio às unidades familiares têm repercussões na forma como a população irlandesa se estrutura e compromete o futuro no que toca à sustentabilidade do sistema de segurança social, no combate ao envelhecimento da população, ritmos de crescimento e garantia de desenvolvimento económico, mas também humano e ambiental. 2) *De que modo pode Portugal ser considerado ao invés um caso de “insucesso” apesar dos seus já registados avanços?* – aqui a palavra insucesso tem um valor meramente figurativo quando comparado com o caso irlandês. 3) *Quais as realidades demográficas futuras para cada um dos países em estudo?* E finalmente, mas não menos importante, 4) *Que correlação (se) poderá fazer entre demografia, economia e educação no passado, no presente e no futuro de cada país?*

Este estudo utilizará uma metodologia própria da demografia, como a *análise demográfica*, que é o ponto de partida científico, – abordagem descritiva baseada no tratamento quantitativo dos fenómenos – a *demografia social* – na qual se procuram constatar as razões e implicações dos fenómenos, mesmo que a nível não demográfico, e, por fim, as *políticas demográficas* – análise das medidas de ordem prática que actuam sobre o comportamento da população, orientando-as para melhorar a qualidade de vida e bem-estar no seu conjunto.

Elegemos como **período central** desta análise **no caso irlandês** os anos entre **1973**, *por ser o ano de adesão da República da Irlanda à União Europeia*, e **2009**, e **no caso português** os anos entre **1986**, *por ser o ano da entrada de Portugal à União Europeia*, e **2009**. No entanto, houve necessidade de recorrer a datas anteriores, dado que as causas e os efeitos dos fenómenos demográficos, que se revelam no longo prazo, em alguns casos, o estudo das variáveis abrangeu um período de tempo mais longo do que o previamente seleccionado.

Esta será, uma investigação sobretudo de cariz analítico, reflexivo, informativo e comparativo que será desenvolvida a partir de um modelo compreensivo/explicativo que torne possível a identificação e explicação das várias questões anteriormente relatadas.

Quanto ao **tipo de recolha de informação** necessária ao tratamento dos pontos a que nos propomos analisar recorreremos sobretudo a **análise de conteúdo e revisão bibliográfica** de vários artigos e relatórios elaborados e disponibilizados pelo governo irlandês e pelo governo português, assim como a artigos de opinião e a artigos científicos, discursos políticos (de personalidades

relevantes para o assunto). Além das fontes documentais anteriormente relatadas, pretendemos fazer um exercício prospectivo – **análise prospectiva demográfica** – de forma a dar uma maior focagem e novação à pesquisa. Exercício prospectivo esse, que se baseará numa metodologia própria – que será desenvolvida de uma forma mais pormenorizada num capítulo mais à frente desta tese.

“De nada valeria desenhar mapas se não houvesse viajantes para os percorrer.”³

Retomando esta metáfora de Boaventura de Sousa Santos, podemos admitir que, as interpretações e conclusões a que pretendemos chegar com esta dissertação, serão de certa forma, os significados e terminações que obteremos, até à data, orientada pelo mapa que propusemos inicialmente. Se, porém, este “mapa” se revelar um modelo interessante para aprofundamento da problemática em questão, outras viagens, quem sabe, de outros caminhantes poderão não só melhorar o mapa como descobrir nele outros significados que talvez estimulem a prosseguir o trabalho agora iniciado. Fica desde já o desafio.

Objectivos

O **primeiro objectivo** desta dissertação é, o de **analisar e de comparar** dois **países** dissemelhantes por natureza quer em termos **demográficos**, como em termos **educacionais** e **económicos**, assim como, o de **perceber** o porquê dessas mesmas diversidades. Será necessário recorrer a uma **investigação histórica** fundamentada e aprofundada de cada realidade.

O **segundo objectivo** é, o de **compreender** as (in)consistências **futuras** em termos demográficos de cada um dos países em estudo, ou seja, fazer uma **projectão demográfica** da estrutura das populações até ao ano de 2031, segundo o **método das componentes**.

O **terceiro objectivo**, mas não menos importante, é o de **avaliar** qual a **correlação** existente entre a **demografia** e a **educação**, e quais poderão ser os seus **impactos no presente e no futuro** nas **economias** de cada um dos territórios.

As **conclusões** apresentadas neste estudo elevam a questão a horizontes de discussão interessantes. Trata-se de descobrir **se as alterações evidentes na constituição da população portuguesa e irlandesa irão afectar a educação e a economia num futuro próximo**. Investigando o passado, estudando o presente e questionado o futuro, eis a ambiciosa proposta desta dissertação.

³ Boaventura de Sousa Santos (1988), *Uma Cartografia simbólica das representações sociais: O caso do Direito*, Revista Crítica de Ciências Sociais.

Organização da Tese

Como é possível verificar, o tema proposto nesta dissertação interliga dois países *distintos* e três áreas temáticas complexas: a demografia, a educação e a economia.

Nas últimas décadas, os países desenvolvidos acentuaram um processo de transição demográfica⁴, marcada pela diminuição gradual da taxa de fecundidade e por um aumento significativo da esperança média de vida, dando origem ao conhecido fenómeno de duplo envelhecimento demográfico.

As iniciativas para atenuar as consequências do envelhecimento têm sido sem dúvida reveladoras da importância do impacto deste fenómeno na nossa sociedade. Sobre a educação e a economia quase tudo já foi escrito, por serem temas bastante actuais e interessantes e que por conseguinte, muito tem aliciado os investigadores, políticos, curiosos e os seus directos interessados, os indivíduos, embora muito pouco se tenha escrito e desenvolvido sobre a interligação existente entre estas três temáticas em particular. Pretendemos assim com este estudo, diagnosticar a demografia com um olhar sempre atento na economia e na educação.

Esta dissertação não pretende ser uma produção finalizada nestas áreas. Pretende sim, com base numa investigação credível e fundamentada pela análise prospectiva demográfica, contribuir para a melhor compreensão e previsão da população futura, assim como dos impactos provocados pela mesma, na área da educação e da economia.

⁴ As alusões à transição demográfica referem-se essencialmente às tentativas de explicação para as transformações operadas nas populações dos países industrializados, entre meados do século XIX e meados do século XX. Efectivamente, num processo que, *de forma geral*, se estende por cerca de um século, esses países passaram de uma situação demográfica caracterizada pela existência de um quase paralelismo entre altas taxas de mortalidade e altas taxas de natalidade, em que a mortalidade funcionava como uma espécie de mecanismo regulador dos avanços e recuos das populações, para uma outra situação oposta, isto é, caracterizada pela existência de um quase paralelismo entre baixas taxas de mortalidade e baixas taxas de natalidade. Adolphe Landry foi o primeiro a expor, nos anos 30 do século XX, uma teoria sobre estas mudanças demográficas, sob a designação de Transição Demográfica, e que, nas décadas seguintes, teve largo desenvolvimento. Mas a Transição Demográfica oferece uma explicação redutora sobre a evolução destas populações, nomeadamente porque apenas tem em conta a natalidade e a mortalidade a partir dos cálculos das taxas brutas, deixando de fora aspectos importantes ligados, por um lado, às migrações e, por outro, às questões de natureza económica e social, como a participação das mulheres no mundo do trabalho ou a nupcialidade. Seja como for, as transformações descritas, que, numa primeira fase, se saldaram pelo crescimento em contínuo das populações envolvidas, para, posteriormente, estacionarem e mesmo regredirem nesse crescimento, não se efectuaram nos espaços menos desenvolvidos.. Aí continua a nascer muita gente e continua também a morrer muita gente, mas a um ritmo menor que a reprodução. De facto, após a Segunda Guerra Mundial, pela ajuda internacional, a mortalidade, nestes espaços, tem vindo a diminuir, sem as devidas compensações de uma diminuição da fecundidade, o que tem conduzido a um crescimento sem paralelo dessas populações e, por consequência, da população de todo o planeta.

Para construir um resultado fiável foi empregue uma metodologia, com base na análise prospectiva demográfica. A estrutura da dissertação foi dividida em cinco capítulos centrais, para além das notas introdutórias, onde é apresentada a problemática do estudo, os objectivos e a organização da tese (capítulo 1).

Em primeiro lugar faremos a contextualização e a interligação do conceito de globalização com as principais áreas temáticas abordadas e desenvolvidas ao longo da dissertação no contexto europeu (capítulo 2).

Seguidamente e já nos três capítulos seguintes (dedicados a Portugal e à Irlanda) efectuaremos uma caracterização, um enquadramento, uma definição de conceitos e uma revisão de literatura nos três grandes temas em estudo: população (capítulo 3); educação (capítulo 4) e economia (capítulo 5). Por uma questão de ordem lógica e de facilidade de compreensão optámos por repartir o estudo desses mesmos temas em três partes distintas.

Será (ainda) no capítulo 3, referente à temática população que abordaremos o estudo demográfico prospectivo, assim como apresentaremos e justificaremos a escolha da metodologia aplicada ao mesmo estudo nos dois países em análise. Efectuaremos nesse mesmo capítulo a construção de cenários prospectivos para a população portuguesa e para a população irlandesa, e projectaremos as mesmas até ao ano de 2031.

Finalmente, e já num sexto e último capítulo procedermos às considerações finais, sustentadas em toda a informação existente e exposta ao longo da dissertação.

CAPÍTULO 2

Objectivos do Capítulo

Tratando-se de um trabalho de investigação no âmbito do mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, com área de especialização em Globalização e Ambiente, torna-se necessário e pertinente contextualizar o termo globalização com as três temáticas abordadas ao longo da dissertação: população, educação e economia.

Este capítulo torna-se assim relevante pelo facto de tentar definir o conceito de globalização no seu sentido mais estrito, assim como pelo facto de intentar descrever a evolução histórica da mesma concepção.

A Globalização: Biografia de um Conceito e Evolução de uma História

Muitas pessoas defendem que a globalização é sinónimo de imperialismo, colonização ou americanização. Contudo, “o termo foi inventado por académicos norte-americanos nos anos 60.”⁵ Na verdade, “o primeiro uso do adjetivo “global” apareceu em 1892 nas páginas da revista Harper’s Magazine.”⁶ O artigo da Harper’s descrevia um tal Monsieur de Vogué, um francês que adorava viajar para o Oriente e para o Ocidente em busca de cores e ideias; os seus interesses eram tão vastos como o universo e a sua ambição era “global”.⁷

O ano de 1982 foi de facto um ano agitado por todo o mundo, com as invasões francesas e britânicas na Nigéria e em Daomé a conduzirem a “Corrida a África” europeia e a um novo pico de imperialismo. Foi também no ano de 1982 que a ilha de Ellis se abriu a imigrantes; o mesmo ano em que Edison exibiu o telégrafo de dois sentidos e foi fundada a General Electric. Assistiu-se ao nascimento de dois políticos muito distintos – Wendell Wilkie e Haile Selassie –, ambos com uma visão global. A globalização estava viva e de boa saúde em finais do século XIX.

A globalização antecede, portanto, o Século Americano. Também não foi uma criação exclusiva do Império Britânico. Acontece que muitos alicerces da globalização são franceses. Contudo, “*não foram apenas os franceses a terem ambições globais: encontramos contributos*

⁵ Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas (2011), *Portugal – O pioneiro da Globalização*, Coleção Desafios, 4ª Edição, pág. 38.

⁶ *Ibidem*

⁷ Alex MacGillivray (2008), *A Breve História da Globalização*, Campo da Comunicação, pág. 25.

*únicos de parte de muitas outras culturas e nações – grega, mongol, islâmica, chinesa, holandesa, irlandesa – na história da globalização.”*⁸

No século XX, o termo global enraizou-se rapidamente. Jornais como o *Times* londrino usam-no no contexto de discussões comerciais internacionais em finais dos anos 20. Era adoptado para descrever a nova “guerra global” – tanto em termos da sua expansão geográfica sem precedentes como da sua intensidade letal – no início dos anos 40. Nos anos imediatamente a seguir à guerra, o globalismo era usado como contraponto ao isolacionismo e ao nacionalismo. Nos anos 50, foi posto de novo ao serviço para explicar a Guerra fria.

Em 1961, a globalização entrou no Webster’s Dictionary, um importante rito de passagem. Era usada por revistas de economia em discussões acerca do Mercado Comum Europeu. *“Mas é interessante ver que a Economist, a New Scientist e outras revistas se sentiam igualmente agradadas com a alternativa da mundialização inspirada do francês, em inícios dos anos 60.”*⁹ Na década de 70, a mundialização foi morrendo gradualmente – talvez um símbolo do declínio da influência francesa na forma e na dimensão do planeta. É também durante os anos 70 que se vulgarizou a expressão “Aldeia Global” (muito usada pelo autor e filósofo canadiano Herbert Marshall McLuhan, particularmente no seu livro de 1968, escrito com o designer gráfico Quentin Fiore) para designar o sistema global de comunicações então em plena expansão. *“O globo contraiu-se, em termos espaciais, e é agora uma única e grande aldeia global”.*¹⁰

Nos dias de hoje, globalização é o termo preferido para designar a nova era de *world affairs*, consolidada após o fim da Guerra Fria – transformando-se, mesmo, numa *buzzworld*.

Há de facto, um certo consenso de que não existe uma definição universalmente aceite para o termo. Mas, por outro lado, o conceito impôs-se crescentemente no cenário mundial, pois traduz o sentimento de que grandes transformações estão a caminho e necessitam de ser melhor entendidas, pois os seus efeitos afectam todas as camadas da sociedade humana, não apenas consideradas a nível planetário, mas também nacional e local.

Actualmente há mais de 5 mil títulos publicados sobre o tema, a palavra conta com várias entradas na Wikipedia em diversas línguas e surge com cerca de 50 milhões de referências no Google em apenas quatro línguas (inglês, francês, castelhano e português, por ordem decrescente de número de resultados de pesquisa).

⁸ *Ibidem*

⁹ *Ibidem*

¹⁰ *Ibidem*

Não cabe aqui, nem é objectivo da dissertação, trabalhar sobre a definição, ou mesmo compreensão, do termo e do conceito, mas é importante que fique claro que a nossa abordagem considera a globalização um processo evolutivo, irreversível, multidimensional, com uma forte componente histórica de longo prazo e, finalmente, com um enorme poder de transformação social.

Esta abordagem está ligada à concepção da formação do Sistema Mundial segundo uma perspectiva geopolítica, técnico-económica e evolucionista, ou seja, uma visão da sociedade humana como uma espécie em evolução desde os primórdios do processo civilizacional. Dito por outras palavras, a evolução do Sistema Mundial é a história dos humanos aprendendo a conviver com os outros membros da sua espécie e, o mais importante, aprendendo a fazê-lo em escala global.

“A globalização, constitui uma etapa do processo evolutivo da formação do Sistema Mundial, que emergiu irreversível e espontaneamente em meados do século XV como parte integrante da evolução da multifacetada cultura humana.”¹¹ Segundo esta perspectiva, a definição mais sucinta de globalização é a do processo evolutivo da construção, das instituições de alcance planetário.

Existem outras escolas de pensamento mais restritas, olhando o fenómeno da globalização como institucional ou uma consequência da inter-conectividade global.

Mesmo uma definição aparentemente ampla, como a avançada pelo National Intelligence Council dos Estados Unidos e retomada pela Biblioteca do Congresso norte-americano “*Globalização designa a crescente inter-conectividade reflectida nos intenso fluxos de informação, tecnologia, capital, bens, serviços e pessoas através do mundo*”, revela-se muito estreita para a multi-dimensionalidade do processo evolutivo que representa o fenómeno.

Sendo evolutivo, o fenómeno da globalização é um processo no tempo e, portanto, a sua compreensão requer uma viagem para trás na História, até à época em que emergiram as rotas da sede através da Eurásia e os projectos de um império mundial por Gengis Khan (que governou entre 1206 e 1227) e pelos seus sucessores mongóis no século XIII. Um processo que se tornou mais evidente nos séculos seguintes, aquando do início da aventura atlântica liderada por Portugal, que concebeu o primeiro projecto global de expansão na Idade Média foram geograficamente focalizadas (genoveses, catalães, venezianos, turcos otomanos) ou pararam por decisão política (navegações chinesas entre 1405 e 1433 no Pacífico e no Índico).

¹¹ Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas (2008), *Portugal – O pioneiro da Globalização*, Colecção Desafios, 4ª Edição, pág. 38-40.

A globalização é um produto desse Mundo Moderno. Apesar de não haver, entre os economistas, um pensamento único a propósito dos movimentos da globalização económica, os estudos mais recentes apontam para três grandes vagas nos últimos cinco séculos e meio: a primeira, que se inicia com as descobertas e se prolonga até ao início da industrialização; a segunda, prolonga-se até à queda do Muro de Berlim e; a terceira, é aquela que decorre nos dias de hoje. Estes períodos estão contextualizados por factores de ordem política, social e económica. Se a navegação à vela foi a técnica suporte do primeiro processo de encontro entre os povos, no segundo momento, foi pautado pelo desenvolvimento dos meios de transporte, então o suporte da relação inter-nações, enquanto que, presentemente, é o desenvolvimento dos *mass media*, proporcionado pelas novas tecnologias que sustenta a interligação dos povos como nunca se tinha visto.

Até ao início das descobertas, na generalidade da sociedade europeia vivia-se numa sociedade feudal, predominantemente fechada e auto-suficiente. No entanto, existem algumas economias que são preponderantes sobre outras, num mesmo espaço, as determinam.

Exemplo disso, para não recuarmos mais no tempo¹², são as cidades estado italianas que estabeleceram laços comerciais, influenciaram e dominaram culturalmente grande parte dos povos mediterrânicos. O comércio é também a actividade económica que permite definir no sudeste europeu a hegemonia do império turco sobre uma vasta área. No Oriente, o império da China estendia a sua influência à Coreia, à Indochina e à Malásia. O dinamismo económico que partia das cidades de Cantão e Xangai estendia toda a sua influência ao mar da China.

A Índia, graças à sua posição estratégica, comerciava num raio económico mais amplo. A ele convergiam diversos mercados predominantemente árabes que transaccionavam especiarias e tecidos finos que também chegavam ao Ocidente. A cobiça destes mercados perseguiu boa parte dos líderes europeus e seria uma pequena nação, situada na parte mais ocidental da Europa, que elegeu como desígnio nacional e *peça chave* da sua política expansionista a descoberta do caminho marítimo para assim poder dominar o rico comércio do Oriente. Esta descoberta seria depois reforçado com a criação do império português da Índia. Note-se que este território era de tal maneira importante que o vice-rei era, na altura, a segunda figura da nação.

Mas não é só na Europa e na Ásia que se assiste a movimentos globalizadores, também nas Américas pontuam civilizações territorialmente globalizadoras como sejam a Asteca no México, a dos Maias no Yucatan e a Inca no Peru, organizadas em redor da cultura do milho e na elaboração

¹² Os impérios romano e árabe e outros são também tentativas globalizadoras de vastos espaços territoriais.

de tecidos. No entanto, eram auto-suficientes e não se conheciam, nem se relacionavam quer por via terrestre quer por via marítima.

A internacionalização global do comércio e a aproximação das diferentes culturas à escala dos cinco continentes só viriam a realizar-se com a história dos descobrimentos e das empresas marítimas iniciadas pelos portugueses. Este empreendimento marcou de uma forma inevitável toda a actividade humana, modificando completamente as relações comerciais, a economia e os aspectos culturais e sociais da humanidade, como diz Manuel Alegre *“foi fonte de um ver claramente visto e de uma consciência experimental que estariam na origem de uma nova mentalidade e de uma revolução cultural e científica precursora do renascimento europeu”* e da construção da mentalidade moderna. Este cometimento viria a ser complementado, porém, de formas diferentes, por espanhóis, ingleses, holandeses e franceses.

A primeira fase da globalização, resultante da procura de uma rota marítima para as Índias, aproximou definitivamente o Oriente do Ocidente. Seria ainda este propósito que levaria Colombo a descobrir as Índias Ocidentais¹³, o continente desconhecido – a América. Posteriormente as conquistas das terras do “Novo Mundo” estabeleceram o mercantilismo à escala planetária. Fernão de Magalhães concretizaria esse abraço universal com a realização da primeira viagem de circum-navegação. As mercadorias aportavam às importantes cidades litorais europeias de Lisboa, Sevilha, Roterdão e Londres, provenientes de todos os pontos do mundo. Para abastecer os mercados das nações colonizadoras foram programadas vastas explorações baseadas num único produto (café, açúcar, minério, tabaco) escorado com trabalho escravo, recrutado em África. Estabelece-se durante três séculos um sólido triângulo comercial. A Europa fornece as manufacturas e a *inteligência*, da África subsariana são recrutados os escravos e a América inunda o Ocidente de produtos coloniais. O contexto político em que decorre esta fase da globalização é o das monarquias absolutistas que concentram grande poder nas mãos dos reis e mobilizam grandes meios para consolidarem e expandirem os seus impérios coloniais. A doutrina económica presente é a do mercantilismo, caracterizada pelo protecçãoismo, pelos incentivos fiscais e instauração de monopólios. O objectivo último é o da acumulação de bens. O poder do rei é medido pela quantidade de riqueza que consegue armazenar. Os grandes impérios são o inglês, o espanhol, o português, o francês e o holandês.

A partir do século XVIII, inicia-se a industrialização que é um fenómeno que irá revolucionar as relações entre estados e condicionar todas as actividades humanas, dando origem ao

¹³ O objectivo de Colombo era o de viajar para o Ocidente e chegar à Índia.

período denominado de capitalismo que irá caracterizar o segundo período da globalização. O processo foi iniciado em Inglaterra que graças à sua riqueza em carvão e aço permitiu-lhe consagrar as riquezas adquiridas através da política colonial ao desenvolvimento da indústria que por seu turno, com a dominação dos mares, conquista o mercado mundial. Com o desenvolvimento do caminho de ferro, novas portas se abriram ao desenvolvimento do comércio e foi este que permitiu o desenvolvimento da industrialização em França, na Bélgica, na Alemanha e em Itália. Uma nova classe social emerge com toda a pujança – a burguesia industrial e bancária. A doutrina económica é a do capitalismo.

Na origem deste movimento que se caracteriza por um espírito crítico e racional que teve como seus *orientadores*, entre outros, os franceses Rousseau, Voltaire e Montesquieu abrem novos caminhos ao pensamento político e social e são os ideológicos das duas grandes revoluções que mudam radicalmente a relação de forças no mundo pelas implicações do ideário político-social que veiculam, são elas a revolução americana (1776) e francesa (1789) e do movimento europeu que apregoa a liberdade individual.

As grandes invenções que se iniciam no século XVIII e se prolongam por todo o século XIX ajudam à aproximação dos povos e à intensificação das suas relações. São entre elas: o comboio, o barco a vapor, o telégrafo, o telefone, etc. Perfilam-se dois conceitos principais de alinhamento dos países genericamente denominados de “capitalistas” e “socialistas”. Estabelece-se uma nova ordem mundial perfilando-se duas superpotências: os Estados Unidos da América e a União Soviética. São dois projectos globalizadores que perduram rivalizando nos interesses e confrontando-se indirectamente em múltiplos conflitos mundiais. A competição ideológica¹⁴, armamentista e tecnológica quase levou a humanidade a uma catástrofe como foi o caso da crise dos mísseis de Cuba em 1962.

Após a Perestroika de Gorbachev na URSS e a queda do muro de Berlim em 1989 foi proclamado um único sistema vencedor. No terreno, actualmente, apenas se posiciona uma única superpotência mundial com todas as implicações daí resultantes. Os EUA são o único país com capacidade para realizar intervenções militares em qualquer parte do mundo. O dólar é a moeda forte e a base das transacciones comerciais, assiste-se à “americanização” do mundo, fenómeno caracterizado pela difusão dos valores culturais, sociais e políticos americanos. A Europa apenas em termos económicos consegue ombrear com o gigante do outro lado do Atlântico e na definição das regras mundiais é apenas um espectador perante a força militar dos EUA.

¹⁴ De um lado o bloco capitalista liderados pelos EUA e do outro o bloco socialista com o ideário marxista e sob a égide da URSS.

Em termos económicos, neste início do século XXI, os EUA e os países que integram a União Europeia, constituem no mundo actual os pólos mais poderosos do desenvolvimento e isto porque dispõem de uma grande capacidade financeira, porque assentam em estruturas organizadas muito poderosas e porque desenvolveram e acumularam conhecimentos, tecnologias e capacidade executiva em praticamente todos os sectores da actividade humana. Acresce serem estes os países que, ao longo dos últimos 50 anos, criaram as estruturas, os mecanismos e os instrumentos capazes de prosseguir e aprofundar o desenvolvimento conducente à melhoria das condições de vida das populações através de sistemas políticos que, apesar de todos os seus defeitos e insuficiências, procuram respeitar os direitos humanos e fazer intervir os cidadãos nas decisões que respeitam à vida colectiva e aos interesses do Estado. São estes dois grandes grupos económicos que constituem os espaços de vanguarda do nível de vida e também esperança para o desenvolvimento para muitos outros países. Por outro lado, são sede das grandes empresas transnacionais que ditam as leis do mercado. Por detrás delas estão maioritariamente dinheiros e interesses americanos, japoneses, italianos, ingleses, alemães, franceses, etc. Na sua grande maioria estão ligados à indústria dos automóveis, do petróleo e das novas tecnologias.

A nova globalização caracteriza-se por dois modelos que, em termos económicos se têm mostrado pouco conciliatórios e são até rivais na sua concepção e prática. O modelo europeu que pretende dosear a competitividade com a solidariedade social, apostando mais ou menos generalizadamente num Estado Providência que preconiza a assistência social aos desprotegidos e mais necessitados, a par de um controlo na flexibilidade salarial em que os sindicatos têm ainda um papel preponderante e significativo na sua negociação. Estas características, para além do contexto cultural, advêm de a Europa ser ainda um agrupamento de países não federados e possuírem relativa autonomia para definirem as grandes linhas macroeconómicas próprias. Por outro lado, o modelo americano onde o Estado tem uma posição menos reguladora do mercado e se impõe um competitividade maior. Isto tem propiciado a criação de grandes grupos económicos que influenciam decisivamente as opções políticas e são a vanguarda do efeito da globalização caracterizada pelo neo-liberalismo.

Nos anos 80 inicia-se a última fase da globalização que coincide com o desenvolvimento dos computadores e da Internet. Esta teve como origem uma arquitectura militar, durante os anos 60, os serviços básicos de conectividade remota, transferência de ficheiros e correio electrónico surgiram em finais da década de 70 e o serviço de informação mais utilizado actualmente, a *World Wide Web*, surgiu em 1989 (CERN, Suíça). É também por esta altura que se massifica a utilização

dos computadores que suportam e simplificam muitas das actividades humanas e contribuem para unir os continentes e os povos do mundo.

A nova globalização caracteriza-se por uma livre circulação, sem precedentes, de capitais, bens e serviços. As relações tornam-se complexas, a tecnologia, nomeadamente, a Internet e os meios de comunicação modernos, permitem fazer negócios em qualquer parte do mundo. As leis nacionais revelam-se insuficientes para regular as trocas comerciais os negócios. São necessários organismos internacionais que chefiem as relações humanas. Aos cidadãos escapa o controlo dos seus actos e a participação na escolha de poderes nacionais que se revelam fracos, frente às estruturas supranacionais, cria uma sensação de impotência e frustração.

Na opinião de Joaquín Estefanía¹⁵ *“se trata de un proceso por el cual las políticas nacionales tienen cada vez menos importancia y las políticas internacionales, aquellas que deciden lejos de los ciudadanos, cada vez más”*.¹⁶ Este afastamento das pessoas dos actos de decisão das suas vidas, e dos representantes, por si escolhidos, implica a debilidade da democracia que se reflecte no enorme e generalizado abstencionismo aquando de actos eleitorais. Esta tese também se confirma pelo facto dos movimentos anti-globalização combaterem as organizações internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, União Europeia, etc.) e não os governos dos países. As decisões são predominantemente tomadas em organismos que ninguém escolheu e que actuam segundo princípios não muito claros para o vulgar dos cidadãos. A evolução gradativa da globalização tem tendência para enfraquecer cada vez mais os estados e fortalecer as instituições supranacionais. Os mercados internacionais e regionais são exemplo deste processo, que tem visibilidade na Comunidade Europeia, no Mercosul, na NAFTA, etc. O resultado é a interdependência das nações, principalmente, nos aspectos económicos, mas a tendência é para outras políticas comuns deliberadas por organismos que o povo não escolhe directamente. Na perspectiva de muitos, estas estruturas federais serão a base de uma administração mundial que já tem alguma visibilidade na Organização Mundial do Comércio.

Ideologicamente esta fase é caracterizada pela crescente generalização dos regimes democráticos e pela adopção quase universal da teoria neoliberal, caracterizada pela primazia da iniciativa privada e pela livre circulação de produtos com a progressiva abolição das taxas alfandegárias.

¹⁵ Célebre jornalista espanhol e autor de vários livros sobre esta temática. “La nueva economía”, “La globalización”, “Contra el pensamiento único”, “El poder en el mundo”, “Diccionario de la nueva economía”.

¹⁶ Joaquín Estefanía (2002), *Hij@, qué es la globalización? La primera revolución del siglo XXI*, 2ª edição, Madrid, pág. 28.

A globalização tem trazido modernidade à sociedade dita ocidental, porém o fosso entre as sociedades subdesenvolvidas tem-se alargado, o claro privilégio dos recursos fósseis tem levado à dissipação dos recursos naturais em prejuízo do desenvolvimento de novas formas energéticas, a teoria da insustentabilidade do Estado de bem-estar, da ineficiência do sector público, a promoção da competitividade e da precariedade do trabalho tem crido instabilidade social o que deverá proporcionar uma profunda reflexão.

A recusa de formas de convivência cultural com medo do risco da uniformização tem criado formas de nacionalismo e de construção de radicalismo que explodem em formas de terrorismo colocando em risco um relacionamento saudável entre os povos. As sociedades que se fecham ao intercâmbio dos povos têm tendência a tornar-se totalitárias.

No mundo árabe há grupos que se diabolizam com o receio da perda da identidade face à colonização ocidental e particularmente a norte-americana criam-se ideologias fundamentalistas que desabam em grande número de casos ou em sociedades fechadas ou engordam organizações terroristas que constituem verdadeiras ameaças à civilização ocidental. A propósito da dimensão cultural Jorge Sampaio refere que “se ela estará promovendo a homogeneização ou mesmo, em última análise, a americanização dos gostos, práticas e consumos culturais; ou se, pelo contrário à medida que cresce a consciência desse risco de uniformização, não estará a mesma globalização a provocar um pouco por todo o lado e em reacção, um movimento de intensa afirmação das identidades e culturas nacionais, regionais e locais, quando não, em alguns casos, a própria rejeição de formas elementares de conveniência cultural”.¹⁷

Todas as hipóteses são passíveis de uma verificação e ser aceitáveis, no entanto, cremos que “a superação das barreiras quer sejam físicas ou simbólicas entre os espaços nacionais beneficiam o desenvolvimento humano e a “osmose informativa” não é apenas um avanço técnico mas civilizacional pois “abre potencialidades enormes para a difusão das ideias, da literatura, das ciências e das artes, ou seja para a democratização da cultura (...) constitui um passo em frente para o conjunto da sociedade.”¹⁸

Existem contudo desigualdades gritantes entres os países desenvolvidos e os chamados países do terceiro mundo. Se por um lado nos países desenvolvidos o objectivo é o apetrechamento da sociedade com as novas tecnologias, nos numerosos países em desenvolvimento o objectivo

¹⁷Jorge Sampaio (2002), “Discurso de abertura da Conferencia – Globalização, Ciência, Cultura e Religiões, da Fundação Gulbenkian, Lisboa, pág. 4.

Disponível em: <http://www.gulbenkian.org/globalizacao/presidente.pdf>

¹⁸ *Ibidem*

principal é o combate à fome. Segundo Cess Hamelink *“a tecnologia que deveria servir para criar um mundo mais justo e perfeito tem acentuado as diferenças e muitas pessoas estão a ficar excluídas”*.

Feita toda esta breve viagem pelo mundo da globalização que nos permitiu observar o *filme* evolutivo dos factos ao longo dos últimos séculos, uma coisa é certa, a globalização é de facto um processo irreversível. E lembrando Frederick Smith, (...) *“a globalização é inevitável e inexorável e é cada vez mais rápida... está a acontecer, vai acontecer (...)”*.

Embora os defensores da globalização vejam este fenómeno como o processo de criação de um mundo que não está ligado só pela paz mas também pela prosperidade, e os críticos a vejam como o revés que provoca instabilidade financeira e é uma fonte de exploração da mão de obra, de lesões ambientais e um foco de tensão de domínio do Ocidente, ninguém pode deixar de concordar com o potencial da sua força.

E, qualquer que seja a nossa opinião é um facto que a globalização não é um incidente passageiro nas nossas vidas. É uma mudança das próprias circunstâncias em que vivemos. É, no fundo, a nossa maneira de viver nos dias de hoje. *O mundo é único, E está a ficar cada vez mais pequeno.*

A Globalização no Contexto Europeu: Que exemplos pragmáticos?

Sendo este um estudo que retrata e caracteriza dois países da actual União Europeia, neste ponto tentaremos – e um pouco à semelhança do que já foi referido anteriormente – fazer uma ligação entre a globalização e a União Europeia. Ou ainda por outras palavras, até que ponto a antiga Comunidade Económica Europeia pode ser um útil exemplo do término de globalização no seu sentido mais recto, quer seja pela livre circulação de pessoas, de capitais, de bens e de serviços, quer seja pela criação de uma identidade monetária comum ou ainda em último caso pela “europeização” das políticas de educação, que passaram da exclusiva responsabilidade dos Estados nacionais à construção do Espaço Europeu de Educação e quais serão os impactos e os desafios futuros que se colocam à União Europeia neste *novo* panorama globalizado.

De facto, nas últimas décadas, **múltiplas foram as formas como os Estados nacionais responderam aos desafios do processo de desenvolvimento conhecido por globalização**. Um dessas formas foi a constituição de blocos e entidades de carácter regional, tendo por base acordos

multilaterais entre Estados. A União Europeia¹⁹ representa uma das formas institucionais mais avançadas nesta área, incrementando um vasto campo de intervenção e assumindo um papel progressivamente mais activo em todos os campos políticos, sociais (educação, saúde, etc.) e económicos.

Embora a ideia de Europa unida comece a ser formulada nos princípios do século XX, quando o Estado capitalista se constituiu numa democracia liberal, é após a Segunda Guerra Mundial que se assiste a um novo relacionamento dos Estados na Europa. Em 1949, foi fundado o Conselho da Europa, com o objectivo de superar as dificuldades provocadas pelo confronto bélico e de aproximar as nações europeias. Os estados que estão no centro da construção dessa Europa unida, com a aprovação das suas diversas constituições, adoptaram a forma de Estados democráticos e de direito, baseados numa política económica keynesiana.²⁰ O Estado adquiriu um carácter intervencionista nos campos económico e social, contrário à inércia do Estado liberal, e assumiu o compromisso de assegurar os direitos sociais aos cidadãos, entre eles, o da educação.

Na década de 1950, a Europa entrou numa fase de rápido desenvolvimento económico, materializado num grande crescimento industrial e comercial e por amplos movimentos migratórios. Essa situação favoreceu o alargamento da cooperação a outros sectores, tais como a educação, a política e a cultura. **Iniciou-se uma crescente consciência da importância de criar uma identidade europeia bem como conceder alguns direitos políticos aos cidadãos no plano europeu.**

Trinta anos depois, o projecto de integração dos Estados membros teve novo desenvolvimento com a valorização da interdependência dos Estados soberanos, em substituição da mera cooperação, e com a procura de afirmar uma representação de Europa entre os cidadãos, tentando superar a imagem tecnocrática e economicista que até então prevalecera. **Além da livre circulação das pessoas, de capitais, de serviços e de bens, a noção de cidadania da Comunidade Europeia procura potenciar o espírito europeísta, recorrendo para tal a propostas no domínio cultural e educativo.**

¹⁹ Na sua designação actual. Em 1951 foi assinado em Paris o Tratado que instituiu a Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA); em 1957, o Tratado de Roma passou a designar esta entidade regional de Comunidade Económica Europeia (CEE); em 1992, o Tratado de Maastricht adoptou a designação actual de União Europeia (UE).

²⁰ A escola keynesiana fundamenta-se no princípio de que o ciclo económico não é auto-regulador como pensavam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo “espírito animal” dos empresários. É por esse motivo, e pela ineficiência do sistema capitalista em empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia.

A partir de 1992, com a aprovação do Tratado de Maastricht, a evolução da União Europeia assume contornos acentuadamente federalistas.²¹

Este processo de construção da União Europeia, desde os Tratados Iniciais de 1951 até ao Tratado Constitucional de Lisboa, em 2007, corresponde a perspectivas e interesses diversos, complexos e contraditórios, sendo que a sua execução se tem processado de forma não linear, com refluxos, derivas, ajustamentos e saltos, a origem da Comunidade Económica Europeia, como parte do processo posterior à Segunda Guerra Mundial respondeu à necessidade de normalizar as relações entre as nações da Europa e os respectivos conflitos sociais, ao mesmo tempo que pretendeu redefinir o posicionamento das economias desses países europeus face à competição internacional que então se operava.

A par da promoção de condições que salvaguardassem uma paz duradoura na Europa, pode-se também considerar como um aspecto relevante na emergência da dinâmica europeia a contenção de instabilidade decorrente da elevada participação e influência das classes trabalhadoras na realidade política do pós-guerra e da atracção que sobre elas exercia o modelo soviético, entretanto também vitorioso do conflito mundial.

Emergente de uma elite social-democrata e democrata-cristã, o projecto de construção europeia, na sua primeira fase, procura um compromisso visando bem estar generalizado, o pleno emprego e a criação de classes médias numerosas, tendo por base a propriedade privada e a liberdade de mercado, consubstanciando no Estado Providência.²²

Mas, para além desta dimensão interna, havia também uma dimensão de resistência europeia face às condições em que se operava a acumulação de capital, com acrescido benefício para os grandes grupos de origem norte-americana. Num quadro internacional onde o dólar se constituía como referência e em que prevaleciam os produtos, empresas e interesses de origem americana, importava sobremaneira ao capital europeu e a sectores da social democracia defensores do Estado Providência, criar condições de concorrência e de sucesso para as empresas europeias.

Os tratados davam, assim, sustentação de uma visão essencialmente “neo-mercantilista”, que apostava na criação de um amplo mercado interno, se necessário protegido da concorrência externa, e na “monitorização” das empresas europeias nos mercados internacionais.

Entretanto a evolução do sistema económico à escala global e a substancial alteração das condicionantes mundiais influíram significativamente no desenvolvimento do processo europeu e

²¹ Esta mudança aparece associada a vários acontecimentos históricos relevantes, tais como a queda do Muro de Berlim, a ruptura da Jugoslávia e a consequente guerra, a reunificação da Alemanha e o *crash* económico em 1987.

²² Ou Estado de Bem Estar. *Welfare State* em inglês.

na sua reconfiguração. **A União Europeia a 27 países, mais do que uma instância regional baseada num modelo específico de conjugação entre o progresso articulado da economia e dos direitos sociais, institucionalizou-se, sobretudo a partir dos finais dos anos 1990, como parte do processo global de hegemonia neoliberal.** Apesar das tensões e contradições existentes, a União constituiu-se como um elemento disciplinador, tendo em vista acelerar os processos de conformação das legislações e das práticas nacionais às orientações do neo-liberalismo, agir activamente para a liberalização dos mercados internacionais nos termos adequados aos interesses dos grandes grupos económicos, e articular a participação europeia no plano das tendências económicas internacionais dominantes, designadamente a economia do conhecimento.

“Esta evolução não significa que a União não funcione hoje segundo um modelo monolítico e “puro”, sem *nuances* ou contradições. Pelo contrário, quanto mais o neo-liberalismo se tem tornado o paradigma dominante na União Europeia maiores têm sido as tensões entre este novo regime de acumulação e os regimes anteriores centrados no designado modelo social europeu, resultante do projecto social-democrático da era keynesiana.”²³ Contudo, apesar da hegemonia neo-liberal, a União Europeia consegue ser ainda um espaço onde prevalece uma acrescida atenção ao modelo social de bem-estar e de solidariedade, havendo uma forte participação dos cidadãos em defesa dos seus direitos e de políticas democráticas.

A evolução ocorrida nestas décadas de construção do espaço político-económico europeu tem-se reflectido na forma como as questões educativas são abordadas nos planos supranacional e nacional.

No início do século XX, são atribuídas à educação as funções de reprodução social, de legitimação do sistema, de controlo social, de produção de recursos humanos e de formação para a cidadania. A educação é considerada como um meio que permite o acesso a novas posições na escala social. No seio dos Estados-nação tratava-se de criar a identidade nacional, encobrindo realidades de natureza local ou regional, com as suas línguas e culturas intra-nacionais, e secundarizando a realidade internacional, europeia e mundial.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, à educação começam a ser atribuídas novos papéis e funções, nomeadamente a consolidação do sistema político democrático, a diminuição das desigualdades sociais e, determinante, a qualificação da mão-de-obra necessária à reconstrução

²³ António Teodoro (s.d.), *Educação, Globalização e Neoliberalismo – os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*, Edições Universitárias Lusófonas.

económica da Europa devastada pela guerra. Estes propósitos impulsionaram **reformas globais dos sistemas educativos em praticamente todos os países.**

Com a celebração dos Tratados Europeus, de Paris, em 1951 e de Roma, em 1957, a educação, tal como outros aspectos sociais e de cidadania, não constituiu foco de interesse europeu, mantendo-se sob exclusiva responsabilidade de cada Estado membro das Comunidades Europeias.

A sua entrada no leque de temas comunitários vai fazer-se nos anos 1970, por meio do alargamento do conceito de formação profissional, sendo então objectivo das primeiras iniciativas europeias. As autoridades comunitárias reconhecem a existência de uma “dimensão europeia da educação”, mas salvaguardando sempre a diversidade e as tradições dos sistemas educativos nacionais dos Estados membros. A preocupação de não harmonizar e de não interferir nas políticas de educação de cada Estado constitui uma marca visível das primeiras propostas de governação supranacional da educação europeia.

*“Será na década de 1990 que, de uma forma explícita, se começam a construir na Europa os mecanismos de regulação supranacional da educação.”*²⁴ O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1992, teve profundas implicações no processo europeu de integração. Neste Tratado, as questões da educação recebem uma atenção mais explícita e aprofundada, atribuindo-se à Comunidade Europeia o papel de contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, excluindo, contudo, quaisquer processo de harmonização na organização dos sistemas educativos dos Estados membros.

À época, **a preocupação dominante da Comunidade situava-se no desenvolvimento da “dimensão europeia da educação”, concretizada através de programas de intercâmbio de estudantes, professores e investigadores e no incremento da mobilidade de trabalhadores dos Estados membros, visando a construção de uma cidadania europeia activa.** Em 1997, com a aprovação do Tratado de Amesterdão, os direitos da cidadania europeia são ampliados. A cidadania activa foi considerada um elemento primordial para a construção da Europa.

A necessidade de livre circulação de serviços, de bens e de capitais reforçou as necessidades de mobilidade da força de trabalho. Como consequência, acentuaram-se as intenções de comparabilidade entre as qualificações da formação profissional, bem como a criação de padrões educacionais equivalentes e a introdução de níveis europeus da qualificação.

²⁴ *Ibidem*

Entre 1997 e 2000, a intervenção da União Europeia, tendo por base o Tratado de Maastricht, procura uma legitimação para o incremento de uma política educativa europeia a partir do conceito vago e flexível de “qualidade”.

Entretanto, várias estruturas, mecanismos e processos contribuíram para o crescimento das áreas de intervenção europeia no seio da educação e da formação. O desenvolvimento e o impacto dos programas europeus representam uma forte evidência de “europeização” da educação e formação profissional.

A 25 de Maio de 1998, os ministros responsáveis pelo ensino superior de quatro países (França, Itália, Alemanha e Reino Unido) subscreveram uma *Declaração conjunta sobre harmonização da arquitectura do sistema europeu do ensino superior*, que ficou conhecida como a *declaração da Sorbonne*. As preocupações evidenciadas neste documento prendem-se com uma amálgama de mudanças, algumas já em curso, outras pretendidas, que envolvem o ensino superior, os sistemas europeus e a posição, nesse domínio, do designado espaço económico europeu no contexto mundial.

A conferência de 1999 reuniu já 29 ministros e, na sua declaração conjunta, evoca a União Europeia em associação com a dimensão continental como contextos relevantes para a determinação em criar o *espaço europeu de ensino superior*; ênfase particular é colocada na ideia de “aumentar a competitividade internacional do sistema europeu de ensino superior”. Os ministros comprometem-se a: “coordenar as nossas políticas para alcançar no curto prazo, e em qualquer caso durante a primeira década do terceiro milénio” um conjunto de seis objectivos que consideram “ser de primeira relevância em ordem a estabelecer o espaço europeu de ensino superior e promover mundialmente o sistema europeu de ensino superior”.²⁵

Com a excepção da adopção de um sistema de graus, os outros objectivos constituíam, desde 1986, o foco da intervenção política comunitária no **domínio da educação e do ensino superior, através dos programas de acção, em particular Erasmus** (Programa de mobilidade e de cooperação entre universidades), **Comett** (Programa Comunitário Europeu para a Cooperação entre as universidades e a indústria, respeitante à formação no âmbito da tecnologia), **Tempus** (Programa da União Europeia que apoia a modernização do ensino superior nos países parceiros da Europa Oriental, da Ásia Central, nos Balcãs Ocidentais e da Região Mediterrânica, essencialmente através de projectos de cooperação universitária), promovidos pela Comissão Europeia com base em decisões do Conselho Europeu. Pelo que o processo lançado em 1999 representa um novo

²⁵ Declaração de Bolonha, 1999.

momento, decisivamente distinto, mas com raízes que remontam a um percurso de mais de uma década, e continua a ser amplamente alimentado por instrumentos e dinâmicas políticos já em desenvolvimento.

Surge uma nova fase, com a definição da Estratégia de Lisboa. As questões da educação, e da formação adquirem centralidade nas políticas da União, estabelecem-se áreas prioritárias comuns de intervenção, define-se um programa articulado e uma estratégia de actuação que possibilita aprofundar o processo de integração educacional, para além do expressamente previsto no Tratado.

Roger Dale aponta três fases de desenvolvimento do espaço europeu de educação: a primeira fase reporta-se a todo o período anterior à cimeira de Lisboa em 2000; a segunda fase abrange o período de tempo entre 2000 e 2005; e a terceira fase, a partir dessa data.

Sintetizando, se a intervenção política comunitária no campo da educação tem lugar explicitamente desde a década de 1980 através dos *programas de acção*, se uma política comunitária nesse domínio adquire contornos progressivamente mais nítidos ao longo dos anos 90, deparamo-nos agora com um novo desenvolvimento: não se trata apenas da intervenção através de iniciativas protagonizadas por instituições comunitárias, envolvendo a participação voluntária de instituições e actores do campo educativo (que induzem e favorecem o desenvolvimento de processos congruentes com políticas comunitárias, mas excluem a mobilização de políticas e sistemas nacionais enquanto tal); o que de inédito testemunhamos neste momento é a constituição formal e explícita de um nível de governação supranacional como *locus* de inscrição das políticas a desenvolver para os sistemas educativos e de formação.

Este conjunto de iniciativas representa, assim, a tentativa de edificação de um processo sistemático de articulação das políticas nacionais de educação e formação em torno de prioridades e objectivos comuns, acordados e congruentes ou convergentes com metas e estratégias definidas ao nível da União Europeia. Dir-se-ia que as fases anteriores, prosseguidas nas últimas três décadas, terão permitido a lenta gestação do processo de *europeização* que, agora, ensaia a maturidade.

E para a Europa poder desenvolver-se como sociedade do conhecimento e ser suficientemente competitiva numa economia mundial cada vez mais globalizada, é essencial que o seu ensino e a sua formação sejam de elevada qualidade.

Os Desafios Actuais da Globalização na Europa

O período de intenso debate constitucional está a chegar ao fim. Porém, o debate sobre os desafios globais com que nos defrontamos começa agora a intensificar-se. Estes desafios incluem questões como a necessidade de inovação e de qualificações que acompanhem o ritmo rápido da globalização, da mutação demográfica e da imigração e, por último mas não menos importante, a segurança energética e as alterações climáticas.

Os europeus têm razões para estar satisfeitos com a forma como souberam resolver os problemas do século XX. Mas a questão que exige uma resposta cada vez mais urgente é: não estaremos a exagerar nessa satisfação? Até que ponto estamos em condições de enfrentar os desafios do século XXI, que só podem ser superados por meio de uma cooperação efectiva a nível europeu e internacional? Quais são as tendências para os próximos anos, cuja clara identificação nos permitirá tomar as decisões necessárias para garantir que os europeus possam continuar prósperos e firmes na primeira linha da liderança global?

Desde a queda do Muro de Berlim, no final de 1989, a Europa tem vivido um período de mudanças revolucionárias, felizmente de natureza pacífica. As estruturas da União Europeia passaram por grandes mudanças, quer em termos de número de membros, quer no plano das suas competências, culminando na proposta de tratado reformador cujo texto ficou concluído em fins de 2007.

Enquanto a maior parte das alterações ao processo de desenvolvimento das políticas se concentrou nos domínios internos às fronteiras da União, na cena mundial ocorreram acontecimentos importantes aos quais a UE respondeu de forma esporádica, dando a impressão de reagir aos acontecimentos em vez de tentar dar-lhes um rumo através de uma estratégia cuidadosamente delineada.

A rápida proliferação de redes de informação globais levou a que problemas que outrora ocorriam em locais distantes e que não podíamos presenciar sejam agora trazidos instantaneamente para dentro das nossas casas.

Não podemos ficar indiferentes ao sofrimento dos outros nem aos desafios que se colocam a toda a humanidade. A Europa, sempre que possível, tem de ser capaz de levar a sua ajuda aos dois terços da população mundial que não estão plenamente integrados no sistema global.

A Dimensão Económica:

A globalização não é um fenómeno novo. Segundo a análise de Thomas Friedmann no seu livro “The World is Flat”, a primeira fase do processo iniciou-se com a revolução industrial na Europa no século XVIII, tendo **países** como actores principais. A segunda fase – a era das **grandes empresas multinacionais** – começou a seguir à Segunda Guerra Mundial, quando, sob a liderança dos EUA, organizações internacionais como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial se empenharam em reduzir as quotas comerciais e as barreiras pautais que proliferavam por todo o mundo. Este processo teve novo impulso nas décadas de 1970 e 1980, mas atingiu o seu apogeu na década de 1990, em consequência de dois importantes acontecimentos:

1. A queda do muro de Berlim, que injectou milhões de trabalhadores carenciados no sistema económico mundial;
2. A emergência de uma nova revolução tecnológica que tornou incrivelmente mais barato e mais fácil levar produtos e informação a praticamente todos os cantos do globo e iniciou a fase de disseminação da economia do conhecimento em todo o mundo.

A globalização ainda não está completa (a circulação de produtos e serviços ainda não é tão livre como possivelmente seria antes da Primeira Guerra Mundial, mesmo no interior da União Europeia). Porém, estamos agora próximos de um mundo globalizado em que mercadorias, serviços, capital financeiro, máquinas, dinheiro, trabalhadores e ideias migram para qualquer local onde sejam mais valorizados e possam trabalhar em conjunto com mais eficiência, flexibilidade e segurança.

A globalização desencadeou assim uma incrível explosão de crescimento da produtividade em todo o mundo.

O crescimento da produtividade global quase duplicou, passando de 1,2% ao ano na década de 1980 para 2,3% ao ano na década passada. Basicamente, a globalização tem sido uma máquina de criação de riqueza para o mundo: nunca na história a pobreza diminuiu tão rapidamente e tão dramaticamente como nos dias de hoje.

Muitos comentadores respeitados acreditam que as crescentes tensões económicas e sociais, tanto a nível internacional como interno, podem conduzir a percepções políticas negativas. Contudo, para outros comentadores, esses receios são exagerados. As profundas disparidades são importantes, mas são compensadas pela imensa transformação posta em marcha pela concorrência global, que traz para a modernidade económica milhões de pessoas por ano.

Assim, as mesmas forças económicas e tecnológicas que estruturaram o mundo durante a década de 1990 deverão continuar a funcionar nos próximos anos. Esta terceira fase da globalização vai ser a do **indivíduo**, que adquire poder através do acesso à informação pela Internet. O crescimento dinâmico da tecnologia da informação torna impossível prever futuras direcções, mas a tendência geral é clara: a velocidade de processamento, a capacidade de armazenamento de dados e a conectividade da banda larga continuarão a desenvolver-se a ritmo acelerado.

A previsão mais razoável e provável é que a globalização prossiga ao mesmo ritmo, ou até a um ritmo superior. Consequentemente, daqui a uns anos, o mundo será constituído por um muito maior número de grandes potências económicas do que antes acontecia.

Espera-se também que o processo de globalização entre numa nova fase qualitativa. Daqui a uns anos, a vantagem competitiva da economia asiática já não se limitará à produção de bens com base na mão-de-obra barata e na abundância de recursos. A globalização está já a estender-se para além dos produtos manufacturados e a avançar rapidamente na escala da mais-valia para outros segmentos da economia, como o sector dos serviços, de que tem estado até agora geralmente arredada (medicina, processamento de dados, desenvolvimento de *software*, etc.). Como consequência da revolução das tecnologias da comunicação, que permite ao conhecimento superar os tradicionais obstáculos da distância, a concorrência asiática estender-se-á também às áreas mais longínquas do valor acrescentado.

Esta (re)emergência da Ásia como potência económica mundial irá confrontar a Europa com um desafio radical.

A concorrência das nações emergentes não é um jogo de soma nula enquanto a investigação e a tecnologia abrirem novos mercados e criarem novas oportunidades para desenvolvimento futuro em sectores económicos ainda inexplorados. Este é o caso dos Estados Unidos, onde, nos últimos dez anos, e graças à sua liderança na tecnologia e na inovação, por cada emprego perdido para concorrentes do outro lado do oceano, foram criados 1,2 empregos no mercado interno. Porém, infelizmente, não é este o caso da Europa continental (onde por cada emprego perdido, só 0,8 é criado).

As razões desta situação são bem conhecidas. A Europa está sobrecarregada de regulamentação laboral e do mercado e de normas rígidas que limitam a mobilidade, reduzem a concorrência, impedem a inovação e desencorajam o empreendedorismo de risco. Em resultado, a produtividade europeia está a crescer a uma taxa inferior à de há dez anos, quando o impacto da última fase de globalização ainda não se tinha feito sentir plenamente. “O crescimento económico

mantém-se abaixo dos 2% ao ano, enquanto na América ultrapassou os 3%. Não é, pois, surpreendente que a maior parte das opiniões públicas europeias tenha uma imagem negativa da globalização.”²⁶

Depende dos europeus decidirem se este declínio relativo da Europa face ao crescimento da Ásia continuará a ser, nos próximos anos, a consequência de um simples exercício de recuperação, ou se significa que a Europa está em vias de ser definitivamente ultrapassada por nações mais jovens e mais dinâmicas.

A Dimensão Populacional:

Os europeus estão a viver mais tempo: a esperança de vida na Europa em 1900 era de apenas 47 anos; um século mais tarde chegou aos 77. Em 2025, se não for mais cedo, subirá aos 81 anos para os homens e aos 86 para as mulheres – e, no Japão, atingirá os 92 anos. Esta é uma tendência global, a prazo: a esperança de vida à nascença é hoje de 64 anos na Índia e de 72 na China; a média mundial é 63 anos. A proporção da população mundial com mais de 60 anos aumentará para um em cada cinco até 2025, quando em 1950 era de um em doze. Em 2050, mais de dez por cento dos europeus terão mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, as taxas de fertilidade diminuíram. Presentemente, 29 países do mundo têm taxas de fertilidade abaixo do necessário para manterem a sua população. Na União Europeia, este é um problema grave: 12 Estados-Membros da UE têm taxas de fertilidade inferiores ao nível da estabilidade. O “*baby boom*” (explosão de natalidade) europeu – que atingiu o seu máximo em 1964, com mais de seis milhões de nascimentos na UE-15 – foi seguido por uma retracção da natalidade. Em 2002, os nascimentos na UE-15 não chegaram aos quatro milhões. A taxa de fertilidade total que na década de 1960 estava acima da taxa de substituição – de 2,1 filhos por mulher – desceu agora para 1,5.

Com estas duas tendências paralelas, a população em idade activa na Europa irá declinar acentuadamente, em termos absolutos e proporcionais. Até 2050, o número de pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos diminuirá 48 milhões (uma queda de cerca de 20%), e o número dos maiores de 65 anos aumentará 58 milhões.

De quatro pessoas em idade activa por cada idoso, a Europa passará a um rácio de dois para um. A OCDE prevê que, em 2050, nos países industrializados, por cada reformado pode haver

²⁶ Luís Monteiro (2010), *Os últimos 200 anos da nossa economia e os próximos 30*, Bnomics, Lisboa, pág. 18-21.

apenas uma pessoa efectivamente a trabalhar. Segundo as tendências actuais, a população da UE-27 crescerá de 490 milhões em 2005 para 499 milhões em 2025, mas depois cairá para 470 milhões em 2050. Os maiores aumentos de população ocorrerão no Luxemburgo, na Suécia, na Irlanda e no Reino Unido, onde as populações crescerão 41%, 18%, 14% e 12%, respectivamente, até 2050. As maiores quedas serão na Bulgária, Roménia, Eslovénia, Croácia e República Checa, que podem perder cerca de 20% das suas populações. Já a população dos EUA deverá crescer de 296 para 420 milhões (um aumento de 42%), devido a maiores taxas de natalidade e de imigração. A população do Norte de África aumentará de 194 para 324 milhões (ou 67%) durante o mesmo período, e a Turquia passará de 73 para 101 milhões de habitantes em 2050 (um crescimento de 38%, com uma taxa de fertilidade de 2,4).

Em 2025 terá atingido 90 milhões. No contexto do debate sobre o alargamento, deve referir-se que, mesmo com estes níveis de crescimento, a adesão da Turquia não resolverá o problema da falta de mão-de-obra na União.

Juntamente com o Japão, a Europa está na linha da frente da que é, provavelmente, uma tendência mundial. No próximo meio século, os países em desenvolvimento responderão por cerca de 90% do crescimento da população mundial. As suas populações continuarão a crescer por várias décadas. Além disso, apesar de as taxas de fertilidade terem decrescido na Ásia Oriental e na América Latina, também estas regiões continuarão durante muitos anos mais jovens do que os países desenvolvidos. No entanto, prevê-se que as taxas de fertilidade nos países em desenvolvimento caiam para o nível de substituição em 2050 e, em seguida, se mantenham abaixo deste nível. O desafio de uma população em envelhecimento e em declínio começará a ser global em 2070. Por isso, embora a população mundial ainda vá crescer cerca de um quarto até 2025 – de 6,4 mil milhões para 8 mil milhões –, deverá atingir o máximo de 9,3 mil milhões em 2050 e depois começar a decrescer.

A UE e os seus Estados-Membros começaram nos últimos cinco anos a procurar solucionar alguns destes problemas prementes. Se bem que uma boa parte destas questões continue a ser, essencialmente, da responsabilidade dos governos a nível nacional ou regional, a dimensão europeia está a tornar-se mais pronunciada. O domínio de actividade mais óbvio é o que diz respeito ao mercado de trabalho: a UE e os Estados-Membros estão empenhados em aumentar a proporção da população adulta no emprego, por exemplo, e a idade da reforma dos trabalhadores activos. Muitos países europeus têm taxas comparativamente baixas de emprego adulto. O Conselho Europeu de Lisboa fixou o objectivo de aumentar a taxa de emprego geral de 64% para 70% da população adulta durante a presente década. Quatro Estados-Membros já atingiram esta última taxa e três

outros estão próximos, pelo que o objectivo, embora ambicioso, não é impossível. O Livro Verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas”, publicado pela UE em 2005, revela que em 2030 haverá 20,8 milhões de trabalhadores a menos.

Sendo a **taxa de emprego das mulheres** na UE, em média, cerca de 18% mais baixa do que a dos homens, há um objectivo específico na Estratégia de Lisboa de aumentar essa taxa de 55% para 60%. Este é mais do que um mero desafio económico e político. Tem também uma dimensão moral, de mudança de atitudes. Em alguns países, como, por exemplo, a Alemanha, a Irlanda e a Itália, as mães trabalhadoras são consideradas “más mães”. O mesmo acontece com os pais que utilizam a licença parental e que deparam com obstáculos às suas carreiras e ficam com a imagem de “moles”. Por isso, são cada vez mais necessários novos programas que fomentem o regresso dos pais ao emprego após a licença parental. Fizeram-se alguns progressos neste domínio. Na realidade, só as mães trabalhadoras eram consideradas “emancipadas” e gozavam do correspondente reconhecimento social. Actualmente, países com taxas elevadas de emprego feminino, têm também elevadas taxas de nascimentos, o que demonstra o desejo das mulheres, em muitos países, de terem uma carreira profissional e uma família. Numa perspectiva política, parece aconselhável configurar o quadro social de uma forma que permita às mulheres serem mães e trabalhadoras ao mesmo tempo.

Igualmente importante é a redução do **desemprego jovem** e a entrada dos jovens na vida de trabalho mais cedo do que actualmente. Do mesmo modo, os trabalhadores mais velhos são incentivados a continuar a trabalhar até mais tarde. Em 1900, o tempo médio que um trabalhador vivia depois da reforma era de pouco mais de um ano. Em 1980, passara para 13 anos e em 1990 para 19. No futuro, a vida dos reformados prolongar-se-á normalmente por duas ou três décadas.

Outra forma de suprir as carências do mercado de trabalho será a de aproveitar todo o **potencial da força de trabalho imigrante** já presente na Europa, promovendo a educação das famílias imigrantes e melhorando as suas oportunidades. Frequentemente, os pais imigrantes prejudicam involuntariamente os seus filhos por conhecerem mal os sistemas escolares locais. Esta situação é, naturalmente, negativa para as ambições e aspirações desses jovens mas, para a sociedade no seu conjunto, constitui principalmente um problema económico. Dada a diminuição da população em idade activa, é essencial que todos os cidadãos sejam educados e empregados o mais eficazmente possível.

O problema mais fundamental e difícil da Europa é, possivelmente, o das baixas **taxas de natalidade**. Em todo o mundo, há actualmente 21 nascimentos por mil habitantes e por ano; nos Estados Unidos, há 14; na Europa, há 10; e no Japão, apenas 9. O aumento do número médio de

nascimentos de 10 para 11 por mil chegaria, pelo menos, para estabilizar a população da Europa, mesmo que não travasse o declínio da população em idade activa. Para evitar este declínio, seria necessário um aumento ainda maior da taxa de nascimentos.

Estudos recentes indicam que, por cada década em que a fertilidade se mantiver ao nível actual, a população da UE perderá entre 30 e 40 milhões de pessoas.

Todavia, as baixas taxas de natalidade podem ser interpretadas como a reacção das mulheres às condições económicas e sociais e não resultam necessariamente num “colapso da família” num sentido demográfico e sociológico. Raramente o número de filhos desejado corresponde ao número de crianças efectivamente nascidas numa família. O desejo de ter filhos pode manter-se constante ao longo do tempo, mas nem sempre pode ser satisfeito devido a obstáculos financeiros ou sociais. Em termos de políticas públicas, deve dar-se atenção à eliminação das barreiras sociais e em matéria de emprego que se opõem à natalidade. Os governos estão a procurar medidas que possam ter um efeito directo ou indirecto, ainda que, inevitavelmente, esse efeito na dimensão da força laboral só venha a manifestar-se a mais longo prazo. A “assistência à família” tornou-se um objectivo político cada vez mais importante em muitos países. A fiscalidade e os sistemas de segurança social podem ser ajustados para compensar as famílias maiores, em vez de se revelarem neutros – os incentivos fiscais aos infantários e a sua criação podem ter igualmente um papel importante. O sucesso de alguns países que detiveram o declínio da sua taxa de fertilidade pode ser instrutivo.

A globalização está iminente. E vem para ficar. Pode ser controversa, mas tem sido um importante instrumento de criação de riqueza. Constitui uma ameaça principalmente para aqueles que se recusam a responder-lhe. Nos próximos anos, os países que se isolarem dos mercados mundiais serão aqueles que terão mais problemas.

Não é a globalização em si mesma que está a dividir a sociedade. É o receio da globalização que a divide. Não devemos temer a globalização, mas sim aqueles que nos fazem temer a globalização. Na verdade, os pobres de hoje não são vítimas do excesso de globalização, são sim, vítimas da sua falta.

CAPÍTULO 3

I - O RETRACTO PORTUGUÊS

Objectivos do Capítulo

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer um pouco da realidade histórica, geográfica, cultural e demográfica de Portugal. Embora, seja a caracterização e a evolução demográfica da população portuguesa que terá por nós maior destaque. Estudaremos nas próximas alíneas questões relacionadas com o passado e o presente da população portuguesa, nomeadamente, no que concerne às mudanças ocorridas ao longo dos tempos, na natalidade, na mortalidade, na mortalidade infantil, na fecundidade, nos movimentos migratórios, etc. É ainda, com base em toda a nossa pesquisa histórica da população portuguesa que faremos posteriormente um estudo prospectivo do povo português até ao ano de 2031.

Breve enquadramento Histórico e Geográfico

Mapa 1: Portugal



²⁷ Portugal, oficialmente República Portuguesa, é um país localizado no Sudoeste da Europa, cujo território se situa na zona Ocidental da Península Ibérica e em arquipélagos no Atlântico Norte. O território português tem uma área total de 92 090 km², e é delimitado a norte e leste por Espanha e a sul e oeste pelo Oceano Atlântico, e compreende uma parte continental e duas regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Portugal é a nação mais ocidental do continente europeu. O território encontra-se dividido no continente pelo rio principal, o Tejo. A norte, a paisagem é montanhosa nas zonas do interior com planaltos, intercalados por áreas que permitem o desenvolvimento da agricultura. A sul, até ao Algarve, o relevo é caracterizado por planícies, sendo as serras esporádicas. A capital é Lisboa e é onde se concentra o maior foco populacional.

²⁷ Fonte (Mapa 1): <http://thoughloversbelostloveshallnot.blogspot.pt/2011/10/portugal.html>

As principais divisões administrativas de Portugal são os 18 distritos no continente e as duas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, que se subdividem em 308 concelhos e 4260 freguesias.

Portugal também está dividido em três NUTS. Esta divisão foi elaborada para fins estatísticos, estando em vigor em todos os países da União Europeia.

A nível político, em Portugal, a principal lei é a Constituição, datada de 1976, e que regula todas as outras. Outras leis relevantes são o Código Civil (1966), o Código Penal (1982), o Código Comercial (1888), o Código de Processo Civil (1961), o Código de Processo Penal e o Código do Trabalho. Todas estas leis têm sofrido revisões desde a sua publicação original.

Existem quatro Órgãos de Soberania: o Presidente da República (Chefe de Estado – poder moderador, com algum poder executivo), a Assembleia da República (Parlamento – poder legislativo), o Governo (poder executivo) e os Tribunais (poder judicial). Vigora no país um regime parlamentarista, que ao longo das várias revisões constitucionais vem retirando poder ao Presidente da República.

A religião católica exerce grande influência sobre os portugueses (84,6% da população total, segundo os censos de 2001, é católica). O idioma mais falado é o português, que é a língua oficial²⁸. Contudo, são reconhecidas e protegidas oficialmente a língua gestual portuguesa²⁹ e o mirandês, protegida oficialmente no concelho de Miranda do Douro³⁰, com origem no asturo-leonês, ensinada como segunda língua facultativa em escolas do concelho de Miranda do Douro e parte do concelho de Vimioso. O seu uso, no entanto, é bastante restrito, estando em curso acções que garantam os direitos linguísticos à sua comunidade falante.

Portugal é hoje um país desenvolvido, com Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado. Encontra-se entre os 20 países do mundo com melhor qualidade de vida, apesar de o seu PIB *per capita* ser o menor entre os países da Europa Ocidental. Portugal é o 13º país mais pacífico do mundo. É membro das Nações Unidas e da União Europeia (na altura da sua adesão em 1986, CEE), e membro/fundador da NATO, da OCDE, da Zona Euro (da União Europeia) e da CPLP³¹. Participa em diversas missões de manutenção de paz das Nações Unidas. Portugal é também um estado-membro do Espaço Schengen.

²⁸ Artigo 11.º, parágrafo 3, da *Constituição da República Portuguesa*.

²⁹ Artigo 74.º, parágrafo 2, alínea h), da *Constituição da República Portuguesa* – revisão de 1997.

³⁰ *Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro de 1999*.

³¹ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Caracterização Demográfica

Foram profundas as alterações de Portugal entre o início dos anos 60 e a actualidade, designadamente: o envolvimento, numa guerra colonial em três frentes – Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; colossal surto de emigração até 1973; mudança de regime político, em 1974; processo de descolonização e de nacionalização de vastos sectores da economia, em 1975; adesão, formalizada em 1986, do país à então Comunidade Económica Europeia (actualmente União Europeia); reprivatização de alguns sectores da economia, nos anos 80 e 90; entrada em circulação de uma nova moeda única europeia (Euro), em 2002 e consequente fim do escudo; participação na globalização económica e financeira mundial, na última década. Estes e outros acontecimentos mudaram as feições do país.

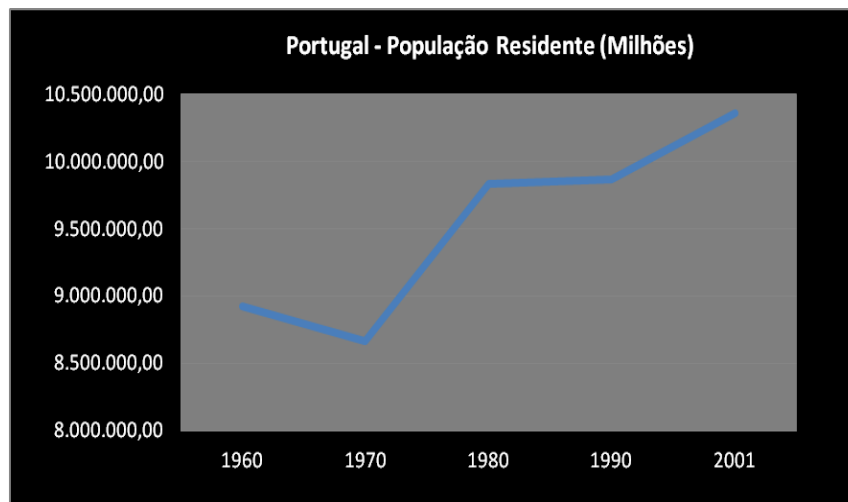
As marcas destas alterações são bastante evidentes, embora, *e curiosamente* entre 1960 e a actualidade o número de residentes em Portugal pouco tenha variado.

Em 1960³², Portugal contava com cerca de 8,8 milhões de residentes. Vinte e cinco anos depois, ou seja, em 1980, atinge os 10 milhões de residentes, patamar onde se manteve até aos dias de hoje. Em 2001, o total de residentes passou para os 10,4 milhões. Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (ainda que provisórios) apontam para os 10,6 milhões, no ano de 2011. Numa leitura mais atenta e aprofundada da evolução da população de Portugal, permite, apesar de tudo, encontrar variações importantes no número de residentes. Houve, assim, períodos em que o aumento da população foi relativamente elevado face a outros em que a população praticamente não alterou, ou que chegou mesmo a diminuir.

O período mais marcado pelo decréscimo populacional situou-se entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70. “Entre 1960 e 1970, a população residente diminuiu em ritmo e em volume, passando de 8,8 para 8,6 milhões de habitantes.”³³ O que justificou a diminuição da população residente foi que muitos portugueses passaram a ir viver para outros países, ultrapassando largamente o número de estrangeiros que fixaram residência em Portugal.

³² Ao longo desta tese, privilegiei os dados dos recenseamentos sobre a população (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001). Contudo, em certas análises, neste e noutros capítulos, recorri, para avaliar situações mais recentes, às estimativas anuais realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

³³ Teresa Ferreira Rodrigues (2008), *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Edições Afrontamento, pág. 423.

Gráfico n° 1. Evolução da População Residente em Portugal (1960-2001)

Fonte: Elaboração Própria

Assim, a população diminuiu em virtude daquilo a que se chama *saldo migratório* ter sido fortemente negativo: nesse período, o número de emigrantes ultrapassou o número de imigrantes em sensivelmente um milhão e meio de indivíduos.

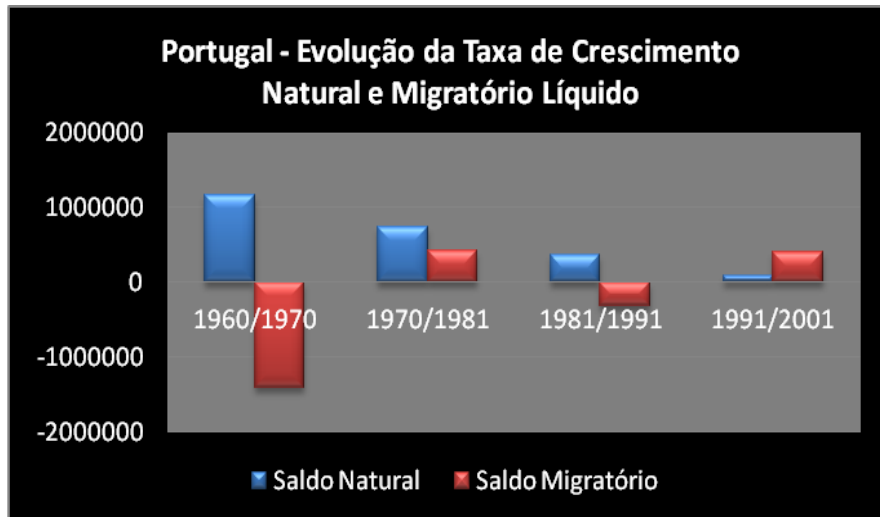
Entre 1974 e o início dos anos 80, ocorre uma nova inversão de tendência populacional residente e Portugal recupera a quebra populacional observada na fase anterior. Nesse período, chegaram mesmo a registrar-se aumentos populacionais anuais muito intensos. Assim, associado a um número total de nascimentos que se manteve muito superior ao número de óbitos, o saldo migratório registou uma inversão muito significativa. Passou, nesse período, de negativo a fortemente positivo, devido ao importante volume de entradas em Portugal (nomeadamente o regresso de emigrantes e da deslocação de portugueses que viviam nas ex-colónias). “*De facto, as condições internacionais eram favoráveis ao fomento da exportação e à emigração.*”³⁴ Apenas entre 1974 e 1975, o número de entradas excedeu o número de saídas em mais de meio milhão de pessoas.

Após este período de grande *euforia* demográfica, o crescimento da população voltou a desacelerar, chegando mesmo a verificar-se uma diminuição do número de residentes entre 1987 e 1991. Entre os anos de 1982 e de 1992, o número de nascimentos superou o número de óbitos em apenas 332 mil indivíduos. Por outro lado, os saldos migratórios voltaram de novo a ser negativos, embora estes, em termos de grandeza, em nada sejam comparáveis com os observados até 1973.

³⁴ Teresa Ferreira Rodrigues (2008), *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Edições Afrontamento, pág. 423.

Entre 1982 e 1992 saíram aproximadamente mais 242 mil pessoas do que entraram, registrando-se um saldo médio anual negativo de 22 mil indivíduos.

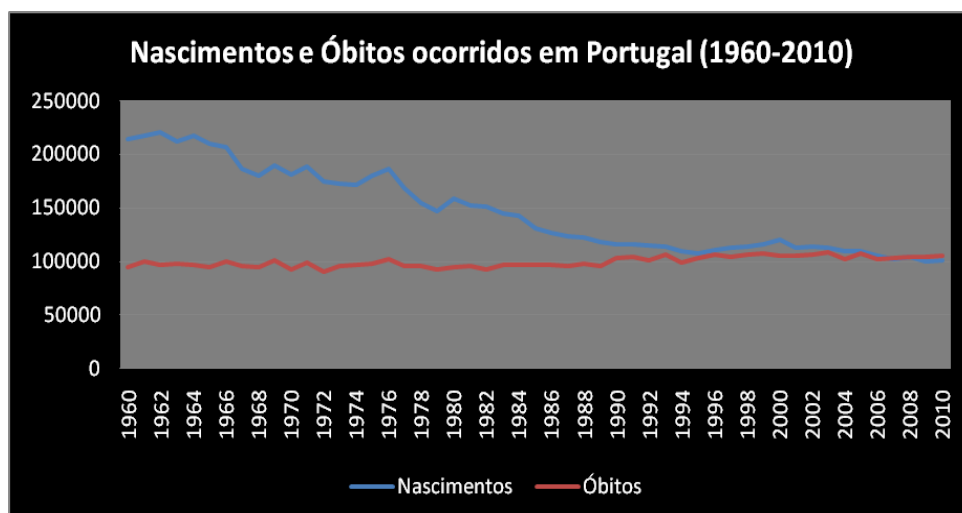
Gráfico nº 2. Evolução da Taxa de Crescimento Natural e Migratório Líquido em Portugal (1960 – 2001)



Fonte: Elaboração Própria

De 1993 a 2010 entra-se numa nova fase de dinâmica demográfica. Nesse período, Portugal passou a contar com cerca de mais 640 mil pessoas. A partir de 1993 os saldos migratórios começam a apresentar-se persistentemente positivos. Assim, o aumento populacional fez-se à custa do saldo migratório, dado que o saldo natural se aproximou de zero, chegando mesmo a ser negativo em alguns anos.

Gráfico nº 3. Nascimentos e Óbitos ocorridos em Portugal (1960-2010)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.ine.pt

Este último período é, portanto, a fase em que o país se afirma também como destino de imigração e em que começam a ganhar perspicuidade as principais tendências que marcaram a demografia da actualidade, designadamente: a diminuição da fecundidade, o prolongamento da esperança média de vida e o envelhecimento da população.

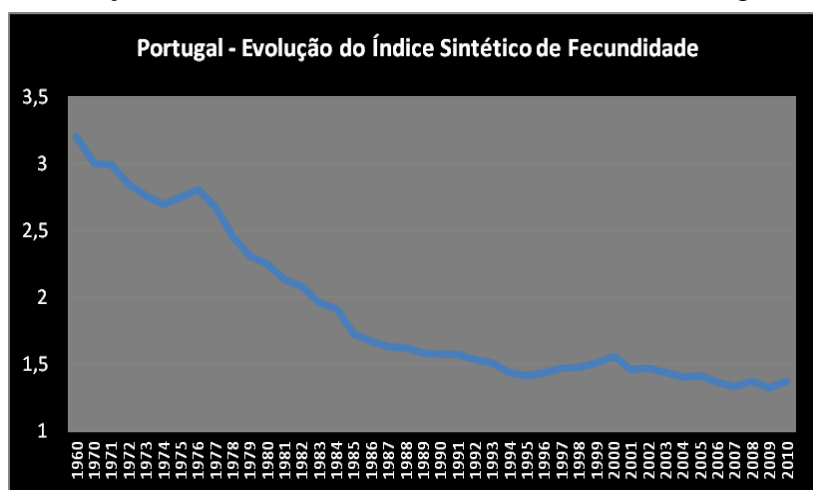
“Durante as últimas cinco décadas, a demografia portuguesa transformou-se, modernizou-se, em sintonia com as profundas mudanças sociais, económicas e políticas nacionais e internacionais que marcaram todo este longo período.”³⁵

Diminuição do número de nascimentos

A diminuição do número de filhos por mulher, seguida de uma estabilização desse número em níveis consideravelmente baixos, é uma tendência de amplitude mundial, com especial expressão nos chamados países *mais desenvolvidos*, sobretudo na Europa, o que significa que não é um caso específico da sociedade portuguesa.

O Índice Sintético de Fecundidade,³⁶ permite concluir que, de facto, as mulheres têm, em média, muito menos filhos do que no passado. Assim, passa-se de 3,2 filhos por mulher, em 1960, para 1,4 filhos por mulher, em 2010.³⁷

Gráfico nº 4. Evolução do Índice Sintético de Fecundidade em Portugal (1960-2010)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.ine.pt

³⁵ Maria João Valente e Paulo Chitas (2010), *Portugal e os Números*, FFMS, pág. 14.

³⁶ ISF, uma medida normalmente usada para medir a fecundidade das mulheres e que estima o número médio de crianças por mulher.

³⁷ Informação estatística disponível no Instituto Nacional de Estatística.

Para que as gerações se substituam, ou seja, para que cada mãe deixe uma futura mãe, é necessário que as mulheres tenham em média 2,1 filhos.³⁸ Em 1982 o ISF passa a ser menor do que 2,1 filhos por mulher. A renovação de gerações deixa, portanto, de estar garantida.

Duas componentes contribuem, em interacção, para a diminuição dos níveis de fecundidade: por um lado, as mulheres optam por ter filhos cada vez mais tarde. O que significa que, sendo o seu período fértil fixo (aproximadamente dos 15 anos até aos 50 anos), têm menos tempo para os ter. É também sabido que a fertilidade das mulheres vai diminuindo à medida que a idade avança, não tendo elas as mesmas probabilidades de engravidar aos 35 anos que aos 25 anos. Assim, quanto mais tarde as mulheres começam a ter filhos, menos tempo – e, em simultâneo, mais dificuldade – têm em consegui-lo.

Por outro lado, e independentemente da idade da primeira maternidade³⁹, as mulheres têm em média menos filhos. Ambos os fenómenos ocorreram na vida das mulheres portuguesas, ao longo das últimas décadas.

A idade média das mulheres aquando do nascimento do primeiro filho era de 25 anos em 1960 e em 2010 é de 28,9 anos – as mães ficaram portanto menos jovens. O retardar do projecto de maternidade adquire nitidez a partir de meados dos anos 80, momento em que se atinge a idade média das mães, aquando do nascimento do primeiro filho, mais baixa: 23,5 anos (em 1982 e 1983).

O aumento da idade média de maternidade resultou de uma alteração significativa do padrão de fecundidade. Com efeito, durante o período fértil das mulheres, as idades mais fecundas (ou seja, aquelas em que as mulheres têm mais filhos) foram-se tornando cada vez mais tardias.

Associado ao delongar do projecto de maternidade está também a quebra dos níveis globais de fecundidade, extensível a todas as idades do período fértil. Note-se que em 1960, nasciam 178 crianças por cada 1000 mulheres entre os 25 e os 29 anos, e que em 2008 nasciam “apenas” 77 crianças.⁴⁰

Os reflexos da diminuição dos níveis de fecundidade são sensíveis no número anual de nascimentos: superiores a 200 mil até praticamente finais dos anos 60 estão muito próximos dos 100 mil, na actualidade.

Tudo aconteceu apesar da *generosidade* de algumas medidas de apoio à família, que poucos efeitos *positivos* teve sobre a evolução do número de nascimentos.

³⁸ Um pouco superior a dois filhos, para compensar o facto de, à nascença, a probabilidade de se ter um filho do sexo masculino ser ligeiramente superior à probabilidade de se ter uma filha - o que se aplica a todo o mundo e não só a Portugal.

³⁹ De referir que, este comportamento por si só, não seria suficiente para provocar as quebras da fecundidade verificadas.

⁴⁰ Dados estatísticos disponíveis online no site do Instituto Nacional de Estatística em www.ine.pt

Uma complexa rede de factores, quer de ordem individual, quer de ordem social e económica, ajudam a compreender esta mudança nos comportamentos face à fecundidade, que resulta numa sociedade que já não assegura a renovação de gerações e em que as mães são claramente menos jovens.

Entre esses factores será relevante referir o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (fundamentalmente a partir da década de 80), com implicações óbvias no equilíbrio dos tempos de família, de trabalho e de lazer. A este propósito notem-se, aliás as baixas percentagens de mulheres com trabalho a tempo parcial em Portugal num contexto em que o investimento, em tempo, na criança tem grande importância. Outros factores interferem também na evolução observada dos níveis de fecundidade, designadamente, a melhor capacidade dos casais em controlar a sua descendência, em virtude do maior acesso à informação sobre os métodos e técnicas de concepção e de contracepção, a generalização de métodos contraceptivos cada vez mais eficazes, a melhoria das condições de vida e a significativa redução dos níveis de mortalidade infantil, o aumento do nível de escolarização da população (nomeadamente, feminina) e o prolongamento dos percursos escolares das mulheres até idades mais tardias.

Evolução da Mortalidade Infantil

A par da diminuição evolutiva dos níveis de fecundidade, o mundo tem observado importantes conquistas sobre as doenças e a morte. Um dos países onde foi mais expressivo o êxito dessa vitória sobre a morte é precisamente Portugal (**ver gráfico seguinte**). Registou-se entre nós uma diminuição impressionante da taxa de mortalidade infantil (óbitos de crianças com menos de um ano de idade, por cada 1000 nascimentos). “*Portugal tem hoje um dos mais baixos níveis mundiais de mortalidade infantil.*”⁴¹

Com resultado, enquanto no início dos anos 60 morriam cerca de 78 crianças por mil nascimentos, em 2010 esse número é de apenas 2,4. A excepcional redução da taxa de mortalidade infantil⁴², fortalece-se na primeira metade da década de 70 e mantém-se (apesar de algumas pequenas oscilações anuais) até à actualidade. “*Em 2008, o país tinha a sexta mais baixa taxa de*

⁴¹ Teresa Ferreira Rodrigues (2008), *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Edições Afrontamento, pág. 426.

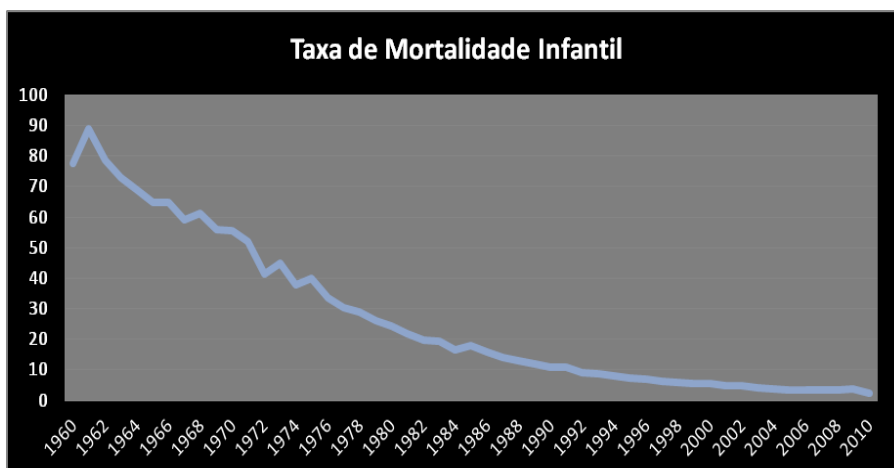
⁴² Um dos indicadores mais utilizados a nível internacional para avaliar as condições médico-sanitárias de uma sociedade e o seu nível de desenvolvimento social.

mortalidade infantil da União Europeia”⁴³ (a média da União é de 4,7 por mil), enquanto, nos anos 60, era o país com a mais elevada taxa de mortalidade infantil entre os 27 países.

“Portugal foi, portanto, o país da UE-27 que conseguiu a maior redução deste indicador, desde a década de 60.”⁴⁴ Para este êxito, contribui um conjunto variado de factores, não só de natureza social, mas também outros, ligados ao sistema de saúde.

“Um programa nacional de vacinação eficiente, universal e gratuito, lançado em 1965 com a vacinação contra a poliomielite e, no ano seguinte, alargado à difteria e à tosse convulsa, terá sido uma das medidas com repercussão mais significativa na evolução destes números.”⁴⁵ Seguiu-se-lhe o encerramento de cerca de mais de metade dos serviços médicos onde ocorriam partos, na segunda metade da década de 80, e a sua concentração em maternidades devidamente apetrechadas de médicos e de enfermeiros especializados.

Gráfico n.º 5. Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal (1960-2010)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.ine.pt

A expansão da rede de centros de saúde, garantidos pelo Estado e com pessoal médico capaz (que aproxima os cuidados de saúde de uma população que a eles não tinha acesso), a melhoria do transporte de parturientes, a generalização de equipamentos de apoio à vida de prematuros e um melhor acompanhamento das mulheres grávidas, através da generalização de consultas de obstetrícia e de ginecologia, são ainda outros aspectos a ter em conta. Por outro lado, a redução do

⁴³ Maria João Valente e Paulo Chitas (2010), *Portugal e os Números*, FFMS, pág. 18.

⁴⁴ *Ibidem*

⁴⁵ António Arnaut (2009), *Serviço Nacional de Saúde SNS – 30 anos de resistência*, 2ª edição, Coimbra Editora.

nível global de mortalidade infantil poderá também estar relacionada com o declínio dos níveis de fecundidade.

A evolução da mortalidade infantil foi ainda acompanhada por um progressivo aumento dos nascimentos em meio hospitalar. Com efeito, enquanto em 1960 a maioria dos partos ocorria na esfera doméstica, nos dias de hoje a quase totalidade dos partos ocorrem em estabelecimentos de saúde.

Um outro bom indicador da melhoria do nível de cuidados de saúde materna, especificamente dos cuidados médicos disponíveis para as grávidas, é a taxa de mortalidade materna (número de óbitos de mulheres devido a complicações da gravidez, ou do parto, por cada 100 000 nascimentos), que registou, igualmente, uma diminuição drástica nas últimas décadas.

A mortalidade infantil, com tudo o que ela representa, é, assim, um dos mais espantosos progressos da sociedade portuguesa contemporânea.

População cada vez mais envelhecida

“A população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos crianças e se morre cada vez mais tarde”⁴⁶

Quem nasceu em Portugal no ano de 1960 podia esperar viver 66,4 anos se fosse mulher e 60,7 anos se fosse homem. Mas quem nasceu em 2009 podia esperar viver muito mais: 82,1 anos se fosse mulher e 76,1 anos se fosse homem. **(ver gráfico seguinte)**. Estes novos horizontes de vida são dilatáveis aos dois sexos, embora as mulheres continuem em clara vantagem no tempo de vida comparativamente aos homens. Esta diferença é, aliás, responsável pela constante sobre representação feminina nas idades mais avançadas: por cada cinco indivíduos com 75 ou mais anos, pelo menos três são mulheres.

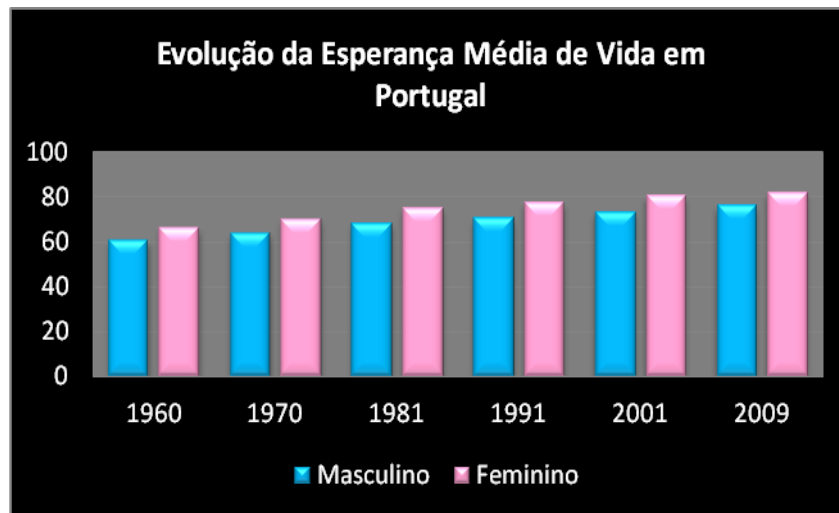
Ao viverem até mais tarde, aumenta a importância estatística das pessoas em idade mais avançada. Este é um dos elementos que traduz o envelhecimento da população.

Por outro lado, há cada vez menos nascimentos. O que significa que diminui a parcela de pessoas em idades *jovens*. Este é o outro elemento que traduz o envelhecimento da população. A simultaneidade destas duas evoluções origina um duplo envelhecimento, ou seja, acentua-se o peso

⁴⁶ Teresa Ferreira Rodrigues (2008), *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Edições Afrontamento, pág. 426.

dos idosos no total da população e reduz-se a importância dos jovens. Estamos portanto, perante um duplo envelhecimento.

Gráfico nº 6. Evolução da Esperança Média de Vida à Nascença por sexos em Portugal (1960 -2009)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação estatística disponível em www.ine.pt

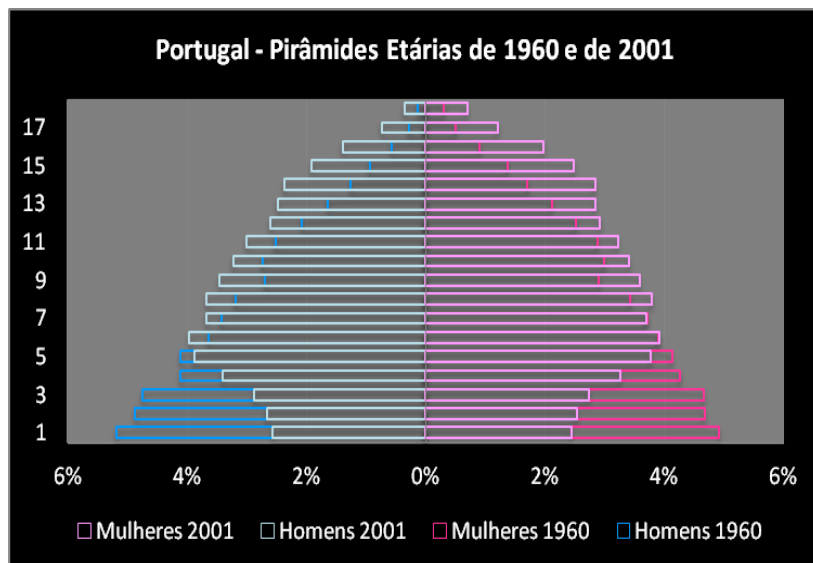
O envelhecimento populacional é um processo que adquiriu uma dimensão mundial. É contudo, na Europa que se manifesta com maior intensidade. E, neste contexto, “*Portugal já integra actualmente a lista dos países mais envelhecidos do mundo*”⁴⁷, situação bem distinta da que se constata há 50 anos.

Em 1960, o número de pessoas com menos de 15 anos era visivelmente superior ao número de pessoas com 65 ou mais anos. Em 2000, pela primeira vez desde que há registos sobre a população em Portugal, o número de idosos ultrapassou claramente o número de jovens.

Assim, em praticamente quatro décadas, o número de jovens diminuiu e o número de idosos aumentou e, desde então, essa superioridade estatística tem-se vindo a salientar. Situação essa que parece não se voltar a inverter tão rapidamente. Vejamos o **gráfico nº7**.

As facetas do envelhecimento demográfico são várias. Entre elas está não só o reforço da importância da população idosa no total da população residente mas também o aumento da importância dos idosos mais velhos (com 80 ou mais anos).

⁴⁷ Maria João Valente e Paulo Chitas (2010), *Portugal e os Números*, FFMS, pág. 20.

Gráfico n° 7. Portugal - Pirâmides Etárias de 1960 e de 2001

Fonte: Elaboração Própria

Subsequente, também, de a sociedade portuguesa estar a ficar mais grisalha, existe um crescente equilíbrio da “relação de forças” estatísticas entre as pessoas em idade activa (15-64 anos) e as pessoas com 65 ou mais anos (a larga maioria reformada). O número de idosos por cada 100 indivíduos em idade activa está, assim, a aumentar: passou de 13, em 1960, para 24 em 2001, e para 26, em 2008, segundo avaliações do INE. Ou seja, no início da década de 60 por cada pessoa com 65 ou mais anos existiam cerca de dez pessoas em idade activa; actualmente, existem apenas quatro.

Atendendo às causas, o envelhecimento da população portuguesa tem por detrás gigantescos progressos da sociedade, que se reflectiram em baixos níveis de fecundidade e em significativos alargamentos de horizontes para a vida dos portugueses. Por isso é, à partida, positivo que a estrutura etária esteja a envelhecer. Contudo, as dificuldades da sociedade em se acomodar a este seu novo “semblante” populacional, *mais grisalho*, são por demais patentes na actualidade: os desafios associados ao envelhecimento transpõem vários sectores da sociedade, nomeadamente a educação (diminuição do número de alunos), a saúde (maior pressão sobre o sistema) e a protecção social (sustentabilidade financeira).

Portugal e a sua dependência face à Imigração

Em 2007, pela primeira vez nas últimas cinco décadas, o saldo natural (diferença entre o número de nascimentos e de óbitos) da população residente foi negativo. Em 2008, embora o saldo natural tivesse sido positivo, o excesso de nascimentos sobre os óbitos foi muito fraco: de 314. No

ano de 2009 e no ano de 2010 o saldo natural da população residente em Portugal voltou a ter os mesmos contornos que o ano de 2007 ou seja, foi negativo: - 4943 e - 4549, respectivamente.

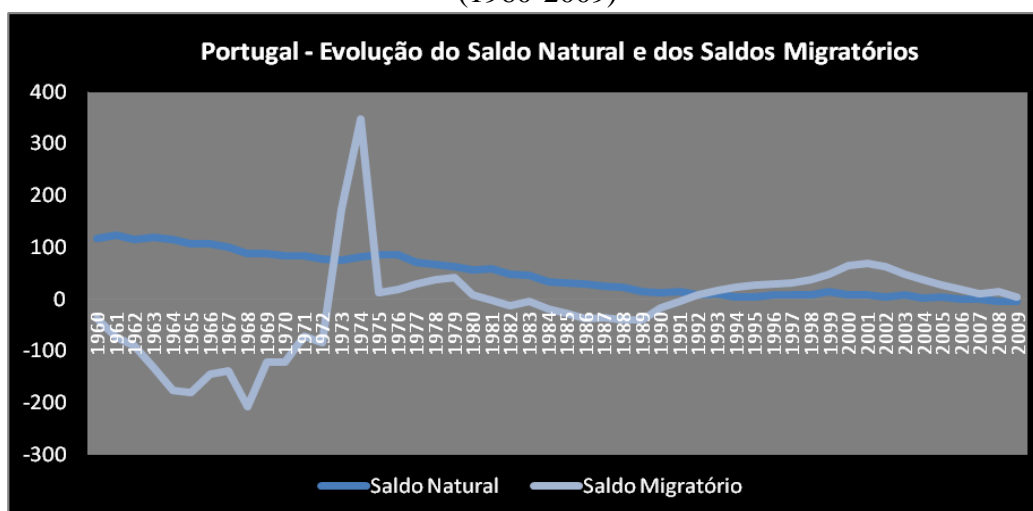
Estes resultados demonstram, de forma clara, uma evolução que se vinha a delinear. Enquanto a década de 60 se caracterizou por médias anuais de saldo natural superiores a 110 mil indivíduos, a década de 80 caracterizou-se por valores anuais médios de 38 mil indivíduos, sendo que, a partir de 1995 e até 2008, o saldo natural nunca mais superou a fasquia dos 9 mil (salvo em 2000, quando se cifrou em cerca de 15 mil indivíduos).

Num contexto em que o saldo natural português tende para zero, a componente migratória passa a ocupar um lugar particularmente decisivo no aumento ou na diminuição da população residente.

Foi em 1993 que Portugal passou “a apresentar saldos migratórios continuamente positivos, significando um número anual de entradas no território superior ao número de saídas”.⁴⁸ Contudo, “nem a emigração perdeu a sua actualidade, nem a imigração é uma marca exclusiva dos anos recentes.”⁴⁹

Relativamente à emigração, o País foi conhecido pelos importantes fluxos migratórios dos anos 60, designadamente para a França e a Alemanha. Tratou-se de um êxodo laboral intensificado, de algum modo, por factores de natureza política – como a fuga ao recrutamento militar masculino para a guerra colonial ou às perseguições políticas do regime.

Gráfico nº 8. Evolução do Saldo Natural e do Saldo Migratório em Portugal (1960-2009)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.ine.pt

⁴⁸ Que se mantém na primeira década deste século, de acordo com o INE.

⁴⁹ Maria João Valente e Paulo Chitas (2010), *Portugal e os Números*, FFMS, pág. 23.

*“A década de 70 e 80 são marcadas por dois fenómenos simultâneos, que assinalam o fim da emigração. O retorno dos portugueses das ex-colónias e o regresso de muitos nacionais espalhados pela Europa. É a partir desta data que Portugal passa a ser definido como um país de imigrantes, embora o fenómeno da emigração não tenha cessado.”*⁵⁰

E, apesar de a partir de 1993 se ter dado a inversão do sinal do saldo migratório (que passou a positivo), Portugal continua a ser um país de emigrantes. Entre 1993 e 2003, estima-se que tenham emigrado aproximadamente 300 mil pessoas (uma média de cerca de 27 mil pessoas por ano).⁵¹ Destes, a maioria é do sexo masculino e também a maioria tenciona fixar a sua residência num país estrangeiro por um período inferior a um ano.

Apesar de, a partir de 2003, terem deixado de existir estatísticas sobre emigrantes, são largos os indícios de que a emigração continua a ser significativa. Dado interessante a este pressuposto são as expedições de emigrantes (a maioria de origem europeia, em especial da França e da Suíça), as quais continuam elevadas. Em 2009, equivaleram a 2,3 mil milhões de euros e representaram 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB), valor apesar de tudo muito inferior aos montantes presenciados em períodos anteriores (em 1979, atingiram o máximo em percentagem do PIB, 10%). Outro caso revelador é o registo de nascimentos portugueses ocorridos fora do território nacional – na última década nunca foi inferior a 40 mil por ano, como revelam os dados da Conservatória dos Registos Centrais.

Quanto à situação de Portugal como país de acolhimento, a qual adquiriu particular relevo na história recente, também não é um exclusivo da actualidade.

Nos anos 60, registava-se já a chegada de indivíduos, designadamente de origem cabo-verdiana, num contexto de carecimento de mão-de-obra nacional em sectores como a construção e obras públicas, efeito da emigração de trabalhadores portugueses.

Na segunda metade dos anos 70, estes fluxos estiveram predominantemente associados à vinda de população de origem africana, na sequência do processo de descolonização e das crises subsequentes.

⁵⁰ Filipa de Castro Henriques (2001), *Envelhecimento, Educação e Saúde, Uma Análise Prospectiva 2001-2021*, Dissertação de Mestrado, ISEGI-UNL, Lisboa, pág. 73.

⁵¹ Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Estatística

Posteriormente, a estes fluxos juntaram-se outros. “*Nos anos 80, de populações procedentes essencialmente do Brasil, da China, do Paquistão e da Índia.*”⁵² “*No final dos anos 90, de europeus de países da Europa de Leste (em especial Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia).*”⁵³

Apesar de a imigração não ser um exclusivo dos anos recentes, é na actualidade que se torna mais evidente a presença de estrangeiros. Em 2008, de acordo com as estatísticas oficiais, residiam em Portugal 440 mil estrangeiros, valor que poderá ser ainda mais elevado, nomeadamente se, se admitirem, como não negligenciáveis aqueles que chegam ao País e aqui permanecem em condição de clandestinidade.

Os estrangeiros presentes em Portugal são, na contemporaneidade, de origens bastante distintas: em 2001, foram apuradas cerca de 170 nacionalidades diferentes de residentes.⁵⁴

Segundo os dados disponíveis, em 2008, entre os estrangeiros com o estatuto legal de residente, a comunidade de origem brasileira era a mais numerosa. Com um valor registado de mais de cem mil indivíduos, o número oficial de residentes brasileiros quadruplicou em apenas cinco anos, graças aos processos de legalização especiais que os teve como destinatários. Em segundo lugar, estão os ucranianos, com mais de 52 mil indivíduos, em terceiro lugar encontram-se os cabo-verdianos, com 51 mil pessoas, que até “*mantiveram o título de comunidade estrangeira mais numerosa a residir em Portugal.*”

Uma multiplicidade de factores, nomeadamente o económico, contribuiu para este novo cenário migratório.

Antes de mais, a integração na Europa comunitária e o fluxo de fundos estruturais que tiveram Portugal por destino animaram a economia nacional, tornando-a mais atractiva para quem procurava melhorar os seus rendimentos. O investimento em infra-estruturas e em obras públicas expandiram as necessidades de mão-de-obra no sector da construção. Também a expansão das actividades de comércio, da hotelaria e do turismo pressionaram o mercado de trabalho do lado da procura.

Aspectos de natureza política, nacional e internacional, também contribuíram para reforçar a entrada de imigrantes em Portugal. O mais significativo terá sido a queda do muro de Berlim (1989) e a transição para um novo modelo político-económico na Europa de Leste. Mas é inquestionável a

⁵² Humberto Moreira (2006), *Emigração Portuguesa – Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*, Instituto Nacional de Estatística, Revista de Estudos Demográficos, nº38, pág. 49 -53.

⁵³ Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis (2006), *Imigrantes de Leste em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos, nº 38, pág. 33-37.

⁵⁴ Informação disponível no Instituto Nacional de Estatística.

importância da eliminação do controlo de fronteiras entre certos Estados-membros, com a aplicação do Acordo de Schengen, em 1995, e as conjecturas que se abriram à normalização da situação dos estrangeiros em território nacional, designadamente com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro. Ainda é de mencionar o acordo Luso-Brasileiro sobre contratação mútua de nacionais, o qual possibilitou a regularização de cidadãos brasileiros entrados até 11 de Julho de 2003.

Apesar de o número oficial de estrangeiros ainda representar uma escassa fatia da população residente, a sua presença tem um papel resolutivo para a vitalidade da demografia portuguesa contemporânea, principalmente por estas populações se centralizarem nas idades activas, e consequentemente também as mais férteis.

A projecção da população residente em Portugal: Cenários Alternativos no horizonte 2001-2031

Enquadramento e Metodologia

“A dimensão de actuação da demografia tem vindo a ampliar-se e, nos dias que correm, o papel desempenhado por esta ciência é de elevada importância para apoiar e orientar decisões. Para desempenho desta função, não basta descrever acontecimentos passados, viver o presente e receber o futuro com resignação, é possível alertar consciências sobre os desenvolvimentos demográficos e prevenir possíveis situações de ruptura.”⁵⁵

A ideia de fazer projecções demográficas para prevenir determinados acontecimentos já existe há muito tempo, tendo-se tornado mais habituais na década de 50 no século passado, com as publicações das Nações Unidas. Hoje em dia a realização de projecções e o seu uso são mais frequentes e estão ao alcance de todos aqueles que detenham o domínio da sua técnica. Há que não esquecer que às projecções está associado um grau de incerteza que deverá ser atenuado com a construção de vários cenários prováveis.

Importa salientar que a projecção populacional que pretendemos fazer assenta na premissa de que os acontecimentos que têm vindo a afectar a população portuguesa no último par de décadas irão continuar com a mesma tendência no futuro próximo ou tendência diversa mas por nós

⁵⁵ Fabrice Hatem, Bernard Cazes, Fabrice Roubelat (1993), *La Prospective. Pratiques et Méthodes*, Paris, Ed. Economica.

assumida, pois justamente sem essa premissa de estabilidade seria inviável efectuar qualquer estudo prospectivo.

Para a realização de projecções da população é necessário dispor de uma população de início à qual se irão aplicar métodos e técnicas prospectivas e assim obter a população final. O ano de partida deverá corresponder ao último recenseamento disponível, ou contagem rigorosa do número de indivíduos para que a informação seja a mais actualizada e completa possível acerca das estruturas e características da população que se quer projectar.

Quanto ao período de anos a projectar, este não deverá ser demasiadamente extenso, pois a fiabilidade e qualidade das projecções poderão ser afectadas. Considerámos então neste trabalho que trinta anos seriam ideais, pois as possibilidades de mudança na evolução dos diversos componentes que intervêm no crescimento da população não serão grandes, pelo menos no que respeita à mortalidade e natalidade/fecundidade.

Quanto aos períodos das projecções e à escolha de que momentos no tempo se vão proporcionar dados da população projectada, decidimos por efectuar em períodos quinquenais no tempo e idade.

Optámos pelo denominado método das componentes, considerada como uma ferramenta fundamental para as projecções demográficas. Este método assenta no esquema básico de sobrevivência de *coortes*. Tal como o nome indica, consiste na projecção em separado das componentes mortalidade, fecundidade (construção de cenários de crescimento natural). Só depois será adicionada a variável macro demográfica referente aos movimentos migratórios (agregando esta última à emigração, imigração e migrações internas). Ao projectar cada componente em separado, torna-se possível a discussão prospectiva e ecológica de cada uma delas e respectivo impacto face à dinâmica populacional, ao invés do que sucede com os métodos matemáticos.⁵⁶

Construir cenários futuros resultantes de uma projecção, implica a definição de uma população de partida e a assunção de pressupostos básicos de funcionamento. No presente estudo foram assumidos os valores obtidos no último recenseamento geral da população portuguesa, de 12 de Março de 2001⁵⁷. Do ponto de vista técnico era indispensável a elaboração de um ajuste entre

⁵⁶ Nos métodos matemáticos, assume-se que a evolução da população se resume a uma equação matemática que é simplesmente aplicada ao total da população, sem ter em linha de conta as componentes demográficas, ou os subgrupos etários, ignorando também as interdependências entre estes subgrupos.

⁵⁷ O ano de referência foi o de 2001, referentes ao XIVº Recenseamento da População Portuguesa de 12 de Março, uma vez que os dados definitivos respeitantes aos XVº Recenseamento da População Portuguesa efectuados no último ano de 2011, ainda não se encontram disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

nados vivos e óbitos ocorridos entre 1 de Janeiro de 2001 e os Recenseamentos, e assim executamos este ajustamento ao princípio do ano. Esta necessidade surge do facto de ser ainda maior o erro que iríamos cometer ao tentar estimar o número de óbitos e nascimentos até essa data, além de irmos por esta via obter estimativas sempre referentes ao início dos anos em estudo.

Na realização do cenário natural – ou seja, cenário sem migrações – projectámos cada uma das componentes para cada sexo em separado, uma vês que possuem probabilidades de sobrevivência diferentes. Em primeiro lugar foram projectadas as mulheres e só depois foram projectados os homens, de forma a que fosse possível estimar a taxa de fecundidade geral e consequentemente os nascimentos previstos nos períodos subsequentes. Para a realização das probabilidades de sobrevivência utilizámos como modelo as **Tábuas-tipo de Princeton** – Modelo W (oeste)⁵⁸ e nível 25 para o período 2001-2006 (foi escolhido o 25W apesar da TMI se situar muito próxima de 5, a E0 (H) de 80 anos e E0 (M) de 73 anos não são suficientemente longas para passar para o nível seguinte) e para o período 2006-2011 (será mantido o nível 25w visto que estes indicadores (TMI e E0) demoram algum tempo até se alterarem não justificando neste caso a mudança de nível), nível 26 para o período 2011-2016 e para o período 2016-2021 (nas previsões efectuadas pela ONU, prevê-se que no período a TMI não vá diminuir mais, no entanto é provável que a esperança média de vida aumente em ambos os sexos e se mantenha nos valores apresentados em 26w) e nível 27 para o período 2021-2026 e para o período 2026-2031 (segundo as previsões internacionais neste período a TMI não diminuirá, mas espera-se que a esperança média de vida se mantenha nos valores apresentados em 27w).

No que concerne à componente da fecundidade/natalidade e face aos dados recentes que nos mostram a descida da taxa de natalidade e da taxa de fecundidade geral, considerámos para o caso português o modelo de baixa fecundidade. Tal significa pensar que este indicador continuará a diminuir mas será pouco provável que diminua para valores abaixo dos 40 por mil. A origem da escolha deste valor limite ocorre na sequência da EUROSTAT acreditar que uma TFG de 40 por mil já é muito baixa e que dificilmente decairá para valores inferiores.

⁵⁸ De acordo com Coale e Demery, autores das *tábuas-tipo de Princeton*, existem quatro modelos regionais de mortalidade: modelo norte (baseado no modelo de mortalidade da Suécia, Noruega, etc.); modelo Sul (com base no modelo de mortalidade de Itália, Espanha e Sicília); modelo Este (fundamentado no modelo de mortalidade da Europa Central) e o modelo Oeste (baseado no modelo residual).

Finalizada a realização do cenário de tendência natural com base nos dois pressupostos anteriormente referidos (fecundidade e mortalidade), recorreremos à equação de concordância e estimámos os saldos migratórios neste último quinquénio.⁵⁹

Convém deixar claro que esta última das três variáveis que intervêm na dinâmica populacional e nas projecções é de facto a mais difícil de prever. E Isso acontece porque, em primeiro lugar, uma análise da evolução das migrações exige uma disponibilidade de dados detalhados que em Portugal não estão disponíveis, em segundo lugar, as migrações são afectadas quer pela conjuntura nacional, quer pela internacional e nem sempre é fácil medir o seu comportamento e por último este fenómeno ocorre em vários sentidos (movimentos externos de saída e chegada de indivíduos e movimentos internos).

Concluído o estudo estritamente de índole demográfica é chegada a altura de tomar decisões. E, sem dúvida que é uma árdua tarefa assumir esta responsabilidade.

Face à incerteza associada ao futuro comportamento demográfico, seguidamente será traçado um cenário com base num saldo migratório equivalente ao registado na última década. Após este **cenário elevado**, será construído o **cenário central** – cenário esse, que conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos – onde é visível uma perda considerável de população entre o ano de 2011 e o ano de 2021, seguido de um aumento gradual da população portuguesa até 2026, voltando a diminuir até 2031. Adicionalmente, será ainda estabelecido um **cenário baixo (sem migrações)** – meramente informativo e comparativo – em que as hipóteses de evolução para as componentes da fecundidade e mortalidade são idênticas às consideradas no **cenário elevado** mas onde se pressupõe, apesar da sua improbabilidade, a não ocorrência de fluxos migratórios externos, permitindo a análise do seu impacto demográfico. A cada um destes cenários correspondem valores iniciais idênticos mas diferentes valores de chegada em cada uma das hipóteses consideradas.

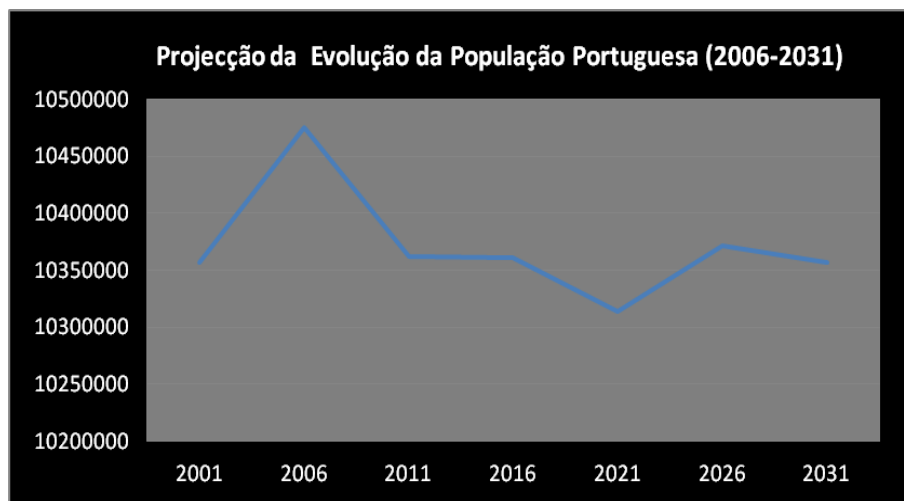
Não optámos por criar um cenário de repulsão, pois este não passaria de mero exercício teórico, pois fontes nacionais (INE) e internacionais (EUROSTAT e ONU) apontam no sentido de Portugal, continuar com saldo migratório positivo, embora que mais controlado.

De acordo com os resultados obtidos no nosso cenário principal – **cenário central** –, a população residente em Portugal que tinha aumentado até ao ano de 2006, sofrerá uma perda de população até ao ano de 2021 – decréscimo esse, que pode ser explicado de uma maneira mais ou

⁵⁹ Esta técnica permite-nos estimar os totais de migrantes entre recenseamentos, e consiste na comparação da diferença e totais de população residente em Portugal entre 1991 e 2001 e o saldo natural.

menos directa, devido à crise económica que se faz sentir nos dias que correm, e que de uma forma geral assola todo o continente europeu, e nos impactos que esta crise poderá ter a médio prazo em termos demográficos no país – e daí a prolongamento do decréscimo populacional até ao ano de 2021, atingindo nesse ano os 10 314,6 milhares de indivíduos. Espera-se ainda que entre 2021 e 2026 a população portuguesa tenha um ligeiro aumento populacional. Para esta evolução do total de efectivos populacionais contribui não apenas o efeito directo dos saldos migratórios anuais considerados, mas também o efeito que este tem sobre as componentes da fecundidade e mortalidade, com destaque para a fecundidade, face à selectividade etária associada aos fluxos migratórios. (ver gráfico seguinte)

Gráfico nº 9. Projecção da Evolução da População Portuguesa: Cenário Central (2001-2031)



Fonte: Elaboração Própria

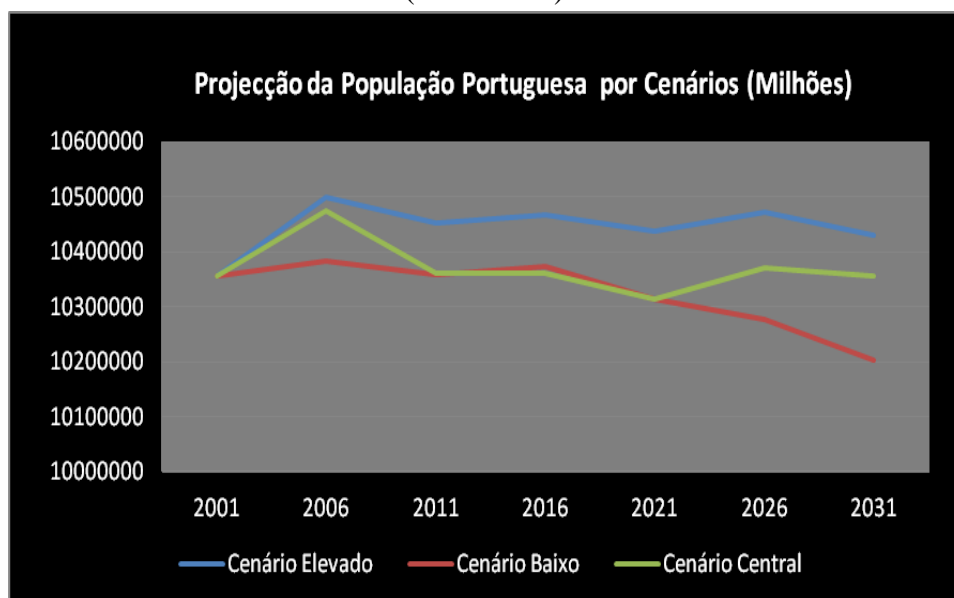
Por sua vez, no *cenário elevado*, a população residente em Portugal aumentará continuamente ao longo de todo o período de projecção, atingindo o seu valor máximo no ano 2026 com cerca de 10 472,1 milhares de indivíduos. Evolução essa que passará por um maior volume migratório anual, assim como um aumento dos níveis de fecundidade bastante mais significativo do que o considerado no *cenário central*.

Em contraste, na ausência de fluxos migratórios externos e mantendo as hipóteses do *cenário central* para as componentes fecundidade e mortalidade – *cenário baixo* – Portugal perderia efectivos populacionais ao longo de todo o período de projecção, podendo os efectivos populacionais reduzir-se para 10 201,9 milhares de indivíduos até ao ano de 2031, o que representaria um elevado decréscimo dos efectivos populacionais nos próximos 30 anos. Estes

resultados evidenciam de forma bastante notória o efeito dos saldos migratórios sobre o volume populacional em Portugal.

De forma a ficarmos mais esclarecidos, seguidamente pode ver-se um gráfico onde se encontram as projecções da população portuguesa até ao ano de 2031, nos três cenários possíveis (**cenário elevado**, **cenário central** e **cenário baixo**) bem como as suas diferentes evoluções ao longo dos anos projectados. Contudo, serão bastantes notórias as dissensões entres os vários cenários em análise.

Gráfico nº 10. Projecção da População Portuguesa por Cenários em milhões (2001-2031)



Fonte: Elaboração Própria

Para além do volume populacional, as implicações de diferentes saldos naturais e migratórios, a par do envelhecimento natural das populações, traduzem-se em diferentes estruturas etárias da população consoante o cenário analisado.

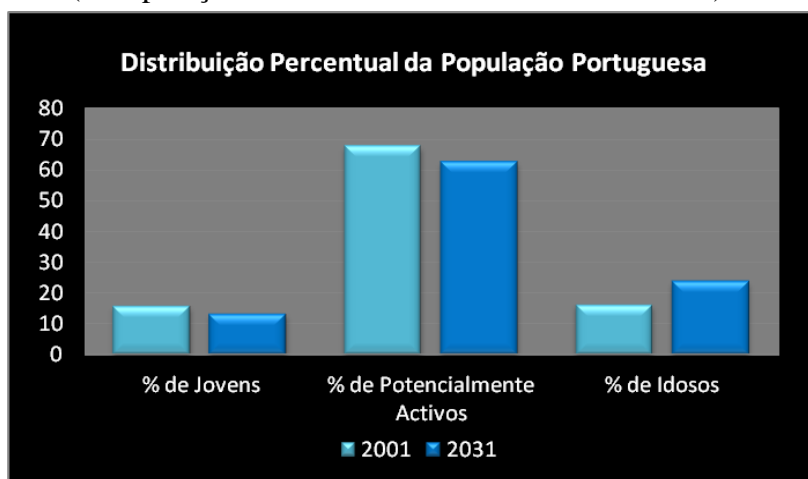
De acordo com os resultados obtidos neste exercício, a percentagem de população jovem, com menos de 15 anos de idade, no **cenário central** diminuirá de 15,8% da população em 2001 para 13,3% em 2031. No **cenário baixo** também se prevê a redução desta percentagem, para 11,1% em 2031.

Quer isto dizer, que, neste último cenário a proporção de jovens será ainda menor do que a projectada no **cenário central**, havendo lugar a uma redução mais acentuada, como resultado dos

reduzidos níveis de fecundidade considerados. No *cenário elevado* também se verifica uma redução da proporção de jovens para 13,3% em 2031, valor igual ao do *cenário central*.

A população em idade activa, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade, qualquer que seja o cenário considerado, também diminuirá: de 67,7%, em 2001, para 62,8% no *cenário central*, 62,7% no *cenário elevado*, e 59,4% no *cenário baixo*, em 2031. O efeito directo de diferentes cenários migratórios é assim particularmente visível neste grupo etário.

Gráfico nº 11. Distribuição Percentual da População Portuguesa – **Cenário Central**
(Comparação entre o ano de 2001 e o ano de 2031)



Fonte: Elaboração Própria

Em oposição, a população com idade compreendida entre os 65 e mais anos, sofrerá um aumento significativo em qualquer um dos cenários. Passando no *cenário central* de 16,3% em 2001, para 23,8% em 2031.

Assim, e com base no cenário central, a tendência esperada de decréscimo da proporção da população em idade activa deve-se particularmente ao comportamento demográfico dos grupos etários mais jovens (dos 15 aos 39 anos de idade), por força do decréscimo dos níveis de fecundidade em anos anteriores e consequentemente de gerações de menor dimensão a entrar ou já entradas na idade activa, não compensado com a possível reposição decorrente dos fluxos migratórios. Já para a população com idades entre os 55 e os 64 anos de idade, potencialmente a sair do mercado de trabalho, se pode esperar um aumento do seu peso percentual até 2031. No grupo dos 40 aos 54 anos de idade a tendência também será de redução, ainda que menos acentuada do que nos grupos mais jovens.

Face a estes resultados, a população em idade activa terá uma menor representação no total da população e será mais envelhecida.

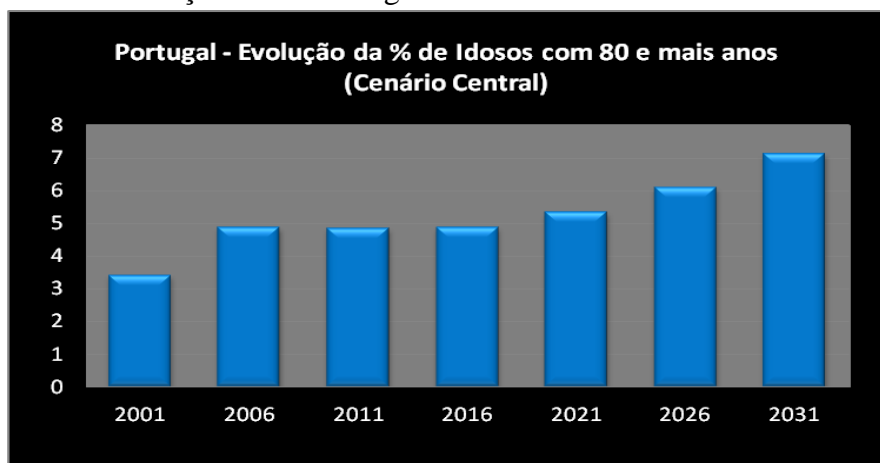
Quanto à população idosa, com 65 ou mais anos de idade, qualquer que seja o cenário considerado, a sua proporção face ao total de efectivos aumentará de forma bastante significativa.

Este aumento do peso percentual desta faixa etária decorre essencialmente do efeito do envelhecimento natural das populações – processo onde se integram também os efectivos decorrentes dos fluxos migratórios – particularmente acentuado pela entrada neste grupo etário de gerações de maior volume e com maior longevidade expectável.

Para o aumento da percentagem da população idosa contribuirá sobretudo o aumento da proporção da população mais idosa, com 80 e mais anos de idade, em qualquer dos cenários, passando de 3,4% do total da população em 2001 para 7,1% no **cenário central**, em 2031.

Em síntese, Portugal poderá manter relativamente estável o volume de efectivos populacionais (aproximadamente 10 milhões de residentes) de acordo com os resultados do **cenário central**, mas manter-se-á a tendência de envelhecimento demográfico em qualquer dos cenários considerados. Para tal contribuem as tendências expectáveis em termos de evolução dos grandes grupos etários (0 a 14, 15 a 64 e 65 ou mais anos de idade).

Gráfico nº 12. Evolução da Percentagem de Idosos com 80 e mais anos em Portugal

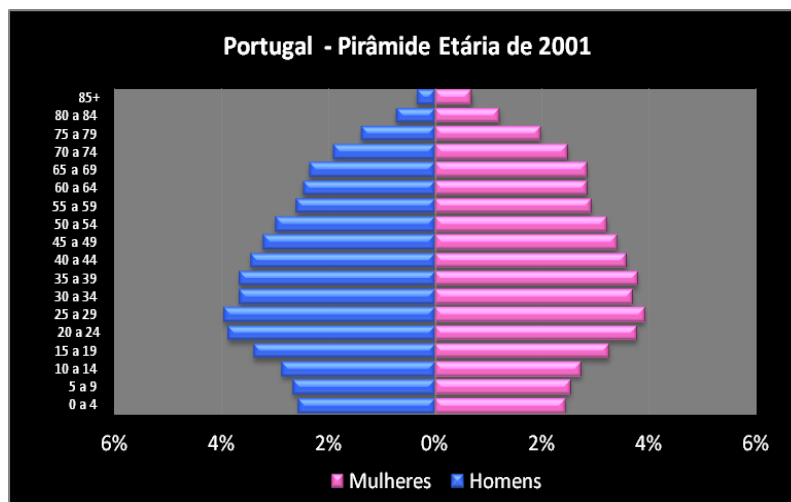


Fonte: Elaboração Própria

Do efeito conjugado do comportamento demográfico nas diferentes idades resultam diferentes representações da estrutura etária por sexos e idades nas pirâmides etárias do país.

Vejamos seguidamente as pirâmides etárias⁶⁰ de Portugal no ano de 2001 e a sua projecção para o ano de 2031 (**cenário central**).

Gráfico nº 13. Pirâmide Etária de Portugal (2001)



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a informação evidenciada na pirâmide etária de 2001, podemos afirmar que a população portuguesa tinha nesse ano um grande predomínio dos escalões em idade activa (cerca de 67,8% da população total), e um claro envelhecimento decorrente da diminuição do peso dos jovens e do aumento do peso das pessoas com mais de 65 anos. Em 2001, as faixas etárias idosas correspondiam no seu conjunto a cerca de 16,4% da população total, e a classe dos jovens correspondia aproximadamente a 15,8% da população total. Estes dados mostram claramente o peso da população idosa em Portugal no ano de 2001.

Contudo, a situação portuguesa não parece ser muito animadora num futuro próximo, pois, o envelhecimento da população portuguesa tem vindo a acentuar-se quer pela base da pirâmide etária,

⁶⁰ As pirâmides etárias são representações gráficas da composição da população de um determinado local num determinado ano, em função da idade e do sexo – daí serem igualmente apelidadas de “histogramas duplos”.

A sua construção assenta sobre um eixo cartesiano, no qual a linha das ordenadas (vertical) marca a amplitude do intervalo, ou seja, as idades agrupadas em classes etárias previamente definidas; e a linha das abcissas (horizontal) a frequência observada para o respectivo intervalo, ou seja, os efectivos da população, a sua quantidade por classe, quer seja em valores absolutos, quer seja em percentagem, numa composição bipartida entre sexo masculino de um lado e feminino do outro. Independentemente da opção feita quanto aos intervalos de idade, a interpretação piramidal tem sempre por substrato uma tripartição etária – jovens, adultos, e idosos – para uma avaliação mais prática da realidade socioeconómicas daquele local (no caso, Portugal). Destas representações podemos então extrair ilações bastante úteis quanto ao desenvolvimento social, e até, numa perspectiva temporal comparativa, quanto à sua evolução.

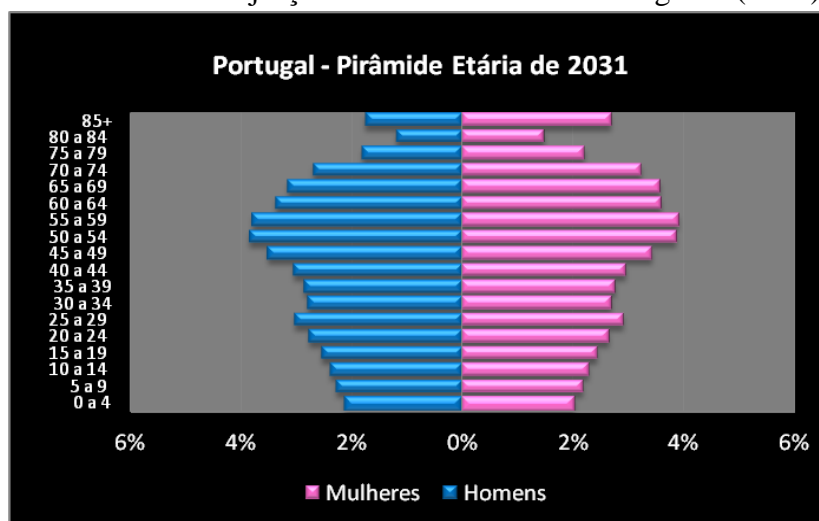
com a diminuição da população jovem, quer pelo topo com o incremento da população idosa, tal como nos mostra a pirâmide etária de 2011.

A pirâmide de 2011 apresenta-se com uma forma do tipo *urna*, o que atesta precisamente este contínuo processo de envelhecimento demográfico do País. Este fenómeno é notório por um lado, na base da pirâmide, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens em consequência dos baixos níveis de natalidade; por outro lado, no topo da pirâmide, pelo alargamento que corresponde ao acréscimo de efectivos populacionais derivado do aumento da esperança média de vida.

Tal como acontece na maior parte dos países da União Europeia, onde a população é bastante envelhecida, Portugal não consegue ser a excepção, nem o será a médio e longo prazo, tal como nos mostra as pirâmides etárias de 2026 e de 2031.

Em 2026 a pirâmide etária da população portuguesa, apresentará um grande estreitamento na base, como resultado da baixa da fecundidade e um alargamento no topo decorrente da maior longevidade. A classe idosa corresponderá nesse ano a 21,6% da população total e a classe jovem a 13,8% da população total. Em 2026 a percentagem de pessoas com 65 e mais anos será claramente maior que a percentagem de pessoas com menos de 15 anos. Já a classe dos adultos activos corresponderá a 64,5% da população total.

Gráfico n° 14. Projecção da Pirâmide Etária Portuguesa (2031)



Fonte: Elaboração Própria

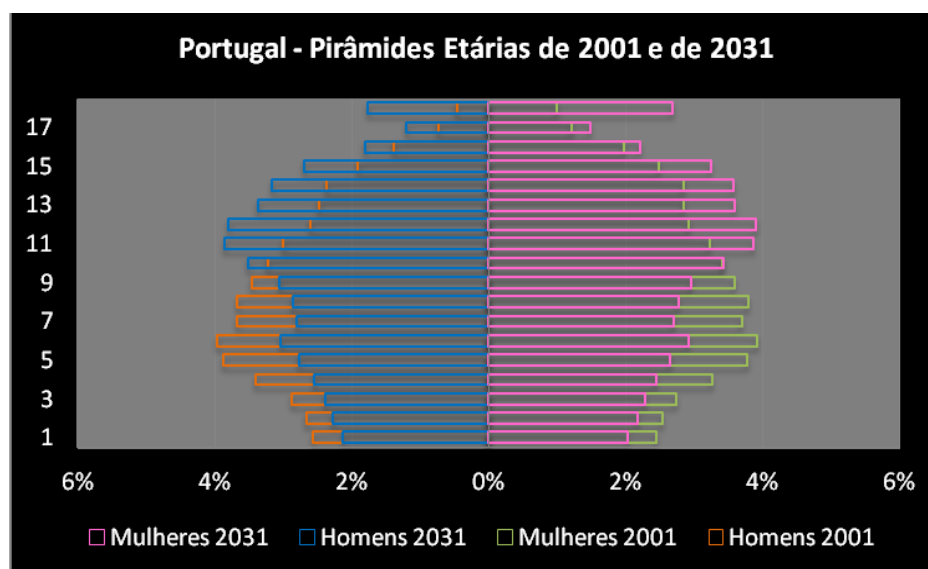
Em 2031, (**ver gráfico anterior**) assistir-se-á, ao fenómeno da “inversão” da pirâmide de idades, que consistirá num topo bastante largo e numa base extremamente estreita. Como consequência, uma diminuição radical da natalidade, e um aumento da esperança média de vida, que culminará por sua vez, num elevado número de pessoas com 80 e mais anos. Em 2031 a percentagem de pessoas com mais de 65 anos corresponderá a 23,8% da população total. E a percentagem de pessoas com 80 e mais anos corresponderá a 7,1% do total da população.

Em suma, em 2031, e face ao comportamento previsto para os grandes grupos etários, os resultados traduzem uma tendência de decréscimo do índice de dependência de jovens e de aumento do índice de dependência de idosos.

No caso português, a ocorrência de saldos migratórios positivos não chega nem chegará por si só para atenuar o envelhecimento demográfico, se não houver simultaneamente uma contribuição da componente da fecundidade para o aumento de nascimentos e por consequência das camadas mais jovens da população.

Actualmente, o panorama demográfico está longe de ser favorável ao país, e como tal, devemos reflectir sobre as prospecções a longo prazo, que indicam uma tendência para o envelhecimento ainda mais acentuado, quer pelo topo, quer pela base da pirâmide etária. (**ver gráfico seguinte**).

Gráfico nº 15. Comparação das Pirâmides Etárias de Portugal (2001 e 2031)



Fonte: Elaboração Própria

Com base em toda a informação anterior, podemos concluir que no horizonte das próximas décadas, a tendência é de uma acentuação do envelhecimento da população residente, em virtude,

sobretudo, da diminuição do peso relativo dos jovens resultante do efeito conjugado da diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e do aumento da esperança de vida. Com efeito, através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se também que a evolução destes indicadores tem sido declinante nos últimos anos, o que significa, em traços gerais, que a população portuguesa vai envelhecer do ponto de vista das suas estruturas etárias.

Face a este futuro “*inverno demográfico*” surgem algumas questões pertinentes: *serão suficientes as políticas de apoio e de incentivo à família até agora implementadas? Estaremos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para inverter esta situação demográfica? E a educação? Que papel terá no futuro? Não estaremos nós a formar os poucos jovens que temos, para depois os deixarmos partir? E os idosos? É fácil concluirmos que serão com certeza pessoas mais instruídas, com rendimentos superiores e com acessos privilegiados à informação. Não será fácil também pensar em tirar algum partido positivo dessa nova sociedade grisalha mais instruída? E a imigração? Que papel terão em termos demográficos os imigrantes? Será que eles podem ser vistos como dinamizadores das estruturas envelhecidas de certas regiões? A imigração traz situações de precariedade e desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho quer para os imigrantes, quer para os locais?* Estas, e outras questões pretensiosas, de facto, obrigam a alguma reflexão por parte dos agentes governamentais, a termo de se controlar os panoramas menos reconfortantes do futuro.

II - O RETRACTO IRLANDÊS

Objectivos do Capítulo

Neste capítulo, e um pouco à semilitude do que foi escrito anteriormente para Portugal, pretendemos dar a conhecer um pouco da realidade geográfica, histórica, cultural e demográfica da República da Irlanda. Estudar-se-á a veracidade da população irlandesa e a sua evolução ao longo dos tempos e que embora não se encontre muito afastada da fisionomia demográfica portuguesa, posso adiantar desde já que serão um pouco divergentes as ilações retiradas no final deste capítulo em relação a estes dois países. A Irlanda caracteriza-se apesar de tudo por ser um país *ainda* jovem. Projectaremos ainda a população irlandesa até ao ano de 2031.

Breve Contextualização Histórica

⁶¹A Irlanda⁶² sofreu guerras sucessivas com a Inglaterra e a Escócia, até que no século XVII perdeu a independência, depois da morte de quase metade da população numa guerra entre a população católica e os ingleses protestantes. As terras foram confiscadas e os habitantes foram espalhados pelas novas terras agrárias, as “Plantações”, de modo a serem completamente anglicizados.

Em condições de quase escravidão, a liberdade religiosa foi proscrita e o país tornou-se uma “colônia” de Inglaterra, embora as pessoas nunca se tenham resignado, mesmo sofrendo duras punições. Nos séculos seguintes, chegaram imigrantes da Escócia, da Inglaterra e da França.

A industrialização começou na década de 1820, mais tarde do que na Grã-Bretanha mas cerca de 30 anos antes de Portugal. Ocorreu principalmente na zona norte, ao redor de Belfast, tendo por base os têxteis de linho, a maquinaria e a construção naval. Os caminhos-de-ferro surgiram na década de 1830 e os bancos expandiram-se. Introduziram-se medidas como a instrução primária gratuita e os asilos para os pobres. Mesmo assim, continuou a ser principalmente uma sociedade agrária sob o controlo dos ingleses, que retiravam o proveito das excelentes condições para a agricultura, regulamentando as tarifas e o comércio a seu favor.

Entre 1846 e 1852, ocorreu uma grande escassez de alimentos devido a um fracasso na colheita da batata, originando-se uma severa depressão económica, que obrigou três milhões de pessoas a “comer sopa dos pobres” providenciada pelas autoridades.⁶³ Dos oito milhões de habitantes, um milhão de pessoas morreu e vários milhões emigraram para os EUA nas décadas seguintes. A ilha, inicialmente com mais população do que a Escandinávia, só retinha cerca de um terço dos habitantes no início do século XX. Contudo, a perda de população elevou os padrões de vida

Mapa 2: Irlanda



⁶¹ Fonte (Mapa 2): http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/ireland/index_pt.htm

⁶² Repare-se que a palavra República da Irlanda compreende o país que faz fronteira com a Irlanda do Norte, sob soberania inglesa. No entanto, por facilidade de linguagem e por ser entendido no senso comum que ao me referir à Irlanda estarei a considerar apenas a República da Irlanda.

⁶³ Joel Mokyr (2003), *Oxford Encyclopaedia of Economic History*, Oxford University Press.

daqueles que tinham permanecido para valores acima dos do sul da Europa, e perto dos valores da Escandinávia. Em 1900, a taxa de analfabetismo era de apenas 20%, muito inferior à de Portugal.

Durante a 1ª Guerra Mundial, uma revolta tentou novamente estabelecer uma república irlandesa independente. As tentativas inglesas para esmagar as revoltas deram azo à Guerra Anglo-Irlandesa de 1919-1921, com grandes partes de Dublin a serem destruídas. O fim da guerra trouxe consigo o Tratado Anglo-Irlandês de 1921, o qual criou o Estado Livre Irlandês no seio da Comunidade Britânica e manteve a Irlanda do Norte. Revoltas continuadas conduziram a uma guerra civil (1922-1923) que foi ganha pelas forças favoráveis ao tratado. O novo governo começou a impor medidas de protecção contra a Grã-Bretanha, permanecendo neutro durante a 2ª Guerra Mundial. A independência total só viria a ser alcançada em 1948, mas as indústrias pesadas permaneceram concentradas no norte.

Nos anos 50, as fracas condições de vida forçaram meio milhão de pessoas a emigrar. Os governos decidiram liberalizar a economia e deu-se início a um período de prosperidade. A Irlanda entrou para a CEE em 1973, mas os resultados foram escassos e a emigração continuou até ao início da década de 80. O emprego nas empresas têxteis caiu 80% e nas empresas químicas/maquinara/metals caiu 50%. Os investimentos, embora alcançando 28% do PIB, resultaram em baixo retorno, como tal o desemprego alcançou os 18%, a despesa pública atingiu 52% do PIB e o défice público -15% do PIB. A taxa mais elevada de IRS foi aumentada para 6%.⁶⁴ Face a esta situação, uma nova política de crescimento foi adoptada baseada em cinco medidas: desenvolvimento de uma indústria de serviços virada para a exportação; promoção do investimento estrangeiro e criação de parques tecnológicos, em sectores estratégicos, entre empresas estrangeiras/nacionais/centros de investigação; investimentos em educação e formação, e nas regiões menos desenvolvidas do país; redução das despesas públicas e redução dos impostos sobre as empresas e as famílias, através de um largo consenso entre os principais partidos e leis com novas regras para promover a concorrência e flexibilização das leis laborais.

As políticas de educação promoveram uma enorme qualificação de engenheiros e técnico, deste modo, enquanto a Irlanda do Norte se tornou uma economia altamente industrializada baseada em indústrias pesadas, a Irlanda, que não possuía estas indústrias, começou a investir em novos serviços de maior valor acrescentado. Em meados dos anos 90, tinha assim já superado a Irlanda do Norte em PIB *per capita*, apesar das grandes transferências financeiras do Reino Unido. A Autoridade para o Desenvolvimento Industrial (IDA) enviou equipas por todo o mundo para avaliar

⁶⁴ Cormac Grada (2003), *The Irish Economy since the 1920*, Manchester University Press.

as necessidades dos investidores e identificar os novos sectores emergente. Criou depois uma rede de delegações em países seleccionados e deu início a uma campanha de marketing agressiva, para ultrapassar a imagem de um país rural e pobre, distante do centro da Europa.

Muitas multinacionais consideraram a Irlanda atractiva por se encontrar na União Europeia, por ter um IRC de 10% (que entretanto subiu para 15%), pelos subsídios generosos, mão-de-obra de língua inglesa qualificada e flexível, estabilidade política, sistema judicial transparente, centrais sindicais cooperantes, políticas governamentais favoráveis às empresas, agrupamentos industriais e com os EUA à distância de um voo de cinco horas. Enormes entradas de investimento directo estrangeiro (IDE), especialmente provenientes dos EUA e da Alemanha, foram desta maneira, conseguidas a tempo do grande crescimento mundial dos anos 90. Em 1996, 77% do PIB e 47% do emprego industrial provinham já de empresas estrangeiras.⁶⁵ Em 1999, os lucros das multinacionais representavam 90% de todos os lucros e 95% eram repartidos.

O “Tigre Celta” tornou-se assim um sucesso, tendo crescido a uma média anual de 7% entre 1994 e 2004. Em 2007, detinha o 5º maior PIB nominal *per capita* do mundo. O consumo privado até desceu de 60% do PIB em 1990 para 44% do PIB em 2005, um fenómeno similar ao da China.

Em 2005, o valor acumulado de IDE perfazia 133 000 milhões de euros, em que a parcela vinda dos EUA era de 50 000 milhões de euros, enquanto em Portugal era de 55 000 milhões de euros.⁶⁶ As multinacionais eram também responsáveis por dois terços das verbas para a inovação e por 92% do total das exportações da Irlanda, em que só as empresas dos EUA significavam 61%. No total, as exportações atingiam aproximadamente 80% do PIB, vinte vezes mais do que em 1970 e quase o triplo de Portugal.

Alguns autores defendem contudo, que as multinacionais ajudaram a fechar as indústrias nativas e não criaram ligações a estas.⁶⁷ Têm também medo do efeito de uma “Doença Holandesa” na economia, isto é, de uma recessão grave a seguir a um período de grande crescimento, resultante da concentração da actividade num sector, no caso de as multinacionais se começarem a deslocar para a Índia ou para outros países emergentes, o que em parte está já actualmente a acontecer. Por sua vez, o IDE para o estrangeiro foi também incentivado posteriormente, até para diminuir a bolha

⁶⁵ Dennis O’Hearn (2001), *The Atlantic Economy: Britain, the US and Ireland*, Manchester University Press.

⁶⁶ OCDE, *International Investment Perspectives*, 2007.

⁶⁷ Dennis O’Hearn (2001), *The Atlantic Economy: Britain, the US and Ireland*, Manchester University Press.

imobiliária e controlar a inflação. Foram realizados investimentos principalmente nos EUA e no Reino Unido (70%), devido às ligações culturais e à sua proximidade geográfica.⁶⁸

Em 2006, o PIB *per capita* atingiu 130% da média da UE-15, mas o produto nacional bruto *per capita* era de 115% da média da UE-15, devido às elevadas transferências dos lucros das empresas estrangeiras para os países de origem. Além disso, os elevados “preços de transferência” a partir das filiais no exterior parecem ser usados pelas multinacionais para diminuir o valor acrescentado e pagar menos impostos.⁶⁹

A Irlanda tem assistido a altos níveis de imigração, tendo recebido mais de 250 000 trabalhadores estrangeiros, principalmente da Polónia. O sector da construção é responsável por quase um quarto destes trabalhadores. De salientar que embora o nível de vida seja bastante mais caro que em Portugal, o salário mínimo mensal são cerca de 1500 euros.

Em 2009, a Irlanda foi um dos países europeus mais afectados pela crise mundial, dada a importância das suas exportações para os EUA, tendo a taxa de desemprego atingido os 12,5%. O défice orçamental foi brutal, cerca de -14,3% do PIB, e o produto interno recuou -7,5%. Isso produziu um salto enorme na dívida pública de 25,1% do PIB em 2007 para 79,7% do PIB em 2010. O estado foi forçado a elaborar um plano de garantia ao sistema bancário no valor de 450 000 milhões de euros. Introduziu também um plano de austeridade severo em 2010, com cortes orçamentais de 2,2% do PIB.

Caracterização e Mudança Demográfica

A área que representa a República da Irlanda registou uma diminuição da população de pouco mais de 6,5 milhões em 1841 para 3,1 milhões em 1911. Os efeitos da fome de 1846/1847 e subsequentes perdas populacionais devido à emigração na segunda metade do século XIX foram os principais factores que contribuíram para este declínio. Uma queda adicional de mais de 5% ocorreu entre 1911 e 1926⁷⁰ - O alto nível de emigração constante, foi novamente a principal razão para este declínio.

A população geral, manteve-se bastante estável em pouco menos de três milhões de pessoas entre 1926 e 1951, embora em 1961, tivesse atingido os 2,8 milhões – o valor mais baixo que o país

⁶⁸ Francisco Castro (2004), *Foreign Direct Investment in a Late Industrialising Country: The Portuguese IDP revisited*, Porto, Centro de Estudos Marcoeconómicos e Previsão.

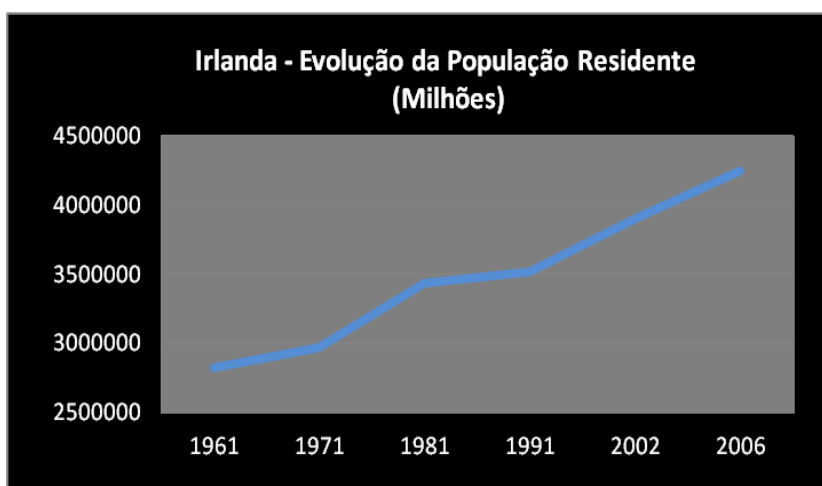
⁶⁹ O'Sullivan (2006), *Ireland and the Global Question*, Syracuse University Press.

⁷⁰ Foi o primeiro ano em que os censos foram realizados na Irlanda.

apresentou desde os censos de 1871. Em 1961, a Irlanda contava com cerca de 2,8 milhões de residentes⁷¹. Uma década depois, sobe para os 2,9 milhões e em 1981 atinge os 3,4 milhões. Em 2002, o total de residentes manteve-se nos 3,9 milhões e em 2006 a Irlanda revela o mais elevado número de habitantes dos últimos cem anos, com um total de 4,3 milhões de pessoas. Os dados mais recentes do Central Statistics Office (embora provisórios) apontam para os 4,4 milhões em 2011.

Uma leitura mais pormenorizada da evolução da população da Irlanda, permite, encontrar variações importantes no número de residentes. Houve, de facto períodos em que o aumento da população foi relativamente elevado face a outros em que a população praticamente não alterou. Contudo, a tendência de um forma geral tem sido sempre de atracção.

Gráfico n° 16. População Residente na Irlanda (1961-2006)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação estatística disponível em www.cso.ie

Em meados da década de 70 existiu na Irlanda uma generosa inversão da tendência nos fluxos migratórios e que contribuiu para uma alteração demográfica significativa no país, arrastando, desde 1973, a associação da Irlanda ao conceito de país de acolhimento, contrariando a sua longa tradição histórica de volumosas vagas emigratórias. Este cenário é, acima de tudo, consequência da entrada da Irlanda na CEE (actual União Europeia) e dos benefícios inerentes a tal adesão. Entre 1970 e 1980 a Irlanda ganhou cerca de 461 mil habitantes. Depois desta década de grande “euforia populacional” a Irlanda entra num período de maior estabilização populacional,

⁷¹ Ao longo desta tese, privilegiei os dados dos recenseamentos sobre a população (1961, 1971, 1981, 1991 e 2002). Contudo, em certas análises, neste e noutros capítulos, recorri, para avaliar situações mais recentes, às estimativas anuais realizadas pelo Central Statistics Office.

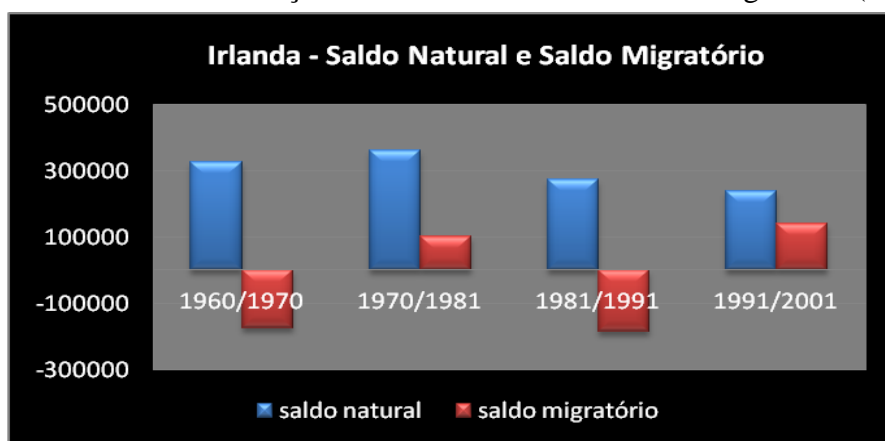
que se situou entre inícios dos anos 80 e inícios dos anos 90. Entre 1981 e 1991, a população irlandesa só ganhou cerca de 88 mil habitantes.

E ao contrário do que se possa pensar, não foi por não haver nascimentos suficientes, pois o seu número foi largamente superior ao total de óbitos (o que significa que o saldo natural foi claramente positivo). O que justificou a diminuição da população residente foi que muitos irlandeses passaram a ir viver para outros países, ultrapassando largamente o número de estrangeiros que fixaram residência na Irlanda. Assim, a população diminuiu em virtude do “saldo migratório” ter sido fortemente negativo: a taxa de crescimento migratório nesse período foi de - 0,52%.

A partir de 1991, a Irlanda começou com um crescimento populacional exponencial, quando comparado com o crescimento observado na fase anterior. Nesse período, chegaram mesmo a registar-se aumentos populacionais muito intensos: de 1991 a 2006 o número de residentes aumentou em cerca de 37 mil indivíduos.

Assim, associado a um número total de nascimentos que se manteve muito superior ao número de óbitos, o saldo migratório registou uma inversão muito significativa. Passou, nesse período, de negativo a fortemente positivo, devido ao importante volume de entradas na Irlanda: a taxa de crescimento migratório nesse período foi de 0,34%.

Gráfico n° 17. Irlanda: Evolução do Saldo Natural e do Saldo Migratório (1960-2001)

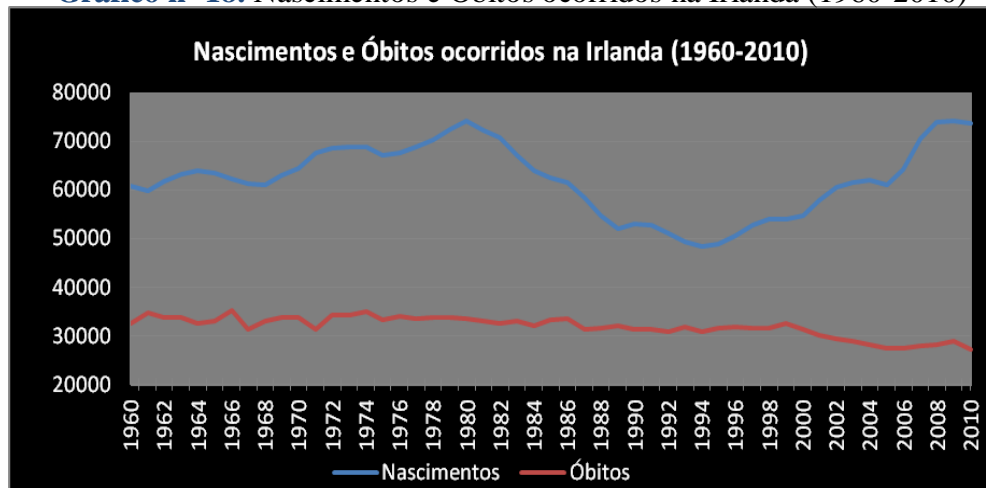


Fonte: Elaboração Própria

Em 2006 entramos numa nova fase de dinâmica demográfica. Nesse ano a Irlanda passou a contar com cerca de 4,3 milhões de pessoas, valor bastante elevado, que facilmente pode ser explicado pelo chamado “milagre irlandês”, fenómeno não só económico, como também social, político e consequentemente demográfico.

Nesse ano o crescimento populacional ficou a dever-se não só aos saldos migratórios positivos mas também ao saldo natural que foi bastante elevado, ou seja, o número de óbitos foi muito inferior ao número de nascimentos ocorridos nesse mesmo período.

Gráfico n° 18. Nascimentos e Óbitos ocorridos na Irlanda (1960-2010)



Fonte: Elaboração Própria

Este último período é, portanto, a fase em que o país se afirma como destino de imigração que pode ser justificado pela implementação de medidas pelo governo, ao nível político e social, como é exemplo a política fiscal francamente vantajosa para os investidores estrangeiros; o aproveitamento racional e prospectivo dos fundos de investimento da União Europeia e a formação profissional aos jovens.

Sintetizando, ao longo das últimas décadas, a demografia irlandesa transformou-se, em simultaneidade com as profundas mudanças sociais, económicas e políticas nacionais e internacionais que assinalaram todo este longo período.

Mães mais tarde e com menos filhos

Actualmente, na generalidade dos países industrializados, a principal característica da fecundidade é o facto de se encontrar em declínio⁷². Este fenómeno data somente do século XX, ainda que tenha conhecido maior expressão na segunda metade deste. Nos países em

⁷² O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual de nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimentos que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família quer pelo grau de substituição das gerações.

desenvolvimento, esta tendência ainda se encontra no seu início. Como tal, o mundo assiste a uma pluralidade de cenários, decorrentes de contingências geográficas e culturais. No entanto, e apesar de a tendência não ser das mais positivas para os países desenvolvidos, nomeadamente os países europeus, a Irlanda *ainda* consegue ser a *exceção*.

A dinâmica demográfica irlandesa tem-se revelado bastante mais favorável que a dos restantes países da UE, já que a taxa de nascimento na Irlanda até aos anos 80 era bastante superior à da maioria dos países da Europa Ocidental. Desde então, tem vindo paulatinamente a decrescer, embora, passados 20 anos, ainda se mantenha acima da maior parte dos países patentes no **Quadro 1**, com exceção dos EUA e da Turquia. No conjunto dos países da OCDE⁷³, a Irlanda apresenta ainda umas das populações mais jovens, com uma maior preponderância da população menor de 15 anos e entre os 15 e os 64 anos, registando, igualmente, a menor percentagem de pessoas com mais de 65 anos (com exceção da Turquia).

Quadro nº 1. População, Estrutura Etária e Taxa de Fertilidade (1993-2003)
(Comparação de Países)

Países	População		Estrutura Etária						Fertilidade (%)
			Inferior a 15 anos		15 a 64 anos		Mais de 65 anos		
	2003	1960	2003	1960	2003	1960	2003	1960	2002
Irlanda	3953	3563	21	30,5	67,9	58,6	11,1	10,9	1,97%
Bélgica	10372	10084	17,7	23,5	65,6	64,5	17	12	1,62%
Finlândia	5213	5066	17,5	30,4	66,8	62,3	15,5	7,3	1,72%
França	59767	57467	18,7	26,4	65	63	16,2	11,2	1,89%
Alemanha	82502	81179	14,7	21,3	66,7	67,8	18,6	10,8	1,31%
Grécia	11036	10380	15	26,1	66,4	65,8	16,8	8,1	1,25%
Portugal	10449	9840	16	-	67,6	-	16,3	-	1,47%
Espanha	41874	39167	14,5	27,3	68,6	64,5	16,9	8,2	1,25%
Reino Unido	60483	58198	18,9	23,3	65,5	64,9	15,6	11,7	1,64%
UE15	382215	368978	16,5	23,6	66,5	63,2	17	10,1	-
EUA	291049	258119	20,9	31	66,8	59,7	12,3	9,2	2,03%
Turquia	70712	59491	29,4	41,2	65	55,1	5,6	3,7	2,62%

Fonte: OCDE, 2004

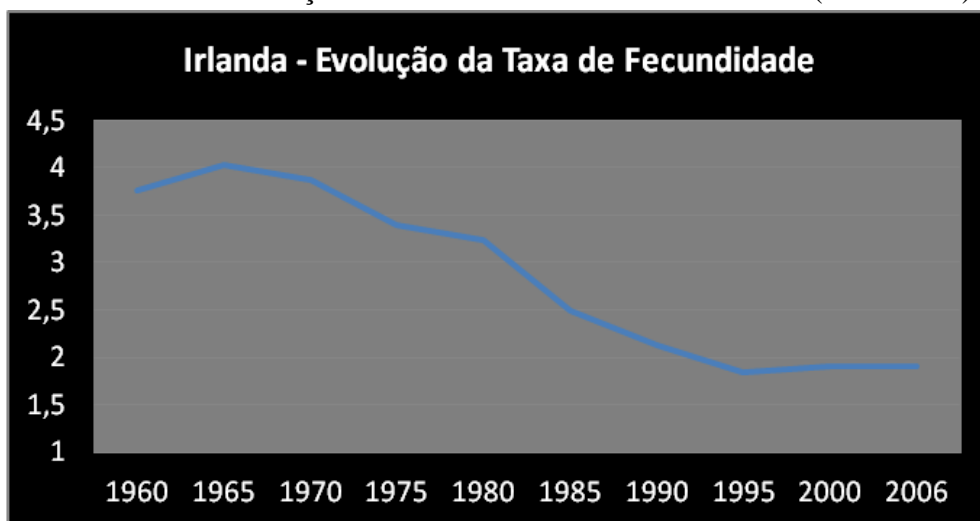
⁷³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Compreendemos assim que a Irlanda possui uma grande percentagem de pessoas em idade fértil (a capacidade de conceber um filho começa por volta dos 15 anos, atinge um máximo entre os 20-30 anos, declinado de seguida até aos 50 anos), quando comparado com outros países da OCDE.

Contudo, e apesar de a Irlanda se encontrar um pouco à frente dos outros países no que respeita à fecundidade, o que o ISF (Índice Sintético de Fecundidade) nos permite concluir, é que, de facto, as mulheres irlandesas têm, em média, muito menos filhos do que no passado. Assim, evolui-se de 3,7 filhos por mulher, em 1960, para 2,1 filhos por mulher, em 1990 e 1,9 filhos por mulher em 2006 (**ver gráfico nº19**).

Para que as gerações se substituam, isto é, para que cada mãe deixe uma futura mãe, é necessário que as mulheres tenham em média 2,1 filhos.⁷⁴ Em 1995 o ISF passa a ser menor do que 2,1 filhos por mulher. A renovação de gerações deixa, portanto, de estar garantida.

Gráfico nº 19. Evolução da Taxa de Fecundidade da Irlanda (1960-2006)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em www.cso.ie

Duas componentes contribuem, em interacção, para a diminuição dos níveis de fecundidade: por um lado, as mulheres optam por ter filhos cada vez mais tarde e por outro lado, e independentemente da idade da primeira maternidade⁷⁵, as mulheres têm em média menos filhos.

No que respeita à natalidade, a tendência tem sido a mesma que a da fecundidade, e, contrariamente ao que acontece com a mortalidade, que apresenta apenas uma causa para o seu declínio (as condições médico-sanitárias), na natalidade existem vários factores a ter em

⁷⁴ Um pouco superior a dois filhos, para compensar o facto de, à nascença, a probabilidade de se ter um filho do sexo masculino ser ligeiramente superior à probabilidade de se ter uma filha - o que se aplica a todo o mundo e não só a Portugal.

⁷⁵ Note-se que, este comportamento por si só, não seria suficiente para provocar as quebras da fecundidade verificadas.

consideração, nomeadamente os factores biológicos (que se encontram directamente relacionados com o período fértil das mulheres); as leis e os costumes (que podem determinar o momento em que a mulher começa a ter relações sexuais, o que logicamente irá inferir com o número de filhos por mulher e no número total de nascimentos); a questão do divórcio, da viuvez e da castidade; a mudança de mentalidade da população; o recurso aos métodos contraceptivos e ao aborto; a emancipação da mulher; e, claro, a questão económico-financeira das famílias.

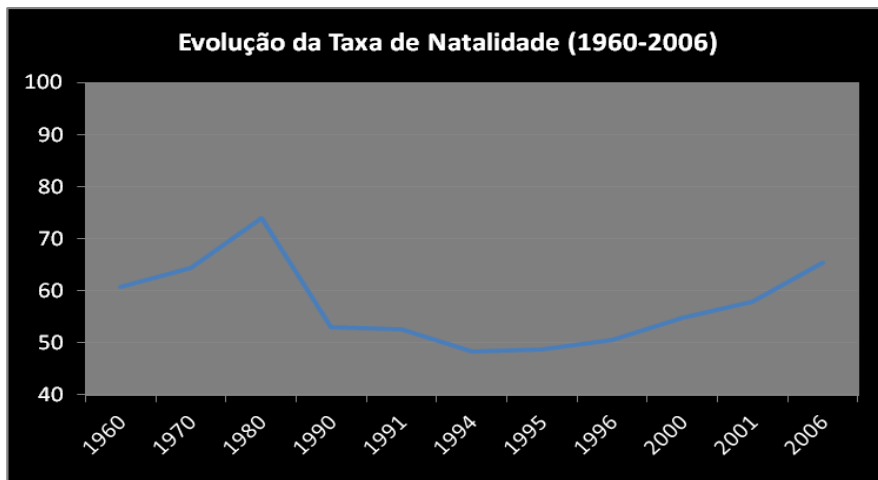
Ainda assim, e apesar do panorama irlandês parecer mais auspicioso que o dos restantes países europeus, a verdade é que, no que respeita à natalidade, o caso da Irlanda está a registar aproximações progressivas ao paradigma geral, na medida em que este indicador está a começar a registar uma tendência para a diminuição e, como tal, isso deverá transformar-se numa reestruturação das políticas de apoio à família para controlar esta tendência manifestada.

Quadro nº 2. Evolução das Taxas de Fecundidade e de Fertilidade Específicas por idade na Irlanda (1960-2006)

Taxas de Fecundidade e de Fertilidade Específicas por idade (1960-2006)								
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Taxa Fecundidade
1960	8.8	103.9	209.6	213.1	156.3	56.0	4.2	3.76
1970	16.3	145.5	228.7	201.9	131.9	45.3	3.7	3.87
1980	23.0	125.3	202.3	165.7	97.3	29.6	2.3	3.23
1990	16.7	63.3	137.6	126.2	63.1	15.4	1.1	2.12
2000	19.5	51.6	95.1	129.3	71.3	13.6	0.5	1.90
2006	16.6	49.2	81.1	128.1	87.6	17.7	0.7	1.90

Fonte: Elaboração Própria com base em dados estatísticos disponíveis em www.cso.ie

Desde 1960 até 2006 (**ver gráfico nº20**) a taxa de natalidade na Irlanda sofreu várias oscilações, embora umas mais acentuadas que outras. Verificamos que existiu uma descida significativa de 1980 para 1990, mas que foi rapidamente superada vinte anos depois, devido, principalmente aos factores económicos e a uma melhoria nas condições de vida da população, em grande parte consequência da entrada do país na União Europeia em 1973.

Gráfico n° 20. Evolução da Taxa de Natalidade da Irlanda (1960-2006)

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em www.cso.ie

No entanto, uma década depois – em 1990 –, aferimos uma descida drástica deste indicador, que se prendeu essencialmente com a questão da emigração. De 1990 a 1995 a propensão foi de decrescimento, que, contudo, se modificou pouco tempo depois. Isto porque, a partir de 1996 a tendência tem sido, embora lento, de crescimento.

Evolução da Taxa de Mortalidade e de Mortalidade Infantil

A partir de meados do século XX, em termos de morbilidade e mortalidade, a tradicional oposição entre países do norte desenvolvido face a um sul em vias de desenvolvimento deixou de fazer sentido. Na contemporaneidade, há que atender à diversidade de situações existentes nos países menos desenvolvidos e, mais recentemente, também ao aumento das diferenças reais nos países economicamente mais abastados.⁷⁶

Na base destas transformações está a transição epidemiológica. De acordo com esta teoria, todos os Estados passam da “idade da epidemia e da fome” à “idade das doenças de degeneração e das doenças sociais”, independentemente do seu grau de adiantamento económico. Ao contrário do que acontecia antigamente, numa altura em que a esperança média de vida era baixa e a natalidade, em conjunto com a mortalidade, era alta; actualmente encontramos um cenário bastante diferente,

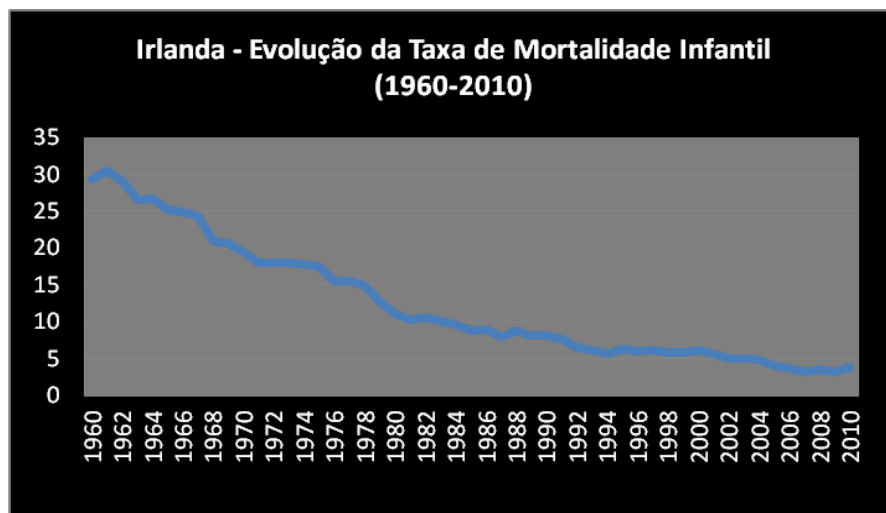
⁷⁶ A diversidade de situações, que contrariam lógicas pictóricas e redutoras expressa pelas diferenças entre Norte e Sul, pode ser sustentada pelo caso irlandês. Apesar das projecções preverem que o país acompanhará o envelhecimento registado na Europa, os ritmos com que essa evolução decorrerá serão bem mais lentos dos que aqueles que são registados em muitos países europeus.

com baixas taxas de natalidade (tal como já foi referido), baixas taxas de mortalidade, e elevadas esperanças médias de vida.

A Irlanda, tal como tantos outros países desenvolvidos, não se mantêm à margem da diminuição das taxas de mortalidade, diminuindo essa que tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos anos. Verificamos que, entre 1960 e 1990, houve uma descida acentuada deste indicador, em muito devido ao aumento das condições básicas de higiene e saúde, bem como a um retrocesso nos níveis de pobreza. A partir de 1990 até 2009 verificamos oscilações na taxa de mortalidade infantil, sendo que, se confrontarmos o ano de 1960 com o ano de 2010, facilmente concluímos que a redução de óbitos com menos de um ano foi bastante acentuada.

Um dos indicadores fundamentais para se avaliar a qualidade de vida é o da mortalidade infantil, que mensura quantas crianças menores de um ano, de entre as que nasceram vivas, morreram em determinado tempo, período e local, permitindo assim comparar a qualidade de vida de várias regiões. A mortalidade infantil tem vindo a diminuir nos países desenvolvidos, embora a ritmos bastante dissemelhantes.

Gráfico n.º 21. Irlanda: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (1960-2010)



Fonte: Elaboração própria

No caso Irlandês verificamos através do gráfico anterior, que, a tendência do número de mortes em crianças com menos um ano de idade tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Existem porém flutuações diversas, com descidas e subidas mais marcantes. Estas tendências de diminuição da taxa de mortalidade devem-se, essencialmente a factores como, o aumento da assistência no parto; ao aumento de pessoal nos hospitais e de vagas nos mesmos; ao facto de se poder fazer eco

grafias para ver como se encontra o bebé, mesmo antes de ele nascer – o que não acontecia antigamente – evitando assim alguns problemas posteriormente; vacinações e principalmente devido à atitude que o governo irlandês tem tido ao longo dos tempos implementando vários apoios de saúde às crianças e às mães gratuitamente (cuidados neo-natais e planeamento familiar).

Evolução da Esperança Média de Vida: Viver mais e melhor

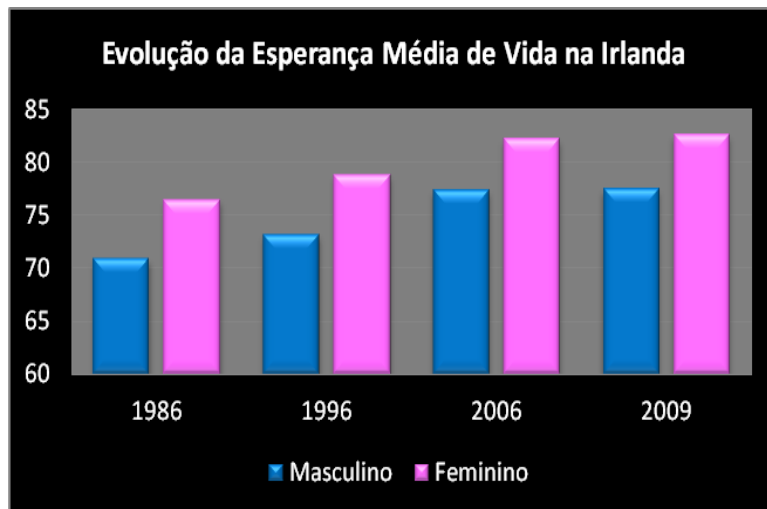
"Envelhecimento" não significa "velhos a mais" como se poderia pensar erradamente, mas sobretudo "nascimentos a menos" em proporção à população total e em termos de uma dinâmica de substituição geracional.

Na Irlanda a luta contra a morte, levada a cabo durante vários séculos, tem registado grandes sucessos, não só pela redução da mortalidade infantil, como também pela diminuição da mortalidade geral. Em conjunto, as significativas reduções verificadas nestes indicadores, têm contribuído para o aumento considerável da esperança média de vida. Podemos apurar isso mesmo, através do **gráfico seguinte**, comparando os valores da esperança média de vida do ano de 1986 com os valores do ano de 2009.

Assim, quem nasceu na Irlanda de 1986 podia esperar viver 70,8 anos se fosse homem e 73,5 anos se fosse mulher. Mas quem nasceu em 2009, podia esperar viver muito mais: 77,4 anos (homens) e 82,5 anos (mulheres).

Tal como aconteceu em Portugal, também na Irlanda os novos horizontes de vida são dilatáveis a ambos os sexos, embora as mulheres continuem em clara vantagem no tempo de vida comparativamente aos homens.

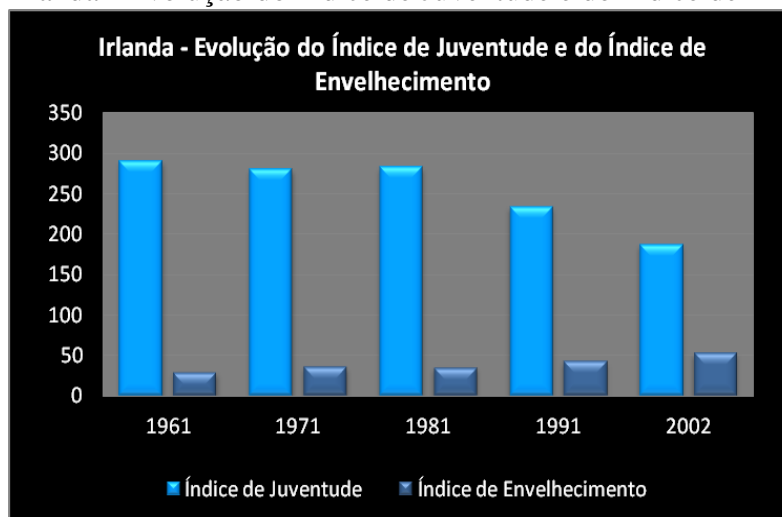
Este aumento da esperança média de vida deveu-se, numa primeira fase, a factores como o retrocesso de doenças infecciosas, subjacente ao uso mais frequente de antibióticos e de vacinas; e numa segunda fase, à luta contra doenças cardiovasculares e contra o cancro. No entanto, também o crescimento económico e o desenvolvimento tecnológico contribuíram duplamente para o aumento da esperança média de vida, já que destes sectores tem dependido largamente a expansão e generalização dos sistemas de segurança social, o acesso aos cuidados de saúde e o reforço da cobertura médico-sanitária da população, bem como uma melhoria substancial na alimentação e nas condições de vida (higiene, alojamento, etc.), etc.

Gráfico nº 22. Irlanda - Evolução da Esperança Média de Vida (1986-2009)

Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em www.cso.ie

Assim, ao viverem até mais tarde, aumenta a importância estatística das pessoas em idade mais avançada. Este é um dos elementos que traduz o envelhecimento da população.

O envelhecimento populacional é um processo – embora não inevitável, como o dos indivíduos – que adquiriu uma dimensão mundial. É contudo, na Europa que se manifesta com maior intensidade.

Gráfico nº 23. Irlanda - Evolução do Índice de Juventude e do Índice de Envelhecimento

Fonte: Elaboração própria

Contudo, na Irlanda a situação não é muito desanimadora quando comparada com outros países europeus. Em 1960, o número de pessoas com menos de 15 anos era visivelmente superior ao número de pessoas com 65 ou mais anos. Em 2002, embora essa superioridade ainda seja bastante

notória já é visível o aumento do número de população em idade mais avançada e a diminuição do número de jovens.

Resumindo, em praticamente quatro décadas, o número de jovens diminuiu e o número de idosos aumentou e, desde então, essa superioridade estatística tem-se vindo a salientar, embora de uma forma bastante gradual.

Um fenómeno chamado Emigração

“Numa carta enviada a David Ricardo, em 1817, Robert Malthus identificava o excesso de população, face à procura de trabalho, como o problema principal da Irlanda.”⁷⁷ Este acontecimento ocorreu no período imediatamente anterior às Grandes Fomes dos anos de 1840, que obrigaram a população irlandesa a emigrar em larga escala, o que motivou o declínio do todo da população nacional, cenário que se manteve até aos anos de 1960.

Efectivamente, a história da emigração constitui um elemento central na experiência irlandesa. Desde o século XVIII, a tradição da emigração foi uma característica estruturante da vida dos irlandeses, ricos ou pobres, jovens ou idosos. Teve particular importância na economia no século XIX, simbolizando o desespero e a infelicidade de uma população que não conseguia encontrar localmente condições dignas de vida. No entanto, é a mudança gradual na natureza da emigração que é, simultaneamente um sintoma e a causa da nova Irlanda.

Até aos anos 50, o “*American Wake*” constituía uma característica central da vida irlandesa, na qual a família chorava a emigração para os EUA como a ida sem retorno dos seus membros. Por essa altura, a emigração começou também a dirigir-se para a Escócia e para a Inglaterra, preconizando um regresso ocasional.

A atitude dos emigrantes também registava algumas alterações. Nos anos 50, verificava-se um acentuado contraste entre as vibrantes economias do Reino Unido, França e Alemanha e a depressão económica da Irlanda, onde era praticamente impossível encontrar empregos, deixando uma sensação de raiva e frustração na população. A partir do final desta década, começou a verificar-se uma alteração nas circunstâncias, o que modificou substancialmente a experiência da emigração.

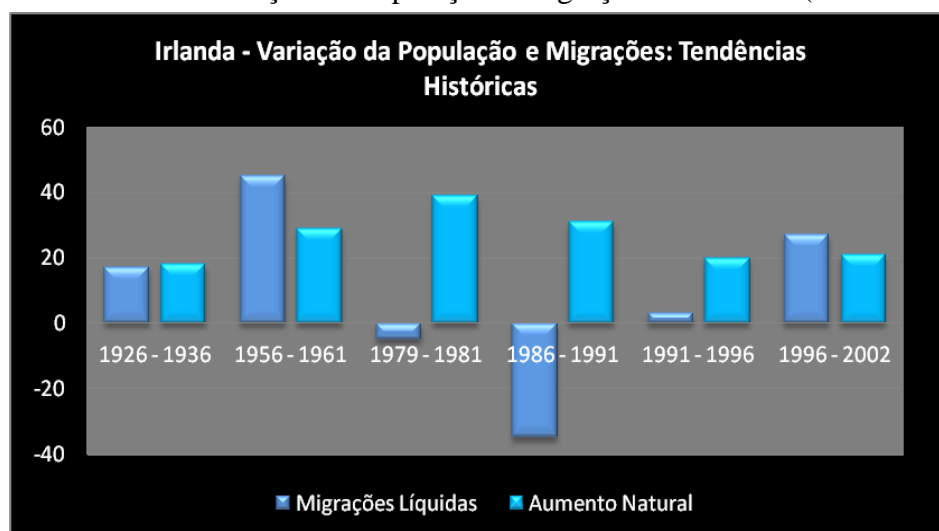
⁷⁷ Carla Guapo Costa (2004), *Irlanda: Independência do Tigre Celta*, Volume I, Departamento de Prospectiva e Planeamento, pág. 86.

Nos anos do pós-guerra, o factor determinante para a emigração era a diferença entre as taxas de desemprego na Irlanda e as taxas dos outros mercados de trabalho com acesso à mão-de-obra irlandesa, como era o caso do britânico. Até aos anos 80, a qualificação educacional dos emigrantes irlandeses era bastante baixa; no entanto, no final da década de 80, já se verificava uma baixa percentagem de emigrantes apenas com a educação primária, subindo consideravelmente a proporção dos que detinham maior nível de estudos.

Ao longo do período 1991-1996, verificou-se um regresso à imigração, reflectindo o *boom* no mercado de trabalho doméstico, de tal forma que, em 1996, quase 20% do grupo etário dos 30 e os 34 anos, eram emigrantes retornados. Actualmente, existe um saldo líquido significativo de imigração (**ver gráfico nº24**). Mais de metade dos que vêm trabalhar para a Irlanda são emigrantes retornados, mas entre 40 a 50% não são cidadãos irlandeses. A vasta maioria dos imigrantes, irlandeses ou não, tem educação terciária, e estão a desempenhar um papel importante no florescimento económico nacional. Efectivamente, o alto nível de educação dos imigrantes contrasta com o de outros países da UE.

Para uma sociedade que é homogénea em termos de raça, religião e cultura, os emigrantes retornados estão a representar um papel extraordinário ao introduzirem novas experiências, novas formas de fazer negócio, novas expectativas e uma nova vitalidade no país. Nos anos 50, a direcção dos fluxos migratórios era sempre a mesma (a saída), tornando a Irlanda numa sociedade insular bastante claustrofóbica, realidade pintada pela pesada censura exercida sobre a organização social e cultural, repercutindo-se nos trabalhos literários e nas produções cinematográficas da época.

Gráfico nº 24. Variação da População e Migrações Irlandesas (1926-2002)



Elaboração própria com base em dados estatísticos disponíveis em: www.cso.ie

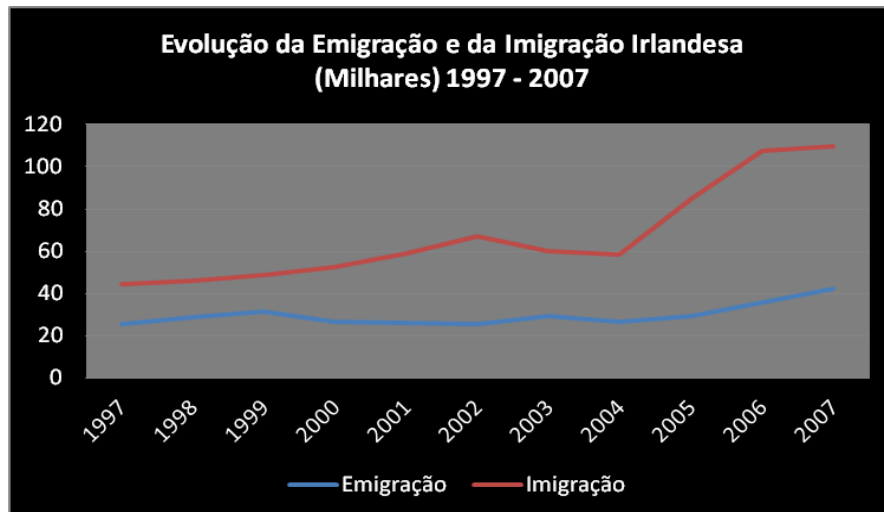
No início da década de 1920, imediatamente após a independência, verificou-se uma saída substancial de cidadãos protestantes que consideravam o novo país desinteressante. Esta perda de diversidade lançava uma sombra sobre o desenvolvimento futuro do país, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista cultural.

No **gráfico seguinte** estão representados os fluxos de migração na Irlanda, no período de 1997 a 2007.

Através do mesmo gráfico podemos constatar que o número de imigrantes aumentou de uma forma constante de 1997 a 2002, seguida de uma ligeira queda entre os anos de 2002 e de 2004. A partir de 2005 até 2007 assistiu-se a um aumento exponencial no número de imigrantes, devido em parte à adesão de dez novos estados membro à UE em Maio de 2004, que consequentemente levou pessoas a imigrar para a Irlanda.

No que toca à emigração, os valores têm sido bastante constantes até 2005. De 2005 a 2007 a tendência é de um ligeiro aumento do número de entradas no país. Esse movimento ascendente reflecte um retorno ao seu país de origem por parte de alguns emigrantes recentes.

Gráfico nº 25. Evolução da Emigração e da Imigração na Irlanda (1997-2007)



Fonte: Elaboração Própria

Actualmente, os emigrantes retornados, associados com os novos imigrantes, contribuíram para fornecer uma cultura mais diversificada, um ambiente mais excitante, propício ao rápido crescimento económico. Parte das recentes transformações na economia e sociedade irlandesas deve ser atribuídas a este influxo de trabalho qualificado, que traz novas ideias, técnicas e abordagens a muitos dos problemas que afectavam o país.

A projecção da população residente na Irlanda: Cenários Alternativos no horizonte 2001-2031

Enquadramento e Metodologia

Tal como já referimos anteriormente, nas sociedades contemporâneas torna-se cada vez mais clara a necessidade de procurar conhecer os aspectos de mudança na dimensão e estrutura das populações num futuro determinado. Com este objectivo calculam-se as projecções demográficas, que partem do pressuposto que se irão verificar um determinado conjunto de hipóteses de evolução relativamente à mortalidade, fecundidade e fluxos migratórios. A evolução futura das variáveis demográficas tem associado um determinado grau de incerteza, pelo que se impõe a construção de diferentes cenários não improváveis, em que cada um representa um jogo de hipóteses coerentes, e como tal a análise prospectiva, tem que ser baseada nas duas componentes estruturais que regulam o crescimento da população (o movimento natural e os movimentos migratórios) que permitirão uma aproximação ao que se pensa poderem vir a ser os futuros regionais possíveis, num horizonte temporal de 2006 a 2031. Com esse objectivo, irá construir-se um conjunto de cenários. O primeiro cenário – cenário baixo – considera apenas o movimento natural, sem qualquer tipo de movimento migratório, sendo posteriormente considerados dois cenários que incluem os movimentos migratórios (cenário de central – no nosso ponto de vista, o mais provável dos cenários num futuro próximo tendo em conta o passado demográfico da Irlanda – e o cenário elevado).

Um pouco, à similitude do que fizemos para o caso português, também na projecção irlandesa optámos pelo denominado método das componentes.

Foram assumidos os valores obtidos no último recenseamento geral da população irlandesa, de 28 de Abril de 2002, embora assumamos desde já o erro de não termos efectuado um ajuste entre o número de nados vivos e o número de óbitos ocorridos entre 1 de Janeiro de 2002 e os Recenseamentos, uma vez que não existem dados disponíveis nas estatísticas irlandesas que nos permitissem fazer tal ajuste. Sabemos contudo, que as estimativas enfrentam um risco de incerteza maior do que se do ponto de vista técnico tivesse existido um ajuste da população ao início do ano de 2002, uma vez que as projecções que vamos concluir são referentes ao início dos anos em estudo (2006, 2011, 2016, 2021, 2026, 2031). Justificamos ainda o uso dos recenseamentos de 2002 e não os de 10 de Abril de 2011, pelo facto de ainda não existirem resultados definitivos para o último recenseamento referido, um pouco à semelhança do caso português.

Tal como aconteceu na realização das projecções portuguesas, também na realização do cenário natural projectámos cada uma das componentes para homens e para mulheres em separado, pelo facto de as probabilidades de sobrevivência serem diferentes para ambos os sexos. Para a realização das probabilidades de sobrevivência utilizámos o mesmo modelo utilizado nas projecções portuguesas, ou seja, o das Tábuas-tipo de Princeton – Modelo W (oeste) e nível 25 para o período 2001-2006 e para o período de 2006-2011, nível 26 para o período 2011-2016 e para o período 2016-2021 e nível 27 para o período 2021-2026 e para o período 2026-2031, um pouco à semelhança do caso português, sendo as justificações destes níveis as mesmas que foram apresentadas para Portugal.

No que concerne à componente da fecundidade/natalidade é visível uma descida da taxa de natalidade e da taxa de fecundidade geral, embora não tão baixa como a apresentada por Portugal. Não significa contudo que num futuro de médio e longo prazo este indicador não continue a decrescer e atinja valores próximos dos valores apresentados por outros países europeus – entre eles Portugal.

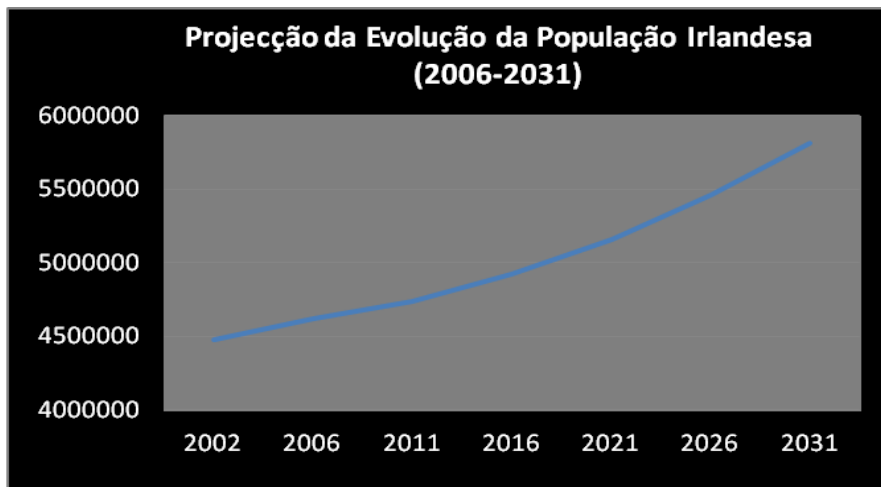
Finalizada a realização do cenário de tendência natural com base nos dois pressupostos anteriormente referidos (fecundidade e mortalidade), recorreremos à equação de concordância e estimámos os saldos migratórios neste último quinquénio. Esta técnica permite-nos estimar os totais de migrantes entre recenseamentos.

Seguidamente encontram-se os resultados articulados em três cenários: o *cenário central*, que conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos, o *cenário baixo* (sem migrações), e o *cenário elevado*.

De acordo com os resultados obtidos no cenário central, a população residente na Irlanda continuará a aumentar até 2031, atingindo os 5 814,1 milhões. A população até 2031 não atingirá valores abaixo dos de partida (2002), projectando-se para 2016, uma população total de 4 923,6 milhões de indivíduos, e para 2021 uma população total de 5 160,7 milhões. **(ver gráfico seguinte)**

Na ausência de fluxos migratórios externos (hipótese que apesar de improvável se revela útil na percepção dos impactos da componente migratória) e mantendo as hipóteses do cenário central nas componentes fecundidade e mortalidade – cenário sem migrações – a Irlanda nunca perderia efectivos populacionais – quando comparado com o ano de partida (2002) – ao longo de todo o período de projecção, e teria 4 644,0 milhões de indivíduos em 2031. Um valor um pouco inferior ao valor do cenário central, mas ainda assim um valor positivo.

Gráfico nº 26. Projectão da Evolução da População Irlandesa (2006-2031)
Cenário Central



Fonte: Elaboração própria

No cenário elevado, a população residente na Irlanda aumentará continuamente até 2031 (sobretudo como resultado de maiores volumes migratórios anuais, em conjunção com níveis de fecundidade mais elevados, comparativamente com o cenário central). Neste cenário prevê-se que em 2031, existam na Irlanda 6 346,2 milhões de pessoas.

Para termos uma percepção mais elucidativa do que foi referido nos dois últimos parágrafos do texto, seguidamente encontra-se um gráfico onde se encontram as projecções da população irlandesa até ao ano de 2031, nos três cenários possíveis (baixo, elevado e central) bem como as suas diferentes evoluções ao longo dos anos projectados.

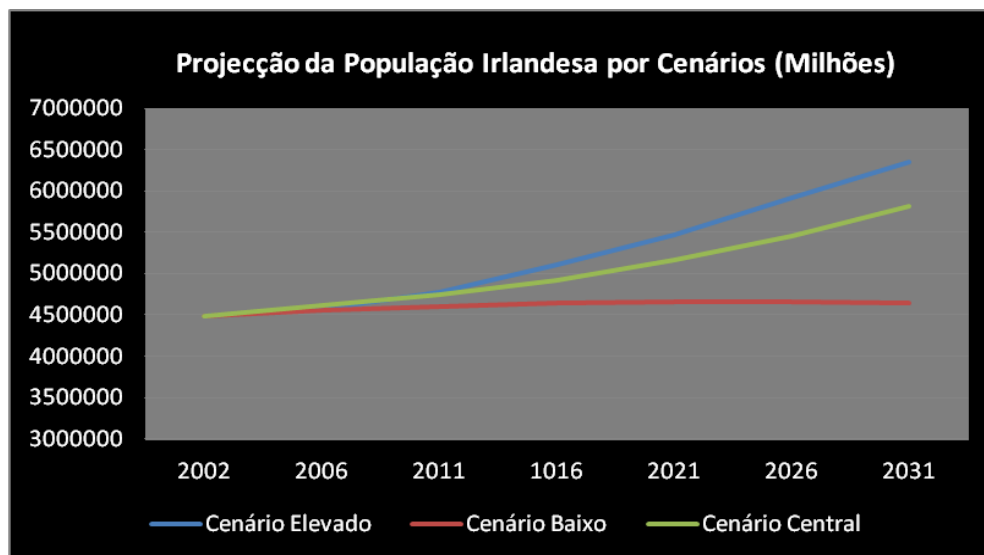
Será visível a evolução positiva da população irlandesa até ao ano de 2031, no cenário elevado e no cenário central, embora no cenário central a subida não seja tão acentuada. Por sua vez, no cenário sem migrações a tendência da população será de uma estagnação até ao ano de 2031. A Irlanda está dependente da emigração para crescer demograficamente, embora isso não seja condição necessária para tal acontecimento, uma vez que a Irlanda detém actualmente um número considerável de jovens/adultos.

Para além do volume populacional, as implicações de diferentes saldos naturais e migratórios, a par do envelhecimento natural das populações, traduzem-se em diferentes estruturas etárias da população.

Em qualquer dos cenários considerados, a proporção de jovens (menos de 15 anos) reduzir-se-á (de 20,3% em 2006 para 15,1% em 2031, no cenário central), tal como a percentagem da população em idade activa (de 66,7% em 2006 para 66,0% em 2031, no cenário central). Tal sucede

em oposição ao aumento considerável do peso relativo da população com 65 ou mais anos de idade, que no cenário central ganhará cerca de 5% de 2006 para 2031 (passando de 13,0% para 18,8%, respectivamente).

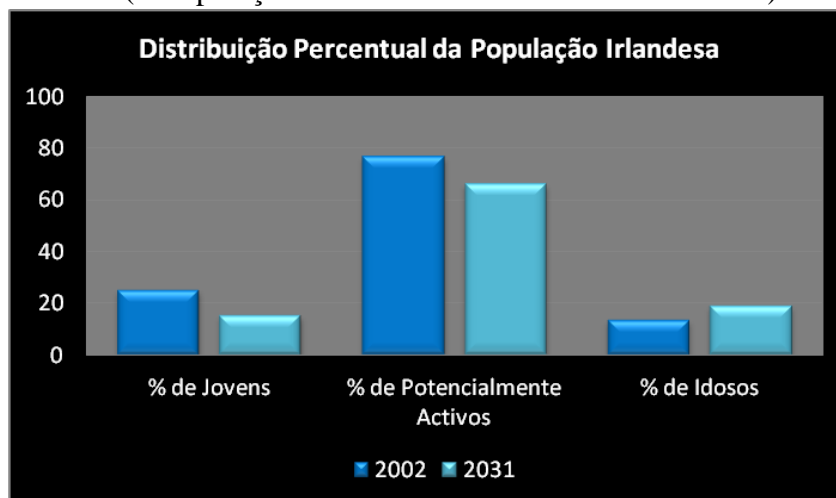
Gráfico n° 27. Projectão da População Irlandesa em milhões (2002-2031):
Comparação de Cenários



Fonte: Elaboração Própria

Ainda relativamente à população em idade activa, em qualquer dos cenários considerados, os resultados indicam a redução das proporções relativas aos subgrupos etários “15 a 24”, “25 a 39” e “40 a 44”, em oposição ao aumento da proporção do grupo etário “45 a 64”. Estes resultados evidenciam o expectável envelhecimento da população em idade activa, para além do seu previsível decréscimo, tendências que se atenuarão apenas no cenário elevado, face à possibilidade de conjugar os efeitos directos e indirectos dos saldos migratórios anuais, a par de níveis de fecundidade mais favoráveis do que os considerados no cenário central.

Gráfico n° 28. Distribuição Percentual da População Irlandesa – Cenário Central
(Comparação entre o ano de 2006 e o ano de 2031)



Fonte: Elaboração própria

Para o aumento esperado da percentagem da população idosa contribuirá sobretudo a tendência de evolução da população mais idosa, com 80 e mais anos de idade, que poderá passar de 2,8% do total de efectivos em 2002 para 5,0% em 2031, no cenário central, evolução que resulta sobretudo do aumento da esperança média de vida.

Gráfico n° 29. Irlanda: Evolução da Percentagem de Idosos com 80 e mais anos



Fonte: Elaboração própria

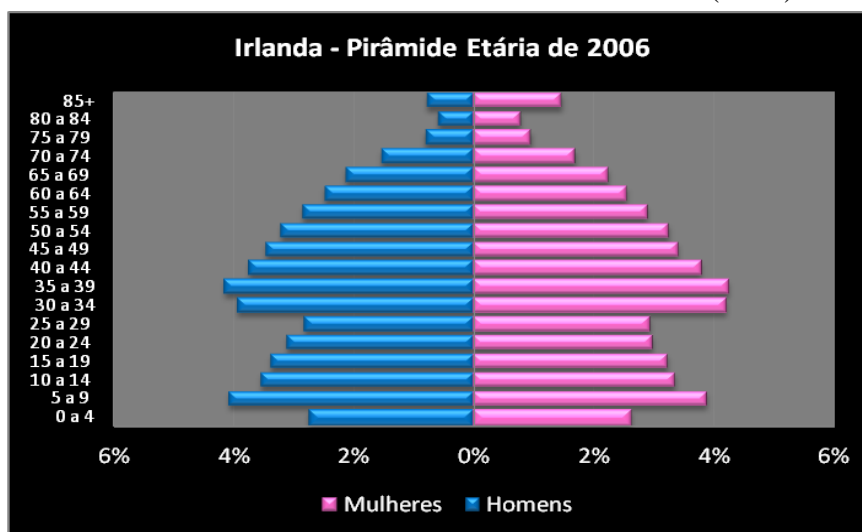
Considerando o decréscimo da população jovem, em simultâneo com o aumento da população idosa, o índice de envelhecimento da população também aumentará. Este aumento será menos acentuado no cenário elevado, em contraste com um aumento mais significativo no cenário baixo (sem migrações).

A verificação de saldos migratórios positivos não será suficiente para atenuar o envelhecimento demográfico, mas contribuirá certamente para uma maior contribuição da componente da fecundidade.

A Irlanda apesar de se caracterizar actualmente como um dos países mais jovens da UE continuará a sê-lo a médio prazo, quando comparado com outros países – nomeadamente Portugal – mas, e apesar disso a tendência a longo prazo será para um envelhecimento da população (mais ou menos acentuado, dependendo do cenário em questão). Certamente que a conjugação de saldos migratórios e de níveis de fecundidade mais elevados, tal como preconizado no cenário elevado, que contempla ainda uma maior esperança média de vida, permitirá uma atenuação do ritmo de envelhecimento populacional no país.

Vejamos agora a pirâmide etária (cenário central) da Irlanda no ano de 2006 e a sua projecção para o ano de 2031.

Gráfico nº 30. Pirâmide Etária da Irlanda (2006)



Fonte: Elaboração Própria

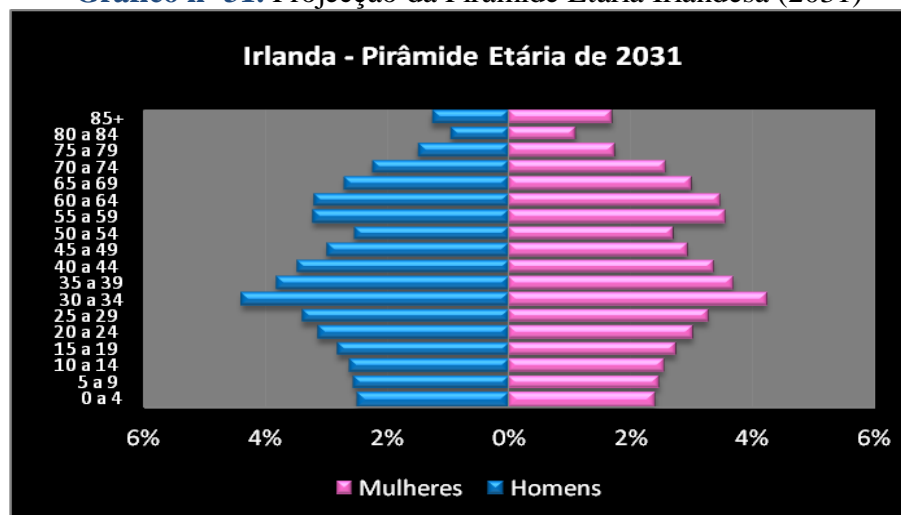
De acordo com os dados evidenciados na pirâmide etária relativos a 2006, podemos constatar que a base é bem mais larga que o topo, o que é bastante positivo, significando isto que a população irlandesa tinha mais jovens que idosos nesse ano – contrariamente à tendência geral da União Europeia e dos países desenvolvidos de todo o mundo. As faixas etárias jovens correspondiam no seu conjunto a cerca de 20,3% da população total, e a classe dos idosos correspondia a aproximadamente 13,0% da população total. É portanto clara a vantagem do peso da população jovem relativamente aos idosos, no ano de 2006. Ainda sobre a pirâmide etária de 2006, convém

salientar que existe um grande desequilíbrio entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, ou seja, a esperança média de vida era mais elevada nas mulheres do que nos homens.

No que respeita à pirâmide etária de 2016 verificam-se algumas dissemelhanças com a pirâmide etária de 2006, mas ainda assim pouco salientes e visíveis. Por exemplo, em 2016, começa a notar-se um ligeiro aumento dos idosos, embora de uma forma muito pouco significativa. Em 2016, o grupo etário dos 0 aos 14 anos corresponderá a cerca de 15,8% e o grupo etário dos 65 e mais anos corresponderá a 14,7% da população.

É, de facto, em 2031 (**ver próximo gráfico**) que as diferenças nas estruturas etárias são mais notórias, pois passamos de uma pirâmide do “tipo crescente” – base larga e topo estreito – para uma pirâmide do “tipo decrescente” – base estreita e topo largo.

Gráfico nº 31. Projecção da Pirâmide Etária Irlandesa (2031)



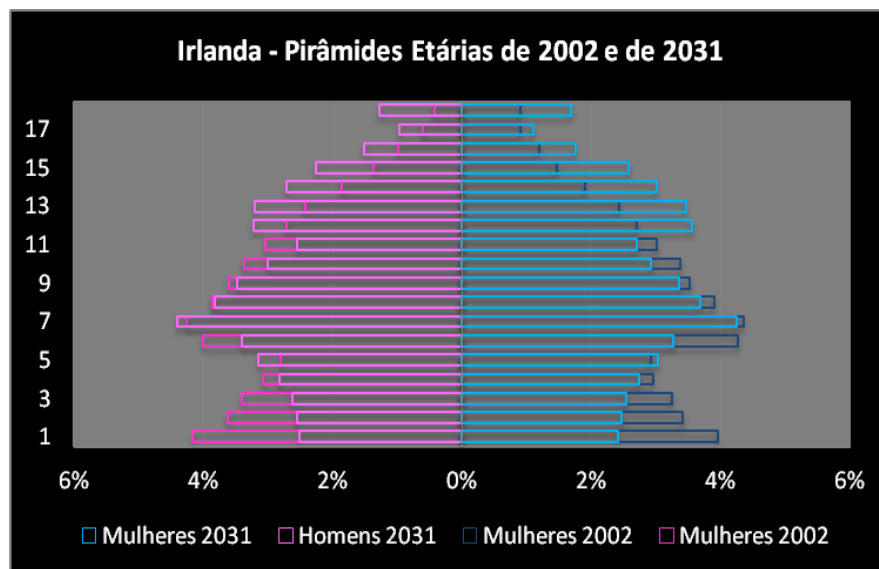
Fonte: Elaboração Própria

Essa alteração dever-se-á ao aumento *inquietante* da população idosa e à diminuição da população jovem, como aliás, tenho vindo a referir. Adivinha-se portanto um envelhecimento populacional no país. A classe idosa corresponderá a cerca de 18,9% da população total – devido principalmente ao aumento da esperança média de vida e aos avanços científicos na área da saúde – face aos 15,1% da população jovem. Já a classe dos adultos activos, corresponderá a 66,0% da população total. E aqui reside a situação/problema que coloca à prova o governo irlandês e as suas políticas de futuro.

Pois, e se actualmente, o panorama demográfico parece ser favorável ao país devemos reflectir sobre as prospecções a longo prazo, que indicam uma tendência para o envelhecimento quer pelo

topo, quer pela base da pirâmide, acompanhando a evolução demográfica que se tem registado, ainda que de forma mais alarmante, no resto da Europa.

Gráfico nº 32. Comparação das Pirâmides Etárias da Irlanda (2002 e 2031)

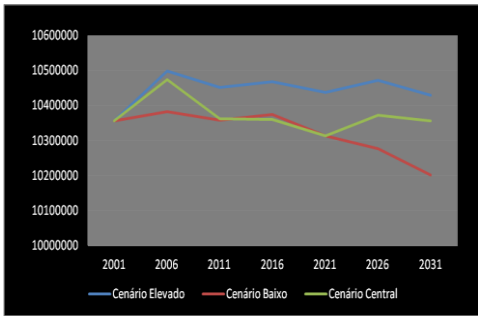
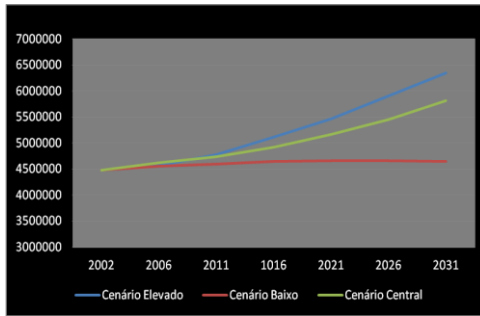


Fonte: Elaboração Própria

Segundo este cenário futuro pouco animador algumas questões urgem colocar: *tornar-se-ão insuficientes as políticas de apoio à família que fomentam o crescimento de uma população jovem? Assistiremos a uma recondução das políticas sociais a favor do apoio das classes mais avançadas da população? Uma alteração nas características etárias da população reverter-se-á também numa reconversão da estrutura económica do país? Continuarão os jovens a ser a grande prioridade do país? Manter-se-á a economia baseada no conhecimento que tanto caracteriza o território irlandês?* Estas são questões retóricas, cujas respostas exigem ponderação por parte dos organismos governamentais, a fim de controlar os cenários mais negativos de futuro (como a incapacidade de renovação de gerações, aumento do desemprego estrutural, comprometimento do sistema de segurança social e maior dependência da população activa, entre outros problemas característicos de todos os países que enfrentam esta questão).

Em suma, o passado recente da Irlanda no que diz respeito às estruturas familiares e etárias permitiu-lhe alcançar e acompanhar o comboio do desenvolvimento e prosperidade, através duma política de apoio à família extraordinária; resta saber que papéis irão desempenhar os organismos políticos para que a situação não se inverta.

Quadro nº 3. Quadro Comparativo (Demografia): Portugal vs Irlanda

	Portugal	Irlanda
Passado	<p>Índice Sintético de Fecundidade: 3,2 filhos por mulher (1960);</p> <p>Esperança média de vida: 60,7 (H) e 66,6 (M) em 1960;</p> <p>Elevada Taxa de Mortalidade Infantil: 78 crianças por mil nascimentos (1960);</p> <p>Saldo Natural Elevado: +11 9012 (1960);</p> <p>Taxa de Crescimento Migratório: -1,53% (1960-1970) +0,44% (1970-1980);</p> <p>População Residente em milhões (1960): 8 919,391</p>	<p>Índice Sintético de Fecundidade: 3,7 filhos por mulher (1960);</p> <p>Esperança média de vida: 70,8 (H) e 76,4 (M) em 1986;</p> <p>Elevada Taxa de Mortalidade Infantil: 29 crianças por mil nascimentos (1960);</p> <p>Saldo Natural: + 2 8075 (1960);</p> <p>Taxa de Crescimento Migratório: -0,58% (1960-1970) e +0,30% (1970-1980);</p> <p>População Residente em milhões (1961): 2 821,700</p>
Presente	<p>Índice Sintético de Fecundidade: 1,4 filhos por mulher;</p> <p>Taxa de Mortalidade Infantil: 2,4 crianças por mil nascimentos;</p> <p>Esperança média de vida elevada: 76,1 (H) e 82,1 (M);</p> <p>Saldo Natural Baixo e/ou Negativo: +314 (2008) e -4549 (2010);</p> <p>Taxa de Crescimento Migratório: +0,18% (2001-2011);</p> <p>População Residente em milhões (2001): 10 356,117</p>	<p>Índice Sintético de Fecundidade: 1,9 filhos por mulher;</p> <p>Taxa de Mortalidade Infantil: 3,8 crianças por mil nascimentos;</p> <p>Esperança média de vida elevada: 77,4 (H) e 82,5 (M);</p> <p>Saldo Natural Elevado: +45722 (2008) e +46602 (2010);</p> <p>Taxa de Crescimento Migratório: +0,07% (2001-2011);</p> <p>População Residente em milhões (2002): 3 899,702</p>
Futuro	<p>Projecções de Cenários (2031)</p> <p>Cenário sem migrações: 10 201,949 milhões Cenário Central: 10 356,617 milhões Cenário Elevado: 10 428,764 milhões</p> 	<p>Projecções de Cenários (2031)</p> <p>Cenário sem migrações: 4 644,049 milhões Cenário Central: 5 814,146 milhões Cenário Elevado: 6 346,200 milhões</p> 

CAPÍTULO 4

I - A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

Objectivos Gerais

Pretende-se neste ponto da dissertação fazer uma breve contextualização e evolução histórica da temática da educação em Portugal. Recorrer-se-á ao ano de 1960 e comparar-se-á valores desse ano com valores mais actuais (nomeadamente no que concerne ao número de matrículas efectuadas por ciclo de ensino em Portugal; às taxas reais de escolarização, etc.). Desenvolver-se-á a questão da escolaridade obrigatória em Portugal e da sua mudança ao longo dos tempos, assim como a evolução das taxas de abandono escolar precoce no país, as taxas de (in) sucesso e o investimento público praticado em prol da educação e consequentemente do futuro dos jovens e do país.

Faremos ainda ao longo deste capítulo, uma abordagem mais comparativa entre os dois países em análise – Portugal e Irlanda –, assim como uma observação comparativa entre outros países (nomeadamente da OCDE) no que respeita a esta temática da educação.

História da Educação em Portugal

Muitas e profundas foram as transformações que se operam em Portugal nos últimos 50 anos. Porém, talvez não exista nenhuma área de desenvolvimento e tão ilustrativa e relevante como a educação e o ensino.

“Constatamos que hoje, o sistema escolar deverá certamente ser a rede social mais importante do país.”⁷⁸

Em 1960, o número de alunos matriculados nas escolas portuguesas de ensino não superior pouco passava de um milhão de crianças e jovens de ambos os sexos. Em pouco mais de trinta anos, esse valor quase duplicou para atingir o apogeu histórico no ano lectivo de 1991-1992: 2,1 milhões de alunos. De então para cá, a tendência tem se vindo a inverter progressivamente.

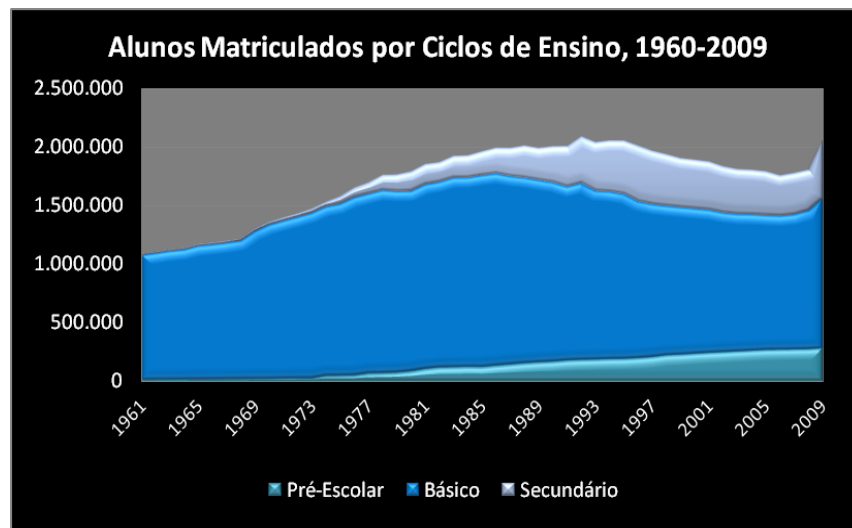
Ao longo dos cinquenta anos **representados no próximo gráfico**, é possível identificar como a distribuição pelos diferentes níveis e ciclos se alterou profundamente. De facto, nos

⁷⁸ Maria João Valente e Paulo Chitas (2010), *Portugal e os Números*, FFMS, pág. 29.

primeiros anos da década de 60, o ensino primário, que corresponde ao actual 1º ciclo do ensino básico, representava um pouco mais de 80% dos alunos matriculados. Os restantes 20% distribuíam-se pela educação pré-escolar e pelos outros três ciclos de ensino.

A “primária” era, assim, o único nível de ensino que se poderia considerar generalizado. A educação pré-escolar era apenas assegurada por instituições privadas a um número reduzido de alunos e aos restantes ciclos só alguns, acediam. Estas proporções traduziam a dura intenção do Estado Novo de generalizar uma escolaridade mínima de quatro anos mas não permitir que fosse muito além disso. Repare-se que até bem tarde, à entrada da década de 70, “o ensino primário representava pelo menos dois terços do número total de pessoas matriculadas.”⁷⁹

Gráfico n.º 33. Alunos Matriculados por Ciclos de Ensino em Portugal (1960-2009)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.pordata.pt

“É neste contexto de limitação da expansão do sistema de ensino ao 1º ciclo que deveremos perceber o tardio processo de massificação da escola em Portugal.”⁸⁰

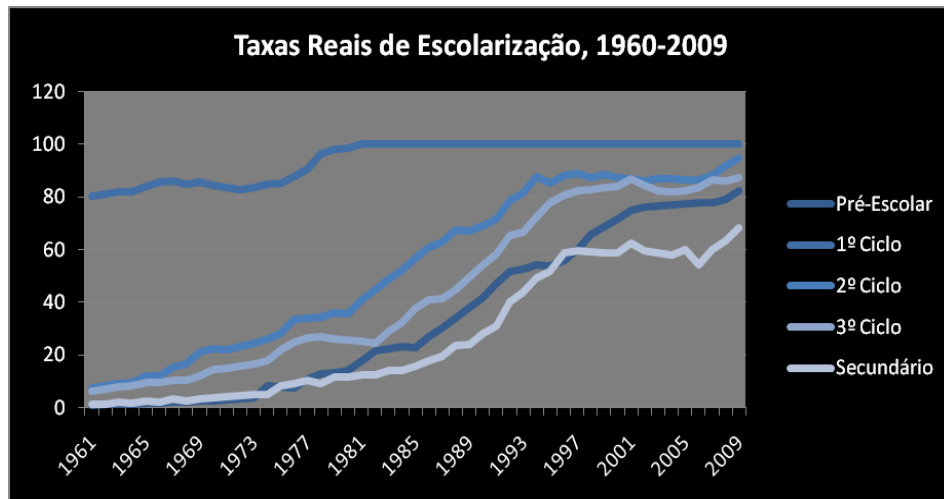
Os primeiros indícios desse processo só se revelam por finais da década de 60 e a sua solidificação só se afirma nos quinze anos compreendidos entre 1980 e 1995. É durante estes quinze anos que a população escolar cresce a ritmos nunca antes registados e que a capacidade de cobertura dos indivíduos em idade escolar começa a dar sinais de alguma dinâmica. O melhor

⁷⁹ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 38.

⁸⁰ *Ibidem*

indicador que ajuda a precisar esses movimentos diferenciados é a taxa real de escolarização⁸¹ cuja evolução se **apresenta no gráfico seguinte**.

Gráfico n° 34. Taxas Reais de Escolarização em Portugal (1960-2009)



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.pordata.pt

A universalização da escolarização primária só é concretizada a partir da década de 80. Até então, essa escolarização situava-se pouco acima dos 80% e o salto decisivo dá-se após o 25 de Abril. Ou seja, a escolarização de quatro anos demorou quase um século e meio, desde os primeiros normativos dos governos liberais que visavam a obrigatoriedade dos 7 aos 11 anos, até que se atinja a universalização efectiva do ensino primário, o que não deixa de se levantar algumas questões sobre os factores que explicam tão arrastado e demorado processo.

Os restantes níveis de ensino cresceram de uma forma muito lenta até meados da década de 1970.

Só na década de 1980 se regista um aumento significativo do número de alunos matriculados e das respectivas taxas de escolarização quer no ensino básico quer no secundário. Esta foi uma fase de crescimento induzido pela procura, que aumentou pelos pequenos, mas não irrelevantes, *baby booms* de meados das décadas de 1960 e 1970, mas também por uma maior valorização do ensino pós-primário.

Entre 1980 e 1995, esse crescimento da população escolar e das taxas de escolarização vai exigir um dos mais consideráveis esforços de financiamento público na história desse sector.

⁸¹ Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Depois de 1995 há uma efectiva e surpreendente alteração no comportamento dos indicadores. O total da população escolar começa a diminuir e as taxas de escolarização, quando se esperaria que aumentassem devido à quebra demográfica, estagnaram, com excepção do pré-escolar.

A diminuição do número de alunos era previsível. Desde 1962 que o número de nascimentos vinha a diminuir, tendência que só foi interrompida pelo biénio “entusiástico” de 1976-77. Essa tendência veio a reflectir-se no total de matrículas do 1º ciclo, que, atingindo o máximo de 946 mil no ano lectivo de 1980-81, tem vindo a diminuir, estimando-se actualmente em pouco mais de metade, em comparação com o registado naquele ano lectivo.

Igual tendência se observará nos restantes ciclos. No 2º ciclo, o máximo foi atingido em 1986-87, o 3º ciclo em 1994-95 e o secundário em 1995-96. De então para cá os números de alunos inscritos raramente pararam de descer. O único nível, exceptuando o ensino universitário, que revela crescimento sustentado é o pré-escolar.

Olhando, porém, para as taxas reais de escolarização, ciclo a ciclo, podemos verificar que, à excepção do 1º, ainda nos mantemos afastados da universalização da escolaridade básica e secundária.

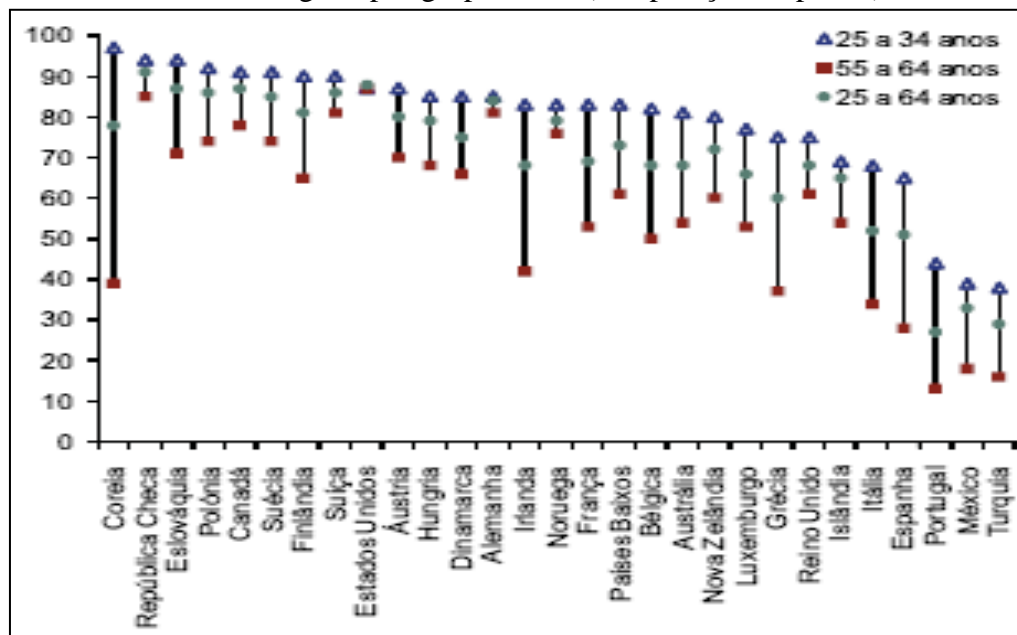
Passados quase 25 anos sobre a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Ensino⁸² (1986), que determinava a escolaridade obrigatória de nove anos, ainda não atingimos a pleno dos 100% de escolarização. Há que reconhecer que o esforço que foi desenvolvido no sentido de combater o abandono escolar e o trabalho infantil foi meritório, conseguindo-se tornar residual a proporção dos que não concluem o 9º ano de escolaridade. “Para um país que só há trinta anos concretizou a ideia de universalização da escola primária de quatro anos, não será despiciendo o facto de estar em vias de concretizar idêntico objectivo para a escolaridade de nove anos.”⁸³

O mesmo já não se pode dizer da escolarização secundária, que neste momento não irá muito além dos 60%.

⁸² Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) é a lei que estabelece o quadro geral do sistema educativo nacional. A presente LBSE foi decretada em 1986 pela Assembleia da República, sob a forma de Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. A LBSE foi alterada três vezes, a primeira pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro, a segunda pela Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto e a terceira pela Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto. A LBSE de 1986 veio substituir a LBSE de 1973 que havia sido decretada pela Assembleia Nacional sob a forma de Lei n.º 5/73 de 25 de Julho, bem como a legislação subsequente publicada após o 25 de Abril de 1974.

⁸³ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 41.

Gráfico nº 35. População que concluiu o ensino secundário (2007):
Percentagem, por grupo etário (comparação de países)



Fonte: OCDE, 2007

O nosso atraso relativamente aos restantes países da OCDE no que respeita à escolarização secundária é **evidenciado pelo gráfico anterior**.

Portugal encontra-se ao mesmo nível de países como o México e a Turquia e muito distante dos seus congéneres europeus, nomeadamente os mais próximos nos indicadores educativos, como é o caso da Espanha, da Itália e da Grécia.

Comparando, país a país, o nível de escolarização secundária para diferentes grupos etários, podemos evidenciar o **progresso alcançado por países como a Coreia do Sul, a Grécia, a Irlanda** ou mesmo a Itália e a Espanha que, partindo de situações de atraso (baixos níveis dos grupos etários mais idosos), alcançaram níveis acrescidos de escolarização secundária nas gerações mais novas.

A Escolaridade Obrigatória

Se o valor social da escola fosse reconhecido por todos, o Estado não tinha necessidade de determinar a escolaridade obrigatória. Nesta ideia reside “*a grande diferença entre universalidade e obrigatoriedade do ensino: a primeira resulta da vontade e da opção do cidadão, a segunda de um desígnio do Estado pretensamente em benefício do cidadão e da sociedade.*”⁸⁴

⁸⁴ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 54.

Mesmo nas sociedades onde o valor social da educação era elevado, o Estado sentiu a necessidade de recorrer à acção coerciva visando alguns grupos mais pobres ou socialmente excluídos. Como era reconhecido pelo filósofo e economista inglês John Stuart Mill (1806-1873), *a pobreza é pouco compatível com a educação*.

Em Portugal, desde os primeiros governos liberais que a gratuitidade e a obrigatoriedade da instrução primária constam dos principais textos constitucionais e das suas primeiras medidas. Desde a Carta Constitucional de 1826 que ao direito ao acesso à instrução primária se faz corresponder a obrigação dos “pais de família” a enviarem os seus filhos às escolas públicas a partir dos 7 anos de idade (Decreto de 7 de Setembro de 1835).

Legislação posterior fixa a obrigatoriedade entre os 7 e os 15 anos de idade (1844), mais tarde dos 6 aos 12 (1878). Em 1911, para todas as crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos. Oito anos mais tarde, torna-se de frequência obrigatória o “ensino primário geral” de cinco anos, não obstante as baixas taxas de escolarização e a limitada cobertura do território por parte da rede de escolas primárias.

“O Estado Novo repõe as condições anteriores à legislação republicana. Retoma a organização em classes e, por lei de 1938, acaba por reduzir o ensino obrigatório aos três anos que integram o nível *elementar*. Só em 1960 é determinada a frequência obrigatória da 4ª classe para ambos os sexos.”⁸⁵

Em 1964, avança-se para a obrigatoriedade e gratuidade dos seis anos de escolaridade em que o ensino primário passa a integrar dois ciclos, um “elementar” de quatro anos e um outro “complementar” de dois anos.

Em 1973, um novo decreto, que acabou por não ser regulamentado, aumentava a escolaridade básica e obrigatória para oito anos. A não aplicação desta norma mantém a escolaridade obrigatória nos seis anos até à aprovação da ainda vigente Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), que determinou o ensino básico, gratuito e universal, com a duração de nove anos repartidos em três ciclos de ensino, para todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos.

Contudo, a escolaridade de quatro anos só atingiu a sua universalização quase um século e meio após as primeiras leis que determinavam a sua obrigatoriedade. Este facto sugere que o Estado não teve a capacidade de fazer cumprir essa obrigatoriedade, ou porque não dispunha dos recursos

⁸⁵ Francisco Vieira e Sousa (2009), *Educação, Estado e Sociedade: que estratégia de ensino em Portugal?*, Colecção FLE.

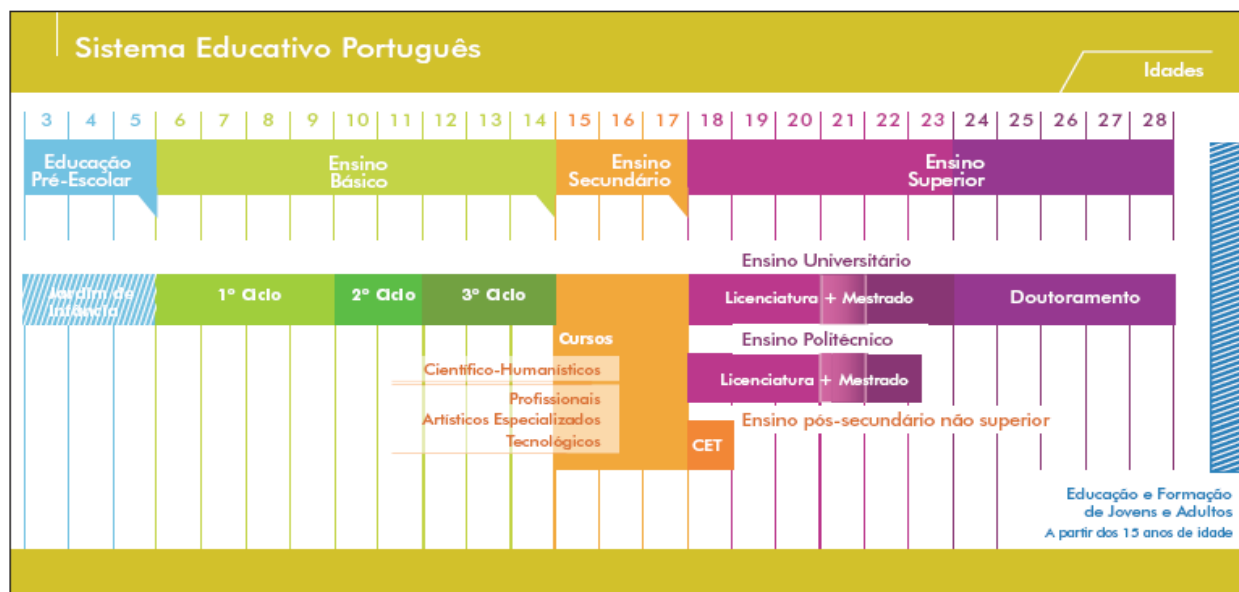
para propiciar um acesso mais alargado à escola ou porque não dispunha da capacidade coerciva para fazer cumprir a lei, através de uma administração suficientemente eficaz que a implementasse.

As duas hipóteses explicativas são pertinentes. Porém, multiplicam-se os testemunhos, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, de que muitas escolas lutavam com a baixa frequência dos alunos, por os pais os retirarem muito antes de concluído o ciclo de ensino inicial. Os alunos matriculados já eram escassos face à população existente em idade escolar e mesmo esses revelavam uma baixa frequência das aulas, raramente completando essa escolaridade.

Eventualmente o problema não estava do lado da oferta de ensino, mas sim do lado da procura. A educação formal não era, para largos estratos da população, um bem superior que compensasse o investimento feito – por mais gratuito que fosse. Na maior parte das sociedades ocidentais, a escolaridade obrigatória serviu para completar o que a universalização não havia conseguido. No caso de Portugal, com exemplos análogos em países da Europa do Sul, a adopção da escolaridade obrigatória sempre foi uma forma de pressionar uma sociedade em que o valor social da educação era muito reduzido. Esta explicação da lenta e tardia escolarização primária é tanto mais pertinente quanto o mesmo tipo de problema se colocou aquando da adopção da escolaridade de nove anos (1986) ou que se coloca face à perspectiva de aumento para os 12 anos (2009). Num país com uma elevada taxa de pobreza e com uma das maiores desigualdades de distribuição do rendimento na Europa, é natural que seja o Estado a impor metas de escolarização e a exercer o seu poder de coerção para as fazer cumprir. Se assim não fosse, o atraso educativo, muito provavelmente, seria bem maior em relação aos restantes parceiros europeus.

A razão é simples: a **maioria dos portugueses**, durante várias gerações, **não reconheceu à educação nem o investimento nem a oportunidade de valorização pessoal e social dos seus filhos**. Por outro lado, há que reconhecer que *“a determinação de um alargamento da escolaridade obrigatória funciona como um estímulo ao aumento das expectativas de escolarização das famílias relativamente aos seus filhos.”*⁸⁶ Ora, se havia algo que o Estado Novo não desejava, era precisamente aumentar as expectativas de escolarização. Por isso retardou o alargamento da escolaridade obrigatória até acabar por ser “empurrado” para ela durante os últimos anos do regime. Actualmente o sistema educativo português resume-se através do seguinte quadro:

⁸⁶ Francisco Vieira e Sousa (2009), *Educação, Estado e Sociedade: que estratégia de ensino em Portugal?*, Coleção FLE.

Figura nº 1. Sistema Educativo Português 2008/2009

Fonte: GEPE, disponível em: <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>

Abandono e (in) sucesso escolar

*“...O abandono da escolaridade básica traduz e reproduz desigualdades sociais, o que implica uma intervenção que tenha a relevância deste aspecto em consideração. A educação básica é, fundamentalmente, um espaço em que a diversidade se afirma e tem de ser respeitada através do processo educativo. Um ensino básico para todos é, fundamentalmente, uma luta contra a exclusão nas diversas vertentes. Mas isso implica formas diversas de intervenção, escolas diversas, formais para muitos, informais e arrojadas para os casos mais difíceis. Implica uma perspectiva estratégica para os investimentos em educação”.*⁸⁷

A noção de abandono escolar está geralmente identificada com a interrupção da frequência do sistema de ensino por um período considerado suficiente para que essa ausência possa transformar-se num afastamento praticamente irreversível.

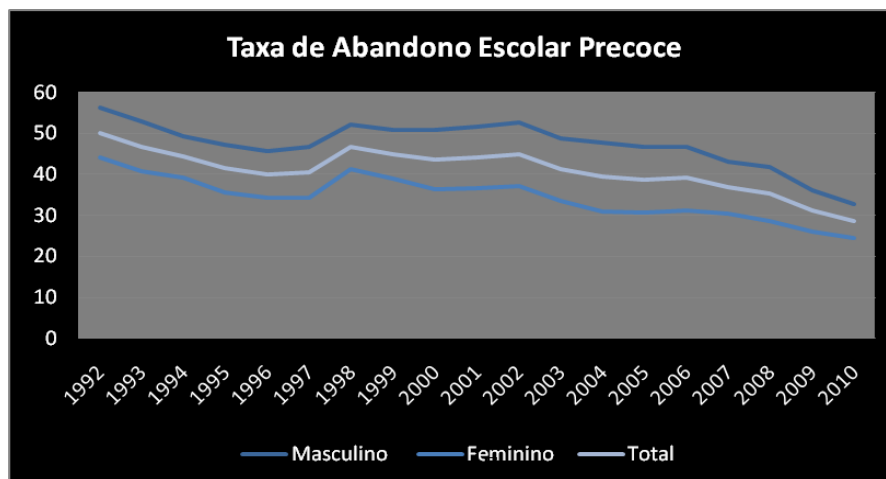
Contudo, esta descrição lata é geralmente enquadrada pelo carácter compulsório do ensino obrigatório e pelas consequências legais do seu incumprimento. Nesta perspectiva, o abandono escolar reportado à interrupção alargada da escolaridade obrigatória e à saída definitiva do sistema de ensino sem a ter concluído tende a constituir-se como um ilícito, independentemente da eficácia sancionatória ou da maior ou menor exprobração social que lhe estiver associada.

⁸⁷ Conselho Nacional de Educação, recomendação n.º 1/98

A ideia de abandono e da sua ilegitimidade só tem razão de ser pela obrigatoriedade do ensino decretada pelo estado. A sua medida expressa a diferença entre as pretensões das elites quanto à qualificação dos recursos humanos do país e a real extensão da consciência colectiva sobre a utilidade e eficácia da educação formal.

Quando, após a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Ensino de 1986, se determina a escolaridade obrigatória de nove anos, seria difícil conhecer qual a proporção de população escolar que, estando em idade de frequentar a escolaridade obrigatória de seis anos, estava já fora do sistema de ensino por desistência e abandono. Contudo, os censos de 1991 já nos permitem calcular um valor para a taxa de abandono escolar: 12,5%. A mesma medida calculada sobre os censos de 2001 reduzia-se a 2,7% e estima-se que actualmente tenha baixado 1% face a 2001, tornando este fenómeno verdadeiramente residual.

Gráfico nº 36. Taxa de Abandono Escolar Precoce em Portugal (1992-2010)



laboração Própria com base em informação disponível em www.pordata.pt

“Esta evolução representa, para todos os efeitos, um admirável sucesso, especialmente quando pensamos na lenta e serôdia universalização do ensino primário em Portugal”⁸⁸. As razões deste sucesso são diversificadas, mas convém lembrar que já não estamos perante a sociedade predominantemente rural e de elevado níveis de pobreza nem apresentamos as carências infra-estruturais que poderão ter condicionado a universalização da escolaridade de quatro e depois de seis anos. Desde os anos 60 até, pelo menos, meados da década de 90 foi a oferta que andou a *estruque* da procura e esse desequilíbrio favoreceu a rápida generalização da escolaridade obrigatória de nove anos.

⁸⁸ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 57-58.

A chaga social do trabalho infantil, que encheu tantas páginas durante os anos 80 e 90, também ela acabou por se abranger a casos isolados. A sociedade alterou-se e a estrutura de oportunidade de inserção prematura no mercado de trabalho também se modificou. A era da explosão das pequenas unidades domésticas e clandestinas, especialmente em indústrias como as confecções, o vestuário e o calçado, que alimentou uma procura crescente de mão-de-obra desqualificada por parte da indústria de construção civil, também se esgotaram nos últimos dez anos.

Os dois efeitos atrás referidos actuaram de forma convergente, despersuadindo o abandono escolar e criando condições para que a escolaridade obrigatória possa ir mais além dos nove anos em vigor até há bem pouco tempo atrás.

Entretanto, começa a ser reconhecida a necessidade de uma escolarização que abranja o ensino secundário. *“Em comparação com os restantes países da Europa, Portugal continua a apresentar as mais baixas taxas de escolarização secundária, o que traduz um défice de qualificações pouco condizente com as aspirações de desenvolvimento tecnológico e de entrada na sociedade da informação e do conhecimento.”*⁸⁹

“As taxas de escolarização secundária progrediram de forma assinalável até 1995 e, a partir de então, estabilizaram em torno dos 60%, um valor, também este, dos mais baixos entre os países europeus.”⁹⁰ As razões desta situação são em grande parte as mesmas das elevadas taxas de saída precoce, que constituem um indicador do nível de desenvolvimento educativo. Não obstante a quebra verificada entre 1991 e 2001, Portugal não conseguiu recuperar o atraso que então se verificava. Essas razões são várias. Contudo enunciaremos as mais relevantes: baixo valor social do ensino secundário; baixo estatuto socioeconómico familiar e reduzidas expectativas de mobilidade social crescente e má organização do sistema de ensino.

O primeiro desses problemas está no facto de, ao estabelecer a escolaridade obrigatória de nove anos, não o ter feito de forma estruturada com a idade mínima para entrada no mercado de trabalho. Esses nove anos de escolaridade conseguem-se concluir com 14 ou 15 anos de idade, mas a idade mínima legal para se começar a exercer uma actividade profissional remunerada foi fixada nos 16 anos. Esta é uma das razões para o elevado abandono a partir desta idade e quando já se frequenta o 10º ano de escolaridade.

⁸⁹ Álvaro Santos Pereira (2011), *Portugal Na Hora Da Verdade*, Gradiva.

⁹⁰ Francisco Vieira e Sousa (2009), *Educação, Estado e Sociedade: que estratégia de ensino em Portugal?* Colecção FLE.

O segundo problema reside no facto de se ter transformado o ensino secundário num ciclo preparatório do acesso ao ensino superior. Ainda que não fosse esse o espírito da lei, foi essa a consequência das políticas e das dinâmicas desenvolvidas.

Consequência imediata: para além de favorecer a desistência daqueles que não têm interesse em seguir para o ensino superior, não promovia a formação indispensável a uma boa profissionalização e integração no mercado de trabalho. Para além de se tratar de um abandono, com tudo o que representa de desperdício de capital humano, é também um abandono desqualificado, com os jovens a serem lançados num mundo para o qual não dispunham de qualquer competência profissional.

A (re) introdução do ensino profissional de nível secundário veio de certa forma colmatar essa lacuna no sistema de ensino. As escolas profissionais, na sua grande maioria de iniciativa privada – mas recorrendo a financiamento público – tiveram um papel decisivo na atenuação desse problema, mas não o suficiente para o resolver.

O Estado mobilizou os fundos comunitários para financiar estas escolas mas em proporções muito aquém do que seria necessário.

À entrada do século XXI, estas escolas profissionais não conseguiam responder a mais do que 50% da procura que tinham.

Entretanto, o ensino público secundário “licealizou-se” e os próprios cursos tecnológicos perderam a capacidade de atracção dos alunos que viam neste tipo de ensino uma espécie de “ensino de segunda”, sem o prestígio dos antigos cursos técnico-profissionais nem a capacidade de colocação dos seus educandos no mercado de trabalho, salvo uma ou outra excepção de escolas que conseguiram manter a tradição e a cultura desses cursos.

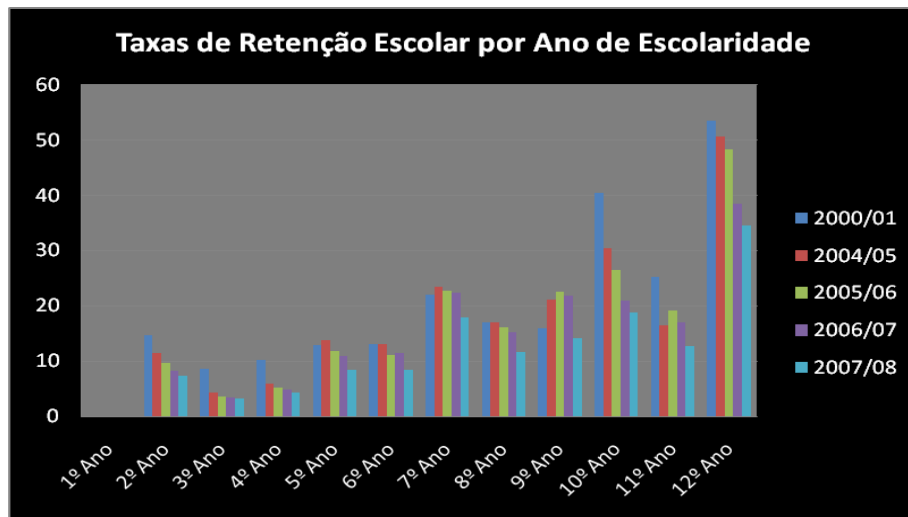
De certa forma, o erro grave de se terem extinguido, no rescaldo da Revolução do 25 de Abril, os cursos técnico-profissionais herdados do Estado Novo teve continuidade no aniquilamento pedagógico dos cursos tecnológicos do ensino secundário. Esse erro foi ainda reforçado pela conversão dos antigos liceus em escolas secundárias “verdadeiras” – que leccionavam exclusivamente os três anos do ensino secundário – e criando a ilusão de serem escolas preparatórias do ensino superior.

Estes dois problemas de “ilustração” do sistema de ensino foram decisivos para Portugal se manter entre os países europeus com a mais elevada taxa de saída escolar precoce e a mais baixa de escolarização secundária.

Mas há ainda um terceiro aspecto que configura um terceiro problema: o actual sistema de ensino não está concebido para promover o sucesso escolar e em muitos casos o insucesso

acumulado potencia o abandono. Uma das formas de identificar este problema é através da leitura do gráfico seguinte que nos representa as taxas de retenção para cada ano escolar e para cinco anos lectivos:

Gráfico nº 37. Taxas de Retenção Escolar por Ano de Escolaridade em Portugal



Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.pordata.pt

A primeira conclusão que se retira da leitura do gráfico é a de que o insucesso progride à medida que avançamos no nível de escolaridade.

A segunda conclusão é a existência de elevadas taxas de retenção nos anos a seguir à mudança de ciclo (5º, 7º e 10º anos).

Terceira conclusão, as taxas de retenção diminuíram nos dois últimos períodos em comparação com o registado nos dois períodos anteriores.

As elevadas taxas de retenção que caracterizam o sistema de ensino em Portugal e a forma como se distribuem ao longo dos 12 anos de escolaridade sugerem que existem problemas de articulação entre ciclos, excesso de transições e de mudanças de estabelecimentos e uma fraca orientação das escolas para prevenir o insucesso escolar.

Podemos ainda considerar outra hipótese explicativa para o elevado insucesso escolar, nomeadamente o facto de a formação base, nos primeiros quatro a seis anos, não ser suficientemente capta citadora de forma a preparar os alunos para os níveis de exigência dos ciclos seguintes.

Entende-se, assim, como é que o insucesso escolar e a acumulação de insucessos ao longo do trajecto escolar podem conduzir ao abandono, ao baixar das expectativas de escolarização e da

auto-estima dos alunos. Mas também há que considerar o facto de muito insucesso se revelar como uma antecipação do abandono. Ou seja, se as expectativas de conclusão de uma escolaridade mais alargada são reduzidas, poderão justificar o menor empenho dos alunos em ter sucesso nos seus estudos. Interiorizando a ideia de um abandono futuro, esses alunos transformam-se em repetentes constantes sem que ninguém os consiga ou queira desviar dessa opção.

Não contrariando totalmente as teses que consideram o abandono escolar como uma consequência, não julgamos que seja razoável esquecer que esse abandono pode ser uma opção pelas baixas expectativas criadas, ora por parte das famílias, ora dos professores, do círculo de amigos ou da comunidade onde o aluno se encontra inserido.

Despesas e Investimento

“Mais escolas, mais alunos, mais professores, mais recursos, tudo isto tem um custo. É esse custo e a sua relação com o retorno esperado que pondera as opções dos decisores políticos.”⁹¹

Nas três décadas e meia que leva o regime democrático português, foi raro o Governo, provisório ou constitucional, que não preferiu a educação como precedência nacional e a expressão mais visível dessa opção é sempre escrutinada através do Orçamento de Estado. “Decisor político que não assegure um aumento absoluto e relativo das dotações para a educação arrisca-se a ser recriminado e quem tenha o cuidado de prevenir a forma como os dinheiros públicos são aplicados, levará, no mínimo, o epíteto de “economicista”. Criou-se mesmo a ideia, em largos sectores da opinião pública, de que todo o dinheiro aplicado na educação é boa despesa que só peca por escassa e bom investimento que o futuro se encarregará de fazer florescer.”⁹²

“Contudo estamos muito longe desse ideal que o senso comum transformou em aforismo inquestionável.”⁹³

O gastar muito ou pouco em educação é sempre uma apreciação relativa: gastamos muito ou pouco em relação ao que gastávamos há vinte ou trinta anos? Gastamos muito ou pouco em comparação com o que gastam os outros países? Gastamos muito ou pouco em relação à nossa riqueza? Gastamos muito ou pouco em relação aos resultados obtidos?

⁹¹ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 64.

⁹² David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 65.

⁹³ *Ibidem*

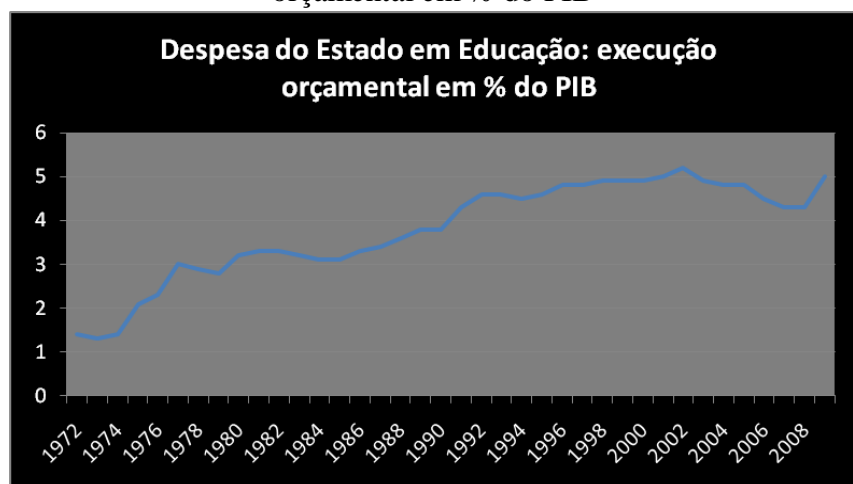
Até 2002, a despesa pública com a educação cresceu tendencialmente em valor absoluto. Dado que as despesas do Estado também cresceram de forma sustentada, o que podemos dizer é que a proporção das despesas públicas com educação, desde o pós Segunda Guerra Mundial até aos meados da década de 70, variou quase sempre em torno dos 8% a 11% do total da despesa. No período compreendido entre 1975 e 2002 essa proporção variou entre 10% e 14%, com dois picos – 1997 e 1999-2001 – em que se atingiram 15%. Nos últimos oito anos, a tendência foi para a quebra desta percentagem, tendo atingindo em 2007 e 2008 um valor ligeiramente abaixo de 6%.

Se considerarmos a despesa pública na educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) enquanto medida de riqueza nacional, podemos dizer que essa despesa era inferior a 2% antes do 25 de Abril de 1974, situou-se entre 3% e 4% até 1990, entre 4% e 5% no período 1991-1997, ligeiramente acima de 5% entre 1998 e 2003, voltando à casa dos 4% nos anos posteriores.

Atende-se que estamos a falar do total da despesa pública com educação, o que inclui o ensino superior. Se por acaso quisermos avaliar o peso da educação não superior nos últimos quinze anos, poderemos retirar em média, cerca de 1% aos valores acima. Para termos uma ideia mais precisa, entre 1995 e 2004 o peso da despesa afecta ao Ministério da Educação (sem ensino superior) variou entre 4% e 4,4%.

Se considerarmos a relação entre o custo por aluno matriculado em todos os níveis de ensino em relação ao PIB por habitante – talvez a melhor medida relativa da despesa em educação –, ela representava cerca de 25% em 1995, passando para 33% no triénio 2001-2003.

Gráfico nº 38. Portugal - Evolução da Despesa do Estado em Educação: execução orçamental em % do PIB



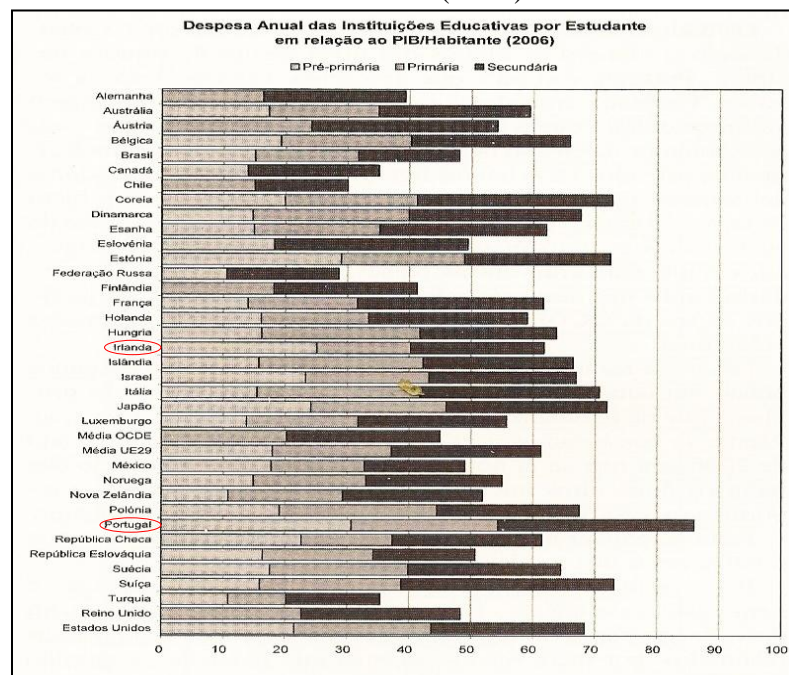
Fonte: Elaboração Própria com base em informação disponível em www.pordata.pt

Este terá sido o período da história da despesa pública portuguesa em que se gastou mais em educação, quer em termos absolutos quer em termos relativos. Compreende-se que assim seja: desde 1995 que o número total de alunos dos ensinos pré-escolar, básico e secundário tinha começado a diminuir e nem por isso a despesa pública em educação parou de aumentar.

Como é compreensível, a *mais educação* (mais alunos, mais escolas, mais professores, escolaridade obrigatória alargada) correspondeu *mais despesa pública* com educação.

Mas afinal será que gastamos mais ou menos que os outros países? “*A comparação internacional não pode ser feita em valores absolutos. Países com mais recursos financeiros ou com mais alunos, mas escolas e mais professores terão que gastar mais.*”⁹⁴ Neste contexto, a medida que assegura a comparabilidade da despesa em educação é a despesa anual por aluno em relação ao PIB por habitante. São esses valores publicados pela OCDE em 2009, que nos permitirão comparar o que cada país gasta em educação.

Gráfico nº 39. Despesa Anual das Instituições Educativas por Estudante em Relação ao PIB/Habitante (2006)



Fonte: OCDE, Education at a Glance 2009

Os dados representados no **gráfico anterior** são de facto reveladores. Considerando o número de alunos e o nível médio de riqueza nacional, Portugal é o país que apresenta maior despesa relativa. Contudo, podemos considerar que este número está um pouco valorizado dado que

⁹⁴ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 66.

a informação se reporta apenas aos estabelecimentos de ensino público – a integração dos estabelecimentos privados faria baixar ligeiramente aqueles indicadores de despesa.

Este posicionamento, porém, não esconde o facto de termos o ensino pré-primário mais caro, não pelo volume de custos, mas eventualmente pelo reduzido número de alunos, em comparação com outros países. Também ao nível secundário temos das despesas relativas mais elevadas no conjunto de países da OCDE⁹⁵ e mais seis parceiros, apenas superadas pela Suíça.

Perante estes números, será possível concluir que *“Portugal investe muito na educação, como se fosse um país rico”*⁹⁶. Agora a questão que se coloca é a de saber se *gastamos bem*.⁹⁷ E agora a última questão: gastamos muito ou pouco relativamente aos resultados obtidos?

Para os que defendem que todo o dinheiro gasto em educação é bem gasto, esta questão não tem qualquer sentido. *“Para quem defende que um investimento só é rentável quando produz bons resultados, por mais “economicista” que possa ser, a questão é completamente pertinente. Mesmo sob o risco de “economicismo”, vale a pena erigir a relação entre despesa e resultados.”*⁹⁸

No gráfico seguinte, relaciona-se a despesa em educação por aluno em relação ao PIB/habitante com um índice composto dos resultados obtidos em matemática, ciências e escrita/leitura pelos alunos dos países que integram os testes internacionais do PISA⁹⁹. Este índice é construído sobre a média aritmética simples dos três testes, atribuindo a base 100 à média mais elevada.¹⁰⁰

A **área do gráfico seguinte** encontra-se repartida em quadrantes definidos pelos valores médios de cada variável. A cada quadrante corresponde uma combinação de despesa e desempenho, consoante estas se situem acima ou abaixo da média do conjunto de países observados.

Os países que afectam uma despesa relativa mais reduzida e que obtêm um retorno educativo mais modesto, casos do Brasil, México e Chile, são os que revelam um maior atraso. Por

⁹⁵ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

⁹⁶ Vasco Graça (2009), *Sobre o financiamento da Educação: condicionantes globais e realidades nacionais*, Revista Lusófona de Educação, pág. 53.

⁹⁷ Atende-se que estamos a falar e a utilizar valores reportados ao ano de 2006, em que já se nota o esforço de melhor afectação dos recursos financeiros iniciados em 2003. Se estes valores se reportassem a 2001 ou 2002 o destaque seria ainda muito maior

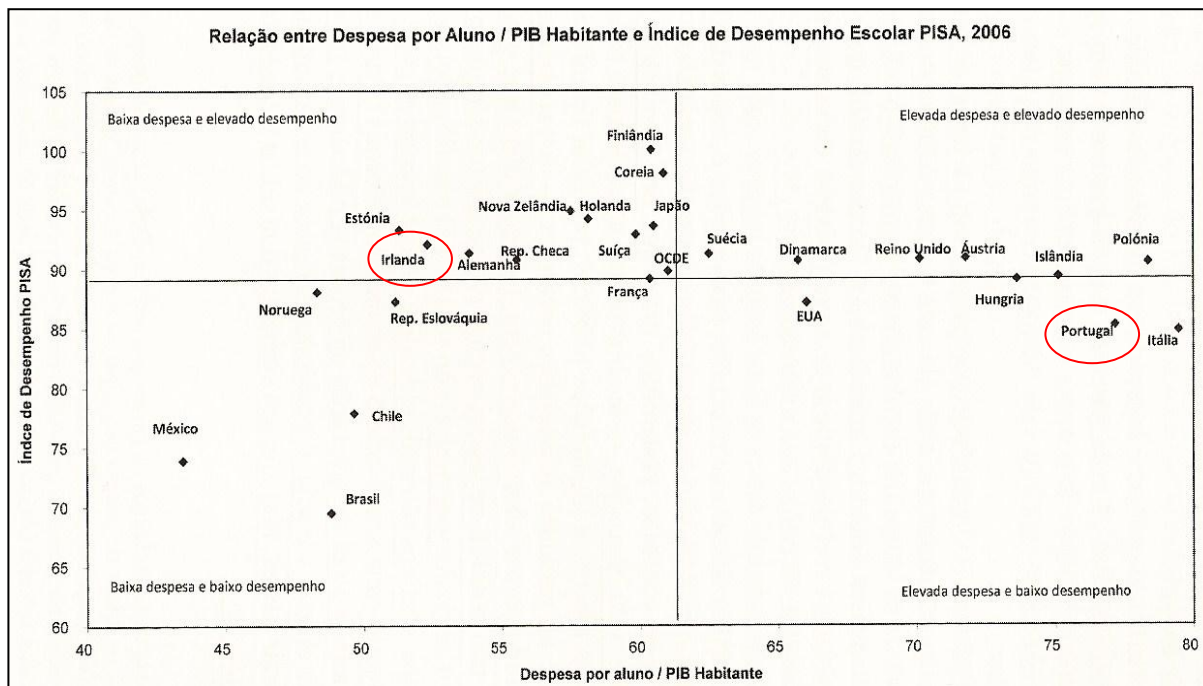
⁹⁸ David Justino (2010), *Difícil é Educa-los*, FFMS, pág. 67-68.

⁹⁹ Programme for International Student Assessment

¹⁰⁰ Neste caso, excluímos os países que não disponibilizam informação para todos os níveis de ensino não superior e considerámos apenas as despesas relativas ao pré-primário, primário (1.º e 2.º ciclos) e o secundário inferior (3.º ciclo), atendendo a que vamos cruzar estes valores da despesa por aluno com os resultados obtidos pelos alunos com 15 anos de idade em cada país.

sua vez a Irlanda enquadra-se no grupo de países onde a despesa é baixa e o desempenho obtido é elevado.

Gráfico nº 40. Relação entre Despesa por Aluno/PIB Habitante e Índice de Desempenho Escola PISA (2006)



Fonte: OCDE, disponível em: <http://pisacountry.acer.edu.au/>

Em Portugal o custo relativo da educação é excessivamente elevado para o retorno que obtém. Isto quer dizer que o problema não residirá necessariamente em se gastar muito, mas no facto de gastarmos mal. E não será difícil identificar onde esses custos relativos são mais elevados: no 3º ciclo e no secundário. Porquê? Porque para o mesmo nível de afectação de recursos poderíamos ter muito mais alunos, ou seja, o problema não está necessariamente em reduzir custos, mas sim em aumentar o nível de frequência e de utilização.

Vale a pena perguntar que custos são esses. “*Quem conheça a estrutura da despesa do Ministério da Educação sabe que entre 90% e 95% se destina, directa ou indirectamente, a financiar custos de pessoal*”.¹⁰¹ Se Portugal tem uma das mais baixas relações aluno/professor em comparação com a maior parte dos nossos parceiros, é natural que sejam os custos com pessoal a determinar o fundamental da despesa.

¹⁰¹ David Justino (2010), *Difícil é Educá-los*, FFMS, pág. 70.

O esforço da racionalização da despesa que tem sido empreendido nos últimos anos gerou alguma poupança sem que os resultados educativos se tenham ressentido, o que significa que o problema fundamental reside primordialmente na organização dos recursos disponíveis – gastar melhor – e menos no aumento da despesa, mesmos sob a forma de “investimento” – gastar mais. Este princípio é tanto ou mais importante quanto sabemos que o sistema de ensino vai continuar a confrontar-se com os efeitos da quebra da natalidade e da população escolar potencial.

II - EDUCAÇÃO NA IRLANDA

Objectivos Gerais

Antes de mais é necessário evidenciar a importância da educação na República da Irlanda, já que este é um país cuja economia é, essencialmente, baseada no conhecimento. Ainda que a formação educativa tenha sido, na sociedade irlandesa, um escape à pobreza, a que a maioria da população parecia estar votada; é com a adesão da mesma à, na altura, Comunidade Económica Europeia – actual União Europeia –, que a Irlanda consolida um sistema educativo europeizado, ao contrário do outrora sistema profundamente dependente das congregações católicas¹⁰², isto é, um sistema que coloque a Irlanda como bastião do conhecimento e, principalmente, dos valores democráticos.

Por isso, pretende-se neste ponto não só explicar as variadas maneiras de apoio à educação do Estado irlandês, mas também os seus resultados mais imediatos, como por exemplo, as taxas de (in)sucesso registadas no país ao longo dos anos, as taxas de abandono escolar precoce ou ainda os custos com a educação, até porque a educação oferecida aos mais jovens pode ser um atractivo para os pais desejarem ter um ou mais filhos.

A Revolução Educacional

Nos anos imediatos ao pós-guerra, todos os países do norte da Europa, com excepção da Irlanda, fizeram alterações significativas nos respectivos sistemas educacionais, tendo investido em complexos pacotes de melhoria do sector, com especial destaque para o aumento da frequência lectiva no secundário.

¹⁰² Apesar de bastante romanceado, a obra de Frank McCourt, *Angela's Ashes*, constitui um retrato credível da educação de uma Irlanda ainda mergulhada na pobreza, onde a aprendizagem clerical para um pobre era a única saída.

Na Irlanda, pelo contrário, aqueles anos não registaram quaisquer alterações no campo educativo, sendo apenas em 1967, vinte anos depois, que essa falha foi colmatada. Naquele ano, foi introduzida a gratuidade do ensino secundário, sinalizando o início de uma nova estratégia em termos de promoção da educação, que foi prosseguida de forma consistente pelos sucessivos governos. Mesmo nos anos 80, quando quase todos os sectores sofreram severos cortes orçamentais, as dotações destinadas ao sistema educativo mantiveram-se praticamente intactas.

Esta política teve profundas alterações na economia e na sociedade irlandesa, de tal forma que, o seu impacto real demorará ainda para ser totalmente sentido, já que as taxas de participação no mercado de trabalho continuam a subir ao longo dos últimos anos, o que reflecte o aumento das taxas de emprego.

No início dos anos 70 também se testemunhou outra significativa mudança na educação irlandesa, a saber, o advento das Faculdades Técnicas Regionais (RTC) “politécnicas”. As Faculdades Técnicas Regionais, ainda estavam a ser preparadas quando a Irlanda aderiu à Comunidade Económica Europeia, em 1973. Para demonstrar a ideia de que muitos dos factores que contribuíram para o crescimento económico irlandês já estavam inter-relacionados, podemos citar o facto de que os fundos europeus e, de modo especial os recursos disponibilizados pelo Fundo Europeu Social, desempenharam um papel bastante significativo no desenvolvimento das faculdades técnicas regionais, agora chamadas de Institutos de Tecnologia. A entrada em cena das Faculdades Técnicas Regionais causou um enorme impacto na participação de terceiro grau. Elas provocaram também um efeito muito significativo na expansão da oferta de educação e de treinamento tecnológicos; área na qual a Irlanda tinha sido muito deficiente até então.

No ano em que aderiu à União Europeia, como referido anteriormente, a participação na rede de ensino secundário do país estava muito atrás da dos outros membros da OCDE, mas esse *déficit* foi rapidamente superado. No ano escolar de 2000/2001, nada menos que 81% do grupo etário entre os 15 e os 19 anos já estavam matriculados, nível esse que corresponde à média dos países da OCDE. O maior crescimento do ensino na Irlanda, contudo, ocorreu no terceiro grau (ensino superior).

Em meados dos anos 60, o número de alunos matriculados no terceiro grau na Irlanda era inferior a 20 000. No período de 2002/2003 esse total aumentou para cerca de 128 000.

Em 1984/1985, cerca de 40% dos jovens com 18 anos encontravam-se no ensino em regime de tempo integral. Quinze anos depois, essa percentagem passava para os 62%. Na faixa etária dos 19 anos ou mais, a taxa de participação aumentara de 24% para 49% – isto é, o dobro da participação, no espaço de uma década.

Actualmente, um em cada cinco jovens conclui a educação de nível universitário. As matrículas efectuadas no ensino superior, no período compreendido entre 1990 e 2001, expandiu-se a uma taxa fenomenal de 88%.

Tem sido impressionante a taxa de desenvolvimento do sistema educacional irlandês nas últimas décadas.

Enquanto, aproximadamente 2/3 daqueles que nasceram há 65 anos e que atingem agora a idade da reforma, deixaram a escola apenas com a educação primária (com 14 ou menos anos); em 1995, cerca de 80% dos que deixavam a escola, faziam-no já com um Certificado, o que significa terem já acabado o Liceu, e mais de 50% continuavam para a educação superior. Prevê-se que os efeitos desta aposta na educação continuem a fazer-se sentir durante mais uma década.

Os dados disponíveis são bastante elucidativos, atestando o sucesso da aposta governamental. A Irlanda realiza, no final da década de 90, mais de 10% do investimento público no sector da educação, ultrapassando países com um grau de desenvolvimento e um poder económico consideravelmente superiores.

Quadro nº 4. Despesa Pública em Educação (por nível de ensino) 2000
(Comparação entre Países)

Países	Global	Primário e Secundário	Terciário
Irlanda	13,5	9,3	4,1
Portugal	12,7	9,2	2,3
Reino Unido	11,8	8,3	2,5
França	11,4	8	2
Espanha	11,2	7,8	2,4
Holanda	10,7	7	2,9
Bélgica	10,6	6,9	2,6
Itália	10	6,9	1,8
Alemanha	9,9	6,6	2,4

Fonte: OCDE, 2003

A aposta na formação de nível superior tem vindo a surtir efeitos, pelo que, em 2003, quase 50% da população frequentava o nível terciário de educação (correspondente ao ensino superior em Portugal), à frente de países como os EUA, Reino Unido ou Holanda.

Plano Educativo

O percurso educativo de um estudante irlandês é similar ao de um estudante português, no entanto, com algumas diferenças.

Na Irlanda, tal como em Portugal existem três níveis de ensino (Básico, com três ciclos, Secundário e Superior), também na Irlanda eles se distribuem pela “Primary Education”, “Secondary Education” e “Tertiary Education”. Varia, no entanto, a sua concepção. O ensino primário, ao contrário do nosso ensino básico, vai dos 4 aos 12 anos. Já existe ensino propriamente dito no “infant level” que é ministrado pelo professor numa escola e não pelo educador num jardim-de-infância, como acontece no nosso país. As escolas primárias não são escolas do Estado, apesar de serem por ele subsidiadas. O ensino secundário tem 3 ciclos: ciclo júnior (3 anos), ano de transição e ciclo sénior (2 anos). O ensino superior tem o “primary degree”, chamado “bacharelato”, com 3 ou 4 anos, e o “postgraduate degree”, correspondente ao mestrado e ao doutoramento.

Tendo em conta a população reduzida que detêm, não podem ser muitas as Universidades na Irlanda: existem 3 em Dublin (University College Dublin, Trinity College e Dublin City University), para além das Universidades de Cork, Galway e Limerick. Contam também com 23 Technical Colleges do ensino politécnico.

Contudo, o plano educativo irlandês aproxima-se mais do modelo alemão do que do modelo português.

Efectivamente, e apesar destes países acima mencionados pertencerem à UE, juntamente com outros 24 países, estes aplicam um sistema educativo autónomo de directivas europeias.

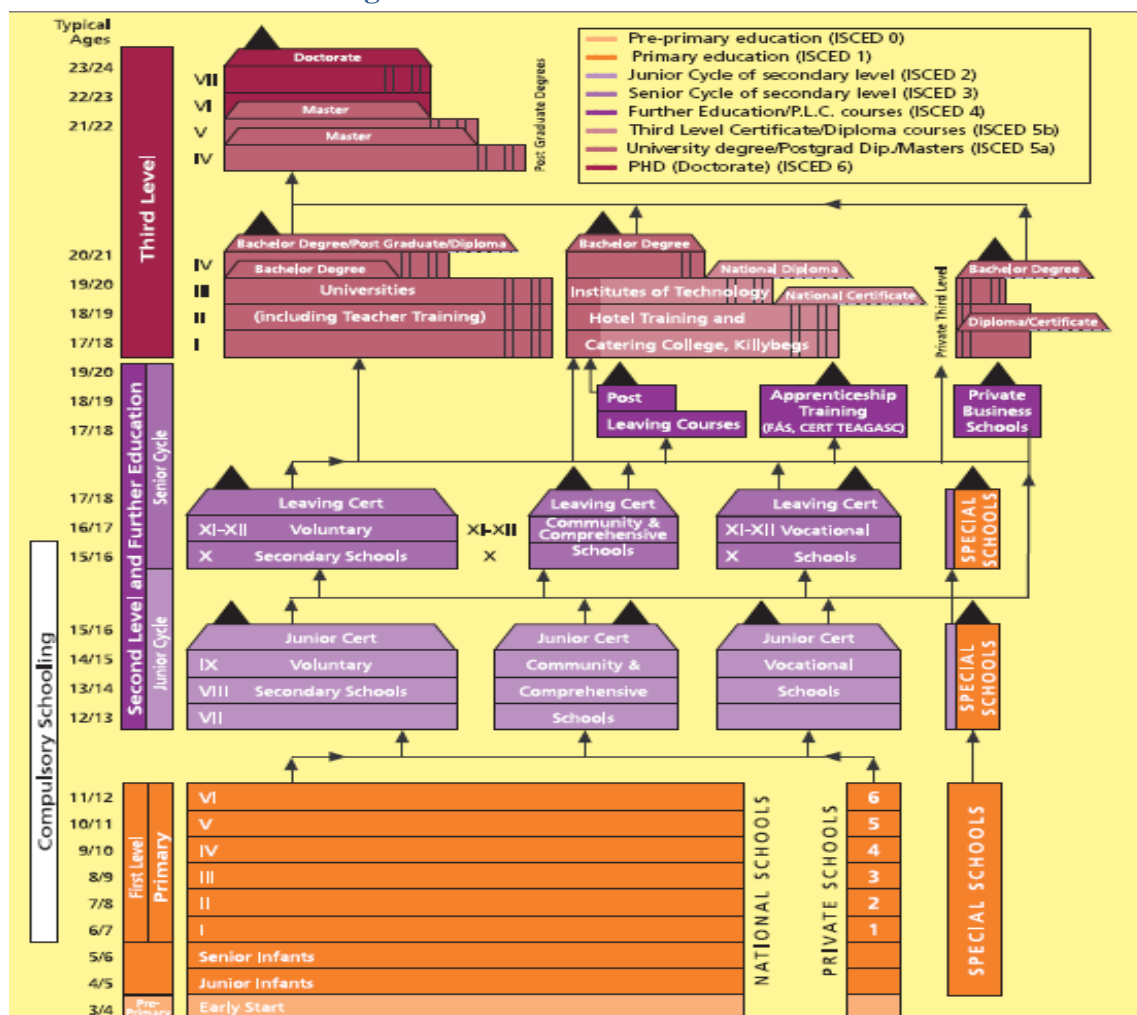
Sintetizando, podemos dizer que o ensino obrigatório da Irlanda aporta crianças dos 6 aos 16 anos, ou até os estudantes terem completado três anos do segundo nível – *Junior Cycle*. Todavia, a maioria das crianças começa o seu percurso escolar aos 3-4 anos – *Pre-primary/ Early Start* –, já que não existe uma rede nacional de creches, o que constitui uma imperfeição das políticas de apoio à maternidade. Com efeito, o percurso possível dos estudantes irlandeses após a conclusão do ensino obrigatório está patente no quadro seguinte.

É também importante evidenciar que após os seis anos de escola primária o aluno pode optar por três tipos de escolas – *Secondary School*, *Community and Comprehensive School* e *Vocational School* –, para que as suas aptidões pessoais possam ser de melhor forma rentabilizadas; a finalização dos estudos secundários é concretizada com um exame final (à semelhança dos exames nacionais portugueses): o *Leaving Certificate*. Este diploma é também tido em conta numa futura candidatura universitária.

Na Irlanda, as universidades quer sejam técnicas ou “clássicas” têm autonomia pedagógica e curricular, ainda que financeiramente dependam do Estado e das propinas dos estudantes.

O plano educativo irlandês inclui ainda cinco programas, além de diversas bolsas escolares direccionadas a apoiar estudantes cujos rendimentos familiares não suportam totalmente os custos de ensino, já que a Constituição Irlandesa refere que apenas o ensino primário é gratuito, sendo providenciado pelo Estado.¹⁰³ Os cinco programas dividem-se em dois grupos: o primeiro aplicado nas escolas através da promoção de políticas educativas e o segundo refere-se a apoios da segurança social, dependendo do rendimento do requerente – na maioria das vezes – das unidades familiares.

Figura nº 2. Sistema Educativo Irlandês



Fonte: Departamento da Educação da Irlanda

¹⁰³ Constituição da República da Irlanda: “The State shall provide for free primary education and shall endeavour to supplement and give reasonable aid to private and corporate educational initiative, and, when the public good requires it, provide other educational facilities or institutions with due regard, however, for the rights of parents, especially in the matter of religious and moral formation.” (Artigo 42º, 4)

No primeiro grupo estão inseridos o Programa de Educação Especial para Estudantes com Dificuldades de Aprendizagem, que pretende apoiar alunos com deficiência física ou mental, mas também aqueles que, por várias razões, não conseguem aprender a um ritmo expectável; o Programa de Promoção da Inclusão Social através do Ensino, isto é, a promoção da escola, como um espaço para todos e por todos, e onde todos são iguais, apesar de *backgrounds* culturais diversificados; e, por fim, o Programa Educativo de Promoção da Ciência e Tecnologia, que pretende promover a Ciência e a Tecnologias, como áreas disciplinares do futuro e que, por vezes, não as favoritas dos alunos e, consequentemente negligenciadas; este último programa enquadra-se numa política que tem sido aplicada por alguns países da UE¹⁰⁴, com o objectivo de permitir o acesso e a proximidade das populações, especialmente as jovens com as novas tecnologias de informação.

Com efeito, o Estado irlandês apoiou no ano lectivo de 2010/2011 no seu total 4033 instituições de ensino, sendo que mais de metade são escolas primárias (escolas do primeiro nível) e 33 faculdades, sendo neste grupo o tipo de faculdades mais apoiadas são as técnicas.

Quadro n.º 5. Número de Escolas Apoiadas pelo Departamento de Educação na Irlanda em 2010/2011

NÍVEL	Nº DE ESCOLAS
Primeiro Nível	3305
Escolas Nacionais	3165
Escolas Especiais	140
Segundo Nível	729
Secundário	383
Comunidade e Compreensiva	92
Vocacional	254
TOTAL	4033

Fonte: Departamento das Educação da Irlanda

No segundo grupo, incluem-se os subsídios *Back To School Clothing and Footwear Allowance* e *Back To Education Allowance*; o primeiro prende-se com a obrigação do uso de fardas

¹⁰⁴ Em Portugal, esta política de promoção da Ciência e da Tecnologia é mais conhecida pela expressão do antigo Primeiro-ministro José Sócrates «choque tecnológico».

no ensino primário, o que pode constituir um gasto demasiado dispendioso para as famílias menos abonadas; o segundo constitui um apoio a quem deseja completar os seus estudos e que por diversas razões não o pôde fazer no período “normal”.

Quadro nº 6. Número de Faculdades do Terceiro Nível Apoiadas pelo Departamento de Educação na Irlanda em 2010/2011

TIPO	NÚMERO
Técnicas/ Faculdades Tecnológicas/Instituições	15
HEA (Higher Education Authority) Institutions	7
Outras Faculdades	4
Teacher Teacher/ Home Economics	7
TOTAL	33

Fonte: Departamento da Educação da Irlanda

Este sistema de educação estatal dinâmico é um sistema que tem o voto de confiança dos pais e restantes membros da família, o que é essencial, já que é onde a sua descendência – os filhos – passam a maior do tempo e onde também se formam como cidadãos.

Custo Médio do Ensino

O custo do material escolar dos filhos é um dos elementos do orçamento familiar e, por vezes, um *quebra-cabeças* para quem suporta os custos de dois ou mais filhos com idades diferentes e portanto com gastos diversos adequados ao nível escolar frequentado. Ainda para mais, sabendo que quanto maior o nível, maiores são os gastos.

De facto, o crescimento das crianças implica despesas inerentes à frequência do ensino obrigatório e grandes despesas quando o indivíduo decide prosseguir os seus estudos no ensino superior.

Por isso, aquando da decisão de ter um filho, estes são gastos que também são ponderados, e que o Estado irlandês tenta colmatar com apoios monetários como as bolsas escolares.

Concretamente, segundo o Banco da Irlanda, em 2007, o custo médio escolar foi de quase €40000 por filho. Este valor inclui a frequência na escola primária, secundária e o ensino universitário, isto é, não só as propinas, mas também livros, lápis, canetas, marcadores, etc. Assim, uma família com 4 filhos poderá pagar €160 000 para educá-los através do ensino público, o que revela ser uma quantia bastante avultada, mas que a longo prazo pode reverter num investimento

bem empregue, já que os indivíduos com estudos superiores são altamente valorizados na economia irlandesa.

Nestas despesas relativas ao ensino, é de salientar que a maior parte se refere ao ensino universitário, já que as propinas na República da Irlanda são bastante elevadas, rondando os €13 500 e os €36 000 por ano, dependendo da área do curso.

Quadro nº 7. Custo das Propinas Universitárias na Irlanda

CURSOS	PROPINAS POR ANO (MÉDIA)
Medicina e Relacionados	25,000 – 36,000 Euros
Engenharia	9,100 – 18,000 Euros
Ciência e Tecnologia	9,100 – 18,000 Euros
Negócios e Relacionados	9,100 – 13,500 Euros
Artes e Humanidades	9,100 – 13,500 Euros

Fonte: Departamento da Educação da Irlanda

Efectivamente, na Irlanda, o custo da educação, especialmente a universitária é bastante elevado mesmo para uma família de classe média, como refere a Chefe Executiva do *National Parents Council Primary*, Aine Lynch: «You don't have to be in poverty to find it difficult to pay for your child to go to school.»¹⁰⁵ Todavia, esta é uma despesa que os pais ainda estão dispostos a pagar pelo futuro dos seus filhos.

(In) Sucesso Escolar?

O conceito de sucesso escolar é de certa forma ambíguo, já que para um corpo político, como o Governo ou um Ministério significa um número elevado de estudantes a frequentarem o ensino público, e para os encarregados de educação e para os próprios alunos significa atingir objectivos tão simples como boas notas, a transição de ano ou até mesmo um prémio de excelência.

Neste ponto analisarei o conceito governamental de sucesso escolar, ou seja, quantos alunos na Irlanda frequentam o ensino público, tendo como base números do *Department of Education* (Departamento de Educação).

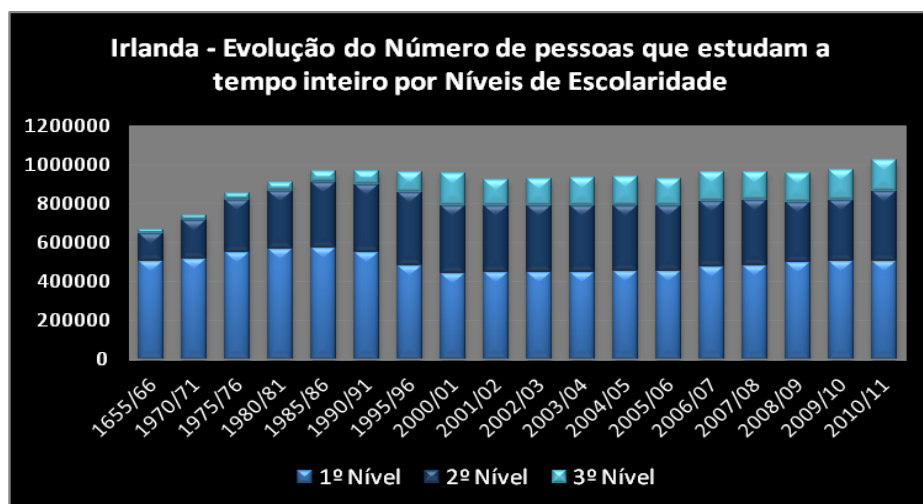
Como podemos constatar pelo **quadro seguinte**, poucos anos após a adesão da Irlanda à União Europeia, o número de estudantes aumentou consideravelmente, principalmente no terceiro

¹⁰⁵ Aine Lynch: «Não é preciso ser pobre para perceber que é difícil pagar pela educação de uma criança»

nível, ou seja, o nível universitário, o que se justifica com um certo entusiasmo europeu partilhado pelas populações mais jovens, já que é geralmente, o universo populacional mais jovem que está mais aberto a novas experiências e a novas oportunidades, neste caso, proporcionadas pela “europeização” do seu país, para além de um sentimento de confiança num futuro melhor.

No entanto, a partir do ano lectivo de 1990/1991 o número de alunos no primeiro nível começa a decrescer, tendência que é acompanhada também pelo segundo nível a partir de 2001/2002. Ainda que nos últimos, o número de alunos no primeiro nível tenha vindo a aumentar, o número de estudantes no segundo nível continuou a decrescer até ao ano lectivo de 2008/09. Situação que se inverteu no ano lectivo de 2010/11, para ambos os níveis, onde, 509652 estudantes frequentaram o primeiro nível, e 356107 frequentavam o segundo nível.

Gráfico n.º41. Número de Pessoas que Estudam a Tempo Inteiro por Níveis de Escolaridade na Irlanda



Fonte: Elaboração Própria com base em informação estatística do Departamento da Educação na Irlanda

Imune a estes altos e baixos, está o terceiro nível que apresenta uma tendência crescente de alunos a apostarem numa formação superior, o que não significa facilitismo na aquisição de um diploma universitário, mas sim na importância que este tem no mercado de trabalho. No ano de 2010/11, 161647 pessoas frequentaram o ensino superior a tempo inteiro, nas mais variadas áreas de conhecimento. Frequentavam o terceiro nível de escolarização mais 140949 pessoas face ao ano lectivo de 1965/66.

No teste de fomentar as vantagens de uma formação académica, a Irlanda passa com uma nota muito boa.

Estes são os programas europeus do foro educativo:

- *European Centre for the Development of Vocational Education and Training* (CEDEFOP) – esta ramificação da UE tem como objectivo a promoção da educação vocacional e profissional, através de vários programas posto em prática a nível local.
- Eurydice – sistema de base de dados (preserva livros, artigos, publicações em geral, num sistema informático para que não aconteça uma tragédia como a de Alexandria, também permite uma espécie de controlo da informação e do conhecimento)
- Programa Leonardo da Vinci – igual ao Sócrates, mas aplicada a nível de uma formação vocacional e profissional, ao passo que o programa Sócrates onde se insere o *Erasmus*, dedica-se, somente a estudantes do ensino superior.
- Programa Sócrates
- *European Charter for a Democratic School without Violence* – uma carta onde define as características de uma escola como um local livre e democrático, sem violência. Pretende também promover os valores democráticos com o objectivo de evitar extremismos como os dos grupos neo-nazis, ou skinheads que proliferam geralmente nas escolas.

Quadro nº 8. Quadro Comparativo (Educação): Portugal vs Irlanda

Passado	<p>Alunos inscritos no Ensino Superior (1978): 81 000</p> <p>Crianças inscritas na pré-escola (1960): 6 000</p> <p>Escolaridade Obrigatória: 4ºano (1960); 6ºano (1964); 9ºano (1986)</p> <p>População sem escolaridade com 15 ou mais anos (1960): 65,6%</p> <p>Número de Escolas de Educação Pré-Primária (1961): 159</p> <p>Despesas em Educação em % do PIB (1972): 1,4%</p> <p>Taxa Real de Escolarização (1961): Pré-escolar (0,9); Ensino Básico 1ºciclo (80,4); Ensino Básico 2ºciclo (7,5); Ensino Básico 3ºciclo (6,1); Ensino Secundário (1,3)</p>	<p>Alunos inscritos no Ensino Superior (1955/56): 20 698</p> <p>Escolaridade da população com idade entre os 25 e os 60 anos (1991): 60%</p> <p>Número de Escolas de Educação 1º Nível (1989/90): 3 242 mil</p> <p>Despesas Públicas em Educação em % do PIB (1997): 5,2%</p> <p>Taxas de Retenção Escolar (1996): 81,3%</p> <p>Escolaridade da População com idades entre os 25 e os 34 anos (1991): 46%</p> <p>Número total de alunos a estudar a tempo inteiro nos 3 níveis de ensino (1970/71): 733 810</p>
Presente	<p>Alunos inscritos no Ensino Superior (2009): 373 000</p> <p>Crianças inscritas na pré-escola (2008): 266 mil</p> <p>Escolaridade Obrigatória: 12ºano (2009)</p> <p>População sem escolaridade com 15 ou mais anos (2000-2001): 9,2%</p> <p>Número de Escolas de Educação Pré-Primária (2010): 6 979</p> <p>Despesas em Educação em % do PIB (2011): 5,3%</p> <p>Taxa Real de Escolarização (2010): Pré-escolar (83,9); Ensino Básico 1ºciclo (100,0); Ensino Básico 2ºciclo (93,8); Ensino Básico 3ºciclo (89,5); Ensino Secundário (71,4)</p> <p>% de população (20-24 anos) com ensino secundário completo (2011): 55,5%</p> <p>% de população (30-34 anos) com ensino superior completo (2011): 21,1%</p>	<p>Alunos inscritos no Ensino Superior (2010/11): 161 647</p> <p>Crianças inscritas no 1º Nível (2010/11): 509 mil</p> <p>Escolaridade da população com idade entre os 25 e os 60 anos (2002): 25%</p> <p>Escolaridade da População com idades entre os 25 e os 34 anos (2002): 36%</p> <p>Número de Escolas de Educação 1º Nível (2010/11): 3 305</p> <p>Despesas Públicas em Educação em % do PIB (2011): 4,9%</p> <p>Taxas de Retenção Escolar (2004): 87,7%</p> <p>Número total de alunos a estudar a tempo inteiro nos 3 níveis de ensino (1970/71): 1 027 406</p> <p>% de população (20-24 anos) com ensino secundário Completo (2011): 87%</p> <p>% de população (30-34 anos) com ensino superior completo (2011): 49%</p>

CAPÍTULO 5

I - A ECONOMIA PORTUGUESA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Objectivos Genéricos

Pretende-se neste ponto fazer um breve enquadramento do percurso económico de Portugal, recorrendo para isso, ao estudo do seu passado, à compreensão do seu presente, e à projecção do seu futuro.

Evolução do PIB, da inflação, das exportações e importações, são alguns dos exemplos de tópicos que serão seguidamente abordados.

O Passado e o Presente da Economia Portuguesa

*“Nos últimos 50 anos a economia portuguesa sofreu profundas alterações. O país abandonou um sistema fechado e protegido, abrindo-se ao exterior. Passou por fases de rápido crescimento do produto nacional e por outras de abrandamento ou mesmo de estagnação.”*¹⁰⁶

“Na passagem do Estado Novo para a democracia, a economia portuguesa alterou muito o seu comportamento.”¹⁰⁷ Os últimos trinta anos do regime autoritário correspondem ao melhor período de toda a história de Portugal. Mas de 1974 em diante deu-se um abrandamento acentuado. A transição entre um regime e outro foi especialmente complicada graças à associação da grave crise internacional dos anos 70 – desencadeada pelo choque petrolífero de 1973 – e a crise nacional. Se a situação já seria difícil tendo de lidar apenas com a crise internacional, mais ainda se tornou quando se juntaram as perturbações internas resultantes do processo revolucionário. Em 1975, todo o enquadramento institucional associado ao crescimento anterior foi destruído: a propriedade dos grupos económicos foi nacionalizada e, até 1989, forçada a manter-se no domínio público por determinação constitucional; a estrutura institucional repressiva que limitava de forma drástica as reivindicações laborais foi eliminada; e, em consequência da erupção social de 1975, deu-se uma explosão salarial sem paralelo na história económica portuguesa. A década decorrida entre o período revolucionário e a adesão à CEE foi consumida em tentativas para ultrapassar as

¹⁰⁶ Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas (2010), *Portugal: os Números*, FFMS, pág. 72.

¹⁰⁷ Luciano Amaral (2010), *Economia Portuguesa: As últimas décadas*, FFMS, pág. 20.

consequências da explosão salarial de 1975. Por sua vez, estas tentativas deram origem a novos problemas, como o sobreaquecimento da economia, que acabou por criar um endividamento externo impossível de sustentar, forçando ao recurso a programas correctivos bastante pesados. Foi o que se constatou em 1978-1979 e em 1983-1984, ao abrigo de acordos de estabilização económica como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“A adesão à CEE abriu novas oportunidades que a economia aproveitou, resultando num período de acentuado – mas breve – crescimento, entre 1986 e 1992. No entanto, também este crescimento acabou por se revelar insustentável, desta vez não em consequência de desequilíbrios externos, mas da inflação. Para a combater, foi adoptada a partir de 1990 uma política monetária e cambial restritiva, baseada na fixação da taxa de câmbio do escudo em relação às moedas de referência europeias.”¹⁰⁸ O seu sucesso anti-inflacionário não deixou, contudo, que começou a abrandar em 1990 e foi mesmo interrompido por uma recessão entre 1992 e 1994. De 1995 a 1999, o crescimento regressou, mas mais lento. Para além disso, ao contrário do verificado na segunda metade dos anos 80, não teve um contributo importante das exportações. O grande estímulo veio da procura interna, sobretudo resultante da expansão de certas rubricas orçamentais, como as sociais e as relativas ao funcionalismo público. Não por acaso, foi nesta altura que Portugal entrou no processo de endividamento externo – medido pela balança de transacções correntes – que ainda hoje o persegue. O aspecto crucial parece ter sido aqui a fixação da taxa de câmbio a um nível muito acima do adequado à competitividade externa da indústria portuguesa. Tudo se agravou no início do século XXI, com a adesão ao euro. Desde o ano 2000 que a economia portuguesa, vem perdendo terreno face aos países mais desenvolvidos, o que já não acontecia de forma tão continuada desde há um século.

Se entre 1976 e 1990 foi possível expandir as exportações através de uma política cambial que, desvalorizando o escudo de forma sistemática, permitiu manter a sua competitividade internacional, a partir de 1990 esse factor foi invertido. A partir de então, em vez de fomentar as exportações, o câmbio passou a puni-las severamente. O resultado foi um crescente enviesamento, em termos de incentivos, conducente a uma concentração de recursos no sector não comerciável da economia, algo para que também contribuiu a constante expansão da despesa pública. Esta expansão resultou da construção do Estado Providência, talvez o projecto político mais consensual de todo o período. Se o Estado Providência foi instalado, a forma como o fez não é fácil de

¹⁰⁸ António Mendonça Pinto (2007), *Economia Portuguesa – Melhor é possível*, Almedina.

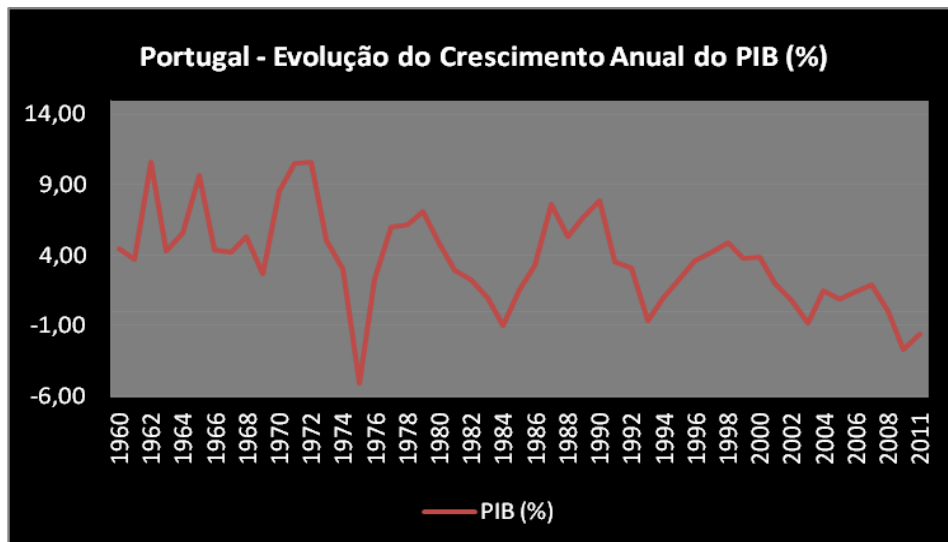
sustentar: a despesa pública cresceu ao dobro da velocidade da economia, dando origem a persistentes dificuldades, de financiamento.

Actualmente, com uma despesa pública que cresce a ritmos sempre superiores aos da economia, com salários que crescem tradicionalmente acima do ritmo da produtividade – assim aumentando os custos unitários de trabalho e deteriorando a competitividade externa da economia – com uma moeda forte que não pode ser desvalorizada face aos principais parceiros comerciais, com um sector não comerciável em expansão e um sector comerciável em declínio, e com um endividamento externo que parece incontornável, Portugal está muito longe da fase do bom aluno europeu.

Economia: os seus altos e baixos

O ano de 2009 é o primeiro ano, desde 1960, em que a chamada “inflação” é negativa, recuperando em 2010 e 2011. No ano de 2009, a variação da inflação foi de -1%. Em 2009, sabe-se ainda que houve uma variação negativa no Produto Interno Bruto. Essa variação foi de -2,6%.

Gráfico n.º42. Evolução do Crescimento Anual do PIB (%) em Portugal



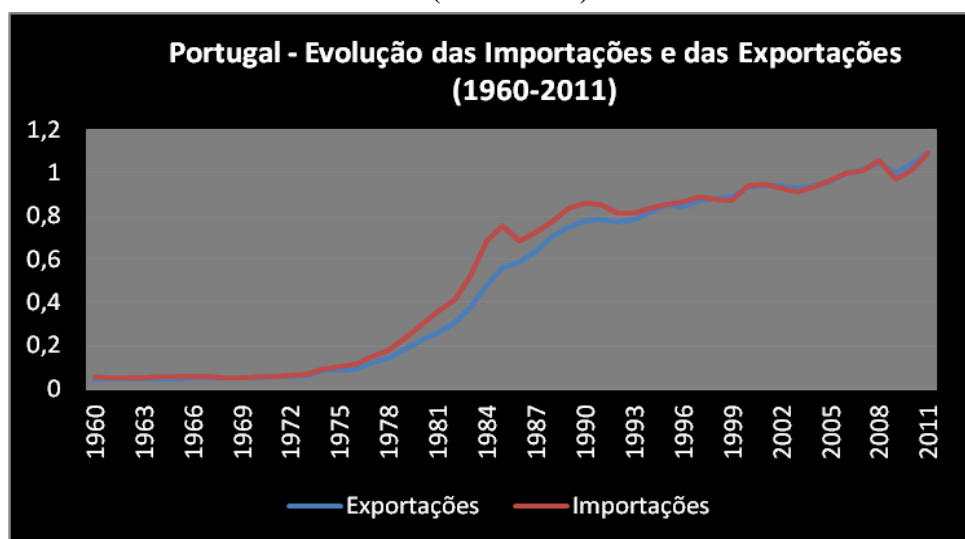
Fonte: Eurostat, 2011

O comportamento actual destes dois indicadores denota um clima económico bem diferente do vivido em períodos anteriores designadamente nos anos 60, quando a economia nacional estava possante.

Com efeito, no período de 14 anos, compreendido entre 1960 e 1973, o produto nacional teve uma variação positiva muito expressiva e ininterrupta. A média situou-se em 6,5% anuais e, no caso do PIB *per capita*, ainda foi maior: 6,7% (a variação superior do PIB *per capita* deve-se ao facto da população, neste período, ter diminuído em cerca de 230 mil residentes). Quanto à inflação média, entre 1960 e 1973, foi de 6,0%.

Este período pujante da economia portuguesa é marcado pela sua abertura. Se a pertença à OECE (a actual OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) desde 1948 obrigara o país, nos anos 50, a liberalizar parcialmente o comércio externo, a adesão, em 1960, à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e, em 1961, ao Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), integra a economia nacional ainda mais na europeia e internacional. A quebra de barreiras aduaneiras que daí advém acaba com mecanismos de protecção económico, permite o acesso a novos mercados para as exportações e anima o investimento na indústria.

Gráfico nº43. Portugal – Evolução das Importações e das Exportações (1960-2011)



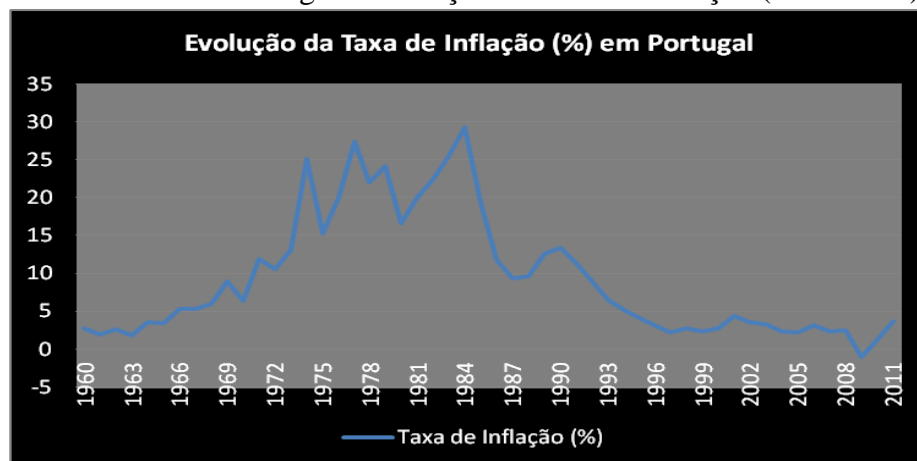
Fonte: Eurostat, 2011

Trata-se de um panorama que nunca mais terá paralelo na história económica recente do país. No inverno de 1973/74 – tal como já foi mencionado – o primeiro choque petrolífero encerrará o período anterior e as condicionantes externas, a par das alterações políticas e sociais internas dos anos seguintes, substituirão um padrão de crescimento linear por outro de alternância entre crises e recuperações.

No período entre 1974 e 1998, data do início do processo de adesão ao euro, a nova moeda europeia, de que Portugal se torna um dos membros fundadores, o PIB cresceu a uma média de 3,3% e a inflação média foi de 14,7%. Estas médias, têm, contudo, por detrás variações muito diversas.

Assim, nos anos de 1975, 1984 e 1993 assiste-se a regressões do PIB, expressão da recessão em que entra a economia nacional. Os choques petrolíferos também têm a sua expressão na inflação: a variação da inflação em 1974 foi de 25%, praticamente duplicando face à do ano anterior e demonstrando assim o impacto dos aumentos do crude nas contas nacionais; em 1979, ano do segundo choque petrolífero, causado pela guerra entre o Irão e o Iraque, a variação da inflação atinge os 24,2%; em 1991, ano da primeira Guerra do Golfo, a variação da inflação é de 11,4%. A partir de então, os valores da inflação nunca mais atingiram os dois dígitos.

Gráfico nº44. Portugal – Evolução da Taxa de Inflação (1960-2011)



Fonte: Eurostat, 2011

Este período de 25 anos é igualmente marcado por outros acontecimentos que afectaram a economia. A segunda metade da década de 70 assiste ao regresso de milhares de portugueses radicados nas antigas colónias e ao aprofundamento do Estado Providencia, com o consequente aumento das despesas sociais. É também o período em que se assiste à nacionalização de vastos sectores da economia, ao processo de reforma agrária e a uma quebra do investimento privado.

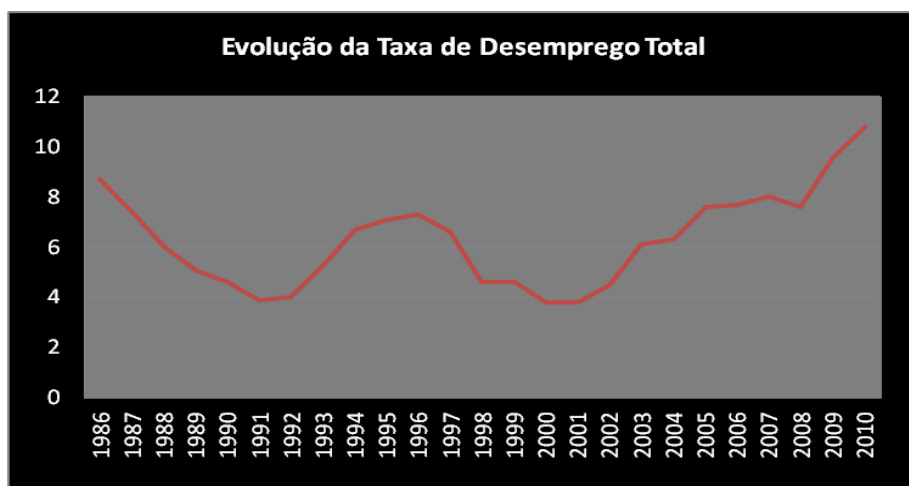
Em 1978 e 1983, o país celebra os acordos com o Fundo Monetário Internacional para estabilizar a economia, procedendo a programas de ajustes de contas nacionais que afectam os rendimentos da população. Em 1986 aderimos à CEE, hoje UE, dando início a um período de incremento de fundos para o desenvolvimento da economia nacional.

“A partir de 1999, com a entrada na fase de transição para o euro, Portugal é obrigado a adoptar certas regras impostas pelo Tratado de Maastricht.”¹⁰⁹

Neste período, o PIB cresce a uma taxa média anual de 1,2%, enquanto a inflação se cifra numa média de 2,5%. Este é o momento, dos analisados, de menor crescimento da economia nacional, registando-se quebras no PIB em 2003 e, pela primeira vez em dois anos seguidos: 2008 e 2009.

Este abrandamento do crescimento da economia portuguesa deveu-se em parte à crise económica e financeira que tem vindo aos poucos a *atormentar* todo o mundo e consequentemente Portugal .

Gráfico nº45. Portugal – Evolução da Taxa de Desemprego Total (1986-2010)



Fonte: INE, 2011

Esta crise pela qual o país *ainda* passa é o resultado da acumulação de desequilíbrios macroeconómicos e de debilidades estruturais durante mais de uma década. Desequilíbrios e debilidades essas que se tornaram visíveis, em toda a sua extensão, no contexto da crise global e europeia, que começou em 2007. Como consequência directa do impacto da *crise* em Portugal, foi, o aumento significativo da taxa de desemprego, passando de 5,1% em 1989 para 8,0% e 10,8% em 2007 e 2010, respectivamente.

De facto, a economia portuguesa é uma das mais afectadas pela crise soberana da área do euro. A perceção de risco de crédito relativamente à dívida portuguesa deteriorou-se progressivamente desde o final de 2009, num quadro de receio crescente, por parte dos investidores

¹⁰⁹ Vítor Bento (2009), Perceber a Crise para Encontrar o Caminho, Bnomics, pág. 44-50.

internacionais, sobre a sustentabilidade das finanças públicas e do endividamento externo, em associação com um baixo crescimento do produto potencial. Deste modo, observou-se um agravamento significativo das condições de financiamento da economia, quer em termos de custo quer de acesso ao crédito, tornando inadiável o pedido de assistência financeira internacional, que se concretizou, finalmente, em Abril de 2011. Foi o regresso do Fundo Monetário Internacional a Portugal em menos de 30 anos.

Em síntese, foram cinco décadas em que o ambiente social se transformou significativamente, com períodos de euforia económica em ambiente de falta de liberdade política e de crises económicas sucessivas vividas em ambiente democrático.

As Contas Externas e o Défice Esquecido

Ao entrar para a UEM, muitas pessoas consideraram que o défice externo deixaria de ser uma preocupação da política económica portuguesa. Deixando de ter moeda próprio e passando a financiar-se numa moeda comum europeia, a economia portuguesa deixaria de ter problemas cambiais. Por conseguinte, o défice externo deixaria de ser um problema macroeconómico, passando o financiamento necessário para o sustentar a ser apenas uma problema de capacidade de endividamento, e de solvabilidade, dos agentes económicos internos. O equilíbrio restabelecer-se-ia espontaneamente, por um mecanismo de deflação das despesas, sem necessidade de qualquer ajustamento macroeconómico. segundo este entendimento, os ajustamentos eventualmente necessários tenderiam a surgir automaticamente por força do funcionamento dos mecanismos económicos do mercado.

Esta tese, partilhada ao nível da gestão da política económica, é radicalmente liberal e desconsiderada a relevância do espaço, mais precisamente do espaço político-social, para a avaliação dos impactos sociais do funcionamento da economia. E desconsidera que, sendo ontologicamente social a existência do homem, as decisões de cada um afectam o bem estar de todos, e que, pelas interacções sociais que cada decisão provoca, a multiplicação de decisões individuais cria um resultado qualitativamente diferente do que seria a mera soma dos resultados individuais.

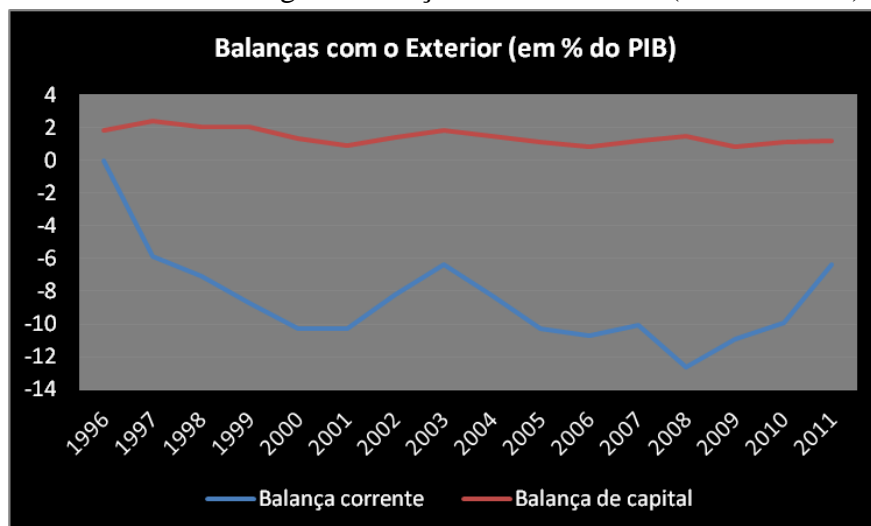
Deste modo, esperar pelo ajustamento automático, levará, por um lado, a que o problema se avolume muito mais do que seria recomendável, tornando depois a sua resolução muito mais

cautelosa. Por outro lado, porque, tal como certas doenças, quando não se atalham a tempo, a sua persistência pode causar danos irreversíveis.

Podemos verificar através do **gráfico nº46**, e no que concerne ao défice externo, tem existido uma continua tendência para a deterioração. O saldo exterior expurgado dos movimentos de capitais, de curto e longo prazo, tem – com parcas excepções – vindo a deteriora-se.

A média dos défices da Balança Corrente e de Capital, ao longo dos últimos 10 anos, foi de 8% do PIB. E o valor mais elevado anteriormente atingido pela média correspondente foi, em 1983, de 6,2%.¹¹⁰

Gráfico nº46. Portugal - Balanças com o Exterior (em % do PIB)

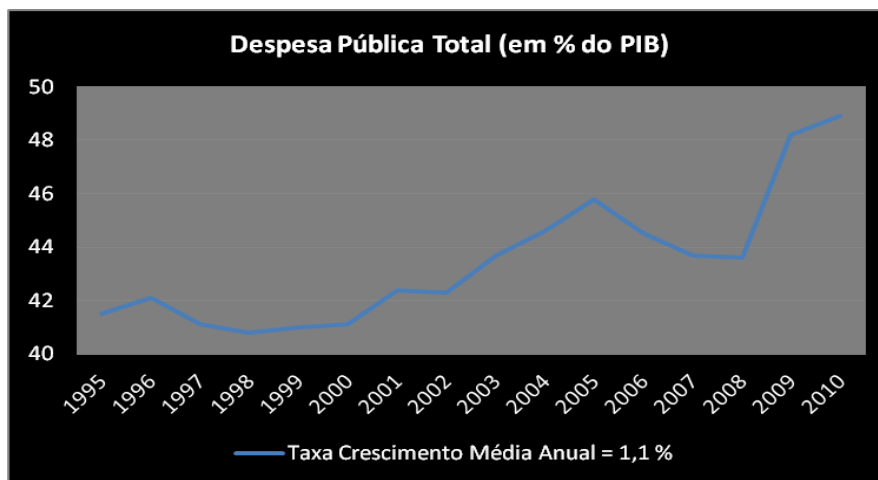


Fonte: OCDE

Por outro lado o défice público, tem sido fortemente influenciado – apesar dos aumentos dos impostos – pelo crescimento da despesa pública à taxa anual de 1,1%.

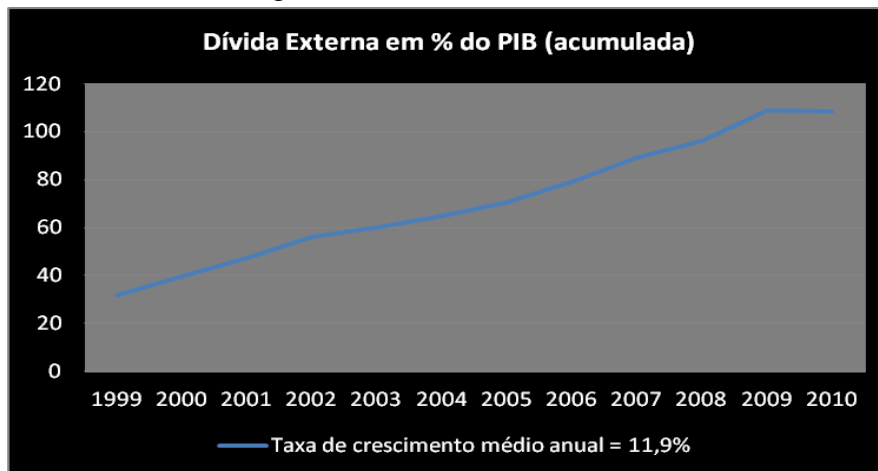
O défice da balança de transacções correntes com o exterior manteve-se acima dos 10% do PIB, fazendo aumentar ao mesmo ritmo o endividamento perante o exterior.

¹¹⁰ A retracção do défice verificada entre 2002 e 2004, deveu-se à redução das importações, motivada pela contracção da procura interna (economia esteve em recessão em 2003), enquanto as exportações mantiveram um percurso estável.

Gráfico n°47. Despesa Pública Total (em % do PIB) em Portugal

Fonte: INE, 2011

Assim o endividamento externo, que no ano de entrada no euro (1999) representava 31,5% do PIB, passou para 70,4% em 2005 e 108,3% em 2010. Um crescimento à taxa anual de 11,9%.

Gráfico n°48. Portugal – Dívida Externa em % do PIB (acumulada)

Fonte: Banco de Portugal, 2011

Portugal foi acumulando ao longo dos últimos 10 anos um nível de endividamento exceccionalmente elevado, quer quando comparado com a sua história recente, quer quando confrontado com os seus parceiros europeus. Actualmente, Portugal encontra-se entre os países mais endividados da área do euro.¹¹¹

¹¹¹ República Portuguesa (2011), *Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015*, Ministério das Finanças, pág. 6-8.

Apesar, de os portugueses terem um nível de vida maior do que o de sempre e de a sua riqueza ter aumentado em relação à Europa a um dos ritmos mais rápidos de sempre. Apesar de viverem numa democracia estável, na qual podem pensar, falar, e fazer com liberdade que nunca tiveram antes. E, apesar de serem membros de direito de uma União, não terem receio de guerra iminente, e poderem viajar em paz por quase todo o mundo, os portugueses de hoje são portugueses apreensivos quanto ao futuro.

Que futuro?

A evolução da economia portuguesa em 2011 foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o qual constitui igualmente a referência central na análise das perspetivas de médio prazo.

O PAEF fornece um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial e crescimento assente em três pilares: consolidação durável das contas públicas, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa. Estes elementos são fundamentais para evitar o ajustamento abrupto e desordenado que ocorreria num contexto de ausência de financiamento, bem como para criar condições de crescimento sustentado da economia portuguesa e de convergência com os níveis de rendimento *per capita* observados em média na área do euro.

Este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2011, numa queda de 1,6% do PIB. O comportamento do PIB reflecte uma contração de todas as componentes da procura interna, parcialmente compensada por um crescimento robusto das exportações de bens e serviços. As actuais projecções¹¹² para 2012-2013 apontam para a continuação deste processo, projectando-se uma contracção da actividade de 3,4% em 2012, seguida de uma estagnação em 2013.

A redução da procura interna deverá prosseguir no corrente ano, traduzindo, em particular, a queda mais acentuada do consumo privado, num contexto de forte deterioração do rendimento

¹¹² Optámos pelas projecções realizadas pelo Banco de Portugal no seu mais recente Boletim Económico (Primavera de 2012).

disponível das famílias. Por seu turno, as exportações deverão manter um contributo determinante para sustentar a actividade, ainda que se anteveja um significativo abrandamento face ao crescimento robusto observado em 2011, em virtude da deterioração marcada das perspectivas de evolução da procura externa. O ajustamento dos balanços do sector público e dos agentes privados tem vindo a traduzir-se numa redução do desequilíbrio externo, reflectida na melhoria expressiva do saldo da balança corrente e de capital em 2011, cuja continuação se projecta para os próximos anos.

No que diz respeito à evolução do comércio internacional, as actuais hipóteses reflectem a informação recentemente divulgada pelo Banco Central Europeu no Boletim Mensal de Março de 2012, e traduzem perspectivas de uma moderação do crescimento da actividade ao nível global em 2012. Em particular, o crescimento nas economias avançadas, incluindo a área do euro, deverá ser condicionado pela persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana, bem como pelo impacto das medidas de consolidação orçamental. Neste contexto, antecipa-se um abrandamento temporário da procura externa dirigida à economia portuguesa em 2012. Em 2013 esta deverá apresentar um ritmo de crescimento próximo do registado em 2011.

As projecções do Banco de Portugal, apontam para uma contração significativa da actividade económica em 2012 (3,4%, face a 1,6% em 2011), seguida de uma estagnação em 2013. A evolução projectada reflecte a continuação de uma queda muito acentuada da procura interna (cerca de 14% em termos acumulados no período 2011-2013). As exportações deverão continuar a ter um papel determinante na mitigação do impacto da contração da procura interna, embora registando um abrandamento em 2012-2013, num quadro de moderação da actividade económica mundial. Este enquadramento implica uma recomposição da despesa, caracterizada por uma redução significativa do peso da procura interna no PIB, a par de um aumento do peso das exportações.

As importações deverão reduzir-se 5,6% em 2012, uma contração de magnitude idêntica à observada em 2011. Para 2013, assume-se uma estabilização desta componente, o que traduz a dinâmica de recuperação de algumas componentes da despesa com conteúdo importado relativamente elevado, como as exportações. Esta evolução implica uma redução do conteúdo importado da procura final em 2011-2013, a exemplo do observado em anteriores episódios recessivos.

As projecções implicam uma verificação em baixa do crescimento do PIB de 0,3 p.p. em 2012 e 2013, refletindo em parte a revisão das exportações motivada por hipóteses menos favoráveis para a evolução da procura externa, bem como o impacto sobre as perspectivas de

rendimento, e consequentemente sobre o consumo privado, da deterioração mais acentuada das condições no mercado de trabalho, em particular em 2012.

Quadro nº9. Projecções do Banco de Portugal: 2012-2013 (Taxa de Variação Anual em percentagem)

	Pesos 2011	Boletim Económico Primavera 2012		
		2011	2012	2013
PIB	100.0	-1.6	-3.4	0.0
Consumo Privado	66.3	-3.9	-7.3	-1.9
Consumo Público	20.2	-3.9	-1.7	-1.2
Formação Bruta de Capital Fixo	18.0	-11.4	-12.0	-1.7
Procura Interna	103.9	-5.7	-6.2	-1.6
Exportações	35.5	7.4	2.7	4.4
Importações	39.3	-5.5	-5.6	0.0
Balança corrente e de capital (% PIB)		-5.2	-2.8	-0.4
Balança de bens e serviços (% PIB)		-3.2	-1.0	1.0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		3.6	3.2	0.9

Fonte: INE e Banco de Portugal, 2012

As necessidades de financiamento da economia portuguesa deverão apresentar uma redução substancial ao longo do horizonte de projecção, de -5,2% do PIB em 2011 para -0,4% do PIB em 2013. Esta trajectória de ajustamento é próxima da observada no contexto dos acordos de estabilização económica realizados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos 70 e 80. Subjacente a esta evolução está uma melhoria significativa do saldo da balança comercial, que deverá aumentar de -3,2% do PIB em 2011 para -1,0% do PIB em 2012 e 1,0% do PIB em 2013. Esta melhoria resulta em larga medida de um efeito volume, que compensa uma perda de termos de troca em 2012, motivada em parte pela componente energética. Para 2013, projecta-se um ligeiro ganho de termos de troca. O défice da balança de rendimentos em percentagem do PIB deverá

apresentar uma redução moderada ao longo do horizonte de projecção, traduzindo as hipóteses mais favoráveis assumidas para as taxas de juro.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, projeta-se uma redução do emprego de 3,6% em 2012 e 0,7% em 2013. A contração significativa do emprego antecipada para 2012 deverá ser mais acentuada no sector privado. O emprego no sector público deverá manter um ritmo de redução relativamente constante ao longo do horizonte de projecção, apresentando uma queda mais acentuada do que a do sector privado em 2013.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá permanecer relativamente estável em 2012 (taxa de variação média anual de 3,2%, o que compara com 3,6% em 2011), reduzindo-se para 0,9% em 2013. Esta projecção reflecte uma desaceleração da componente energética do IHPC em 2012 (de 12,8% para 9,3%) e uma redução de 0,2% em 2013, que traduz em larga medida as hipóteses assumidas para o preço do petróleo em euros, enquanto a componente não energética deverá manter-se estável em 2012 (em 2,3%), seguindo-se um abrandamento significativo para 1,1% em 2013.

A estabilização da taxa de inflação no período 2011-2012 em valores relativamente elevados face à evolução dos seus factores explicativos habituais é, em larga medida, o reflexo do crescimento dos preços associado a decisões administrativas e dos aumentos da tributação indirecta.

Quanto aos riscos inerentes às projecções realizadas pelo Banco de Portugal, apontam, predominantemente, para a possibilidade de uma evolução mais desfavorável da actividade económica relativamente ao projectado no cenário central. Estes riscos resultam, em grande medida, de factores de natureza externa, dado que persiste uma elevada incerteza quanto à resolução da crise da dívida soberana na área do euro. Com efeito, e não obstante o impacto favorável das medidas não convencionais de política monetária adoptadas pelo Euro sistema no final de 2011 e início de 2012, persistem riscos de aprofundamento dos mecanismos de interacção negativa, quer entre o sistema financeiro e a economia real, quer entre a área do euro e a economia global, em particular no contexto dos processos de consolidação orçamental actualmente em curso em várias economias. Neste contexto, a desaceleração da procura externa considerada na actual projecção poderá vir a assumir um carácter mais expressivo ou persistente, com impacto negativo nas exportações portuguesas. No plano interno, uma deterioração do cenário macroeconómico poderá conduzir à

necessidade de adopção de medidas adicionais que garantam o cumprimento do objectivo orçamental.

Concluindo, durante mais de uma década, no contexto de condições financeiras extremamente benignas, a economia portuguesa acumulou importantes desequilíbrios, fruto de políticas económicas e de um comportamento dos agentes profundamente desadequado às exigências do novo regime que resultou da integração de Portugal na área do euro. Esta situação traduziu-se em níveis de endividamento insustentáveis por parte do sector público, das empresas e das famílias e em desequilíbrios importantes na estrutura de financiamento do sector bancário, colocando a economia portuguesa numa situação de grande vulnerabilidade para fazer face às condições financeiras crescentemente adversas observadas desde 2007-2008. A situação de vulnerabilidade foi agravada pela política orçamental de carácter expansionista, num quadro de custos de financiamento crescentes e de aumento significativo da discriminação do risco de crédito nos mercados financeiros, em particular para devedores da área do euro, o que tornou inevitável o pedido de assistência financeira internacional por parte do Estado português em Abril de 2011.

A avaliação da execução do PAEF pela União Europeia e pelo FMI revela que o programa tem sido globalmente cumprido. Estes resultados não devem contudo, induzir uma menor atenção quanto aos desafios futuros. A correcção dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa implica um ajustamento prolongado dos níveis de despesa dos sectores público e privado e do grau de alavancagem do sector bancário. No entanto, o processo de desalavancagem deverá assumir um carácter ordenado e gradual, sem comprometer o financiamento dos setores mais competitivos da economia. A forma como sejam alcançados estes objetivos, que são incontornáveis, vai condicionar a trajetória da atividade económica e do emprego nos próximos anos.

Um ajustamento bem-sucedido da economia portuguesa requer uma melhoria substancial da qualidade dos fatores que determinam o crescimento potencial e, em particular, da qualidade do enquadramento institucional. A concretização rigorosa das medidas de transformação estrutural previstas no PAEF, não apenas no plano legislativo mas sobretudo no plano da sua aplicação concreta, é, assim, essencial para que a economia portuguesa possa alcançar uma trajetória sustentável de crescimento.

II - A HISTÓRIA DA ECONOMIA IRLANDESA

Objectivos Centrais

A Irlanda sofreu profundas transformações, passando de uma sociedade predominantemente agrícola para uma economia moderna e tecnologicamente avançada, sendo conhecida como o Tigre Celta. *Como conseguiu a Irlanda esse intitulado por muitos “milagre irlandês”?* Tendo exactamente esta questão como ponto de partida para este ponto da investigação, é sobre ela que se incidirá os próximos parágrafos da dissertação. Dizendo ainda por outras palavras, analisaremos de seguida, a evolução económica da Irlanda.

Da Miséria para a Abundância

Na Irlanda permaneceu uma economia fortemente proteccionista durante mais de uma década depois da Europa Ocidental se ter aberto ao livre comércio, na década de 50; assim, o *boom* do crescimento económico do pós-guerra que levou os outros países europeus a atingir taxas de crescimento de 6% ao ano, não surtiu efeitos sobre a economia irlandesa, que registava na altura uma taxa de crescimento inferior a 2%, em média anual, e uma igualmente fraca *performance* a nível do emprego. Por outro lado, a necessidade de importar bens de capital e de consumo mais sofisticados, que o país não conseguia produzir internamente, levou a crises sucessivas na balança de pagamentos e a uma forte instabilidade macroeconómica.

Ainda, no início dos anos 60, a economia irlandesa assentava pesadamente na produção agrícola, dependente na sua quase totalidade das exportações para o Reino Unido. Urgia, assim, uma transformação radical na orientação da política económica, afastando-se do desastrado protecционismo que desde os anos 30 tinha sido a pedra de toque da inadequada opção política de Eamon de Valera,¹¹³ e que levava a Irlanda a perder quase por completo a recuperação económica que marcara todos os países da Europa na pós-Segunda Guerra. Os padrões de vida eram muito fracos face aos restantes países, não mostravam sinais de recuperação e a emigração atingia valores históricos, devido aos altos níveis de desemprego.¹¹⁴

¹¹³ Eamon de Valera (1882-1975) foi um dos líderes políticos que mais se bateram pela independência da Irlanda do Reino Unido, tendo sido posteriormente Primeiro-Ministro, terminando a sua carreira como Presidente da República, no início da década de 70. As suas orientações de política económica foram muito contestadas, pois era defensor de um acérrimo protecционismo.

¹¹⁴ Estima-se que, no final dos anos 50, se tenha assistido à saída de mais de 400.000 pessoas, para uma população total inferior a 4 milhões de habitantes.

Em 1960, a população da ilha não ultrapassava os 2,8 milhões de pessoas, o nível mais baixo em dois séculos de história, e uma pálida sombra dos 8 milhões que ali habitavam em 1840, quando era uma das regiões com maior densidade populacional do continente. Muitos se questionavam então se a Irlanda teria um futuro. Na realidade, os anos 60 acabaram por ser um ponto de viragem. O imposto sobre a actividade das empresas multinacionais (no sector da indústria transformadora) que investiam na Irlanda foi reduzido a zero; em 1957, embora tardiamente, o país lançou-se numa política de comércio livre, primeiro com o Reino Unido,¹¹⁵ e depois, ao aderir à CEE em 1973, com o resto da Europa. A combinação de taxas zero, uma economia com um nível salarial bastante baixo em termos relativos no seio da CEE e o precioso trunfo da língua inglesa, constituíram-se num poderoso factor de atracção para os industriais norte-americanos e alemães, pelo que o longo romance da Irlanda com o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) começa nos anos 60.

Para se ter uma ideia da amplitude da transformação, o *stock* de IDE norte-americano na Irlanda em 1958 era de 6 milhões de USD (United States Dollar), com mais de 80% de empresas a laborarem no sector petrolífero; em 1973, esse *stock* tinha passado para 269 milhões de USD, estando 90% das empresas localizadas na indústria transformadora, exportando a maior parte do *output*. A educação liceal gratuita chega em 1967 e, a partir de 1973, os agricultores irlandeses começam a beneficiar dos generosos subsídios no contexto da Política Agrícola Comum.

Este começo promissor foi, no entanto, profundamente afectado pelos choques petrolíferos dos anos 70, e ainda mais por uma inadequada resposta em termos de política económica. Os sucessivos governos irlandeses procuram compensar os cortes no nível de vida impostos pelas crises petrolíferas através de uma expansão monetária e fiscal. O resultado acabou por se traduzir em elevados níveis de inflação e desemprego, fraco crescimento económico e instabilidade eleitoral ao longo dos anos 80. A emigração, especialmente a dos mais jovens com formação superior, atingiu novos máximos históricos. No início do terceiro Governo Haughey, em 1987, imperava uma anedota cruel sobre a situação da Irlanda: “*Would the last Irishman to leave please turn out the lights*”?¹¹⁶

Efectivamente, no final dos anos 80, era patente o fraco estado da economia irlandesa, evidenciado por inúmeros indicadores de má *performance* económica. O desemprego chegava perto dos 18% os padrões de vida tinham estagnado e o rácio dívida/PIB registava um crescimento

¹¹⁵ O Acordo Anglo-Irlandês de Comércio Livre, que visava liberalizar o comércio com o Reino Unido, o maior parceiro comercial da altura, entrou em vigor em 1966.

¹¹⁶ The Economist (2004), *The luck of the Irish*, October.

acelerado. Esta situação tornava-se mais grave face à vivacidade das economias britânica e norte-americana, que recebiam cada vez maiores afluxos de jovens irlandeses.

A partir da sua adesão à União Europeia (1973) e até meados da década de 80, a Irlanda tinha uma economia caracterizada por um contínuo aumento da despesa pública, aplicando as chamadas “receitas keynesianas” para estimular a economia.

O emprego no sector público cresceu bastante, os salários subiram significativamente, e apostou-se nas infra-estruturas públicas. Mas o que é certo, é que até 1986, a economia acabou por crescer muito pouco. Entre 1980 e 86, o PIB cresceu 1,68% ao ano. A dívida externa atingiu 125% do PIB. Por sua vez, o desemprego, continuou a aumentar, mesmo seguindo as “receitas keynesianas”. Para que se pudesse sustentar esta enorme despesa pública, os impostos foram aumentando progressivamente. A partir da segunda metade da década de 80, foram implantadas algumas medidas drásticas: eliminaram-se 10 mil postos de trabalho no sector público, foram feitos fortes cortes na despesa pública (6% na saúde, 7% na educação, 18% na agricultura, 11% nas obras públicas e 7% na defesa), que passou assim de 55% para 41% do PIB, entre 1985 e 1990.

Em simultâneo foram incentivadas parcerias sociais, entre as empresas e os trabalhadores, por períodos de 3 anos, onde, em contrapartida de salários mais baixos, o governo oferecia uma baixa drástica de IRS e melhorias das prestações sociais. Desta forma todos os impostos (pessoas singulares, pessoas colectivas, capitais, etc.) tiveram cortes drásticos.

No ano de 1989, surgiu o primeiro plano de desenvolvimento (*National Development Plan*), cobrindo o período de 1989 a 1993, e que visava, com base na concertação social referida, inverter a trajectória da economia irlandesa. Esta havia experimentado nos anos anteriores, entre outros efeitos da crise: o encerramento de muitas empresas nacionais; o fecho em 1982 da agência pública encarregue de salvar empresas em dificuldades, cuja acção se manifestava inócua; e a falência da empresa pública de navegação em 1984, a qual constituiu um forte sinal, dado às restantes empresas públicas, da exigência de uma gestão equilibrada. Entretanto, foram abolidos os controlos de preços e encerrada a *National Prices Commission*, e foi dado início às privatizações.

Contudo, e apesar das políticas adoptadas, a economia irlandesa permanecia em crise, devido à conjuntura de recessão verificada na Europa; mas a balança de pagamentos registou, pela primeira vez, um *superavit* em 1991.

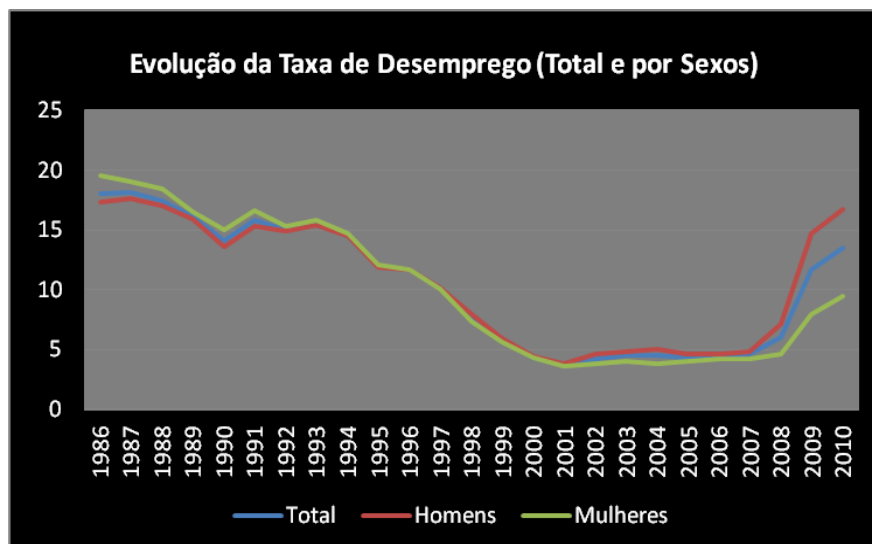
De facto, o PIB começou a crescer a um ritmo superior (entre 1987 e 1993 cresceu a uma média de 3,7% ao ano) e apesar da diminuição do emprego público, o desemprego diminuiu ligeiramente.

Em 1993, dá-se a criação do Fundo de Coesão, mas a verdadeira causa, responsável por gerar óptimos indicadores sociais, e que levou o país a receber o apelido de Tigre Celta, foi a forte economia liberal da Irlanda.

Um ano depois, em 1994, foi o início da retoma e do crescimento económico. A reforma da regulação ganha força, impulsionada pela *Strategic Management Initiative*, publicada neste ano, e em contexto de rápido crescimento económico.

A conjugação das parcerias, a diminuição dos impostos e melhoria de algumas prestações sociais fez com que, apesar das medidas drásticas relativas à despesa e emprego público, a situação laboral irlandesa melhorasse.

Gráfico nº49. Irlanda - Evolução da Taxa de Desemprego Total e por Sexos (1968-2010)



Fonte: Eurostat, 2011

Estas medidas, conjugadas com a adesão ao euro e a estabilidade dos principais parâmetros macroeconómicos induzidos por essa adesão, tornaram a Irlanda um país extraordinariamente atractivo para os investidores internacionais, nomeadamente os americanos, desta forma, entre 1994 e 2000 a economia irlandesa cresceu a um ritmo de 8,2% ao ano e a taxa de desemprego continuou a diminuir.

O crescimento económico registado desde 1994 teve, como principais factores, os seguintes: um regime fiscal favorável para as empresas; uma concertação social abrangente e eficaz; um forte empenho na integração europeia, em particular no Mercado Único (1992) e na União Económica e Monetária (1999); um fortíssimo investimento em educação (iniciado e continuado desde os anos

70) e a imigração de mão-de-obra qualificada; avultado e contínuo investimento directo do estrangeiro, favorecido por incentivos generosos; o incremento do programa de privatizações e de liberalização económica; e o investimento em infra-estruturas.

A Irlanda passou a ser caracterizada por uma política industrial agressiva, que atraiu mais de 1.200 multinacionais em sectores como informática e produtos farmacêuticos. Os incentivos fiscais acabaram por servir de isco, pois aqui as grandes empresas estrangeiras pagavam apenas 10% de impostos, três vezes menos que na França e na Alemanha. As multinacionais americanas fizeram da Irlanda o portão de entrada no mercado europeu.

As reformas liberalizantes, iniciadas em 1997, conduzidas com enorme inteligência, levaram o país a conseguir ostentar os indicadores invejáveis.

Desta forma a Irlanda passou a ser vista como o país mais livre do mundo, ou seja, uma nação que possui uma baixa carga tributária, excelentes níveis de educação, respeito ao cumprimento dos contratos e das leis, independência da Justiça, respeito à propriedade intelectual, instituições fortes, baixos níveis de corrupção e pouca regulação do Estado na economia. Tudo isto, com o objectivo de incentivar ao empreendedorismo.

Contudo, no ano de 2000, a economia irlandesa começa a dar sinais de sobreaquecimento, com fortes pressões inflacionistas, registadas no mercado da habitação e nos salários. A resposta dos agentes políticos e económicos, baseada na estratégia colectiva antes iniciada, consistiu essencialmente no aprofundamento do programa de reformas.

Em 2003, a taxa de crescimento do PIB irlandês foi de 3,7%, subindo em 2004 para 5,1%. O rápido crescimento da economia irlandesa, e o facto de se ter tornado no 2º país mais rico da União Europeia (depois do Luxemburgo), possibilitou uma melhoria das condições sociais. A taxa de natalidade irlandesa é das mais elevadas da Europa, o que conjugada com uma baixa taxa de mortalidade e uma elevada taxa de imigração líquida, possibilita à Irlanda um alto crescimento demográfico.

A Irlanda, nem sempre foi caracterizada como um país livre e rico. Durante muitos anos viveu sobre uma grande interferência por parte do Estado na sua economia. O desemprego, em 1987 chegou a alcançar 17%, originando uma forte emigração.

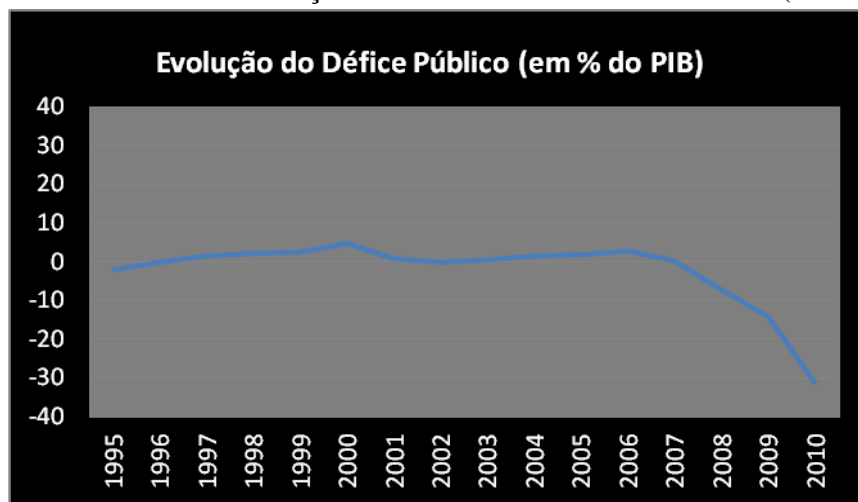
Mas hoje, aberta, soberana e livre, a Irlanda tornou-se numa nação de forte imigração, de braços abertos, especialmente aos descendentes dos antigos irlandeses que deixaram o país no passado.

E assim, desta forma, a Irlanda passou de uma situação de bancarrota para uma situação de prosperidade. Mas a agitada economia, não trouxe só vantagens, os preços dos imóveis explodiram,

aumentando 150% entre 1995 e 1999, mais que em qualquer outra capital do mundo. A inflação também subiu, sendo a mais alta de entre os países da União Europeia.

A economia irlandesa passou por um período de crescimento acelerado até ao ano de 2007. Entre 1999 e 2007, o crescimento anual do PIB era em média de 6%.

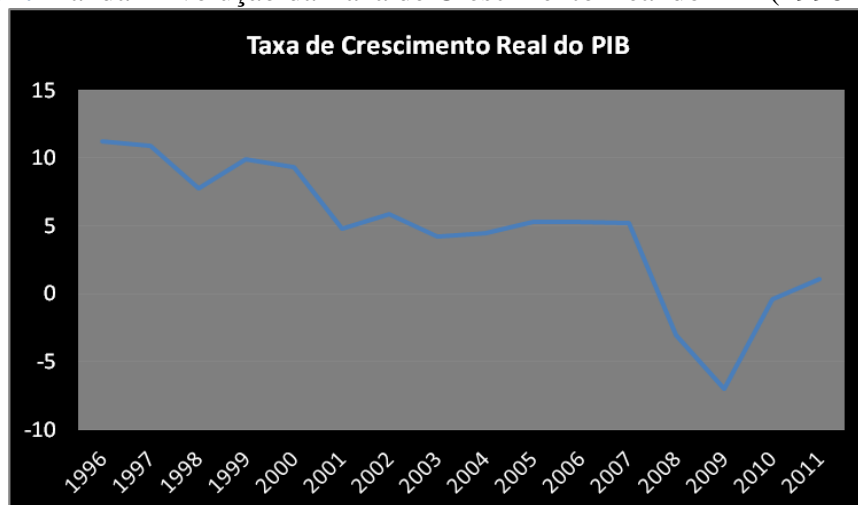
Gráfico nº50. Irlanda - Evolução do Défice Público em % do PIB (1995-2010)



Fonte: Eurostat, 2011

No ano de 2008, a economia irlandesa voltou a mergulhar numa tremenda crise e a partir de então, o PIB tem vindo a cair rapidamente – com uma queda de 9,8%. A Irlanda foi de facto, um dos países europeus mais afectados pela crise mundial, dada a importância das suas exportações para os EUA, tendo a taxa de desemprego atingindo os 11,7% no ano de 2010.

Gráfico nº 51. Irlanda - Evolução da Taxa de Crescimento Real do PIB (1996-2011)



Fonte: Eurostat, 2011

O défice orçamental foi brutal, cerca de -14,3% do PIB, e o produto interno recuou -7,5% em 2007 para 79,7% do PIB em 2010. O estado foi forçado a elaborar um plano e garantia ao sistema bancário no valor de 450 000 milhões de euros, 230% do PIB. Introduziu também um plano de austeridade severo para o ano de 2010, com cortes orçamentais de 2,2% do PIB.

Um Milagre “Irlandês”?

Estas transformações tornaram a Irlanda, que conta actualmente com cerca de 4 milhões de habitantes, numa região de grande interesse no mundo inteiro. Muitos países ricos, incluindo os poderosos vizinhos da Europa Ocidental, teriam prazer em poder patentear uma *performance* semelhante, sendo a repercussão muito mais significativa nos mais recentes membros da UE, que parecem completamente fascinados pelo “milagre” irlandês e têm enviado vastas delegações a Dublin para perceber “como se faz”. No entanto, não se trata apenas de emular o modelo irlandês, mas de compreender as causas e os efeitos do processo de transformar uma economia com fracos recursos e pobre nível de vida num país rico, plena e articuladamente inserido na economia regional e mundial. Naturalmente, para além das especificidades próprias da economia e cultura irlandesas, o processo não é isento de riscos e, principalmente, é finito, como o perspectivam os anos mais recentes.

De todo o modo, trata-se de um dos mais interessantes *case-studies* a nível internacional, pelo que se impõe a identificação dos factores que estiveram na origem da ascensão do “tigre celta”.

E isto porque, na verdade, o interesse do mundo na Irlanda não se confina apenas à sua passagem de economia fracamente desenvolvida a uma das mais prósperas do continente europeu. Em graças, parcialmente, ao papel desempenhado pela diáspora irlandesa, criada ao longo de um século e meio de emigração (destinada principalmente aos EUA e ao Reino Unido), o país tem maior relevância internacional do que faria supor a reduzida dimensão da sua população, tendo desempenhado um papel notável no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2001-2001, e impressionado pela performance da presidência irlandesa da UE, no primeiro semestre de 2004, que concluiu a expansão a leste da União e a escolha do novo presidente da Comissão Europeia, mas também conseguiu um importantíssimo acordo sobre o novo Tratado Constitucional da União Europeia.

Por outro lado, e do ponto de vista económico, os resultados são verdadeiramente notáveis, sem paralelo na história de qualquer outro país da UE: no espaço de quinze anos, entre 1988 e 2003, o PIB *per capita* irlandês, medido em paridade de poder de compra (PPC), passou de 65,9% da

média comunitária (o terceiro mais baixo, entre os países que então constituíam o espaço comunitário), para 119,8% da mesma média, apresentando-se agora como o país cujos habitantes desfrutam do segundo melhor padrão de vida na UE, de acordo com o indicador referido.

Naturalmente, a importância muito significativa do IDE recebido pela Irlanda (e a repatriação dos lucros das empresas estrangeiras) também se reflecte na discrepância entre o PIB e o PNB, sendo este último, em 2003, inferior em 17% ao primeiro, o que atenua um pouco os números acima referidos, já que o PNB é considerado um indicador mais fiável do bem-estar económico doméstico. De todo o modo, o PNB irlandês duplicou nos últimos 10 anos, em virtude, essencialmente, do aumento das exportações, do consumo privado e do investimento.

Quando, no final da década de 80, se falava no caso irlandês, uma das questões que se punha com frequência era a de tentar identificar as razões para o fracasso económico da Irlanda. Agora, a questão colocada é: *porque é a Irlanda um sucesso económico tão grande?*

Nota-se que a economia irlandesa atravessa, de alguma forma, um processo de renascença, que não será um fenómeno temporário, mas antes os frutos de uma estratégia prosseguida ao longo de várias décadas com considerável consistência pelos vários governos irlandeses.

Os fundamentos económicos por si próprios não são suficientes para explicar o processo de desenvolvimento económico da Irlanda. O ambiente cultural e social em que a economia se insere desempenha um papel vital no relativo sucesso ou fracasso da política económica, de tal modo que ignorar as condições de partida é perder todo o processo. Efectivamente, os sucessos e fracassos económicos da Irlanda desde a independência do Reino Unido, em 1922, reflectiram-se no desenvolvimento social e cultural dos últimos 75 anos.

Em suma, é possível identificar profundas mudanças nalgumas esferas fundamentais das quais destacamos as seguintes: alterações no fenómeno da emigração, que foi central na consciência irlandesa ao longo de dois séculos; a pertença à UE, que desempenhou um papel vital no processo de independência económica; o excepcional *upgrade* na educação e formação da população, que resultou de um elevado investimento na educação nos últimos 25 anos; a estrutura demográfica da Irlanda, que ainda a distingue da maior parte dos seus parceiros da UE.

Finalmente, as medidas implementadas para captar os capitais externos, principalmente, o Investimento Directo Estrangeiro, cujos efeitos estruturantes, neste caso, se fizeram sentir em todo o tecido económico irlandês.

Que Futuro?

De facto, a Irlanda entro em 2012 com as suas finanças sob controlo. O défice orçamental em 2011 foi bastante inferior ao de 2010. Conseguiram cumprir os seus objetivos orçamentais fixados no âmbito do programa da UE/FMI para 2011. Espera-se que também cumpram as metas para o ano corrente de 2012. Estima-se que os cortes orçamentais adicionais de 8,6 mil milhões para o período de 2013-2015, trarão o défice público para um valor inferior a 3% do PIB.

No lado da despesa, e graças à implementação de duras medidas de austeridade, existiu uma redução de 15,5% do PIB desde o ano de 2008. As medidas estão a valer a pena e a ter sucesso. A Irlanda tem agora uma balança de pagamentos excedente e a economia parece ter regressado ao crescimento, após uma forte contração. São agora um país mais competitivos, e a sua produção industrial, nacional e multinacional está a crescer. As exportações estão também a crescer a níveis recorde, apesar do difícil ambiente internacional. Os sectores farmacêutico, de software, dos serviços financeiros, dos negócios e da alimentação estão a ter um desempenho particularmente bom. Houve um forte desempenho também do sector agrícola, vendendo para fora.

Nas exportações, e sendo, a economia irlandesa uma das mais abertas do mundo, as suas remessas respondem por cerca de 100% do PIB, quando comparado com os 40% da Zona Euro. Isto significa que a economia está mais bem colocada para resistir aos efeitos de contração da consolidação orçamental e mais bem colocada para a retoma do crescimento internacional. Por fim, o sector do turismo também cresceu, e 2011 foi um ano relativamente bem-sucedido. A história da Irlanda entre 2012-2015 será a de uma economia que voltará novamente ao crescimento, que terá estabilidade política, segurança económica e financeira, e um maior otimismo em relação ao futuro. Lentamente, a Irlanda parece estar a sair da recessão.

III – DOIS PAÍSES, DUAS ECONOMIAS, DUAS REALIDADES

Objectivos Gerais

Cessado todo o nosso percurso histórico e evolutivo da economia portuguesa e da economia irlandesa ao longo das últimas décadas, parece-nos da maior importância aclarar os diferentes problemas que afectam nos dias de hoje as duas economias e de como as crises que assolam ambos os países são bastante distintas, assim como intentar perceber em que situação de igualdade ou de

desigualdade se encontram estas duas economias *nos dias de hoje*, perante a mesma crise que avassala *todo o mundo*.

Será ainda, e, com base nos dados mais recentes publicados pelo Eurostat, que faremos numa fase posterior, uma análise económica comparativa entre estes dois países na actualidade.

As Diferentes Crises

De facto, o problema da **economia portuguesa** é bastante diferente do que afecta a Irlanda. Ao contrário desta, Portugal perdeu competitividade numa era de globalização. Há dez anos que Portugal cresce muito pouco, mas os portugueses não reduziram os seus gastos. Ou seja, há mais de uma década que Portugal pede emprestado ao estrangeiro para conseguir manter um nível de gastos perto de 10% acima do que produz. Os credores alarmaram-se e começaram a duvidar da capacidade do país em pagar o que de *ainda* deve.

Por sua vez, na **Irlanda**, a **raiz da crise é outra**. Na euforia de uma riqueza a que não estavam habituados, os irlandeses abusaram do crédito bancário concedido irresponsavelmente, provocando subidas vertiginosas no preço da habitação e dos terrenos. Os bancos irlandeses não se envolveram no “produtos tóxicos” oriundos dos Estados Unidos da América, mas cometeram loucuras no crédito tradicional. Resultado: um défice orçamental de 32% do PIB em 2010, dos quais 22% se deveram ao “buraco” bancário.

Por isso, quando nos pronunciamos acerca destes dois países e quando os comparamos ao nível económico temos que ter sempre bem assente que as condições de partida de ambas as economias são muito divergentes e que embora comparáveis estas duas parcimónias têm que ser sempre vistas e interpretadas de formas distintas.

As duas economias: Presente e Futuro

No passado mês de Fevereiro do corrente ano, o Eurostat publicou as mais recentes estatísticas sobre a dívida pública no terceiro trimestre do ano de 2011, revelando que a dívida pública portuguesa era a terceira maior da União Europeia e, a irlandesa a quarta maior, respectivamente 110% do PIB e 104%.

Segundo as mesmas estatísticas, a Irlanda conseguiu reduzir ainda o seu défice de 30% do PIB em 2009 para menos de 9% em 2011 e prevê cumprir a sua meta de 8,6% neste ano. Face a este último critério do volume do défice do orçamento do estado, e sem qualquer truque contabilístico

Portugal e a Irlanda estão em igualdade de circunstâncias, uma vez que o défice de Portugal não é muito menor do que o da Irlanda em % do PIB.

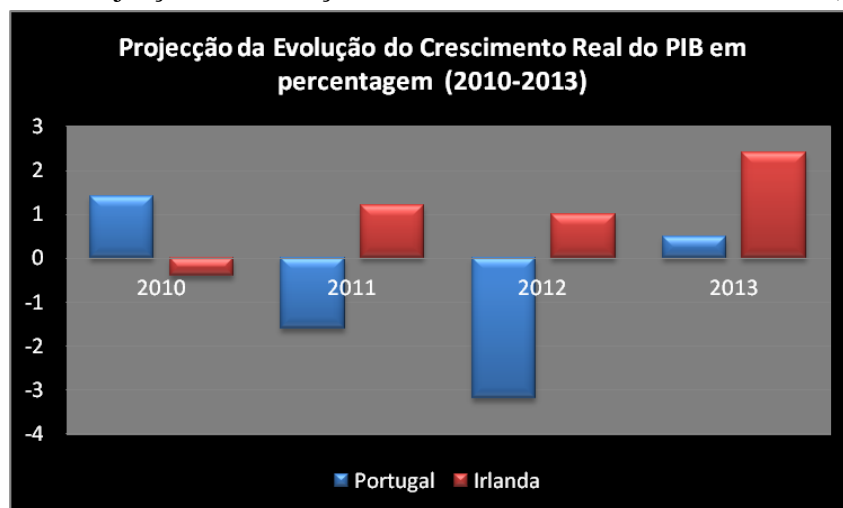
Já no que toca à balança de pagamentos, segundo o Eurostat, Portugal possui uma balança de pagamentos correntes deficitária, ao passo que a Irlanda tem um superavit. O *Deutsche Bank* também publicou¹¹⁷ no mês de Fevereiro de 2012 uma comparação entre estes dois países em crise, e salientou bem este aspecto.

Ainda no estudo do *Deutsche Bank*, outro factor sublinhado é o facto de a economia portuguesa ter entrado em regressão tecnológica há uns dez anos e, que, associadas ao crescimento da inovação tecnológica, acarretarão muitas consequências para Portugal.

Ainda que a realidade seja mais dura para Portugal, segundo o estudo do *Deutsche Bank* e segundo as estatísticas do Eurostat, a dívida irlandesa é mais sustentável do que a portuguesa.

Quanto ao futuro do crescimento real do PIB em ambos os países, prevê-se que no corrente ano de 2012 o PIB da Irlanda cresça cerca de 1% e o de Portugal diminua 3%. Portugal parece estar em pior situação neste ano de 2012, embora se preveja que exista uma ligeira melhoria no crescimento real do PIB de ambos os países para o ano de 2013.

Gráfico nº 52. Projecção da Evolução do Crescimento Real do PIB em % (2010-2013)



Fonte: OCDE, Economic Outlook n.º 90, Novembro de 2011

¹¹⁷ Deutsche Bank (2012), *Greece, Ireland, Portugal More growth via innovation*, Barbara Bottcher.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

Enquadramento

Neste tópico das considerações finais, e para uma conclusão mais profunda e pormenorizada, entendemos que seria pertinente resumir as principais conclusões por partes.

Assim sendo, na primeira parte, poderemos observar a compilação das várias conclusões debruçadas ao longo da dissertação, referentes a Portugal, enquadrando os três pilares em que a presente exposição se assenta: população, educação e economia. Numa segunda fase, poderemos observar a colectânea de ponderações finais referente à Irlanda, expostas ao longo da tese, relacionado, enquadrando e interligando a economia a demografia e a educação. Finalmente e já numa quarta e última parte, faremos uma correlação entre Portugal e a Irlanda através de uma análise comparativa.

Principais Resultados: Portugal

Portugal mudou muito nos últimos 50 anos. Não foi só a política que nos trouxe a liberdade, a paz e a democracia. Foi também uma alteração profunda do ponto de vista económico, educacional, cultural, social e demográfico.

O que é curioso é que essas mudanças, que aproximaram Portugal a passos largos de outros países europeus, nos quais, há muito, estávamos de olhos postos, invejando-lhes os elevados níveis de vida, a liberdade de expressão, a abertura e a aceitação de modos de vida alternativos, a multiculturalidade e os níveis de conforto e de acesso à cultura, fizeram-se aqui muito rapidamente. Nalguns casos, essas mudanças são recentes, como a explosão dos inscritos no ensino superior ou a quebra da fecundidade feminina para níveis que não permitem a reposição das gerações.

Talvez o **mais notável progresso** da sociedade portuguesa tenha sido a capacidade de **neutralizar os elevados níveis de mortalidade infantil**. No início dos anos 60, Portugal integrava o pelotão de nações desenvolvidas onde as crianças com menos de um ano mais morriam face aos nascidos. O desenvolvimento de um programa de vacinação eficaz, a intervenção política que consagrou a concentração dos recursos médicos de apoio ao nascimento de cuidados de saúde pré e

pós parto foram, entre outros factores, capazes de nos guindar, em poucos anos, a um dos lugares cimeiros mundiais no que respeita a este indicador, um dos mais utilizados internacionalmente para avaliar o estado de desenvolvimento de uma nação. **É certamente uma conquista social à qual ninguém deve ficar alheio.**

No entanto, dos maiores avanços do país estão também as **melhorias no sector da educação**. Aqui as mudanças foram muitas e, embora nos situemos na actualidade, longe dos padrões de outras nações com quem desejaríamos igualar, é certo que fizemos progressos extraordinários. Desde logo, a percentagem de pessoas que não obtiveram nenhum grau formal do ensino diminuiu drasticamente: **o número de alunos aumentou em todos os níveis de ensino**, assim como também **aumentou significativamente o número de diplomados por instituições do ensino superior**. Os percursos pré-escolares tornaram-se ainda mais frequentes e prolongaram-se, permitindo um contacto mais precoce com o meio escolar. **As novas gerações são portanto, mais qualificadas**, quando comparadas com as gerações anteriores.

A escola, massificando-se, permitiu a muitos o acesso a uma rede crucial nos processos de socialização dos mais jovens, essencial na obtenção de qualificações premiadas pelo mercado de trabalho, importante na melhoria do nível de exigência cultural. Tornou-se também um acontecimento importante e marcante dos percursos de vida dos indivíduos, pois a sua duração média aumentou. Foi certamente, umas das principais revoluções silenciosas do tecido social nacional, apesar das críticas de que tem sido alvo o sistema de ensino (maioritariamente público) português.

Contudo, e apesar dos progressos que acabámos de exemplificar **permanecem traços fortes de atraso económico, de desigualdades sociais**, de ineficiências que ainda nos envergonham quando nos comparamos com outros países. E a rapidez com que mudámos não foi suficiente para atingirmos alguns dos patamares que pretendíamos – o que nos deixa uma sensação de desconforto, muitas vezes expressa através do desalento e desmotivação.

Como exemplo digno de nota, pela negativa, está a permanência na escola. Pois, e **apesar de todos os avanços conseguidos na educação** em Portugal, ainda persiste **uma parte importante de jovens** entre os 18 e os 24 anos, praticamente um em cada três, que **desiste de estudar** sem terminar o secundário.

Quer isto dizer que, ao nível educacional, **em Portugal, presentemente, temos mais educação, mas, não temos melhor educação**. O modelo de organização revela algumas inconsistências e, se favoreceu a concretização da escolaridade obrigatória de nove anos, não se

traduziu em maior sucesso escolar nem em maior igualdade. Assim, podemos concluir que **o investimento realizado pela sociedade portuguesa não teve o retorno esperado**, em grande parte devido às diversas ineficiências existentes.

A maior ineficiência contudo, reside no nível de desenvolvimento económico e social do país, nas disparidades regionais profundas, mas também nas desigualdades sociais da distribuição do rendimento e da riqueza, nos guetos de pobreza e exclusão social que marcam uma sociedade que não se liberta dos atavismos do passado. Simultaneamente, causa e consequência, a educação não consegue libertar-se dessa dependência. Por isso a educação é tão inoperante, desorganizada e atrasada quanto o é o país. Não teria de ser assim, mas apenas o deixará de ser se nos convenceremos de que só nos resta a alternativa de construir um outro futuro.

Em termos demográficos, Portugal, é um país com uma população extensamente envelhecida, quer pelo elevado “peso” dos idosos quer pela “leveza” da população em idade jovem. **A taxa de natalidade no país é uma das mais baixas da Europa e, actualmente, o número de óbitos já ultrapassa o número de nascimentos** anualmente, o que significa que a **população irá diminuir** a grande velocidade **nas próximas décadas, tal como nos evidenciou o exercício prospectivo**. A população apresenta **baixos níveis de fecundidade** que, desde os anos 80, **deixou de garantir a substituição das gerações**. Há que evitar rapidamente o desequilíbrio face aos mais idosos, pois se nada for feito, a actual proporção de 4 trabalhadores para 1 reformado, será de 2 trabalhadores para 1 reformado nas próximas décadas, com tendência a piorar. **O Estado deverá introduzir medidas sociais e fiscais para incentivar a recuperação da população**. Nesse sentido, a Irlanda é um dos países da Europa que mais incentiva este domínio, tendo várias políticas que poderão ser tomadas como referência.

Portugal é ainda um país que está extremamente dependente da imigração para crescer demográfica e economicamente e um país onde a maior percentagem de residentes são nascidos em países estrangeiros, sobretudo na África, no Brasil e em alguns países da Europa do Leste.

Portugal é assim, nos dias de hoje um país a dois tempos, com áreas que são exemplos bem sucedidos e outros exemplos de insucesso.

Principais Resultados: Irlanda

A **Irlanda** é um pouco à semelhança do que aconteceu com Portugal também **sofreu profundas transformações nos últimos anos**, não só em termos políticos, como em termos **económicos**, sociais e singularmente em termos **educacionais**.

Sendo a economia irlandesa essencialmente baseada no conhecimento não será de admirar que o **mais notável progresso da sociedade irlandesa** tenha sido a aposta em projectos com maior valor acrescentado, como é o caso da **educação**. Parece que a Irlanda, e ao contrário do que aconteceu em Portugal, compreendeu há 20 anos atrás que a educação devia ser a área prioritária dos investimentos públicos do Estado. E, face a esses investimentos, a Irlanda apresenta actualmente grandiosos êxitos nessa área. **O número de alunos aumentou drasticamente em todos os níveis de ensino**, assim como também **aumentou** significativamente o **número de diplomados** por instituições do ensino superior. **O sucesso escolar é colossal**, e um em cada cinco jovens conclui a educação de nível universitário.

Enquanto, aproximadamente 2/3 daqueles que nasceram há 65 anos e que atingem agora a idade da reforma, deixaram a escola apenas com a educação primária; actualmente, cerca de 80% dos que deixam a escola, fazem-no já com um Certificado, o que significa que terminam o Liceu, e mais de 50% seguem para a educação superior. **Prevê-se que os efeitos desta aposta na educação continuem a fazer-se sentir durante mais umas décadas.**

As novas gerações são, portanto, mais qualificadas, quando comparadas com as gerações anteriores. **Existe actualmente mais educação, e melhor educação**, face ao passado.

Outro admirável progresso da sociedade irlandesa foi a capacidade de **diminuir** os elevados **níveis de mortalidade geral e de mortalidade infantil**. Há semelhança do que aconteceu em Portugal, o **desenvolvimento de um programa de vacinação eficaz**, a intervenção política que consagrou a concentração dos recursos médicos **de apoio ao nascimento de cuidados de saúde pré e pós parto** foram, entre outros factores, capazes de levar a Irlanda a um bom lugar em termos mundiais no que respeita a este indicador. É decididamente uma conquista social extremamente importante.

Em termos **demográficos**, a **Irlanda** é um país com uma **população ainda “jovem”**, quando comparado com outros países europeus, nomeadamente com Portugal. A **taxa de natalidade no país está longe de ser uma das mais baixas da Europa** e, actualmente, o número

de nascimentos ultrapassa o número de óbitos ocorridos anualmente na Irlanda. O que significa que nascem “ainda” mais pessoas do que aquelas que morrem. Contudo, **a longo prazo, população irá diminuir e envelhecer** embora de uma forma bastante gradual, um pouco **à similitude do que acontece actualmente na maior parte dos países** desenvolvidos. E apesar de contemporaneamente a Irlanda já não garantir a substituição das gerações, o **país possui uma grande percentagem de população em idade fértil**, ou seja, a capacidade de conceber um filho, que começa por volta dos 15 anos, atinge um máximo entre os 20-30 anos, declinado de seguida até aos 50 anos, quando comparado com outros países europeus.

De ressaltar porém, que, e apesar de o panorama demográfico ser nos dias de hoje favorável à realidade irlandesa, devemos reflectir sobre as prospecções a longo prazo, que indicam uma tendência para o envelhecimento quer pelo topo, quer pela base da pirâmide, acompanhando a evolução demográfica que se tem registado, ainda que de forma mais alarmante, no resto da Europa.

Em termos **económicos**, a situação **não é** tão **reconfortante** como a situação demográfica e educacional, embora, e apesar de a **Irlanda ainda se encontrar em recessão**, devido à crise económica mundial, tal como acontece com Portugal, **apresenta ligeiros sinais de melhoria**, principalmente devido às exportações. **A economia irlandesa está portanto a ser impulsionada pelas exportações** e encontra-se no bom caminho para a saída da recessão económica.

Todavia, e tal como acontece em Portugal, também a **Irlanda possui áreas que são de maiores exemplos de sucessos face a outras**.

Portugal e Irlanda: Análise Comparativa

Finalmente, e por forma a se evidenciar tudo o que foi referido até agora, seguidamente, encontrar-se-á um quadro síntese com as principais estatísticas do ano de 2009, na área da educação, da demografia e da economia, para Portugal e para a Irlanda.

No entanto, e apesar de o ano de 2009 ter sido por nós escolhido como o ano base deste mesmo quadro, apresentaremos também alguns dados estatísticos referentes ao ano de 2010 e ao ano de 2011.

Quadro nº10. Estatísticas Base em 2009 (Portugal e Irlanda)

	Portugal	Irlanda
Área (1000 km²)	92	70,3
População (milhões)	10,5	4,1
Densidade Populacional (hab/km)	113	60
PIB em valor nominal (milhões euros)	149 000	161 000
Taxa de Crescimento Real do PIB (volume) em 2011	-1,6%	0,7%
Taxa de Inflação em 2011	3,6%	1,2 %
% Adultos com Estudos Secundários	22,6%	61,6%
% Adultos com Estudos Universitários	13%	29%
Duração Média da Escolarização (em anos)	18,8	17,3
Ajuda financeira aos alunos em % da despesa pública em educação	3,7%	10,3%
Despesas Educação (% PIB)	5,8%	4,4%
Despesa Pública (% PIB) em 2010	51,4%	66,8%
Défice Público (% PIB) em 2010	- 9,8 %	-31,3%
Dívida Pública (% PIB) em 2010	93,4%	92,5%
Saldo Balança Comercial (% PIB) em 2011	-4,2%	20,8%
Saldo Balança Corrente (% PIB) em 2011	-6,4%	1,9%
Taxa de Desemprego em 2011	14,6%	14,7%
Taxa Bruta de Emigração	1,9	13,6
Taxa Bruta de Imigração	2,8	14,4
Investimento do Estrangeiro (% PIB)	2,1%	11,3%
Investimento no Estrangeiro (% PIB)	1,1%	6,4%
População Estrangeira em % da população residente	4,3	8,6
Taxa Bruta de Natalidade	9,4	16,7
Taxa de Fecundidade Geral	38,7	64,2
Índice Sintético de Fecundidade	1,32	2,07
Taxa de Mortalidade Infantil	3,6	3,2
Taxa Bruta de Mortalidade	9,8	6,5
Índice de Dependência de Idosos	26,5	16,5
Índice de Dependência de Jovens	22,7	31,2
Número de Indivíduos em Idade Activa por Idoso	3,8	6,1
Índice de Envelhecimento	116,5	52,9

Fonte: www.pordata.pt; www.ine.pt e www.cso.ie

- **A nível demográfico**, Portugal está a sofrer um envelhecimento da sua população tal como acontece com a Irlanda, embora de uma forma bem mais gradual neste último país. Esse lento envelhecimento populacional irlandês deve-se essencialmente ao número de nascimentos ocorridos no país que é bastante mais elevado na Irlanda do que em Portugal. A taxa de fecundidade geral na Irlanda é de 64,2 e em Portugal é de apenas 38,7. O índice de dependência de idosos é em termos percentuais, 10% mais elevado em Portugal do que na Irlanda e o índice de envelhecimento situa-se nos 52,9% na Irlanda e nos 116,5% em Portugal. Em Portugal, actualmente, e ao contrário do que acontece na Irlanda, o número de óbitos é superior ao número de nascimentos: não significa isto, que, morre mais gente em Portugal, mas sim que nascem cada vez menos. No horizonte temporal de 2001-2031 espera-se, no cenário por nós escolhido como sendo o *principal*, que ambos os países ganhem população embora de uma forma bastante gradual e, com alguns altos e baixos, principalmente no caso português. Portugal, segundo as nossas projecções, será o país mais dependente da emigração para crescer demograficamente. A Irlanda não se encontra tão dependente desse êxodo para *alargar* a sua população. Espera-se contudo, que em ambos os países o número total de idosos supere em valores muito expressivos o número total de jovens, embora de uma forma mais *apressada* na sociedade portuguesa.
- **A educação** é preocupante em Portugal. Para além da diminuição dos estudantes aquando da sua saída e das elevadas taxas de insucesso a todos os níveis, temos os adultos com a escolaridade mais baixa da União Europeia. Ao nível do secundário, enquanto na Irlanda existem 61,6% de adultos com estudos secundários, em Portugal apenas 22,6% dos adultos possuem os mesmos estudos. Em termos universitários a realidade é idêntica, uma vez que na Irlanda existem 23% de adultos a possuírem estudos universitários, e em Portugal apenas 13% dos adultos são licenciados. E apesar de a percentagem de despesa pública com a educação ser mais elevada em Portugal do que na Irlanda, é neste último país que ajuda financeira aos alunos em % da despesa pública em educação é superior assim como os resultados obtidos por parte dos alunos. A Irlanda é de facto um excelente exemplo de sucesso educativo.
- **Em termos económicos**, a despesa pública é bastante elevada em ambos os países, embora seja na Irlanda que os valores são mais altos: 66,8% para a Irlanda e 51,4% para Portugal. A dívida pública também é altíssima nos dois países, mas ligeiramente mais elevada em Portugal. Tal situação resulta da contínua acumulação de saldos negativos nas balanças correntes (-6,4% para Portugal), e do aumento dos financiamentos junto das instituições estrangeiras. Em Portugal, o

comércio internacional também está altamente desequilibrado, pois Portugal importa mais 30% do que exporta. E, embora Portugal neste momento também exporte mais quando comparado com o passado, e, depois de muitos anos a investir em bens e serviços não sujeitos à concorrência internacional, a Irlanda leva neste campo algumas claras vantagens, uma vez que exporta três vezes mais do que Portugal. A Irlanda, e ao contrário de Portugal baixou os custos do trabalho e possui hoje um forte espírito empresarial e leva uma clara vantagem face a Portugal ao nível tecnológico. A taxa de inflação é também mais elevada em Portugal do que na Irlanda (3,6% e 1,2% respectivamente para o ano de 2011). Por sua vez a taxa de desemprego é muito semelhante em ambos os países (14,6% e 14,7% no ano de 2011).

Em jeito de remate, e, sem querermos fazer qualquer tipo de futurismo e muito menos sem intentarmos rotular um país como *o bom* e outro como *o mau*, convém deixarmos claro desde já que, por muitas mudanças que possam vir a acontecer num horizonte temporal de médio e longo prazo em Portugal e na Irlanda, quer seja em termos demográficos, económicos ou educacionais, a Irlanda contará sempre com alguns anos de avanço quando comparada com Portugal, tal como tem vindo a acontecer até então.

Pois, e apesar de Portugal com a sua grandiosa história, já nos ter mostrado por inúmeras vezes que é capaz de reagir às circunstâncias mais adversas, que é capaz de se erguer quando ninguém parece querer acreditar nas suas capacidades, que é capaz de ultrapassar os Adamastores mais inultrapassáveis, parece revelar *ainda* sintomas preocupantes de recear o futuro, assim como um enorme medo de pensar para além do imediato, disfarçado pela busca obsessiva da acção, por mais efémera que esta se revele.

Portugal tem que mudar o rumo dos últimos anos, se quer fazer mais e melhor. O preço da *inacção* é de facto demasiado elevado e o preço de continuar a insistir numa *trajectória* de *irreflexão* é simplesmente insustentável. Está na altura de retomar o sucesso de outros tempos. Está na altura de tentar alcançar a Irlanda nos seus sucessos mais imediatos.

De facto, apenas, o medo do desconhecido e a incerteza perante o futuro, fazem de Portugal um *país dissemelhante* da Irlanda que nos tem vindo a mostrar ao longo dos tempos uma preocupação saudável de pensar o futuro, de arriscar a prospectiva e de formular problemas que os façam reflectir.

BIBLIOGRAFIA

- + ALMEIDA, Ana Nunes de; et al. (1995): *Os padrões recentes da fecundidade em Portugal*, Cadernos Condição Feminina nº 41, Ministério do emprego e da Segurança Social, Lisboa.
- + ALAIN (1997), Lieury, *Memória e Sucesso Escolar*, Editorial Presença.
- + ALVES, Fátima, SILVA, Luísa Ferreira (2005), *A saúde das mulheres em Portugal*, Edições Afrontamentos.
- + ALCOBIA (2008), Mariana Rita Godinho, *Estudo Prospectivo para o ano 2021: Região Autónoma dos Açores, NUT II*, Dissertação de Mestrado, ISEGI-UNL, Lisboa.
- + ALCÂNTARA, Pedro, CABRAL, Manuel Villaverde (2009), *O Estado da saúde em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais.
- + BAGO d'UVA, Teresa (1999), *Nados Vivos: Estimação e Análise*, Revista de Estatística, INE.
- + BEER, Joop De (1989), *Projecting age-specific fertility rates by using time-series methods*, European Journal of Population.
- + BENTO, Vítor (2009), *Perceber a Crise para Encontrar o Caminho*, Bnomics, Lisboa
- + BRUCE, R. Bacon, (2000), *Projecting the Decline in Fertility*, Workshop on Declining Fertility in Australia: Policy and Research Issues, Australian Institute of Family Studies.
- + CANDEIAS (2004), António, *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- + CARVALHO (1986), Rómulo Vasco, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar - Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª edição, Lisboa.
- + CARRILHO, Maria José, (2004), *Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal*, Instituto Nacional de Estatística, Revista de Estudos Demográficos, nº 37.
- + CARRILHO (1990), Maria José, *Perspectivas de evolução da população residente no Continente até ao ano 2010* in Revista Planeamento vol.12,nº1/2 Março/Julho90 do Departamento Central de Planeamento, Lisboa.
- + CARRILHO (1997), Maria José, *As Projecções Demográficas: aplicação e métodos*, Instituto Nacional de Estatística, Cadernos Regionais, Lisboa.
- + CARRILHO (2004), Maria José e PATRÍCIO, Lurdes, *A Situação Demográfica Recente em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.

-
- + CARRILHO (2004), Maria José e PATRÍCIO, Lurdes, *Tábuas de Mortalidade em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.
- + CARDOSO, Fátima, CUNHA, Vanda Geraldês (2005), *Household Wealth in Portugal: 1980- 2004*, Banco de Portugal, Economic Research Department.
- + CASTILHO (1999), Santana, *Manifesto para a Educação em Portugal*, Texto Editores.
- + CENTRO JACQUES DELORS (2004): *Muitas Línguas, Uma só família: As línguas na União Europeia*, serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- + COMUNIDADE EUROPEIA (1993), Task Force “Recursos Humanos, Educação, Formação e Juventude” *Les nouvelles technologies de l'information dans l'éducation*, Luxembourg, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- + ECO (2007), Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença.
- + EVANGELISTA, J. (1971), *Um Século de População Portuguesa 1864-1960*, Lisboa, INE.
- + FINURAS, Paulo (2011), *Gestão Intercultural – Pessoas e Carreiras na Era da Globalização*, Edições Sílabo, Lisboa.
- + GOMES, Joaquim Ferreira, GRÁCIO, Rui, FERNANDES, Rogério (1988), *História da Educação em Portugal*, Livros Horizonte.
- + GONÇALVES (2010), José Renato, *O Euro e o Futuro de Portugal e da União Europeia*, Coimbra Editora.
- + HENRIQUES, Filipa de Castro (2001), *Envelhecimento, Educação e Saúde, Uma Análise Prospectiva 2001-2021*, Dissertação de Mestrado, ISEGI-UNL, Lisboa.
- + INE (2003), *Projeções de População Residente, 2000-2050*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- + JUSTINO (2010), David, *Difícil é Educá-los*, FFMS, Relógios D’ Água Editores.
- + LIEURY (1997), Alain, *Memória e Sucesso Escolar*, Editorial Presença.
- + LOPES, Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- + MARQUES (2005), Pedro Manuel Frouco, *Análise do Risco e o Euro: Que futuro em Portugal?*, Universidade Lusíada Editora.
- + MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1989), Gabinete de Estudos e Planeamento, *Relatório da missão: visita ao departamento da República da Irlanda*, GEP/ME, Lisboa.
- + MENDES, Filomena Mendes; REGO, Conceição (s.d.), *Baixa fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional*, Lisboa.

-
- ✚ MOREIRA (s.d), Maria de Fátima Carvalho, *O Envelhecimento da População e o seu Impacto na Habitação: Prospectiva até 2050*, Dissertação de Mestrado, ISEGI-UNL, Lisboa.
- ✚ MONTEIRO (2010), Luís, *Os últimos 200 anos da nossa economia e os próximos 30*, Bnomics, Lisboa.
- ✚ NAZARETH, J. M. (1977), *As inter-relações entre família e emigração em Portugal: um estudo exploratório, Economia e Sociologia*, INE.
- ✚ NAZARETH, J. Manuel (1988): *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.
- ✚ NAZARETH, J. Manuel (2000), *Introdução à Demografia: Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.
- ✚ NAZARETH, J. Manuel (2004), *Demografia, A Ciência da População*, Ed. Presença, Lisboa.
- ✚ NAZARETH, J. Manuel (1998), *Portugal Os Próximos 20 anos*, III Volume, Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no final do XX, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ✚ OLIVEIRA MARQUES, P.M. (1986) *Metodologia de uma Projecção Demográfica*, in Revista do Centro de Estudos Demográficos, nº 28, pág. 99-143, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- ✚ OLIVEIRA, I. T. (2003), *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- ✚ OLIVEIRA, I. T. (2005), *Indicadores demográficos nas regiões portuguesas entre 1890 e 1981*, Revista de Estudos Demográficos.
- ✚ PEREIRA (2011) Álvaro Santos, *Portugal na Hora da Verdade – como vencer a crise nacional*, Gradiva, Lisboa.
- ✚ POCINHO (sd), Margarida Dias e José, *Sucesso Escolar e Estratégias de Co*, Edições Pedagogo.
- ✚ RODRIGUES (2005), Teresa Ferreira, *População Portuguesa no século XIX*, Edições Afrontamento.
- ✚ RODRIGUES (2009), Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa – das longas permanências à conquista da modernidade*, Edições Afrontamento.

- + ROSA (2003), Maria João Valente, *População Portuguesa no Século XX*, Imprensa de Ciências Sociais.
- + ROSA, Maria João Valente, CHITAS, Paulo (2010), *Portugal: os Números*, FFMS, Relógios D' Água Editores.
- + SÁ (2011), Jorge Vasconcellos e, *Portugal e o Futuro*, Edições Vida Económica.
- + SANTOS (2001), Boaventura de Sousa, *A sociedade Portuguesa perante os desafios da Globalização*, Porto: Afrontamento.
- + SINGER (2004), Peter, *Um só mundo: A ética da Globalização*, Lisboa: Gradiva.
- + SOUSA (2009), Francisco Vieira e, *Educação, Estado e Sociedade*, FLE.
- + TEODORO (2010), António, *Educação, Globalização e Neoliberalismo – os novos modos de regulação transnacional das políticas da educação*, Edições Universitárias Lusófonas.
- + VÁRIOS (2009), Autores, *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*, Edições Afrontamento.
- + VÁRIOS (2007), Autores, *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- + VÁRIOS, Autores, (2007), *A História da Educação em Portugal – Balanço e perspectivas*, Edições Asa.
- + VÁRIOS (1988), Autores, *História da Educação em Portugal*, Livros Horizonte.
- + VEIGA, Teresa, Maria João MOREIRA, Ana FERNANDES (2004), *Social changes and better health conditions of the Portuguese population. 1974-2000*, International Hygiene, Estocolmo.
- + VEIGA, Teresa Rodrigues e HENRIQUES, Filipa de Castro, (2003), *Os Censos de 1991 e 2001 na Perspectiva do Utilizador – Algumas reflexões globais*, Instituto Nacional de Estatística, Revista de Estudos Demográficos, nº34.

FONTES NA INTERNET

Institutos de Estatística:

CSO – Central Statistics Office Ireland: <http://www.cso.ie/>

INE - Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt/>

INED - Institut National d'Études Démographiques: <http://www.ined.fr/>

INSEE - Institut National de la Statistique et des Études Économiques: <http://www.insee.fr/>

Organizações Internacionais:

EUROSTAT - Statistical Office of the European Communities: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Governo da Irlanda: <http://www.gov.ie/en/>

Comissão Europeia : http://ec.europa.eu/index_pt.htm

ISI – International Statistics Institute: <http://isi.cbs.nl/>

NU – Nações Unidas: <http://www.un.org/>

OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development: <http://www.oecd.org/>

UE – União Europeia: <http://europa.eu/>

UNECE – United Nations Economic Commission for Europe: <http://www.unece.org/>

The World Bank: <http://www.worldbank.org/>

Organizações Nacionais:

Associação Portuguesa de Demografia: <http://www.apdemografia.pt/>

BdP – Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/>

DPP – Departamento de Prospectiva e Planeamento: <http://www.dpp.pt/>

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade: <http://cepese.up.pt/>

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete de Estratégia e Estudos: <http://www.gee.min-economia.pt/>

Ministério das Finanças – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação, e Relações Internacionais: <http://www.gpeari.min-financas.pt/>

Portal do Governo: <http://www.portugal.gov.pt/>

PORDATA – Base de dados Portugal contemporâneo: <http://www.pordata.pt/Portugal>

ANEXOS

Anexo nº1. Portugal – Censos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

Grupos Etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	461961	439449	402170	387185	404788	386908	278679	265630	275969	263522
5 a 9	433899	417246	432445	417340	439771	422562	331337	314824	275199	262322
10 a 14	423614	415786	410865	401845	435169	419475	398620	383313	296385	283205
15 a 19	366103	381122	355490	375410	433655	426087	428240	417348	351422	337264
20 a 24	366672	368532	297945	375410	385806	382511	386651	378597	400087	390814
25 a 29	324364	348830	241340	287395	337171	342787	359556	367072	409243	405418
30 a 34	305427	332025	250355	283630	307631	322267	340986	353620	379363	382094
35 a 39	284660	306524	262665	293075	268962	296464	321775	339301	378783	391998
40 a 44	239697	259714	261040	290345	273274	300886	307655	326864	357528	370990
45 a 49	243551	267173	242785	270445	278017	308883	271665	297958	333382	352752
50 a 54	224227	257202	209280	235320	268382	302080	265623	293723	309484	333032
55 a 59	184394	224632	206185	233565	249183	282548	263265	298776	268899	302553
60 a 64	145362	188657	184055	226095	199108	233181	245150	288175	256179	294737
65 a 69	111672	152478	140065	186185	182049	226258	211990	258059	244230	293935
70 a 74	83660	122638	94250	139550	139169	193170	149226	195521	196615	257347
75 a 79	49775	80729	56700	89910	82050	134788	109813	161276	143439	204627
80 a 84	24110	45092	28530	53950	37249	73430	59771	105782	76014	125692
85 a 89	8535	19495	10070	21875	8141	24577	21031	47707	36167	72252
90 a 94	1857	5363	2265	6660	4070	12289	4710	13604	10241	25822
95 a 99	733	1922	530	1700	2035	6144	846	2654	1417	5106
100 +	143	366	135	465	2035	6144	186	568	95	494
Totais	4284416	4634975	4089165	4577355	4737715	5103440	4756775	5110372	5000141	5355976
Total Homens + Mulheres	8919391		8666520		9841155		9867147		10356117	

Anexo nº2. Irlanda – Censos de 1961, 1971, 1981, 1991 e 2002

Grupos Etários	1961		1971		1981		1991		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	153300	147200	161700	153600	180300	171400	141516	134358	141641	134890
5 a 9	147300	140800	161200	154500	179000	170500	164762	156307	135788	128211
10 a 14	147900	140200	151600	145900	174800	165700	178307	168859	146841	140086
15 a 19	120300	113300	136500	130600	166100	159100	170392	162972	161373	153623
20 a 24	81000	78000	109100	104400	139800	135000	136316	130072	164094	161551
25 a 29	72900	73700	87000	84600	124000	121100	120601	125673	154867	154854
30 a 34	75700	78000	76600	74300	117600	112800	122293	125313	150341	150328
35 a 39	82000	85500	75500	73800	98300	93500	118967	118936	143690	145761
40 a 44	85300	85700	76600	76500	84800	80200	113400	111354	134718	136169
45 a 49	89000	85400	79600	80600	77800	74100	94250	91024	124335	123842
50 a 54	81400	75200	80200	79000	75300	74600	79449	76768	116316	113875
55 a 59	69000	67800	78200	76100	73600	76500	71531	70764	98370	96057
60 a 64	64100	66200	67700	65700	67900	71100	65432	69114	77153	76474
65 a 69	51300	52300	54500	57400	64400	69500	61195	69956	64964	67830
70 a 74	44200	48600	44400	54000	48000	54500	49111	59857	51562	60499
75 a 79	29800	33500	27900	34000	29200	39300	35774	48415	37299	52356
80 a 84	16600	20200	15700	20700	15300	24800	18723	30032	22137	36413
85+	8000	11000	8300	13200	7900	15000	8856	20328	12416	28978
Totais	1419100	1402600	1492300	1478900	1724100	1708700	1750875	1770102	1937905	1961797
Total Homens + Mulheres	2821700		2971200		3432800		3520977		3899702	

Anexo nº3. Tábuas–Tipo de Princeton para Modelo Oeste

Probabilidade de sobrevivência

Idades	Homens			Mulheres		
	25w	26w	27w	25w	26w	27w
0	0,99112	0,99386	0,99556	0,99301	0,99511	0,99645
1	0,99828	0,99887	0,99929	0,99874	0,99915	0,99945
5	0,99879	0,99936	0,99979	0,99923	0,99961	0,99987
10	0,99752	0,99834	0,99909	0,99889	0,99932	0,99966
15	0,99553	0,99642	0,99735	0,99836	0,99878	0,99916
20	0,99458	0,99522	0,99589	0,998	0,99837	0,99869
25	0,99434	0,99503	0,99574	0,99752	0,99799	0,99841
30	0,99353	0,99461	0,99571	0,99664	0,99739	0,99805
35	0,99065	0,99242	0,99412	0,99492	0,99611	0,99717
40	0,98515	0,98803	0,99081	0,99206	0,99393	0,9956
45	0,97567	0,9801	0,98387	0,98763	0,99044	0,99266
50	0,96121	0,96875	0,9756	0,98122	0,98569	0,98937
55	0,93958	0,95205	0,96503	0,97107	0,97855	0,98523
60	0,9053	0,9246	0,94678	0,95382	0,96659	0,97809
65	0,85112	0,88017	0,91582	0,9216	0,94355	0,96353
70	0,61341	0,63765	0,73373	0,67705	0,7023	0,72478
75	0,61341	0,63765	0,73373	0,67705	0,7023	0,72478
80	0,61341	0,63765	0,73373	0,67705	0,7023	0,72478
85+	0,61341	0,63765	0,73373	0,67705	0,7023	0,72478

Anexo 4. Portugal - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Mulheres

	25w		25w		26w		26w		27w		27w	
		189241		222252		222237		214596		248845		278890
103886	0,6771	189160	0,6771	283153	0,7023	366171	0,7023	456816	0,7248	549624	0,7248	647372
85•		189241		222252		239319		259042		281103		302324
		138907		94127		83251		128614		135810		153807
125949	0,6771	138826	0,6771	118209	0,7023	129070	0,7023	128049	0,7248	134865	0,7248	152339
80		138907		118398		129416		128632		135912		153973
		174754		118478		183057		187253		212075		229039
205046	0,6771	174594	0,6771	183782	0,7023	182328	0,7023	186078	0,7248	210186	0,7248	226264
75		174754		184160		183130		187414		212330		229372
		271768		260529		266479		292350		315736		335685
257874	0,6771	271445	0,6771	259616	0,7023	264955	0,7023	290000	0,7248	312183	0,7248	331093
70		271768		260528		266625		292737		316250		336490
		282344		282236		309618		327302		348184		370881
294537	0,9216	281702	0,9216	280806	0,9436	307350	0,9436	323999	0,9635	343625	0,9635	364740
65		282344		282236		309310		327887		348893		371611
		295227		319958		338180		355225		378373		372775
295340	0,9538	294402	0,9538	317974	0,9666	335198	0,9666	351323	0,9781	372910	0,9781	364305
60		295227		319958		338556		356042		379279		373496
		328639		345134		362460		383077		377322		405202
303172	0,9711	327447	0,9711	342546	0,9786	359024	0,9786	378501	0,9852	369767	0,9852	392711
55		328639		345134		363002,3		384127		378257		405931
		350524		367062,3		387847		379983		408058		400560
333714	0,9812	349101,8	0,9812	364236	0,9857	383996	0,9857	373739	0,9894	396931	0,9894	382797
50		350524		367062		388432,6		381116		409087		401891
		370220		390807,9		382712		409420		401742		355719
353474	0,9876	368798	0,9876	387702	0,9904	377347	0,9904	399866	0,9927	385627	0,9927	332752
45		370220		390808		383358,9		410679		403430		358310
		392502		384269		410984		401867		355516		306473
371750	0,9921	390805	0,9921	379651	0,9939	402308	0,9939	387332	0,9956	334223	0,9956	280629
40		392502		394259		411258,5		403785		359455		310473
		384526		411661		402322		354558		305228		287006
392801	0,9349	381590	0,9349	403879	0,9361	388844	0,9361	335172	0,9372	281426	0,9372	260693
35		384526		411661		403657,8		357794		309682		291525
		410103		401771		353561		302426		283911		279977
382876	0,9366	405241	0,9366	389862	0,9374	336049	0,9374	281976	0,9381	261202	0,9381	251676
30		410103		401771		355773,6		307216		283183		282964
		397895		351617,9		299849		278736		274371		302062
406248	0,9375	390831	0,9375	336725	0,9380	282544	0,9380	261618	0,9384	252077	0,9384	272093
25		397895		351618		303052,6		294744		278544		302255
		345244		296482		274564		266558		293669		275106,7
391614	0,9390	337400	0,9390	283005	0,9384	262045	0,9384	252408	0,9387	272450	0,9387	246954
20		345244		296482		278132,9		271822		286588		274812
		289112		270619		261748		284845		265643		252809
337955	0,9384	283470	0,9384	262365	0,9388	252716	0,9388	272679	0,9392	247161	0,9392	231355
15		289112		270619		261215		287406		267193		254579
		265271		258849		281346		259212		245882		237164
283785	0,9389	262657	0,9389	252888	0,9393	272864	0,9393	247245	0,9397	231433	0,9397	202038
10		265271		258849		282536		261640		249021		238240
		266431		280030		257602		242892		233946		226179
262859	0,9392	253083	0,9392	272971	0,9396	247342	0,9396	231463	0,9399	202064	0,9399	202038
5		266431		280030		258125		246439		236856		227107
		277031		255995		240907		230203		222140		210777
253402	0,9387	273315	0,9387	247552	0,9392	231660	0,9392	202175	0,9395	175534	0,9395	163798
0	0,9390	277031	0,9390	255995	0,9391	243297	0,9391	233436	0,9395	223881	0,9395	211707
2001		2006		2011		2016		2021		2026		2031
Cenário Central				254055,4		240056		228899		218623		206895
Cenário Baixo	275239		249295		232799		2E+05		2E+05		2E+05	
Cenário Elevado			254055,4		240759,4		230849		220950		208739	

Anexo 5. Portugal - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Homens

	25w	25w	25w	26w	27w	27w
48033	94822	112347	119024	128008	153250	182265
85•	0,61341 94770	0,61341 148869	0,63765 196154	0,6377 248120	0,73373 307147	0,7337 376419
76193	94822	112347	119043	128055	153312	182343
80	88245	74270	81672	80775	95071	123894
75	88245	74270	81635	80823	95133	124017
143776	120992	128039	126624	129491	168768	197464
75	120992	128039	126671	129586	169953	197753
197077	208564	199491	202969	229851	259320	279219
70	208564	199491	203063	230125	255748	279745
244804	232969	230474	260991	278528	304604	327054
65	232969	230474	261220	279038	305233	327627
256781	254026	261977	300884	321111	344776	349242
60	254026	261977	301239	321658	345540	349858
269531	299280	315592	336748	356336	360894	393121
55	299280	315592	337249	357223	361728	394003
310212	327182	346391	367088	368616	401551	399138
50	327182	346391	367610	369647	402728	400580
334166	354469	373903	375335	406787	404233	364045
45	354469	373903	375982	408165	405981	366487
358369	378096	379098	410774	406324	365638	315855
40	378096	379098	411672	408312	368451	318998
379674	390685	412629	408128	365508	315257	296655
35	390685	412629	409443	368646	319807	301659
380255	412608	408756	365589	313262	294327	289537
30	412608	408756	367738	318282	300057	292667
410205	406331	364827	311722	290103	284879	213992
25	406331	364827	315124	296535	289174	213894
401028	359298	309124	286583	277380	305959	286766
20	359298	309124	273845	263006	284307	257853
352248	301850	282896	272717	296781	276784	263576
15	301850	282896	275221	299853	278276	265286
297082	278081	270165	293669	270670	256970	247665
10	278081	270165	285536	258774	242423	211657
275846	267921	292456	269162	254056	244524	236263
5	267921	292456	270623	257503	247285	237364
265166	289743	267715	252241	240985	232438	220495
0	289743	267715	242748	211852	184002	171701
2001	289743	267715	254588	244247	234318	221558
2006						
2011						
2016						
2021						
2026						
2031						
Cenário Central		266550	251862	240150	229375	217070
Cenário Baixo	288776	261555	244248	213161	184823	2E+05
Cenário Elevado		266550	252599	242202	231817	218998

Anexo 6. Irlanda - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Mulheres

	25w	25w	26w	26w	27w	27w
	68124	70820	67204	62527	80248	98573
40699	0,6771 68063	0,6771 92602	0,7023 113816	0,7023 140029	0,7248 174149	0,7248 213196
85	68124	70820	71353	76995	91061	106852
	36306	24637	21557	47890	55353	64272
40416	0,6771 36245	0,6771 30206	0,7023 37325	0,7023 47076	0,7248 53874	0,7248 61781
80	36306	30406	37867	48187	55894	65248
	44737	30520	67919	76068	88275	101898
53533	0,6771 44614	0,6771 53147	0,7023 67031	0,7023 74331	0,7248 85241	0,7248 96922
75	44737	53545	68199	76661	89554	103850
	78744	96361	107771	121188	139785	149036
65895	0,6771 78498	0,6771 95445	0,7023 105839	0,7023 117609	0,7248 133726	0,7248 140608
70	78744	96361	108331	122644	142344	153780
	104057	113699	127632	144162	154294	174866
85176	0,9216 103565	0,9216 112172	0,9436 124645	0,9436 138787	0,9635 145930	0,9635 162388
65	104057	113699	128752	146353	158184	180169
	118235	131029	147570	155949	176393	201514
108579	0,9538 117602	0,9538 128954	0,9666 143584	0,9666 149199	0,9781 166026	0,9781 185412
60	118235	131029	148010	159012	181413	207774
	133710	149517	157367	176739	201484	206856
121106	0,9711 132795	0,9711 146732	0,9786 152470	0,9786 168514	0,9852 188192	0,9852 185098
55	133710	149517	159447	180666	207326	214172
	150630	157806	176436	200342	204690	157550
135337	0,9812 1E+05	0,9812 154683	0,9857 170961	0,9857 190214	0,9894 187086	0,9894 127942
50	150630	157806	178916	204567	211349	167512
	157710	175948	198872	202275	153499	170270
151413	0,9876 156620	0,9876 172611	0,9904 192050	0,9904 188470	0,9927 128888	0,9927 130228
45	157710	175948	201352	206985	162661	185515
	175293	197903	200118	150261	165823	195722
157874	0,9921 173993	0,9921 193223	0,9939 189621	0,9939 129458	0,9956 130804	0,9956 143861
40	175293	197903	203078	157471	180263	219093
	196459	198300	146808	161626	190081	214676
174881	0,9949 194209	0,9949 190361	0,9961 123963	0,9961 131175	0,9972 144270	0,9972 152026
35	196459	198300	151928	173734	212460	245597
	194730	142700	155070	182385	204386	246687
194864	0,9966 191003	0,9966 130303	0,9974 131518	0,9974 144552	0,9981 152323	0,9981 176228
30	194730	142700	163550	200727	233572	279014
	136042	147947	171201	191356	229349	180408
191478	0,9975 130627	0,9975 131783	0,9980 144843	0,9980 152565	0,9984 176508	0,9984 118241
25	136042	147947	183521	213797	258755	217190
	138059	100683	174892	210252	164906	175318
130889	0,9980 132047	0,9980 145079	0,9984 152814	0,9984 176740	0,9987 118396	0,9987 110615
20	138059	100683	188572	229834	187406	197645
	143642	163121	191888	143514	147485	153565
132264	0,9984 145318	0,9984 153001	0,9988 176956	0,9988 118496	0,9992 110708	0,9992 108930
15	143642	163121	201728	155087	164438	179363
	155175	183403	130225	132057	139072	148041
145479	0,9989 153171	0,9989 177076	0,9993 118576	0,9993 110745	0,9997 108967	0,9997 98549
10	155175	183403	134785	141146	156031	166253
	179779	126285	125907	131918	138540	143780
153289	0,9992 177212	0,9992 118622	0,9996 110789	0,9996 108981	0,9999 98562	0,9999 98549
5	179779	126285	131747	145234	155158	162670
	121620	120899	124084	129428	131661	140394
177436	0,9987 118772	0,9987 110883	0,9992 109073	0,9992 98616	0,9995 84051	0,9995 78088
0	0,9930 121620	0,9930 120899	0,9951 133243	0,995 141384	0,9965 146517	0,9965 157972
2001	2006	2011	2016	2021	2026	2031
Cenário Central		116367	118996	121211	121904	127319
Cenário Baixo	119608	111663	1E+05	99101	84350	78366
Cenário Elevado		116367	121689	128583	133821	142683

Anexo 7. Irlanda - Diagrama de Lexis com Tendência Natural (Cenário Baixo), Cenário Elevado e Cenário Central – Homens

		25w		25w		26w		26w		27w		27w
		35960		38829		39508		43131		57081		74037
19282	0,61341	35920	0,6134	52593	0,63765	67184	0,63765	84851	0,7337	109793	0,7337	141033
85+		35960		38829		39508		43131		57415		74559
		27220		23005		27941		34471		43568		55681
27124	0,61341	27180	0,6134	22883	0,63765	27706	0,63765	33994	0,7337	42578	0,7337	53818
80		27220		23005		28031		34659		43902		56373
		37383		43696		53868		59186		75631		97586
44310	0,61341	37304	0,6134	43450	0,63765	53311	0,63765	58029	0,7337	73348	0,7337	83815
75		37383		43696		54048		59544		76531		89127
		70992		84231		92435		102692		118859		131146
60814	0,61341	70834	0,6134	83605	0,63765	91004	0,63765	99966	0,7337	114232	0,7337	123968
70		70992		84231		92795		103723		120873		134342
		98616		104661		116116		129166		142380		157420
83224	0,85112	98230	0,9511	103394	0,88017	113576	0,88017	124732	0,9158	135362	0,9158	146557
65		98616		104661		116396		130951		145733		161778
		114807		124753		138406		148922		164328		186121
108505	0,9053	114210	0,9053	122838	0,9246	134903	0,9246	142971	0,9468	154795	0,9468	171219
60		114807		124753		139766		151720		168606		191710
		131581		144127		154481		168067		183924		197354
121554	0,93958	130737	0,9396	141698	0,95205	150172	0,95205	160405	0,965	177423	0,965	166887
55		131581		144127		156401		171973		195222		194545
		148295		167730		170794		191579		187931		147963
136013	0,96121	147416	0,9612	155016	0,96875	165579	0,96875	181860	0,9756	171061	0,9756	119101
50		148295		167730		172794		195438		194634		157881
		153972		172476		192695		187815		146145		174359
151092	0,97567	158882	0,9757	168941	0,9801	185553	0,9801	173865	0,9839	121054	0,9839	131115
45		153972		172476		195175		192383		155534		189564
		172999		192833		186678		143565		170752		201896
161277	0,98515	171487	0,9852	187801	0,98803	175971	0,98803	122177	0,9908	134350	0,9908	148229
40		172999		192833		190112		151018		185222		225765
		191789		185071		139949		166320		195866		222409
173106	0,99065	189573	0,9907	177315	0,99242	123110	0,99242	135144	0,9941	143106	0,9941	158706
35		191789		185071		144383		178109		218665		254791
		182092		136273		160332		188751		212801		255492
190808	0,99353	178470	0,9935	123777	0,99461	135877	0,99461	149749	0,9957	159390	0,9957	183226
30		182092		136273		168572		207601		243551		288677
		130213		153887		178435		200698		239310		197922
179486	0,99434	124482	0,9943	136555	0,99503	150497	0,99503	160072	0,9957	184010	0,9957	123041
25		130213		153887		191475		224364		268942		225702
		143909		167827		183849		219708		171405		182817
125160	0,99458	137300	0,9946	151219	0,99522	160841	0,99522	184769	0,9959	123549	0,9959	115497
20		143909		167827		198933		239932		194717		204495
		156117		171303		199977		148147		151823		163864
137916	0,99553	151898	0,9955	161419	0,99642	185433	0,99642	123877	0,9974	115804	0,9974	114037
15		156117		171303		209577		159465		168221		183738
		163789		191896		135321		136852		143955		152798
152276	0,99752	161820	0,9975	185742	0,99834	124083	0,99834	115909	0,9991	114141	0,9991	103241
10		163789		191896		139801		145643		160484		170910
		188428		191485		130845		136939		143477		148611
162016	0,99879	185967	0,9988	124162	0,99936	115984	0,99936	114165	0,9998	103263	0,9998	88043
5		188428		131485		136445		149822		160023		167722
		127083		126088		129472		134766		137018		145046
186287	0,99828	124376	0,9983	116115	0,99887	114294	0,99887	103337	0,9993	88105	0,9993	81855
0	0,99112	127083	0,9911	126088	0,99386	138439	0,9939	146845	0,9956	154181	0,996	164051
2001		2006		2011		2016		2021		2026		2031
Cenário Central				122090		124848		127173		127899		133580
Cenário Baixo	125491		117155		115000		103975		88498		82220	
Cenário Elevado			122090		127673		134906		140192		149701	